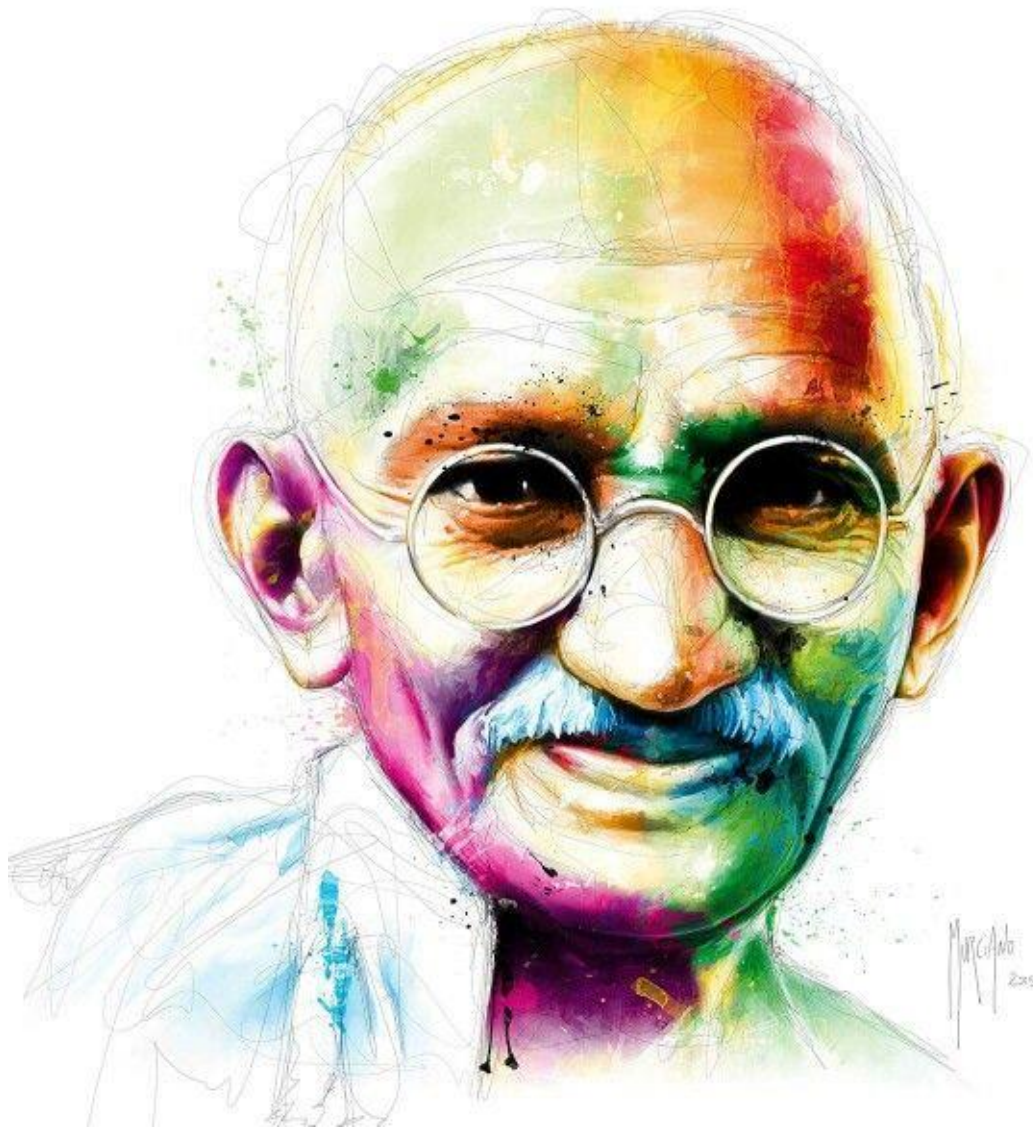


HUBERTO ROHDEN

MAHATMA GANDHI

O APÓSTOLO DA NÃO-VIOLÊNCIA



UNIVERSALISMO

Sumário

Advertência do autor

Introdução

PRIMEIRA PARTE

ASSIM VIVIA O MAHATMA

1. O que Einstein pensava de Gandhi
2. O homem que ultrapassou a mística
3. As metamorfoses de Gandhi
4. Experiências em Londres
5. Força espiritual versus violência material
6. A Índia antes e depois da invasão britânica
7. A luta contra o monopólio do sal
8. O princípio da não-violência é socialmente praticável?
9. As duas matemáticas: a de Moisés e a de Cristo
10. Gandhi em face do Cristianismo
11. Teologia cristã ou vivência crística?
12. Gandhi e a abstenção sexual
13. “Ainda não me libertei de mim mesmo”
14. Gandhi na Europa
15. Queriam ser iniciados por Gandhi
16. O mistério do jejum e da oração
17. Gandhi: o homem indefinível
18. Gandhi – sobre reencarnação e culto da vaca
19. As “coerentes incoerências” de Gandhi

20. Gandhi e o problema dos “intocáveis”
21. “Nunca ninguém me ofendeu”
22. A *Bhagavad-Gita* na vida de Gandhi
23. Que dizem de Gandhi?
24. O sangue do Mahatma sigilando a amizade entre dois países
25. Do diário de Kasturbai, esposa de Gandhi
26. Vinoba Bhave, o sucessor místico-agrário do místico-político Mahatma Gandhi

SEGUNDA PARTE

PENSAMENTOS DE GANDHI

1. Viver cotidiano
2. Verdade
3. Amor
4. Não-violência
5. Autodisciplina
6. Educação
7. Trabalho, propriedade e pobreza
8. Democracia e política
9. Solidariedade e paz internacional
10. Mulher
11. Religião
12. Deus
13. Oração
14. Jejum
15. Sacrifício
16. Humildade e tolerância
17. Castidade (*Brahmacharya*)

18. Cristo
19. Vida e morte

TERCEIRA PARTE

GANDHI POR ELE MESMO

1. Nascimento
2. Infância
3. Clarões da religião
4. Excluído da casta
5. Enfim, Londres!
6. Experiências de dietética
7. Encontro com a religião
8. Primeira causa
9. Duas paixões
10. A vontade de servir
11. *Brahmacharya I*
12. *Brahmacharya II*
13. Experiências de cura pela terra e pela água
14. A magia de um livro
15. Buscas no fundo do coração
16. Nascimento do *Satyâgraha*
17. O jejum
18. Fundação do *Ashram*
19. O ferro na bigorna
20. Face a face com *Ahimsa*
21. Erro grande como a montanha
22. Navajivan e a jovem Índia
23. O nascimento de Khâdi

24. Encontrada!

25. Adeus ao leitor

Advertência

A substituição da tradicional palavra latina *crear* pelo neologismo moderno *criar* é aceitável em nível de cultura primária, porque favorece a alfabetização e dispensa esforço mental – mas não é aceitável em nível de cultura superior, porque deturpa o pensamento.

Crear é a manifestação da Essência em forma de existência – *criar* é a transição de uma existência para outra existência.

O Poder Infinito é o *creador* do Universo – um fazendeiro é um *criador* de gado.

Há entre os homens gênios *creadores*, embora não sejam talvez *criadores*.

A conhecida lei de Lavoisier diz que “na natureza nada se *crea* nada se aniquila, tudo se transforma”; se grafarmos “nada se *crea*”, esta lei está certa, mas se escrevemos “nada se *cria*”, ela resulta totalmente falsa.

Por isto, preferimos a verdade e a clareza do pensamento a quaisquer convenções acadêmicas.

INTRODUÇÃO

O paradoxo místico-político

A humanidade conhece alguns místicos e muitos políticos – mas um místico-político, ou um político-místico, isto é coisa assaz estranha e, à primeira vista, impossível. O místico trata das coisas de Deus e do mundo espiritual; o político interessa-se pelas coisas dos homens e deste mundo material – será possível que, dentro do mesmo indivíduo humano, se coadunem esses dois mundos, tão distantes e, aparentemente, tão antagônicos?

Se o monismo cósmico não fosse um postulado da lógica, se não compreendêssemos que só pode haver um único princípio eterno de todas as coisas, sejam elas da zona material, sejam da zona espiritual, estaríamos dispostos a professar dualismo zoroastriano e negar a compatibilidade de elementos tão incompatíveis como a mística e a política.

No homem comum, de estreitos espaços internos, não pode, de fato, haver amizade e harmonia entre o Deus do mundo e o mundo de Deus.

De longe em longe, porém, aparece um homem de vastíssimos espaços internos; onde todo um sistema planetário pode girar livremente, sem colisões nem catástrofes, em torno de um único sol, que tudo ilumina e vitaliza. No interior desse sistema se forma, naturalmente, uma tensão dinâmica que, para manter o equilíbrio, tem de intensificar a sua força centrípeta na razão direta da sua força centrífuga, a fim de estabelecer um cosmos que não sucumba ao caos.

De vez em quando aparece, aqui na terra, um homem cósmico dessa natureza, um homem que equilibra extremos e sintetiza antíteses aparentemente inconciliáveis.

A grandeza de Mahatma Gandhi não está em ter sido um grande místico, nem em ter sido um hábil político – está em ter equilibrado em sua alma dois mundos quase sempre desequilibrados em outros homens.

Desde tempos imemoriais têm havido místicos desertores do mundo que encontraram a sua perfeição e felicidade na silenciosa solidão com Deus, em alguma caverna desnuda, na vastidão duma floresta, no cume duma montanha,

no sugestivo silêncio dum deserto – ou então por detrás dos muros de um convento ou mosteiro. Disso temos milhares de exemplos.

Por outro lado, existem homens dinâmicos, peritos em lidar com dinheiro, mestres em política e diplomacia, relações nacionais e internacionais, homens que, depois de mortos, costumam ter estátuas de bronze ou de mármore em praça pública e cujas biografias enchem as prateleiras das bibliotecas. A política parece ser essencialmente dativa, vale pelo que dá ou realiza. A mística parece ser essencialmente receptiva, vale pelo que recebe e pelo que é. Aquela é considerada ativa – esta tem fama de ser passiva; mas são dois enganamentos porque nem o político é ativo, nem o místico é passivo. Ambos são dativos-receptivos, ambos ativos-passivos. A diferença está apenas no maior ou menor grau de datividade ativa e de receptividade passiva. No político é, geralmente, máxima a atividade dativa, a ponto de esterilizar a sua passividade receptiva – e isto é a desgraça dele! No místico isolacionista é máxima a passividade receptiva e mínima a atividade dativa. Ser dinamicamente passivo, ou passivamente dinâmico – eis o problema central da vida humana, o segredo último da sua grandeza e felicidade e a fonte suprema da sua força realizadora no seio da humanidade.

O homem medíocre, unilateralmente ativo, vive na alucinação coletiva de que é ele mesmo, seu conhecido ego humano, que realiza grandes coisas no mundo; que é a sua inteligência e astúcia, o seu dinheiro, o seu jeito, a sua erudição, a sua incessante lufa-lufa social, comercial, industrial, política, diplomática, que estes fatores sejam a causa real e última das coisas que ele realiza ou tenta realizar sobre a face da terra. E se alguém lhe disser que, por detrás de todos esses elementos ponderáveis e palpáveis da sua ruidosa atividade, há um elemento imponderável e intangível que, em última análise, é a fonte inicial e profunda de tudo quanto de realmente grande acontece em sua vida – então esse homem dinâmico meneia a cabeça, incrédulo, e considera poeta, filósofo ou místico, ou pelo menos imprático, o homem que tão estranhas coisas profere. Esse homem ignora o que seja passividade dinâmica ou serenidade criadora. Não tem consciência do imenso reservatório de forças cósmicas, esse invisível oceano que se alarga, incomensurável, misterioso e infinito, para além de todos os horizontes da percepção físico-mental. Para ele só existem os pequeninos arroios e regatos que dimanam do seu conhecido ego, correndo não se sabe para onde. Esse homem medíocre e míope nem sequer suspeita que esses próprios arroios e regatos da sua atividade febril vão para o silencioso mar, donde vieram.

* * *

Gandhi era duma vasta atividade e profunda passividade, e tudo que ele dava a seus semelhantes, na horizontal, recebera-o de Deus, na vertical. Por isso, a hora diária de meditação, a primeira hora do dia, e a segunda-feira toda, primeiro

dia útil da semana, eram para ele a coisa mais importante, pois eram as silenciosas nascentes da sua passividade dinâmica que alimentavam os ruidosos rios da sua incessante atividade.

O povo deu a Mohandas Karamchand Gandhi o nome de “mahatma”, isto é, “grande alma”, porque sentia intuitivamente que, para além do cenário das suas visíveis realizações humanas, havia misteriosas regiões de invisíveis realidades divinas – e a sua grandeza estava precisamente na constante ligação do seu mundo visível com o mundo invisível; toda a sua política externa assentava alicerces na sua mística interna. É fácil trabalhar no mundo visível – o grosso da humanidade profana vive unicamente nesse plano. Mais difícil é contemplar o mundo invisível, longe de todos os mundos visíveis – há um grupo de avançados ascetas místicos que vivem nesse mundo ignoto. Dificílimo é viver de tal modo no mundo invisível que todos os mundos visíveis da nossa vida sejam permeados e vitalizados pela luz desse universo espiritual, e todas as materialidades da existência terrestre sejam como que aureoladas de um halo de poesia e beleza, nascido dessa inefável experiência do reino de Deus em nós.

Muitos são os impuros no meio dos impuros. Poucos vivem puros no meio dos puros. Pouquíssimos conseguem viver puros no meio dos impuros. Esses últimos são os verdadeiros “mahatmas”, as grandes almas, os homens cósmicos, plenamente realizados. O supremo alvo do Evangelho do Cristo é a criação desses homens, dessas “novas criaturas em Cristo”.

* * *

A Índia foi sempre o país clássico dos iogues, dos ascetas, dos místicos, dos mestres da renúncia e espiritualidade. Gandhi também fundou o seu ashram, ou colônia de retiro espiritual. Era uma espécie de fazenda onde moravam numerosas pessoas de vida disciplinada e sem propriedade individual. Concentração mental e contemplação espiritual; abstenção de carne e bebidas alcoólicas; trabalhos manuais e agrícolas; reuniões culturais – tudo isto se observava no ashram de Gandhi, e ele mesmo era uma espécie de patriarca dessa comunidade.

Até aqui, nada de especial; tudo isso se praticava, havia séculos e milênios, na Índia.

Acontece, porém, que esse místico solitário aparece em palácios de reis e chefes de Estados, nas grandes cortes européias; toma parte em debates políticos, em torno de problemas nacionais e internacionais; agita questões de grande relevância; porque esse homem é um hábil jurista, formado pela Universidade de Londres, que conhece e usa toda a dialética dos advogados e possui toda a perspicácia dos grandes estadistas. E no seu próprio país, aparece no Congresso Nacional e pleiteia, contra um poderoso império, a emancipação política de 430 milhões de conterrâneos escravizados; mas não usa de nenhuma

das armas materiais de que seus antagonistas se servem. Substituiu a arma pela alma. Esse homem não acumula dinheiro para si; vive em extrema pobreza e simplicidade, nutrindo-se de umas poucas frutas e do leite cru duma cabra, que nem era dele. Veste um calção e anda descalço, ou de sandálias, mesmo nos salões dos magnatas europeus, que o apelidam jocosamente de “faquir seminu”. Pelas mãos desse homem estranho, tão solitário com Deus quão solidário com os homens, passam anualmente imensa soma em dinheiro e valores – mas ele mesmo não possui casa nem terreno e gasta apenas uns centavos por dia para sua manutenção.

Cercado da mais imunda política e diplomacia internacional, pelo espaço de meio século, esse homem não se desvia, nem por um triz, da sua linha de absoluta verdade e sinceridade; não admite manobras escusas à meia-luz; não conhece jogo bifronte por detrás dos bastidores. Defensor máximo da liberdade de seu povo, admite uma única tirania para si mesmo: a obediência incondicional à “voz silenciosa do interior” (the still small voice), como ele chama a voz da consciência.

O enigma Mahatma Gandhi é tão diáfano como a luz solar – e tão misterioso como uma noite estrelada. Sempre solitário em Deus, nunca deixa de ser solidário com os homens.

Com o fenômeno Gandhi entrou a história da humanidade numa nova fase de evolução. Está provado, finalmente, que são compatíveis essas duas coisas tidas por incompatíveis, a mais intensa mística interior e a mais extensa dinâmica exterior, o Deus do mundo e o mundo de Deus. Esse homem realizou na sua vida a grande síntese do espírito e da matéria, do fogo e da água. Nele o Verbo se fez carne e habita em nós. Daqui por diante, o materialista não tem mais justificativa para sua falta de espiritualidade – e o espiritualista não tem mais o direito de desertar do mundo material. Foi realizada a grande síntese, e o que foi possível uma vez na Índia é possível sempre e por toda a parte. O Mahatma não é da Índia, nem do Oriente – ele é do mundo e da humanidade.

Na Idade Média, quando um homem tinha tido o seu contato com Deus, o primeiro passo consistia em libertar-se de vez de todas as coisas do mundo; abandonar o mundo de Deus a fim de viver em Deus fora do mundo. O ponto culminante da vida ascética era a deserção do mundo.

Com Gandhi aparece uma nova forma de ascese – a ascese da libertação, substituindo e aperfeiçoando a ascese da deserção. Quem deserta das coisas materiais mostra boa vontade – mas não prova verdadeira compreensão. Por que foge? Por que deserta? Porque se sente fraco e receia cair; mas o temor é escravizante. Plenamente liberto e livre é somente o homem que, depois de se consolidar definitivamente no mundo espiritual, volta ao mundo material sem se materializar; o seu reino não é daqui, mas ele ainda trabalha aqui, como se fosse

o mais profano dos profanos. Somente um homem plenamente espiritual pode admitir aparências de materialidade sem desmentir a sua espiritualidade.

De um homem que nada espera do mundo, tudo pode o mundo esperar.

Mas há, para além do homem dinamicamente ativo e do homem estaticamente passivo, uma terceira alternativa, que é o homem dinamicamente passivo ou passivamente dinâmico. Com esta qualificação designamos o homem cósmico, esse homem raríssimo que, depois de se identificar totalmente com o seu centro real, com o seu Eu divino, passa a manifestar esta sua implosão mística numa vasta explosão ética, transbordando a sua experiência divina em vivência humana. Uma vez que o homem atingiu a consciência da paternidade única de Deus, está em condições de realizar a vivência da fraternidade universal dos homens. E, neste caso, a ética não é apenas moralidade, que pode existir mesmo sem a experiência mística; mas o seu agir externo será o espontâneo transbordamento, a irresistível explosão da sua intensa implosão mística.

Quando, um dia, alguém sugeriu a Gandhi a idéia de abandonar o mundo profano da política e retirar-se em uma caverna para viver como místico, respondeu ele: “Eu trago essa caverna dentro de mim”. Quem consegue transferir a “caverna” externa dos místicos para o seu interior, refugiando-se nesse santuário quando sente necessidade, este atingiu a culminância da sua libertação “gloriosa liberdade dos filhos de Deus”. Mas para que alguém atinja essa liberdade, deve sujeitar-se voluntariamente à maior das tiranias, à sacrossanta “tirania da silenciosa voz do interior”, e prestar obediência incondicional ao divino ditador da consciência. É este o “caminho estreito e a porta apertada que conduzem ao reino de Deus”. De maneira que a mais ampla liberdade supõe a mais completa tirania – tirania voluntária.

“A Verdade” – escreve Gandhi – “é dura como diamante, mas é também delicada como flor de pessegueiro”. Quem não aceita voluntariamente a dureza diamantina da Verdade, não chegará a fruir a sua delicadeza de flor de pessegueiro. Plenamente livre é somente aquele que voluntariamente se escraviza. E essa espontânea escravidão se refere não somente a Deus, refere-se também aos homens, nossos semelhantes; servir voluntariamente é libertar-se totalmente. Nada mais escravizante do que o desejo de querer-ser-servido – nada mais libertador do que a vontade de querer-servir! Quem não for escravo voluntário não pode ser homem livre – esse estranho paradoxo caracteriza a vida toda de Gandhi. Tão grande é a liberdade interior desse homem que ele se torna, exteriormente, escravo de seus conterrâneos, escravo do invasor britânico, escravo da humanidade inteira.

Quem não se sente plenamente livre deve evitar servir aos outros e deve assumir ares de dominador, porque onde falta a essência têm de prevalecer as aparências. Mas quem traz dentro de si o testemunho da sua liberdade real, este pode ser servidor de todos, porque a sua firme liberdade não necessita ser

escorada com pseudoliberalidades. Quem é sábio pode serenamente admitir aparências de tolo; mas o tolo tem de evitar solícitamente essas aparências e assumir ares de sábio para que a sua pseudo-sapiência não sucumba ao impacto da sua insipiência.

O mundo de hoje não compreendeu ainda a verdadeira grandeza de Gandhi, sem dúvida um dos mais lídimos discípulos que o Nazareno teve entre os homens nesses quase dois milênios de era cristã. Mas o espírito do Mahatma está trabalhando as consciências humanas, qual divino fermento, levedando aos poucos a massa profana e preparando o caminho para a grande alvorada crística.

PRIMEIRA PARTE

ASSIM VIVIA O MAHATMA

CAPÍTULO 1

O que Einstein pensava de Gandhi

Em 1939 – oito anos antes da declaração da independência da Índia, e nove anos antes da morte de Gandhi – disse Einstein:

“Um condutor de seu povo, não apoiado em qualquer autoridade externa; um político cuja vitória não se baseia em astúcias nem técnicas de política profissional, mas unicamente na convicção dinâmica da sua personalidade; um homem de sabedoria e humildade, dotado de invencível perseverança, que empenha todas as suas forças para garantir a seu povo uma sorte melhor; um homem que enfrenta a brutalidade da Inglaterra com a dignidade de um homem simples, e por isso se tornou um homem superior – futuras gerações dificilmente compreenderão que tenha vivido na terra, em carne e osso, um homem como esse”.

Estas palavras de Einstein foram em parte reproduzidas pelo álbum “Mahatma Gandhi” que o Governo da Índia mandou publicar em 1969, em comemoração do primeiro centenário do nascimento do libertador da Índia.

Possivelmente, daqui a alguns séculos, os homens dirão que Gandhi foi um mito e não uma personalidade humana, como disseram de Moisés, de Buda, de Jesus, e de outros gênios avançados da humanidade.

Como se explica esta grande admiração que o maior matemático do nosso século tinha por um dos maiores místicos de todos os tempos? Que relação vigora entre esses dois gênios do nosso século?

Existe uma secreta afinidade, para não dizer identidade, entre matemática e mística; pois tanto esta quanto aquela refletem a consciência da Realidade Eterna, para além de todas as facticidades temporárias. Quando dois homens atingem a própria essência infinita através de todas as existências finitas, então se fundem num ponto indimensional todas as linhas da dimensionalidade. E esse ponto indimensional se pode chamar matemática ou mística – suposto que não se confunda matemática com aritmética, nem mística com misticismo.

A convergência de todas as existencialidades divergentes na essência única harmoniza todas as almas numa grande sinfonia de compreensão e fraternidade universal.

Einstein, homem profundamente intuitivo, não podia deixar de admirar um homem como Gandhi, cuja intuição via no poder do espírito e da benevolência algo infinitamente superior a todo o espírito de poder e de violência; um homem que via no amor da alma uma potência capaz de derrotar todo o ódio das armas; um homem que enfrentava a brutalidade física de um poderoso Império com a serenidade metafísica de um místico que nunca derramou uma gota de sangue.

Os profanos sabem que causas materiais produzem efeitos materiais.

Os místicos sabem que causas espirituais produzem efeitos espirituais.

Mas os homens cósmicos sabem que uma causa espiritual, altamente potencializada, produz também efeitos materiais.

Gandhi, por ser um *Mahatma*, libertou 500 milhões de indianos escravizados, sem o poder das armas, porque se libertara a si mesmo pelo poder de sua própria alma.

* * *

Nas páginas seguintes, falaremos primeiro do modo como o Mahatma se libertou da tirania do seu ego humano, e, na segunda parte, reproduziremos uma centena de pensamentos dele que refletem esse processo de autolibertação e auto-realização. Gandhi sabia por experiência própria que nenhum homem pode preparar o caminho da alo-libertação se primeiro não trilhar a senda da auto-libertação; ninguém pode ajudar a libertar os outros sem se ter libertado a si mesmo.

O ideal supremo da vida de Gandhi não consistia na libertação da Índia da tirania dos ingleses, mas sim na libertação de si mesmo da tirania do próprio ego, cujo corolário culminou na independência política da Índia. Ninguém pode fazer bem aos outros sem ser bom em si mesmo. A auto-realização precede qualquer alo-realização.

* * *

Um homem que viveu quase oitenta anos, que gozava de imenso prestígio entre centenas de milhões de conterrâneos seus; um homem por cujas mãos passavam anualmente valores altíssimos, que podia possuir imensos latifúndios e magníficos palacetes nos lugares mais encantadores da Índia – morre sem deixar um palmo de terra, nem uma casa, nem dinheiro em banco algum; a própria cabra de cujo leite se alimentava por ordem médica, não era dele e foi retirada pelo dono logo após a morte de Gandhi...

Não parece esse homem um verdadeiro mito, um fantasma irreal?

E que dizer das duas armas secretas – *ahimsa* e *satyagraha* – que ele forjou e, com as quais libertou a Índia? Quando se ouviu que alguém derrotasse seus inimigos com não-violência e apego à verdade? Verdade é que, há quase dois mil anos, alguém disse “bem-aventurados os mansos, porque eles possuirão a terra” – mas onde estão os discípulos desse grande Mestre que tenham vencido os violentos pela não-violência?... Disse também o Nazareno “conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” – mas quantos de seus chamados discípulos se convenceram de que há maior poder na verdade do que na mentira?

Pela primeira vez, nos anais da história humana, o poder do espírito derrotou o espírito do poder. Gandhi não recrutou exército contra uma das maiores potências militares e financeiras da época; não comprou canhões, metralhadoras e bombas atômicas para conquistar a independência nacional de seu país – apelou silenciosamente para a não-violência e a verdade. Esse homem-mito...

Quando os seus amigos queriam saber o que o Mahatma entendia exatamente com a palavra *ahimsa*, e até que ponto devia ser aplicada essa arma secreta da não-violência, respondia-lhes ele, com absoluta clareza, que *ahimsa* era:

1. não fazer violência *material* a ninguém, matando-o ou ferindo-o;
2. que se deviam abster também de qualquer violência *verbal*, não falando mal dos opressores britânicos;
3. nem sequer deviam permitir violência *mental*, pensando mal de seus inimigos:
4. nem mesmo deviam abrigar em seu coração um resquício de violência *emocional*, odiando secretamente os ingleses.

E quando seus partidários perguntavam se, com essa quadrúplice não-violência, era possível libertar a Índia, Gandhi lhes declarava que essa *ahimsa* integral apenas desobstruía o caminho para que a *satyagraha*, o apego à verdade, pudesse produzir os seus efeitos onipotentes; que eles deviam amar sinceramente cada um de seus inimigos a fim de os poderem derrotar, porque “quando um único homem chega à plenitude do amor, neutraliza o ódio de muitos milhões”.

Nunca ninguém lançou mais estúpido desafio ao ego impenitente do que Gandhi com esse seu programa de *ahimsa* e *satyagraha*; nunca ninguém demoliu mais radicalmente do que ele o vasto panteão dos ídolos da egolatria.

Só quem adquiriu a plenitude da benevolência da alma pode prescindir da violência das armas.

E esse homem é um mito para os profanos.

Mito é sobretudo o homem que, no fim da vida, pode responder à pergunta se perdoou todas as ofensas recebidas com a declaração sincera: “Nada tenho que perdoar a ninguém, porque nunca ninguém me ofendeu”.

O ego é *ofensor*, por um lado e, por outro, o ego é *ofendido*.

Mas, quando o ego humano é substituído pelo Eu divino, não pode mais haver nem ofensor nem ofendido. Eu não posso evitar que o outro seja ofensor, mas posso fazer com que eu não me sinta ofendido; enquanto estou marcando passo no plano horizontal da eguidade, serei sempre ofendível, alérgico a ofensas, e a minha permanente ofendibilidade se manifestará em *ofendismo crônico*, ou mesmo em *ofendite aguda*, precisamente porque ainda estou na velha dimensão do ego. Só deixarei de ser ofendível, quando deixar a zona horizontal do ego e me erguer à nova dimensão vertical do Eu – esse Eu que é a luz do mundo, que é o reino de Deus, que é o Pai em mim.

Verdade é que as teologias eclesiásticas só conhecem duas atitudes em face da ofensa: ou vingança, ou perdão. Acham mesmo que o grau supremo de espiritualidade que um homem possa atingir seja o de perdoar generosamente as ofensas recebidas.

Não negamos que perdoar a ofensa seja melhor do que vingar-se; mas negamos que o perdoador tenha superado o plano da eguidade, onde se acha também o ego vingador. Muito acima da virtuosidade se acha a sapiência, o autoconhecimento, a experiência do Eu divino, que nada sabe nem de vingança nem de perdão, porque nunca foi atingido por ofensa alguma. O Eu divino no homem é totalmente imune de ofensa e ofendibilidade, assim como a luz é imune de qualquer impureza ou contaminação.

O texto grego do Evangelho do primeiro século nunca fala em “perdoar”, usa invariavelmente a palavra “*aphíemi*”, que podemos traduzir corretamente por “desligar” ou “soltar”. Quem não é ofendido ou ofendível desligou-se totalmente do plano horizontal do ego, e entrou na nova dimensão vertical do Eu inofendível. Assim como Deus é inofendível, assim é também o Eu divino, o Deus em nós, inofendível.

É talvez precisamente neste ponto da inofendibilidade, que Gandhi revelou mais nitidamente o seu caráter “mítico”. Por via de regra, os santos e outros homens espirituais julgam suficiente perdoar as ofensas; somente o homem sábio, autocognoscente e auto-realizado, é que ultrapassou essa fronteira da virtuosidade do ego e descobriu o país do Eu sábio, consoante as palavras do Mestre: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. Libertar-vos-á não somente do ego vingador, mas também do ego perdoador e vos introduzirá na “gloriosa liberdade dos filhos de Deus”, do Eu desligado tanto da viciosidade da vingança quanto também da virtuosidade do perdão.

Se houvesse na humanidade muitos desses homens-mito como Gandhi, seria proclamado o reino de Deus sobre a face da terra.

Mas... quantos são os *mahatmas*, as grandes almas?

CAPÍTULO 2

O homem que ultrapassou a mística

Quando, em janeiro de 1948, correu pelo mundo a notícia do assassinato de Mahatma Gandhi, estremeceu de dor e simpatia a humanidade toda, do Oriente ao Ocidente. Houve luto mundial, sem distinção de raças, classes ou credos.

Por quê?

Porque um homem de quase 80 anos deixara de existir sobre a face da terra – um homenzinho feio, seminu, que não deixara nada afora uma tanga, uns óculos, uma caneta tinteiro, um primitivo relógio de algibeira e um par de sandálias.

Mas esse homem, aparentemente paupérrimo, era imensamente rico e enriquecera centenas de milhões de seres humanos. A sua riqueza não estava em algo que ele tivesse, mas sim naquilo que ele era. Os seus “terres” eram praticamente nulos, mas o seu “ser” era imensamente grande, poderoso e belo. Gandhi, mendigo dos bens materiais, era milionário de bens espirituais. E o mundo, apesar de tão materializado na aparência, provou com a sua consternação e simpatia universal, que ainda guarda nas profundezas da alma o fogo de uma espiritualidade latente; porque o homem é muito mais aquilo que desejaria ser do que aquilo que é, no plano da sua vida externa. Em janeiro de 1948, a humanidade provou que através do seu espesso e inegável materialismo transluz ainda o seu misterioso idealismo espiritual, e que ela sofre da nostalgia do Divino e das saudades de algo melhor do que ela possui no plano horizontal das suas deslumbrantes materialidades.

Mahatma Gandhi, como advogado e chefe político de centenas de milhões de homens, bem poderia ter acumulado uma fortuna imensa, a exemplo de outros líderes de povos ou grupos políticos; poderia ter sido o maior marajá da Índia e ter deixado à sua família o máximo em conforto material e prestígio social. Mas nada disso aconteceu porque na razão direta que aumentava o seu amor e entusiasmo pelos invisíveis tesouros do mundo espiritual, diminuía o seu interesse pelos visíveis tesouros do mundo material. A sua *política quantitativa* desceu ao ínfimo nadir da indiferença quando a sua *filosofia qualitativa* atingiu o supremo zênite do entusiasmo.

O homem que descobre o universo da *qualidade dos valores internos* sofre um eclipse relativamente ao mundo das *quantidades do plano externo*, a ponto de se tornar um ser estranho nesta terra, um bloco errático no meio de vasta planície com a qual não tem afinidade alguma. Os profanos meneiam a cabeça em face de tão estranho fenômeno; uns o deploram como louco; outros o consideram doente; outros ainda o preconizam como idealista, mas ninguém consegue decifrar essa esfinge em pleno deserto.

* * *

Gandhi é um exemplo clássico de que um grande homem pode ser administrador de vastos bens materiais, sem se considerar dono e proprietário de nada. Podem passar por suas mãos somas fabulosas sem deixarem em sua alma vestígios de ganância e apego. O homem profano é impuro com os impuros. O homem místico é puro longe dos impuros. O homem crístico é puro no meio dos impuros; pode lidar com todas as impurezas – e a maior delas é, sem dúvida, o dinheiro, esse “excremento de Satanás”, no dizer de Papini – sem se contaminar; porque o homem cristificado é como a luz, único fenômeno do universo que não aceita contaminação de espécie alguma; purifica todas as impurezas sem se tornar impura. Não transfere impurezas, como a água – neutraliza-as!

Em tempos antigos, como já dissemos, o homem espiritual julgava ser seu dever renunciar de vez e para sempre a todos os bens materiais; deixar o profano aos profanos, o material aos materialistas, e isolar-se em beatífica espiritualidade com o Espírito Divino. Hoje em dia, o desapego assumiu forma nova: o homem empolgado pelo espírito de Deus não abandona os bens materiais às mãos dos materialistas profanos, que deles abusariam, mas administra a parcela do patrimônio divino que lhe caiu nas mãos, em prol dos filhos de Deus, seus irmãos, que deles necessitarem; não se considera dono de nada, mas cumpre a sua missão de administrador dos bens de Deus a serviço da humanidade.

Verdade é que um homem assim não tem, geralmente, a glória de parecer um homem espiritual, uma vez que tem de lidar com coisas materiais; tem de sacrificar as aparências de espiritualismo pela essência da sua espiritualidade. E esse sacrifício do espiritualismo externo é, quiçá, a mais segura garantia e medicina profilática para preservar do contágio do orgulho à sua espiritualidade. Administrador de bens materiais, lidando com todas as sujeiras profanas do dinheiro e seus acessórios e derivados, dificilmente será esse homem endeusado como altamente espiritual, nem terá vontade para se matricular na escola daquele magnífico fariseu no templo de Jerusalém que, segundo o retrato que dele nos deixou o Nazareno, agradecia a Deus por não ser “como o resto dos homens, ladrões, injustos, adúlteros”. As aparências de materialista e mercantilista preservam o homem espiritual em pura e autêntica espiritualidade – suposto, naturalmente, que ele seja, de fato, “pobre pelo espírito” e “puro de

coração”, isto é, desapegado internamente tanto dos objetos externos (dinheiro) quanto também do objeto interno (ego).

Gandhi na Ásia, e Schweitzer na África, são dois “santos” modernos, santos da humanidade, e não apenas desta ou daquela igreja; santos, ascetas, místicos que, na sua vida exterior, parecem ser o contrário de tudo aquilo que realmente são: homens espirituais por cujas mãos passam valores materiais de milhões e bilhões, sem deixarem vestígio em suas almas.

É esse o estado para além da mística medieval – e o estado crístico de homens cujo reino não é deste mundo, mas está neste mundo, como o do próprio Cristo.

O místico é como a água que, quando bem isolada, se conserva pura, mas quando posta em contato com coisas impuras se torna impura.

O homem crístico é como a luz (“vós sois a luz do mundo”) que, embora penetre em todas as impurezas, jamais se torna impura.

O homem cristificado sabe que nada lhe pertence, desde que ele mesmo deixou de se pertencer; pois ele pertence a Deus e à humanidade. Em virtude da sua grande sapiência intuitiva, acharia esse homem supinamente ridículo e imperdoável colocar a mão, pesadamente, sobre algum farrapo de bem material e declarar enfaticamente “isto aqui é meu e de mais ninguém!”. Se tem de possuir, se tem de ir a um cartório e mandar registrar, sobre as infalíveis estampilhas

multicores, com firma reconhecida, que este ou aquele fragmento de matéria morta pertence a ele, e só a ele – se assim procede, obrigado pelas puerilidades da nossa decantada civilização, tem ele a nítida consciência de que procede como um fantoche e palhaço e acha ridículas todas as suas posses e previdências humanas, mas tolera, por ora, essa sua ignomínia materialista, da qual se acha interiormente livre, mas cuja vergonhosa escravidão tem de tolerar durante a sua vida terrestre. Enfim, não são os atos externos que qualificam o homem, mas sim a sua atitude interna. O homem espiritual, de atitude interna pura, tem de tolerar, não raro, atos externos que lhe granjeiam fama de impuro. Tolerar essa fama de impuro pode ser um poderoso profilático para conservar-lhe sadia e vigorosa a pureza interior.

Por isso, quando percorreu o mundo aquela notícia de que um homem paupérrimo e riquíssimo havia deixado o plano dos mortais, a humanidade suspendeu por uns momentos a respiração e meditou em silêncio... E muitos compreenderam que semelhante pobreza externa só podia ser construída sobre uma grande riqueza interna...

E muitos se tornaram melhores – porque um homem intimamente bom havia passado pela terra dos mortais... Em última análise, existe um único meio de tornar bons os outros – é ser bom. Quem é realmente bom faz bem a todos,

porque o seu ser-bom facilita aos outros serem bons também, mesmo que esses “outros” lhe sejam totalmente desconhecidos, e mesmo que habitassem as mais longínquas praias da mais distante das galáxias do universo. O ser-bom atua a qualquer distância, indiferente a tempo e espaço.

Nesse sentido escreveu Gandhi: “Se um único homem atingir a plenitude do amor, neutraliza o ódio de milhões”.

CAPÍTULO 3

As metamorfoses de Gandhi

Quase todos os insetos passam por diversas formas evolutivas – ovo, larva, crisálida, borboleta, ou forma correspondente – até atingirem a plenitude da sua natureza específica. Entretanto, a essência de todas essas formas evolutivas é a mesma em todos os estados; apenas as suas existências variam. A encantadora borboleta é essencialmente o mesmo ser que estava no ovo, na lagarta e na crisálida; e foi essa alma do futuro lepidóptero que, misteriosamente, impeliu as suas formas sucessivas e provisórias a atingirem as alturas do inseto alado definitivo.

Em última análise, por mais estranho e paradoxal que pareça, nenhum ser se torna o que não é; nenhum ser se torna explicitamente o que, desde o início, não é implicitamente. A “*natura*” (natureza) de cada ser é a coisa “*nascitura*”, a que vai nascer e que, antes de nascer, nele existe em forma latente e potencial.

A potência ou potencialidade de um ser é a sua verdadeira natureza.

A verdadeira natureza do homem, por exemplo, é a sua racionalidade, porque todo homem é potencialmente racional, embora na maior parte dos homens de hoje não tenha ainda despertado essa racionalidade, senão apenas a sua intelectualidade. O homem é, potencialmente, um *homo rationalis*, ou *homo sapiens*, quando, atualmente, é apenas um *homo intellectualis*, ou *homo intelligens*.

O pequeno Mohandas Karamchand Gandhi (nascido a 2 de outubro de 1869 em Porbandar) era, implicitamente, o mesmo que o grande Mahatma Gandhi se tornou através dos decênios subsequentes. Na obra autobiográfica *Minha Vida e Minhas Experiências com a Verdade* conta Gandhi – com certa rudeza agostiniana, prova da sua inexorável sinceridade – algumas das metamorfoses da sua vida interna e externa. Em Porbandar, cidade ao noroeste de Bombaim, exercia seu pai, Kaba Gandhi, o cargo de primeiro-ministro. Mohandas Karamchand era o mais novo de seis filhos, três meninas e três meninos.

Foi no cárcere de Gujarat, de 1922 a 1924, que Gandhi achou tempo para escrever suas memórias.

De gênio tímido e retraído, era o pequeno o reflexo de sua mãe, da qual herdou também esse pendor introspectivo-místico que, mais tarde, atingiu plena evolução, sem o alhear do mundo exterior.

Na escola, pela convivência com meninos mais “modernos”, aprendeu alguns dos vícios do mundo civilizado, como o de comer carne e, quando viu um cigarro fumegante na boca de um seu tio europeizado, o pequeno Karamchand o imitou, a fim de ser digno dos grandes e sentir-se importante. Chegou mesmo a surripiar dinheiro a seu pai e a outros, para poder comprar cigarros.

Como era de constituição franzina, um amigo o convenceu de que nunca teria vigor normal se não se habituasse a comer carne regularmente. O menino sucumbiu à tentação. Mas o primeiro bocado de carne de cabra lhe ficou como que atravessado na garganta – tão veemente era a consciência do pecado que estava cometendo, ingerindo parte dum animal assassinado. Mas, aos poucos, se foi habituando ao carnivorismo, tanto mais que os grandes senhores da terra, os ingleses, eram valentes na ingestão dessa espécie de manjares.

Sendo os pais de Gandhi estritos vegetarianos, viu-se o pequeno pecador obrigado a lhes mentir constantemente, a fim de ocultar o seu secreto carnivorismo. Aos poucos, esses dois delitos, a ingestão de carne animal e a mentira, desarmonizaram a tal ponto a alma sensível do garotinho que, finalmente, teve a força de romper em definitivo com essas fraquezas, voltando à pureza do vegetarianismo e da verdade. Sua intransigência no culto da verdade, manifestada o resto da sua vida, remonta a esses acontecimentos da sua infância.

* * *

Era, e é ainda em parte, praxe na Índia que os meninos casem aos 13 ou 14 anos, e as meninas aos 11 ou 12. Gandhi casou com a idade de 13 anos com uma menina da mesma idade, que ele não escolhera nem jamais vira.

Desse modo, mal saído da infância, viu-se o adolescente lançado ao mundo tempestuoso das paixões sexuais; ele, cuja erótica era excepcionalmente forte. Pelo que nos deixou escrito sobre esse período da sua vida, concluímos que, qual o jovem Agostinho, tinha obsessão pelos prazeres do sexo.

Por volta dos 15 anos, tentou suicidar-se, em companhia de um amigo, ingerindo umas sementes tidas por venenosas; mas a droga não surtiu efeito, e os candidatos à autodestruição sobreviveram e criaram juízo.

Pouco mais tarde, endividado, Gandhi cortou o elo de uma pulseira de ouro de um irmão seu para saldar o débito; pagou a dívida material, mas sentiu-se moralmente endividado com esse furto.

Após essa série de pecados sentiu-se o jovem tão indizivelmente abjeto, que resolveu fazer uma confissão geral a seu pai, pedir uma penitência e começar vida nova, de pureza e honestidade. Ouçamos como ele, na autobiografia, narra esse episódio da sua juventude:

Depois de pagar a minha dívida com aquele furto, senti-me tão intolerável que fiz o propósito de nunca mais furtar. Resolvi confessar tudo a meu pai. Mas não tive coragem de abrir a boca, não porque receasse apanhar de meu pai – não me recordo de ter jamais apanhado dele – e sim porque receava causar-lhe grande sofrimento. Apesar de tudo, sentia que devia arriscar esse passo, uma vez que não haveria purificação sem uma confissão sincera. Finalmente, resolvi escrever a minha confissão numa folha de papel e entregá-la a meu pai, pedindo-lhe perdão. Foi o que fiz; entreguei-lhe pessoalmente a folha. Nesse escrito não só lhe confessava as minhas culpas, mas também pedia que me castigasse devidamente. No final da carta lhe implorava que, de forma alguma, pensasse em impor a si mesmo uma penitência por meus delitos, e revelava-lhe que fizera o voto de nunca mais roubar.

Eu tremia em todo o corpo ao lhe entregar a carta. Nesse tempo, sofria meu pai de uma fístula e tinha de ficar de cama. O seu leito era uma simples prancha de madeira nua. Entreguei-lhe, pois, o meu escrito e sentei-me defronte dele. Enquanto ele lia, rolavam-lhe as lágrimas pelas faces, banhando o papel. Depois, por uns momentos, fechou os olhos em meditação, e passou a rasgar o papel. Durante a leitura, erguera o corpo; depois tornou a reclinar-se sobre o leito. Também eu estava com os olhos cheios de lágrimas ao perceber o sofrimento da alma dele. Se eu fosse pintor, poderia reproduzir, ainda hoje, toda essa cena, tão vivamente ela se me estampou no espírito. Essas lágrimas de amor purificaram o meu coração e lavaram os meus pecados. Só quem experimenta em si tamanho amor é que sabe o que dizemos nesse cântico: “Somente quem pelas setas do amor foi ferido lhe conhece o poder”.

Tudo isso foi para mim uma lição de coisas no plano da ahimsa¹, Nesse tempo, é verdade, não estava eu ainda em condições de descobrir naquele ato senão o amor de um pai; hoje sei que era a mais pura ahimsa. Quando essa ahimsa chega a abranger tudo, transforma todas as coisas com que entra em contato. O seu poder não conhece limites.

1. Ahimsa, literalmente não-violência; mas o seu sentido, em sânscrito, não é apenas negativo; inclui muito de positivo, aproximando-se do sentido de benevolência ou benquerença. Os conceitos de ahimsa e de satyagraha (força da verdade) são como que os dois pólos sobre os quais gira toda a vida e atividade de Mahatma Gandhi. Esta é impossível sem aquela; quem pratica violência física não pode praticar a verdade metafísica, porque a violência é o produto da ignorância e do erro. O adepto da verdade tem de renunciar à não-verdade, em todas as formas.

Tão sublime perdão não era, aliás, próprio do gênio de meu pai; eu esperava que ele se zangasse, que me dissesse coisas duras e batesse com a mão na testa. Mas ele se conservou maravilhosamente calmo; creio que isso vinha da

sinceridade da minha confissão. Uma confissão sem reservas, unida ao voto de evitar o pecado, feita a quem de direito, é esta a mais pura forma de arrependimento. O que sei é que minha confissão deu a meu pai perfeita tranquilidade sobre mim, e aumentou imensamente o amor que ele me tinha.

CAPÍTULO 4

Experiências em Londres

Com a idade de 18 anos, embarcou Gandhi para Londres, a fim de iniciar os seus estudos na Faculdade de Direito. Segundo os estatutos da sua casta, tinha ele proibição absoluta de dar esse passo; mas deu-o a conselho de parentes sensatos e amigos bem-intencionados. Sua mãe, a princípio, receava a ruína moral do filho, e só consentiu na partida dele depois que Karamchand depôs nas mãos dela um voto tríplice, a saber:

1. Conservar-se sexualmente puro.
2. Nunca tomar bebida alcoólica.
3. Não comer carne.

Gandhi prometeu e cumpriu fielmente os três votos, durante toda a sua estada em Londres.

Grandes foram as dificuldades iniciais na metrópole britânica. Tudo era tão diferente, tudo tão estranho, tudo tão profano... Encontrar um restaurante onde não lhe fossem servidos fragmentos de cadáveres de animais assassinados foi uma luta insana...

Finalmente, descobriu uma casa onde se serviam refeições vegetarianas, e pela primeira vez pôde tomar uma refeição farta, sem receios. Nesse restaurante naturalista também encontrou livros que recomendavam alimentos de procedência vegetal.

Gandhi era de natural tímido e nada social. Pouquíssimas eram as suas relações na sociedade, pelo menos no princípio. A fim de ter maior contato com o ambiente, resolveu vestir-se à européia, de gravata e colarinho, chegando mesmo a gostar de certa elegância no traje. Mas que coisa esquisita era um chapéu!... Só depois de algum tempo, o jovem estudante de Direito conseguiu usar corretamente esse ornamento. Por algum tempo até tomou lições de dança, estudou violino e francês...

Mas, depois de uns meses, convenceu-se de que todas essas coisas eram adulações da sua natureza simples, além de lhe roubarem parte do tempo necessário para os estudos.

Alugou um quartinho modesto e daí por diante foi ele mesmo cozinhar os seus alimentos. Resolveu também dispensar tanto quanto possível os veículos de transporte, indo a pé grandes trechos, com real proveito de sua saúde e da bolsa.

* * *

Em Londres, encontrou-se com dois luminares da teosofia, Madame Blavatsky e Mrs. Besant. Não parece, contudo, que se tenha interessado grandemente pela teosofia; a sua alma era por demais oriental para que esse arranjo oriental-ocidental elaborado por aquelas duas senhoras, encontrasse suficiente eco.

Muito mais importante foi para ele o contato com a maravilhosa tradução inglesa da *Bhagavad-Gita*¹ feita por Mr. Edwin Arnold, bem como a obra-prima desse escritor intitulada *The Light of Asia* (O Luzeiro da Ásia), como o autor chama Gautama Siddhartha, o Buda. Gandhi conhecia, desde a mais tenra infância, a *Gita*, mas parece que a forma que Arnold lhe deu, adicionou novos encantos a esse evangelho do Oriente.

1. Traduzida e comentada por Huberto Rohden e editada por esta Editora. (N. do E.)

Outro acontecimento que marcou época na vida do jovem indiano foi a leitura da *Bíblia*, sobretudo dos Evangelhos, com o ponto culminante do Sermão da Montanha, onde Gandhi encontrou perfeita sintonia com os mais elevados ideais da mística hindu. Se o Evangelho é o coração da *Bíblia*, o Sermão da Montanha é a alma do Evangelho. Mais tarde, disse Gandhi a um amigo: “Se toda a literatura espiritual da humanidade percesse, e só se salvasse o Sermão da Montanha, nada estaria perdido”.

Nesses documentos cristãos de pura espiritualidade encontrou Gandhi o clímax da *Bhagavad-Gita*, e descobriu a sua própria alma sedenta de verdade.

Interrogado, mais tarde, onde encontrara os princípios básicos da sua doutrina de *ahimsa* e *satyagraha*, respondeu que, na sua infância, ouvira essas verdades dos lábios de sua mãe, que lhe interpretava o espírito da *Bhagavad-Gita*; mais tarde, descobrira a confirmação delas no Sermão da Montanha e, finalmente, nas obras de Leon Tolstoi.

Desde esse tempo, convenceu-se Gandhi de que a verdade não tem partido nem credo; que ninguém é dono da verdade nem possui o monopólio da mesma; que a verdade é como a luz, a vida, o espírito; que ela é o próprio Deus, e que cada um participa da verdade uma vez que possui experiência de Deus. Nenhuma sociedade religiosa pode dar ao homem a verdade, mas todas elas, quando fiéis ao espírito divino, podem aplainar os caminhos para que o homem, assim preparado, tenha o seu encontro direto com o Deus da Verdade, que é a Verdade de Deus. Uma igreja que afirma possuir O monopólio da verdade apostata, com isso mesmo, do espírito da Verdade.

* * *

Ao termo de mais de três anos de ausência, regressou Gandhi para a Índia, com o título de Doutor em Direito.

Durante esse tempo falecera sua mãe, e Gandhi, ao entrar em casa, viu pela primeira vez o seu filho primogênito, de três anos de idade, nascido na ausência do pai.

Os primeiros anos após o regresso ao torrão natal foram talvez os mais tristes na vida desse homem. De gênio sensual e ambicioso, não encontrou satisfação nem no seio da família nem na vida profissional. Não fora a inesgotável solicitude e paciência do irmão mais velho, talvez o jovem causídico tivesse soçobrado e submergido no vasto oceano da mediocridade que dominava em derredor. Felizmente, havia nas profundezas de sua alma algo que não lhe permitia sossego no meio das satisfações e insatisfações do ambiente. Dinheiro, fama, prazeres, faziam, certamente, parte integrante da sua vida – mas podiam eles formar o centro de gravitação para um homem que, embora ainda vagamente, vislumbrava o seu grande destino para além desses estreitos horizontes? Sentia em si algo como uma imperiosa necessidade de servir e de se sacrificar para se encontrar a si mesmo, perdendo-se nos outros; mas, como isso de se perder nos outros homens, pode levar alguém a uma perigosa dispersividade e desintegração de si mesmo, adivinhou Gandhi a necessidade de se perder, primeiramente, em Deus, para que pudesse perder-se, sem detrimento, no serviço da humanidade. Quem não aprendeu a ser solitário em Deus não pode ser, sem perigo, solidário com os homens.

Mas a alma mística do jovem indiano estava ainda semidormente; era necessário que ele sofresse muito, muitíssimo, até que essa grande alma despertasse nele e tomasse conta da sua vida.

Se o homem profano suspeitasse a felicidade imensa que brota da voluntária renúncia às coisas do pequeno ego, em prol de seus semelhantes, não suportaria, por um momento sequer, aquilo que ele chama a sua “felicidade”...

A “Grande Alma” da Índia estava em vésperas da sua gloriosa epopéia de uma doação integral do seu pequeno ego ao Deus da humanidade e à humanidade de Deus.

CAPÍTULO 5

Força espiritual versus violência material

Em 1893 seguiu Mohandas Karamchand Gandhi para o sul da África, a fim de levar a termo o processo de uma firma indiana contra um devedor remisso.

Mas – o homem põe e Deus dispõe.

A estada de Gandhi no continente africano devia prolongar-se por mais de dois decênios. Deus ia servir-se dele para reivindicar os direitos dos imigrantes indianos e outros conculcados pelos dominadores europeus. Após ligeiro regresso à Índia, em 1896, Gandhi retornou à África e iniciou uma campanha de força espiritual contra a violência material do governo britânico, nessa zona. Quando, em janeiro de 1897, retornando da Índia, pôs outra vez o pé em território africano, juntamente com 800 imigrantes indianos, não foi, por um triz, linchado pela multidão encolerizada que trabalhava a serviço dos invasores europeus.

Em 1899 rompeu, no sul da África, a guerra dos Boers, durante a qual Gandhi e seus amigos ofereceram os seus préstimos a serviço dos feridos.

De 1904 a 1914 dirigiu Gandhi os trabalhos da revista *Indian Opinion*, na qual procurava esclarecer a situação de seus conterrâneos na África e reivindicar o direito das minorias espezinhadas.

Por esse mesmo tempo fundou também a Colônia Tolstoi, para onde transferiu a redação e a administração da revista. Nesse paraíso terrestre fundiam-se, em admirável sinfonia, os trabalhos agrícolas e os altos ideais de espiritualidade do futuro libertador da Índia. Na Colônia Tolstoi revelou-se Gandhi exímio educador de crianças e adultos, dando com a própria vida o exemplo de espontânea solidariedade ética, baseada na experiência mística. Assim, diz ele, “os meus educandos se tornaram os meus educadores, porque me obrigaram a exercer sobre mim mesmo a mais rígida disciplina e autodomínio, sob pena de ver frustrados os meus trabalhos pedagógicos. Tive de educar-me plenamente a fim de poder educar os meus educandos”.

Já nesse tempo considerava Gandhi as deficiências dos seus educandos como consequência das suas próprias deficiências, e repetidas vezes impôs a si

mesmo severo castigo pelas faltas deles, a fim de conseguir, para seus alunos e discípulos, a força espiritual necessária para uma vida de perfeita ética e autodomínio. Mais tarde, quando líder político e espiritual de centenas de milhões de indianos, prossegue ele nesse caminho, tão estranho e desconhecido a nós, mas tão profundamente verdadeiro e eminentemente crístico. Quando a Índia se recusava a sintonizar Com a *ahimsa* e queria libertar-se à força de violências materiais, a exemplo do que praticam todos os profanos, então recorria o grande líder espiritual a longos períodos de jejum e oração, a fim de potencializar em si a voltagem espiritual e desse modo influenciar os seus conterrâneos. Esse homem, certamente, tinha conhecimento intuitivo de uma misteriosa lei cósmica, que tem por base o fato do “sofrimento vicário”, ou seja, o fato de que o sofrimento voluntário e amoroso de uma pessoa tem o poder de modificar o clima interior de outros homens e torná-los propícios para as influências superiores. Quando, mais tarde, escreveu que “o amor de um único homem pode neutralizar o ódio de milhões”, falou da profunda experiência dessa lei cósmica. Gandhi nunca escreveu tratados de mística, mas a sua vida refulge de frequentes lampejos místicos, sempre com formas diretamente práticas.

Quão necessários fossem esses preparativos ético-espirituais, no silêncio bucólico da Colônia Tolstoi, evidenciou-se, pouco depois, quando Gandhi teve de empreender a sua primeira grande batalha a favor dos direitos dos oprimidos e da dignidade humana de milhares de explorados.

Os imigrantes sul-africanos eram vítimas inermes de um imposto individual que lhes tolhia qualquer possibilidade de emancipação econômica, reduzindo-os à perpétua escravidão. Os dominadores europeus prometiam abolir essa taxa extorsiva, mas as suas promessas nunca se concretizaram em fatos, porque sabiam que os pobres imigrantes não possuíam meios para fazer valer os seus direitos.

Acrescia a essa situação outra injustiça; em 1913, o supremo tribunal da Colônia do Cabo resolvera invalidar todos os casamentos não contraídos nos cartórios oficiais e segundo o rito cristão, negando aos filhos desses casais, pela maior parte hindus e maometanos, o direito de herdarem os bens dos pais. Desse modo, de um momento para outro, milhares de mulheres até então legitimamente casadas, eram declaradas concubinárias, e seus filhos degradados à prole ilegítima.

Gandhi revoltou-se contra semelhantes injustiças, mas fê-lo a seu modo e de acordo com os sagrados princípios da *ahimsa* e *satyagraha*.

Há três atitudes que o homem pode assumir em face de uma injustiça manifesta: 1) calar-se simplesmente, e isto é covardia; 2) revoltar-se, opondo violência à violência, e isto é degradar-se ao nível de seu inimigo; 3) opor uma força espiritual a uma força material, e isto é suprema sabedoria, embora conhecida apenas de uns poucos sábios e que supõe uma força espiritual que

pouquíssimos homens possuem. Essa atitude é chamada por Gandhi, como já dissemos, *ahimsa* combinada com *satyagraha*, sendo esta impossível sem a presença daquela. Mas a ação conjunta dessas duas forças garante vitória certa e total porque ela é literalmente onipotente.

Interrogado, um dia, se a não-violência (*ahimsa*) era arma eficaz contra a violência, respondeu Gandhi negativamente, acrescentando que somente uma *violência espiritual* é que podia derrotar uma *violência material*; interrogado sobre o sentido dessa “violência espiritual”, respondeu que essa espécie de violência se chama, geralmente, amor, que é onipotente.

Em face das injustiças que os dominadores cristãos da Europa cometiam contra os imigrantes e nativos gentios da África do Sul, resolveu Gandhi, depois de tentar inutilmente medidas conciliatórias, declarar-se em estado de *ahimsa*, desobedecendo à lei e convidando outros a segui-lo nessa “resistência passiva”. Insistiu, porém, e com grande veemência, que essa atitude fosse realizada sem um vestígio de violência, nem material, nem verbal, nem mental, isto é, que ninguém fizesse, dissesse ou pensasse mal de seus opressores, mantendo para com todos eles uma atitude interna e externa de benevolência.

A execução prática dessa atitude de tríplice não-violência supõe uma força espiritual quase impossível, sobretudo a não-violência mental. Não *fazer* mal ao malfeitor é difícil. Não *dizer* mal dele é difícilíssimo. Nem sequer *pensar* mal dele nem *querer-lhe* mal, e ainda querer bem a quem nos quer e faz mal – isto é um desafio ao mais alto heroísmo espiritual que se possa imaginar. Nessa altura se encontram, em fraternal amplexo, o espírito de Jesus, no Sermão da Montanha, e a alma de Gandhi, nas plagas da África, e depois na Índia: ambos exigem do homem algo humanamente impossível, porém possível ao espírito de Deus que habita no homem.

O homem comum, totalmente profano, age em face de qualquer violência como uma fera, opondo violência à violência, tentando derrotar um negativo com outro negativo, multiplicando assim os negativos existentes no mundo e piorando a situação geral da humanidade. E assim age o profano porque é juguete e autômato passivo de instintos cegos que o impelem e aos quais ele não consegue resistir. Quando um ou outro, menos profano, consegue abster-se de revidar violência com violência, tem, geralmente, a sensação de ser um herói extraordinariamente virtuoso. Esse, é verdade, não aumenta a massa dos negativos que no mundo existem, mas também não os diminui.

Quando então aparece algures, na face do planeta, esse fenômeno raríssimo que é o homem realmente livre e opõe ao negativo do ódio o positivo do amor, então assiste a humanidade à gênese de um novo mundo, ao *fiat* criador de um universo de luz e força que eclipsa todos os mundos materiais. Esse estranho fenômeno é então considerado como um “santo” – ou também como um “louco” conforme a capacidade receptiva de quem o contempla.

“Se um único homem chega à plenitude do amor, neutraliza o ódio de milhões.”

A salvação da humanidade não consiste em medidas legislativas ou policiais – consiste fundamentalmente no fato de aparecer sobre a face da terra número suficiente de homens que tenham tido o seu contato real com o Infinito e, em consequência disso, possuam a força, leve e luminosa, de opor o positivo da benquerença ao negativo da malquerença, homens soberanamente libertos que neutralizam a violência material do ódio com a violência espiritual do amor.

Mas essa violência espiritual não é objeto de leis e decretos humanos – é o efeito de uma evolução interior do homem individual; consiste, em última análise, no descobrimento da verdade sobre si mesmo, no *gnôthi seautón* que os pensadores da Antiguidade haviam gravado no frontispício do templo de Delfos. Enquanto o homem identifica o seu verdadeiro EU divino com o seu pseudo-eu humano – o seu elemento racional-espiritual, com o seu elemento físico-mental-emocional – não é capaz de responder o mal com o bem, ódio com amor, malquerença com benquerença, porque está sujeito à lei férrea de causa e efeito.

A suprema vitória da auto-realização, ou cristificação, depende do conhecimento da verdade do homem sobre si mesmo; naturalmente, não de um simples conhecimento teórico, analítico, intelectual, mas uma verdadeira compreensão experiencial e vital de sua íntima natureza, que é divina, boa, pura.

Todos os homens são potencialmente bons, porque isso é da natureza humana, mas poucos conseguem atualizar externamente essa sua potencialidade, essa bondade interna e embrionária, e levá-la à plena florescência e frutificação. Infelizmente, os nossos teólogos ocidentais, ensinando que o homem é essencialmente mau desde o primeiro momento da sua existência, dificultam grandemente essa árdua tarefa da atualização explícita da potencialidade implícita do homem. Se o homem fosse essencialmente negativo, mau, não poderia jamais tornar-se realmente positivo, bom, a não ser que adulterasse a sua íntima natureza humana; ninguém se torna explicitamente o que não é implicitamente.

Gandhi não elaborou nenhum sistema de filosofia ou teologia; mas a sua vida, obediente ao impulso da verdade, é uma apoteose da mais deslumbrante filosofia cósmica.

E, nessas alturas, estabeleceu-se o invisível contato entre a filosofia prática de Gandhi e a sabedoria espiritual do Evangelho de Jesus Cristo, embora, externamente, o grande líder espiritual da Índia não se tenha filiado a nenhuma organização eclesiástica do cristianismo teológico do Ocidente.

* * *

Quando Gandhi se declarou em “desobediência civil”, apenas 16 pessoas o acompanharam de início; dentro em breve, porém, 60 mil pessoas se associaram

à greve, protestando em silêncio contra a injustiça do governo europeu no tocante ao imposto individual e da lei que invalidava os casamentos contraídos segundo os ritos tradicionais do país.

Quase todos os trabalhadores das minas de carvão de New Castle aderiram ao movimento. A Colônia Tolstoi, em Phoenix, era o alvo da peregrinação dos grevistas; ali se estabeleceriam eles e ganhariam o necessário, cultivando a terra.

Numa dessas noites foi Gandhi preso e lançado ao cárcere, mas brevemente posto em liberdade pelo preço de 50 libras esterlinas. Entretanto, foi de pouca duração essa liberdade. O líder foi novamente encarcerado, desta vez com grande número de amigos.

A Índia, que estava a par de tudo por meio de telegramas e notícias da imprensa, ardia num vasto incêndio de entusiasmo pró-Gandhi.

Nisto veio socorro donde menos se esperava: o ex-vice-rei da Inglaterra na Índia, Lord Hardinger, declarou-se favorável à causa de Gandhi, censurando acicamente a atitude do governo britânico na África.

Muitos milhares de grevistas estavam presos; as minas de carvão quase totalmente paralisadas. O general Smuts, principal responsável pela situação, tentou uma retirada estratégica, a fim de salvar as aparências, nomeando uma comissão para examinar a situação.

Após seis meses, Gandhi e dois dos seus principais auxiliares foram postos em liberdade. Um dos secretários do general Smuts disse a Gandhi:

“Eu não gosto da vossa gente e não estou com vontade alguma de vos fazer favores. Mas que fazer? Desejaria, por vezes, que recorrêsseis à violência, como os grevistas ingleses e, neste caso, nós saberíamos imediatamente como libertar-nos de vós. Mas vós nem sequer estais com vontade de fazer mal aos vossos inimigos; quereis vencer unicamente pelo fato de tomardes sobre vós sofrimentos e nunca transgredis os limites da vossa cordialidade e do vosso cavalheirismo, limites que vós mesmos marcastes. E é precisamente essa vossa atitude que nos torna inteiramente inermes diante de vós”.

Até essa data, o general Smuts se recusara a receber Gandhi. Finalmente, porém, se convenceu da necessidade de entrar num entendimento com esse homem estranho, que representava a alma da Índia e falava em nome de centenas de milhões de conterrâneos dele. Mandou chamar Gandhi e fez com ele um acordo provisório, que, mais tarde, passou a ter caráter definitivo. Foram revogadas as leis do imposto individual e da invalidade dos casamentos não britânicos dos nativos.

Em 1914, já em plena guerra mundial, chegou a Londres para se encontrar com seu grande e benemérito patrício Gokhale. No fim do mesmo ano regressou para a Índia, onde foi recebido em triunfo. Contava 45 anos de idade.

Teria ele suspeitado que se encontrava em vésperas de uma luta muito mais árdua, em sua pátria, do que a que enfrentara, vitorioso, em terra estranha? E que, também desta vez, seria plenamente vitorioso, graças ao poder do espírito?

CAPÍTULO 6

A Índia antes e depois da invasão britânica

Thoreau, o poeta místico norte-americano, escreveu: “Quando, em algum país, o governo comete injustiças, então o único lugar onde um cidadão honesto pode viver é na cadeia”.

Estamos habituados a falar da Índia como de um país atrasado, cheio de miséria e de mendigos. E muitos tomam isso por argumento para provar que espiritualidade é infensa ao progresso.

Entretanto, convém saber que até o século 18 era a Índia um dos países mais florescentes do globo, e o seu povo vivia numa espécie de paraíso terrestre, cheio de ordem e prosperidade. Os viajantes europeus voltavam do Extremo Oriente encantados com o que tinham visto. Tecidos finíssimos, sedas, musselinas, trabalhos de bordado, tapetes, objetos de arte em marfim e pedras preciosas, especiarias raras – tudo isto vinha da Índia. Os navios do Oriente eram famosos, os estaleiros da Índia tão perfeitos que, em 1802, a Inglaterra mandou vir desse país os desenhos para os seus navios mercantes e vasos bélicos¹. A *Bíblia* do Antigo Testamento fala da Índia como sinônimo de riqueza e prosperidade.

[1. Extraímos esses dados do livro de Werner Zimmermann, *Mahatma Gandhi*.](#)

A agricultura era considerada como trabalho sagrado, de maneira que, até em tempos de guerra, evitava-se, na medida do possível, a destruição das plantações. Os impostos revertiam em benefício do povo, em forma de obras públicas. O comércio era feito ou em dinheiro ou em gêneros. Para épocas de carestia, existiam grandes armazéns onde eram conservados os produtos supérfluos. Havia magníficos monumentos de arquitetura; canais e estradas de rodagem cortavam a Índia em todas as direções; e se acham, em parte, conservadas até nossos dias.

Não havia aldeia que não possuísse suas escolas. Pelo fim do século 18, escreve Anquetil du Pernon o seguinte:

“Quando pus o pé no país dos marajás, tive a impressão de me ver transportado ao coração da simplicidade e do ambiente feliz da idade áurea, quando a natureza não fora ainda transmudada, quando a guerra e a miséria eram desconhecidas. O povo é alegre, vigoroso e de perfeita saúde. Ilimitada hospitalidade é virtude geral. Todas as casas têm suas portas abertas; forasteiros são bem-vindos como amigos e vizinhos”.

Desabou então sobre a Índia, no século 19, a grande catástrofe: uma nação européia penetrou no Extremo Oriente, ocupando-o, primeiro apenas comercialmente, mas escravizando, por fim, política e militarmente, um povo essencialmente pacífico. É talvez este o maior crime que a Grã-Bretanha cometeu em todos os tempos da sua história, o fato de ter arruinado, com a sua insaciável ganância, uma nação próspera e feliz. Não faltavam, é verdade, atenuantes para essa ocupação – povos vizinhos estavam em luta com a Índia, e a Inglaterra interveio como mediadora para restabelecer a paz e a ordem. De resto, não faltam entre os próprios britânicos pessoas sinceras que explicitamente reconhecem a grande culpa de um país chamado cristão contra um povo gentio. J. R. MacDonald, que por longos anos foi primeiro-ministro da Grã-Bretanha, escreve em seus relatórios:

“Dias e dias a fio percorremos o país e não vimos senão corpos emagrecidos, mourejando de sol a sol, arrastando-se cansadamente, através da vida inteira. A Índia é a pátria das vítimas da pobreza, e cada vez mais consciente se me vai tornando o fato de que essa pobreza vai de mãos dadas com a mais perfeita benevolência humana”.

Ch. Elliott escreve:

“Não hesito em afirmar que metade da nossa população agrícola da Índia, durante o ano inteiro, não consegue matar a fome”.

O dr. J. Oldfield, em 1912, publicou no *Daily News*:

“Não há, de momento, flagelo de fome na Índia oficialmente reconhecido; entretanto, visitando dúzias de aldeias e entrando em muitas casas, encontrei vazios ou quase vazios os celeiros de cereais, o que significa que os lavradores já venderam as suas parcas colheitas a fim de poderem pagar os impostos e que, dentro de dois meses, estarão sofrendo miséria”.

O rev. J. Knowles, da Sociedade Missionária de Londres, informa:

“Verifiquei, numa comunidade de 300 almas, após cuidadoso exame, que a cada pessoa cabe cerca de 1/4 de *penny* de renda diária. Essa gente não vive, vegeta apenas”.

A ganância do império britânico decretou para a Índia tão pesados impostos que, só na província de Madras, no espaço de dez anos, 840.713 camponeses e suas

famílias foram expulsos das suas propriedades e estas confiscadas e vendidas em leilão porque os seus antigos donos não estavam em condições de pagar aos magnatas cristãos os impostos exigidos por lei. Mais de um milhão de hectares de terras foram abandonadas, e seus legítimos donos, espoliados, andaram pela Índia como mendigos.

O dr. Rutherford, em 1927, escreve em *Modern India*:

“Talvez o maior terror me incutia o fato de que eu, como cidadão britânico, era responsável pelo estado físico desses indianos, que era uma lenta e dolorosa agonia, uma vez que era responsável pelo governo que se descuidava de impedir a fome por meio de melhores serviços de água e pela redução de impostos territoriais”.

* * *

No meio dessa situação aparece Gandhi e se sente obrigado em consciência a dedicar a sua existência ao serviço da justiça e da reumanização de um povo tão desumanamente maltratado por uma nação cristã do Ocidente.

Dois caminhos existiam, em tese, para realizar tão ingente tarefa: o da violência e o da benevolência. O primeiro é o que todos os povos antigos e modernos conhecem e costumam praticar. Gandhi, dado o seu imenso prestígio, poderia ter recrutado um exército de muitos milhões de homens e iniciado, se não uma guerra aberta, pelo menos um sistema de constantes guerrilhas e sabotagem que tornasse praticamente impossível a permanência do dominador britânico na Índia. Entretanto, o líder político e espiritual de seu povo não seguiu esse caminho – precisamente por ser um verdadeiro chefe espiritual. As suas evolução e experiência interna haviam atingido um estágio superior ao de quase todos os grandes homens públicos da história; havia se abeberado em duas fontes que põem a benevolência espiritual acima de toda a violência material – a *Bhagavad-Gita* e os Evangelhos. Dessas alturas da iniciação não havia regresso para as baixadas da profanidade.

E Gandhi resolveu empreender, em prol de seu povo, a grande campanha pacífica de libertação, como, no sul da África, fizera a favor das minorias imigratórias oprimidas e espoliadas pela mesma potência ocidental.

CAPÍTULO 7

A luta contra o monopólio do sal

Em 1930 resolveu o governo britânico da Índia decretar o monopólio do sal, obrigando cada indiano a comprar o seu sal, dos agentes do governo, por um preço 24 vezes mais alto do que esse condimento custava, anteriormente, no comércio. Esse preço era praticamente proibitivo; a maior parte das pessoas do povo, já tão empobrecido, seria privada do uso do sal; só os habitantes mais abastados poderiam fazer semelhante despesa – a favor dos cofres de Londres. O oceano é salgado e banha grande extensão da Índia; mas o governo britânico proibira severamente a extração do sal das águas do mar, para que todos os indivíduos fossem obrigados a adquiri-lo nos depósitos oficiais do governo. Era necessário que centenas de milhões de indianos servissem de pedestal para que um pequeno grupo de gozadores pudesse folgar à vontade e viver no luxo.

Inumeráveis minas de sal, pequenas e grandes, foram fechadas por ordem do governo. Alguns camponeses, altas horas da noite, tangiam os seus rebanhos de gado para jazidas de sal à flor da terra – mas a polícia descobriu essa transgressão da lei e infligiu aos contraventores severa punição, inutilizando ao mesmo tempo essas jazidas.

Em princípios de 1930 resolveu Gandhi levantar voz de protesto contra essa lei injusta do monopólio do sal, empregando o mesmo método de *ahimsa* que usara na África. Entretanto, o seu apurado senso de justiça e sinceridade o impeliu a escrever, primeiro, uma carta ao vice-rei da Índia, solicitando encarecidamente a revogação da lei injusta. É notável esse documento de coragem e de humildade, razão por que o reproduzimos, a seguir:

Satyagraha Ashram

Sabarmati, 2 de março de 1930.

Querido amigo.

Antes de passar à desobediência civil e arriscar um passo que, durante todos esses anos, tenho procurado evitar, quisera dirigir-me a V. S^a para ver se encontro outra solução.

A minha palavra dada é absolutamente clara. Sou incapaz de fazer mal, intencionalmente, a qualquer ser vivo, muito menos a meus semelhantes – nem mesmo então quando estes me fizerem, a mim e aos meus, a maior injustiça. Embora eu considere o domínio britânico uma maldição, nem por isso tenho a intenção de fazer mal a um único inglês, nem de violar qualquer interesse legítimo que a Inglaterra possa ter na Índia.

As injustiças, que lhe expus alhures, estão sendo continuadas com o fim de manter uma administração estrangeira, a qual é, provadamente, a mais dispendiosa do mundo. Considere V. S^a, por exemplo, o seu ordenado pessoal; importa em mais de 21.000 rupias mensais, sem contar diversos abonos diretos. O primeiro-ministro inglês recebe 5.000 libras esterlinas por ano, o que, pelo câmbio atual, são 5.400 rupias por mês, enquanto V. S^a recebe diariamente 700 rupias – quando a média da renda diária do indiano é menos de 2 anás. O primeiro-ministro de Londres recebe 180 rupias diariamente, quando a renda média do inglês é de 2 rupias diárias. De maneira que V. S^a recebe 5 mil vezes mais do que o indiano, na média, enquanto o primeiro-ministro inglês recebe apenas 90 vezes mais do que uma pessoa do nosso povo.

Genuflexo, suplico a V. S^a que medite sobre este fato. Escolhi um exemplo pessoal para ilustrar esta verdade. Grande demais é o respeito que tenho para com V. S^a, como homem, para não querer melindrar os seus sentimentos. Sei que V. S^a não gasta todo o seu ordenado – possivelmente, é ele empregado em obras de beneficência. Mas o sistema que cria os preliminares para semelhante estado de coisas tem de ser exterminado radicalmente.

O que vale do ordenado do vice-rei vale, em geral, da administração como tal

(Gandhi passa a expor ao vice-rei o que entende por ahimsa ou não-violência, e prossegue:)

Essa não-violência seria manifestada pela desobediência civil, atitude, por ora, restrita aos habitantes do Satyagraha Ashram, mas, finalmente, destinada a abranger todos aqueles que preferirem aderir ao movimento dentro dos limites nitidamente definidos.

Bem sei que, ao iniciar essa ação de não-violência, empreendo algo que talvez se possa qualificar como uma temeridade de seriíssimo caráter. Mas a Verdade jamais cantou vitória sem que alguém arriscasse algo de caráter seriíssimo.

A conversão de um povo que, consciente ou inconscientemente, explora outro povo, muito mais numeroso e de cultura ainda inferior – bem vale esse passo arriscado.

Escolhi deliberadamente a palavra “conversão” porque não é outra a minha ambição senão converter o povo inglês pela não-violência, a fim de que ele enxergue a injustiça que está cometendo contra a Índia. Não é intenção minha

fazer mal algum a seu povo; quisera mesmo servi-lo, assim como sirvo ao meu próprio povo.

Sou seu amigo sincero,

M. K. Gandhi.

O vice-rei acusou laconicamente o recebimento da carta supra, mas não atendeu à solicitação de Gandhi.

Assim, Gandhi resolveu executar o plano. Iria marchar à praia do mar e iniciar os trabalhos da extração do sal e oferecê-lo ao povo da Índia, livre de impostos. O governo se veria obrigado a intervir e, desse modo, atrairia a atenção do mundo, despertando as nações para a injustiça da qual a Índia estava sendo vítima.

Gandhi tinha perfeita noção dos sacrifícios e do perigo que os aguardavam, a ele e aos outros *satyagrahis* que resolvessem aderir espontaneamente ao movimento de desobediência civil.

Dias antes do início da marcha associaram-se ao grande líder 79 homens, a elite espiritual do *ashram*, que se declararam dispostos a tomar sobre si, livremente, todos e quaisquer sacrifícios, inclusive prisão e morte. Gandhi lhes fez ver o arriscado da sua resolução; eles, porém, permaneceram firmes e prometeram evitar qualquer ato de violência material, verbal e mental – isto é, se absteriam de fazer mal, dizer mal e mesmo pensar mal de seus inimigos e carrascos, fossem quais fossem as injustiças que tivessem de sofrer.

Semelhante atitude, sobretudo a de nem sequer pensar e querer mal a seus inimigos, é tão difícil na prática que equivale a um verdadeiro teste de iniciação ou de auto-realização do homem.

No dia 5 de abril de 1930, após vinte e cinco dias de marcha, atingiram os 80 “rebeldes pacíficos” as praias do mar, num lugar chamado Dandi, e às 4h30 da manhã, depois de fervorosa meditação espiritual, começaram a extrair sal das águas do oceano.

A lei estava violada! A revolta contra o monopólio do sal iniciada! A Índia pagã, representada por uma elite de homens totalmente inermes, enfrentava um poderoso império cristão armado com os mais modernos aparelhos de destruição. Nunca se viu maior desigualdade aparente entre dois beligerantes!

Dentro de poucos dias, 50 mil pessoas, homens, mulheres e até crianças, estavam extraíndo sal do mar, que ofereciam gratuitamente ao povo ou vendiam a preço módico, sem imposto de renda.

Em face da situação, a polícia britânica não pôde ficar inativa. Começou a grande ofensiva contra o exército pacífico dos rebeldes, que foram maltratados,

chicoteados, a ponto de muitos deles caírem, exaustos, ensanguentados, alguns com os braços quebrados. Diversos hospitais cristãos se recusaram a aceitar e medicar os feridos, alegando não concordar em fazer causa comum com os revoltosos e infratores da lei.

Não tardou que 60 mil indianos, entre eles Gandhi, estivessem nas prisões, onde alguns deles sucumbiram aos ferimentos. Mas a resistência pacífica continuava e se avolumava cada vez mais. E em pé continuavam os princípios sagrados do grande líder: abstenção de qualquer espécie de violência material, verbal e mental. A senha era: opor benevolência à violência! Derrotar o ódio pelo amor!

Esse estranho duelo não tem similar na história da humanidade a não ser na vida do próprio Cristo e de alguns dos seus mais autênticos discípulos, que nunca admitiram violência física contra quem quer que fosse. Os que ainda recorrem à violência – seja material, verbal ou mental – provam com isso mesmo que ainda são analfabetos no mundo do espírito, embora se digam, externamente, discípulos do Cristo. Nesse particular, o nosso decantado Cristianismo ocidental, sobretudo na esfera eclesiástica oficial, vem praticando, há quase dois mil anos, a mais vergonhosa apostasia do espírito do Cristo – naturalmente em nome de Cristo e pela salvação das almas – tamanha é a nossa hipocrisia ou cegueira!

Toda vez que Gandhi exortava os seus intrépidos *satyagrahis* a perseverar nessa resistência pacífica e benevolente, frisava ele o fato, para eles evidente, e para nós estranho e incompreensível, de que eles contavam com imensas legiões de aliados, no mundo invisível, que ajudavam os lutadores pacíficos e benevolentes, mas os abandonariam no momento em que estes se servissem das armas antiespirituais da violência. A indefectível fidelidade ao espírito de *ahimsa* e *satyagraha* (força da verdade) era a única e infalível garantia da vitória final, uma vez que o mundo espiritual é, por sua própria natureza, superior ao mundo material; mas a sua aplicação depende dos homens, do grau de confiança e fidelidade que o homem tenha para com esse mundo de forças imponderáveis.

Gandhi frisava o princípio básico de todos os grandes mestres do espírito, que, *de per si*, não é importante e decisivo aquilo que nós possamos fazer com os nossos recursos pessoais, humanos – importantes e decisivas são as forças invisíveis do universo, forças que nós, com a nossa reta atitude, mobilizamos a nosso favor, ou então contra nós; o que decide não são os nossos atos pessoais, mas sim os poderes cósmicos, atraídos ou repelidos pela nossa atitude interna, correta ou incorreta. Criar e manter uma atitude positiva, sintonizada com as forças cósmicas da Verdade, da Justiça, do Amor, da Benevolência, da Solidariedade é mil vezes mais importante e decisivo do que fazer isto ou aquilo, no plano externo dos cálculos humanos. Não somos nós que fazemos as grandes coisas, como pensam os insipientes adeptos do ego; as grandes forças

do universo invisível atuam por virtude própria e intrínseca; nós apenas lhes servimos de canais e veículos, pelos quais essas forças se possam manifestar no plano visível. Existe, porém, uma lei inexorável que diz: o veículo positivo veicula forças positivas – e o veículo negativo veicula forças negativas. Atos de violência são veículos negativos – atitude de benevolência é veículo positivo.

As forças positivas do universo nunca poderão ser denotadas; derrotado só pode ser o veículo que não se harmonize devidamente com elas.

Por isso, é ditame de suprema sabedoria que nos portemos como canais de fluidos positivos e bons, porque, desse modo, as inderrotáveis forças cósmicas são veiculadas para dentro de nós e das nossas obras – “Se Deus é por nós, quem seria contra nós?”... “Tudo posso naquele que me dá forças”...

A ciência, naturalmente, confia nos recursos humanos, porque ela está ainda no plano primitivo do analfabetismo espiritual: somente a sapiência é que ingressou na universidade das potências superiores. Os recursos humanos, engendrados pela inteligência, produzem, em geral, resultados imediatos, razão por que os imediatistas, os míopes e os medíocres, como são todos os profanos, só conhecem e querem esses recursos.

As potências cósmicas, em geral, não produzem resultados imediatos, no plano da vida horizontal; muitas vezes até dão pequenas desvantagens à vista, embora sempre dêem grandes vantagens a prazo. Ora, como o homem profano é essencialmente míope, essas grandes vantagens remotas e longínquas não são percebidas por ele, e por isso ele lhes prefere as pequenas vantagens propínquas e bem ao alcance da mão. Quem, por exemplo, rouba, mata, mente, defrauda, colhe em geral alguma vantagem imediata dessa violação da lei eterna, cego para a desvantagem mediata e remota que, infalivelmente, virá. Se alguém pudesse praticar impunemente um ato mau, sem que esse ato se voltasse contra seu autor, em forma de sofrimento, o universo não seria um *cosmos*, isto é, um sistema de ordem e harmonia, mas sim um *caos*, desordem e desarmonia. O universo, porém, é um sistema auto-equilibrado; os seus dispositivos podem, sim, ser violados – é esse o glorioso e perigoso privilégio dos seres livres – mas essa violação é automaticamente compensada e reequilibrada pela sanção inerente à própria lei cósmica.

O pecador é, segundo as escrituras sagradas, um “insensato”, um “tolo”, um “insipiente” (isto é, “não-sapiente”, ignorante), porque não enxerga ao longe, obcecado pelas consequências de perto. Todo pecador é, por natureza, um adepto do *caos* e um apóstata do *cosmos*.

É suprema sabedoria compreender que a maior vantagem e felicidade do homem consiste em manter inalterável fidelidade aos princípios eternos da Constituição Cósmica, ou seja, da vontade de Deus. Ninguém pode derrubar o Himalaia com a cabeça; a Verdade, a Justiça, o Amor, a Bondade, a

Solidariedade são forças cósmicas, realidades indestrutíveis, a alma do universo, contra a qual nenhuma criatura pode prevalecer definitivamente. Não está em nossas mãos cumprir ou não cumprir os planos de Deus – a nossa escolha se refere unicamente ao *modo*, e não ao *fato*, de cumprirmos essa eterna Constituição Cósmica. Podemos escolher o céu da harmonia ou o inferno da desarmonia, mas tanto neste como naquele caso cumprimos os planos eternos, seja gozando, seja sofrendo. Gozo ou sofrimento são modalidades desse cumprimento da lei eterna; essa alternativa é nossa. Nosso é o *como* ou modo, não o *quê* ou fato.

Para que o homem compreenda essa verdade, deve ele ter tido uma revelação de dentro, uma inspiração divina, fonte de suprema felicidade. Ter ou não ter essa revelação – é nisto que consiste toda a diferença entre o iniciado e o profano, entre o esotérico e o exotérico, entre o sábio e o insipiente.

Gandhi era um *mahatma*, como o povo o apelidou, uma “grande alma”, porque havia passado por uma experiência divina.

O princípio da não-violência é socialmente praticável?

É sabido que o princípio de *ahimsa*, ou não-violência, representa um fator central na vida de Mahatma Gandhi.

Pergunta-se se esse princípio é aplicável a grupos sociais – ou se funciona apenas de pessoa a pessoa. Gandhi derivou essa doutrina da natureza individual do homem e conseguiu aplicá-la a grandes grupos sociais, e com surpreendente resultado. Nehru declara explicitamente que esse princípio não é socialmente aplicável, porque qualquer sociedade, sobretudo o Estado, é baseado no princípio da violência ou coação, que é, em última análise, compulsão física. Por detrás de toda a lei está a força policial ou militar, isto é, violência física em forma de multa, cadeia, infligção de sofrimento corporal e, finalmente, morte. Lei sem sanção não é lei eficiente.

E mesmo no caso que a violência legal não culmine nesse ponto máximo, que é a morte, ela é precedida e acompanhada sempre de uma série maior ou menor de outros tipos de violência, como é esse dilúvio de mentiras, calúnias, difamações, deturpações, espionagem, guerra-fria e toda a espécie de terrorismos mentais e emocionais que os governos ou outros grupos sociais usam para subjugar seus adversários. A própria igreja cristã, sobretudo no seu setor hierárquico-sacerdotal, é essencialmente violentista; penalidades, suspensões, excomunhões, cruzadas, inquisições, cominação de penas em vida e depois da morte – que é tudo isto senão política e diplomacia de violência? A intolerância dogmática é uma violência em roupagens eclesiais.

Ora, toda e qualquer violência é filha do egoísmo. Onde não há egoísmo não há violência. Todo grupo social, civil ou religioso, é produto de egoísmo.

De maneira que temos de conceder, logicamente, que todo e qualquer grupo social, seja civil, seja religioso, está baseado no fator violência; quer dizer que não se guia pelo princípio básico do Evangelho e da espiritualidade, que é amor e benevolência.

Se existe regime de não-violência, só existe em indivíduos de elevada evolução espiritual, mas não existe na sociedade como tal. A não-violência, ou

benevolência, pode ser individual – mas a violência é necessariamente social; violência é atributo inseparável da sociedade. Qualquer grupo social tem de ser violento, egoísta, exclusivista, sob pena de deixar de existir como grupo. Uma sociedade que permite a seus sócios a aceitação ou rejeição dos estatutos da sociedade e, neste último caso, deixa os transgressores impunes, essa sociedade deixou de existir, porque se suicidou previamente pela não-violência. Qualquer sociedade vive graças à violência, e morre em virtude da não-violência.

É esta a razão última por que Jesus não fundou sociedade (igreja), embora os teólogos lhe atribuam esse delito, degradando-o assim a um violentista, quando ele é o maior antiviolentista que a história conhece. Se Jesus tivesse fundado sociedade eclesial, teria sido, quando muito, um bom teólogo e hábil codificador de preceitos e proibições – isto é, um homem talentoso e medíocre, mas nunca esse gênio cósmico que realmente foi e é.

Toda a grandeza está na não-violência – como toda a pequenez se revela na violência. Violência é a marca registrada da materialidade – benevolência é o sinete régio da espiritualidade. A violência está na razão direta da materialidade e na razão inversa da espiritualidade.

A violência é o atributo inseparável do ego, que é essencialmente fraco, e por isso recorre à violência; onde há força não existe violência. Benevolência é indício de força – violência é prova de fraqueza.

A violência aparece em formas várias; a mais comum é a da violência *material*, que pratica atos violentos em forma física, como ferimento ou morte. Violência em forma mais civilizada se revela *verbalmente*, em forma de injúrias, maledicências, mentiras e difamações. A mais sutil, e por isso mesmo a mais perversa das violências, aparece na forma *mental* de ódio ou malquerença. As vibrações negativas do ódio envenenam em primeiro lugar seu próprio autor e produtor, e podem também causar graves danos ao objeto do mesmo, no caso que este seja alérgico às invisíveis ondas do ódio. Em casos extremos, o ódio produz a morte da sua vítima.

Pretender abolir a violência sem primeiro abolir o egoísmo é o mesmo que querer evitar o efeito sem extinguir a causa.

Todas as organizações do nosso século, tanto civis como religiosas, acham-se ainda no plano evolutivo do tempo de Moisés; a lei do talião, “olho por olho, dente por dente”, é ainda o princípio básico das nossas sociedades. Pode haver indivíduos cristificados, mas não há sociedade crística: há apenas sociedades cristãs, quer dizer, grupos que hasteiam na fachada do edifício a bandeira de Cristo, mas praticam, à sombra dessa bandeira de benevolência, todas as violências.

Entretanto, é fato que Gandhi movimentou muitos milhões de homens com esse espírito de não-violência, e teve resultados os mais positivos, culminando na libertação política da Índia. Como explicar esse fato?

Quando aparecem um ou mais indivíduos com elevada voltagem espiritual, torna-se possível o impossível: boa parte da sociedade, aliás violenta, age como não-violenta, e consegue-o em caráter mais seguro e duradouro.

“Bem-aventurados os mansos, porque eles possuirão a terra” – não representam estas palavras de Jesus, no Sermão da Montanha, a solene consagração do princípio da não-violência? Quem é que possui, de fato, alguma coisa ou alguém? Aquele que se apodera violentamente dum objeto ou duma pessoa? Não! Possuir é, em última análise, uma atitude bilateral, da parte do possuidor e da parte do possuído; se o possuído não consente livremente em ser possuído, o possuidor não o possui plenamente; apenas o violentou. Possuir na verdade só se pode pelo amor, pela bondade, pela benevolência; os que possuem pela violência não possuem, de fato, aquilo que julgam possuir; possuem-no assim como alguém possui um cão acorrentado, ou como um estuprador possui a pessoa estuprada, como um tirânico ditador possui os seus súditos ou suas vítimas. Só o “manso”, o benevolente, o não-violento, é que possui de fato.

O postulado básico para o nascimento de uma sociedade não-violentista é, pois, este: que haja alguém plenamente liberto do violentismo do ego, e que esse alguém não somente se abstenha de qualquer espécie de violência material, verbal e mental (evitando fazer, dizer e pensar mal), mas que também seja mestre em substituir essa violência da malquerença pela benevolência da benquerença, que suplante o ódio pelo amor.

No caso que exista numa sociedade número suficiente de pessoas dessa natureza, ou pelo menos uma de alta voltagem espiritual, é possível que a benevolência individual crie um ambiente de não-violência social.

É necessário, antes de tudo, que o chamado mundo cristão tela a sinceridade de confessar que, até hoje, não há número suficiente de indivíduos bastante crísticos para influenciar favoravelmente a sociedade cristã. A sociedade cristã de hoje, quer civil, quer religiosa, obedece ainda à lei de Moisés, e os chamados cristãos são melhores discípulos de Simão Pedro de espada em punho do que do divino Mestre que mandou embainhar a espada. Indivíduos isolados embainharam a espada – mas a sociedade continua de espada desembainhada, porque não pode haver sociedade sem espada, uma vez que o princípio de qualquer sociedade é calcado sobre a idéia do ego, com todos os derivados e acessórios.

O melhor símbolo do nosso cristianismo organizado seria a espada, e não a cruz, porque esta significa benevolência, e aquela diz violência. A espada é, em geral,

uma combinação de cruz e lâmina; e os cristãos costumam segurar o punho cruciforme da espada a fim vibrarem a lâmina mortífera contra seus adversários.

Quando o nosso cristianismo se converterá ao Cristo?

Quando os nossos cristãos se tornarão crísticos?

Mahatma Gandhi, com o seu inexorável princípio de não-violência, é, sem dúvida, um dos homens mais crísticos dos últimos tempos – e por isso mesmo se recusou a aceitar o nosso Cristianismo apenas cristão e nada crístico. Nele encontrou o Cristo um dos seus seguidores mais genuínos e autênticos.

CAPÍTULO 9

As duas matemáticas: a de Moisés e a de Cristo

Estabeleceu Moisés a lei do talião, sintetizada nas conhecidas palavras “olho por olho, dente por dente”. Antes dele, vigorava a praxe da retribuição ilimitada do mal por mal; para vingar a morte de um membro da tribo, era exterminada sumariamente a tribo inteira do ofensor. Decretou Moisés que, para haver equilíbrio de justiça, fosse a punição proporcional à injúria: se alguém mata uma pessoa da minha tribo, eu mato uma pessoa da tribo dele, e estamos quites; se alguém me quebra um dente, eu lhe quebro um dente, mas não a dentadura toda; se me arranca um olho, eu lhe arranco um, mas não os dois, e estamos quites, porque ofensa compensa ofensa, uma dívida é neutralizada por outra dívida igual.

É esta a matemática da lei mosaica; dois negativos (males) em sentido oposto dão zero negativo.

É evidente que essa matemática é totalmente horizontal, de ego a ego, e por isso vê quitação no fato de o ofendido fazer ao ofensor o mesmo mal que dele recebeu. E, no plano horizontal, não está errada essa matemática; se fulano me deve “X”, e eu lhe devo “X”, ninguém deve nada, estamos quites. Ora, o plano mental e emocional, onde se movem as ofensas, obedece essencialmente ao mesmo critério do plano material; logo, uma dívida compensa outra dívida.

Aparece, porém, um homem que não se move apenas no plano horizontal – o profeta de Nazaré estabelece outra matemática, muito diferente da de Moisés. Declara, peremptoriamente, que um mal não é compensado por outro mal; que um negativo (mal) praticado pelo ofensor e outro pelo ofendido não se neutralizam mutuamente, mas se somam e dão dois negativos, e não zero, como na lei de Moisés.

Qual a razão dessa diferença?

O fato é que Moisés e Cristo consideram o mal de dois pontos de vista diferentes: Moisés toma como ponto de referência o *direito*, que é do ego humano; Cristo focaliza e *justiça*, que é Deus.

O direito só conhece relação de homem a homem, de horizontal a horizontal; a justiça fala da relação do homem a Deus, de horizontal a vertical.

Se fulano me ofende, e eu o ofendo na mesma medida, estamos realmente quites no plano horizontal, jurídico, onde se movem as relações de direito. Se fulano me ofende, é meu devedor; se eu o ofendo de modo igual, eu sou devedor dele – mas, neste caso, meu débito é anulado pelo débito dele.

Nesse sentido, Moisés tinha razão, e a lei do talião persiste até hoje no plano jurídico do direito, que é o plano de todas as sociedades organizadas; porque o direito é um produto do ego, e, por isso, não pode deixar de ser egoísta. Nenhuma sociedade, como já dissemos, tem por base a justiça, mas sim o direito. Só o indivíduo, nas suas relações com Deus, horizontal-vertical, é que pode guiar-se pela justiça.

O que Moisés estabeleceu é para uma humanidade infantil a soletrar o á-bê-cê na escola primária da evolução. Mas o que Cristo proclamou visa a uma humanidade adulta no curso universitário do espírito. Para Jesus, a ofensa, o pecado, não atingem primariamente o homem, mas sim a Deus; o mal que o ofendido sofre é um mal externo, mas o mal que o ofensor pratica é um mal interno; antes que o ofendido receba o impacto do mal praticado pelo ofensor, já este se vulnerou a si mesmo pelo fato de ter praticado o mal. Mas como a íntima essência do homem é Deus – “o espírito de Deus que habita no homem” – é evidente que todo mal deliberadamente praticado tem a ver com a *justiça divina*, e não apenas com os *direitos humanos*, reveste caráter *horizontal-vertical*, e não apenas *horizontal- horizontal*.

E é precisamente aqui que se encontra a razão última e mais profunda da diferença de atitude entre Moisés e Cristo, no tocante ao mal. Pode haver neutralização entre homem e homem, entre o ofensor humano e o ofendido humano, quando este também se torna ofensor, porque ambos operam no plano finito e horizontal – mas não há neutralização, e sim agravação e adição de males, quando consideramos o mal na perspectiva da horizontal humana para a vertical divina.

Por isso, o Nazareno não permite de forma alguma a lei do talião, porque seria multiplicar os males, em vez de os destruir.

E Mahatma Gandhi foi, sem dúvida, um dos mais iluminados discípulos do Cristo, quando resolveu adotar por norma de vida o espírito do Sermão da Montanha: “Não vos oponhais ao maligno!... Amai os vossos inimigos! Fazei bem aos que vos fazem mal!”...

Ultrapassou a matemática primitiva de Moisés – e compreendeu a matemática infinitesimal da Universidade do espírito do Cristo.

Mahatma – essa “grande alma”...

Gandhi em face do Cristianismo

Inúmeras vezes tem sido focalizado este assunto, e quase sempre os autores ocidentais meneiam a cabeça, perplexos, estranhando que um homem de tão acendrada espiritualidade e duma ética tão pura, como o grande líder da Índia, se tenha recusado constantemente, como esses autores entendem, a abraçar os ideais do Cristianismo. Muitos atribuem essa atitude de Gandhi ao fato de se ter ele encontrado com pessoas cuja vida ética não refletia as convicções espirituais desses cristãos. Não há dúvida de que esse fato influenciou na sua atitude; mas seria grave erro supor que esse tenha sido o motivo único, ou mesmo primário; Gandhi era por demais perspicaz para não aferir o valor de uma religião pela conduta de um determinado número de indivíduos que praticam essa religião. Quase sempre as realidades da nossa vida ficam muito aquém dos ideais da nossa fé. De resto, Gandhi também manteve relações de amizade com diversos representantes do Cristianismo ocidental cuja vida não destoava grandemente da sua fé.

Mesmo assim, o Mahatma nunca aceitou o Cristianismo na forma em que ele é conhecido entre nós, seja nesta, seja naquela forma teológica peculiar. Mais de uma vez declarou ele que aceitava Cristo e seu Evangelho, mas que não aceitava o Cristianismo, entendendo por Cristianismo as formas eclesiais em que o Evangelho de Cristo se manifesta, geralmente, no mundo ocidental.

Para compreender essa atitude de Gandhi, é necessário remontar muito além da linha divisória geralmente aceita como ponto de partida.

Encontramos, no Antigo Testamento, entre os hebreus, duas linhas paralelas de ideologia religiosa: a linha *profética* e a linha *sacerdotal*. Aquela é, de preferência, mística, intuitiva, e insiste na atitude interna do homem; ao passo que a orientação sacerdotal é, sobretudo, legal, organizatória, dando capital importância à incorporação do indivíduo no organismo social da religião.

Na filosofia, essas duas linhas são conhecidas como platônica e aristotélica. Pouco nos interessam nomes; o que importa é o conteúdo ou sentido dessas atitudes.

O conteúdo da linha profética-mística é a certeza intuitiva, experiencial, da imanência do espírito divino em todas as coisas; Deus é a essência ou alma do Universo e de cada indivíduo que faça parte desse grande Todo. Por isso, cada coisa é boa em sua íntima natureza, e se aparece como má, essa chamada “maldade” é algo puramente convencional, como a “maldade” de um terremoto, do sofrimento ou da morte. Ou então essa maldade é produto do abuso da liberdade de um ser autoconsciente, como o homem. Os seres conscientes e livres, embora essencialmente bons como emanções da divindade, podem tornar-se *existencialmente maus*, ou também *existencialmente bons*, consoante o abuso ou uso da liberdade. Nenhum ser pode ser essencialmente mau, uma vez que a sua íntima natureza é essencialmente boa e divina. Os seres inconscientes do mundo mineral, vegetal ou animal, também não podem ser livremente bons nem livremente maus, porque são eticamente neutros, amorfos, incolores; não comeram ainda, na linguagem esotérica de Moisés, no *Gênesis*, da “árvore do conhecimento do bem e do mal”.

Só na zona da consciência e liberdade é que é possível haver seres existencialmente bons ou maus. Mas mesmo os seres existencialmente maus não deixam de ser essencialmente bons, isto é, continua a estar neles a essência divina, sem a qual nada existe, embora a existência humana (ou angélica) desses seres não se ache harmonizada com essa essência divina – e essa desarmonia existencial é o “pecado” desses seres, pecado que, quando plenamente consciente e estabilizado, se chama “inferno” ou “estado inferior”.

O pecado é um inferno inconsciente – o inferno é um pecado consciente.

Na experiência dessa profunda e inextirpável imanência do Criador em todas as criaturas, sobretudo no homem, é que se baseia toda a religião de caráter profético-místico, que em Jesus de Nazaré celebra o seu mais puro triunfo.

Por outro lado, temos a linha sacerdotal-organizatória, o legalismo eclesiástico, que é, de preferência, dualista e transcendentalista, e teve em Moisés, ou talvez melhor, na interpretação rabínica da sinagoga, o seu mais típico representante. O dualismo transcendental adora um Deus ausente, longínquo, e vê nesse Deus uma espécie de indivíduo ou pessoa. Como indivíduo ou pessoa, é claro, não pode Deus ser a alma ou essência do universo; não pode estar onipresente ou imanente em todas as coisas: seria um ser, não só distinto, senão também separado do mundo, assim como o artífice é separado do seu artefato.

Para o dualista transcendental, o mundo é uma criação de Deus, e esse Deus-criador é a causa externa da sua criatura.

Para o monista imanentista é o mundo uma emanção ou irradiação de Deus, e esse Deus-emanador é a causa interna da sua emanção.

Para o dualista, Deus criou o mundo do *Nada* (*ex nihilo*), o mundo é um aumento do Irreal. Para o monista, Deus criou o mundo do *Todo*, o mundo é uma diminuição do Real, é um “Realizado”, equidistante do Real e do Irreal, o mundo é um Algo entre o Todo e o Nada. Para aquele, o mundo só foi criado por Deus, mas não de Deus – para este, o mundo foi feito por Deus e de Deus, assim como o pensamento é feito pelo pensador e da própria substância do pensador; o pensador é *causa eficiente* e *causa material* do seu pensamento. O mundo é o pensamento de Deus. Ele está em Deus, e Deus está nele. Há distinção, mas não há separação, nem identidade entre Deus e o mundo.

Os dualistas transcendentalistas, que não compreendem os monistas imanentistas, tacham-nos de “panteístas”, quando, na realidade, eles são monistas, universalistas, ou, como se diz modernamente, “panenteístas” (“tudo em Deus”, “Deus em tudo”).

O dualista *separa* Deus e o mundo.

O panteísta *identifica* Deus com o mundo.

O monista (panenteísta) *distingue* Deus e o mundo, mantendo-se equidistante do erro dos dois primeiros.

Se Deus e o mundo fossem coisas separadas, o mundo seria irreal, porque nenhum ser pode existir realmente quando separado da única Realidade, que é Deus.

Se Deus e o mundo fossem idênticos, o mundo seria Deus, o homem também seria Deus, e assim pereceria a autonomia, a responsabilidade ética da criatura livre; ninguém seria responsável por seus pecados nem por suas virtudes, porque quem no homem praticaria o bem e o mal seria o próprio Deus.

É isso que nos diz a lógica mais pura e autêntica.

* * *

Até no 4º século antes da era cristã, prevalecia em Israel o espírito profético-místico; mas desapareceu com a morte do último dos profetas antigos, Malaquias. A partir dessa data, os sacerdotes tomaram nas mãos o destino da nação e da religião em Israel. E Israel se foi tornando legalista, esperando a salvação de fora, do impacto ritual da lei de Moisés, da observância cerimonial das prescrições e proibições da sinagoga sacerdotalista. Todas as censuras que Jesus lança aos chefes espirituais de Israel vão nessa direção – “Ai de vós, guias cegos, guiando outros cegos!... Ai de vós, que roubastes a chave do conhecimento do reino de Deus!... Ai de vós, sepulcros caiados, belos por fora e cheios de podridão por dentro !... Ai de vós, que limpais o prato por fora, e não por dentro!... Ai de vós, que devorais as casas das viúvas e dos órfãos, a pretexto

de longas orações!...” “O reino de Deus não vem com observâncias – o reino de Deus está dentro de vós.”

Quando Jesus apareceu, reatando a linha profética-mística e elevando-a ao mais alto triunfo, estava Israel quase totalmente subjugado pelo espírito sacerdotal-legalista, e por isso um Messias espiritual não foi reconhecido pelos que só aguardavam um Messias político, que os libertasse do jugo romano, e não da escravidão do pecado. Jesus, que proclamava a verdade fundamental de toda a religião profética e mística, “o reino de Deus está dentro de vós”, foi crucificado pelos adeptos do dualismo transcendental, que só conheciam uma redenção de fora, pelo impacto da lei. A sinagoga dualista assassinou o mais antidualista de seus profetas. Os sacerdotes fizeram morrer o profeta místico por excelência, porque era para eles o maior dos hereges – “blasfemou, fazendo-se filho de Deus!”

O Sermão da Montanha é por todos reconhecido como a quintessência do Evangelho, a alma do Cristianismo em toda a sua plenitude e genuinidade. Ora, o Sermão da Montanha é 100% profético-místico, e nada sacerdotal-legalista. Desde a primeira até a última palavra, frisa o Nazareno a redenção do homem “de dentro”; o homem se *redime* de dentro, e não é *remido* de fora. Redime-se pela “pobreza em espírito”, pela “pureza do coração”, pelo fato de ser “pacificador”, “manso”, “misericordioso”, “sofrer perseguição pela justiça” – dele é o reino dos céus, ele verá a Deus, ele será chamado filho de Deus, ele é um “bem-aventurado”, porque realizou em si o reino de Deus.

Não ocorre, no Sermão da Montanha, uma única palavra que justifique a idéia da redenção do homem por fator externo, fora dele; cada palavra afirma a redenção vinda de dentro do homem.

Podemos proclamar afoitamente que o Sermão da Montanha é o mais completo programa e a maior apoteose da auto-redenção ou auto-realização; e, se é verdade que o Sermão da Montanha é a alma do Cristianismo, então a auto-redenção é a quintessência dos ensinamentos do Nazareno.

Por aí se compreende a razão por que Gandhi votava tamanha admiração e tão ardente entusiasmo ao Sermão da Montanha, em que encontrou a alma de toda a religião.

Os dualistas repelem, indignados, essa idéia da “auto-redenção” como detestável “pelagianismo”, idéia que lhes parece perigoso luciferismo e orgulho mental. Se eu me redimo a mim mesmo, então sou eu mesmo o meu redentor; a redenção é obra minha – eu sou Deus, eu sou Redentor.

Esse aparente absurdo e revoltante blasfêmia são filhos duma deplorável confusão de idéias. É evidente que ninguém poderia ser redentor de si mesmo, se o redentor e o redento fossem totalmente o mesmo ser.

Mas, felizmente, não é isso que acontece na auto-redenção. Um redime e outro é redimido.

Há em cada um de nós o ego, e há o EU – o ego humano e o EU divino.

Quem peca é o nosso ego humano, que se toma consciente na inteligência; quem nos redime é o nosso EU divino, o Cristo em nós, o “espírito de Deus que habita em nós”. Se o ego se arvorasse em redentor do ego, teríamos um círculo vicioso, e não haveria redenção. Enquanto o homem labora na tradicional confusão, não distinguindo o ego humano do EU divino, é claro que deve detestar de todo o coração a idéia duma auto-redenção, que seria ego-redenção, e jamais compreenderá o que Cristo quis dizer com as palavras “o reino de Deus está dentro de vós”, e todos os místicos, dentro e fora do Cristianismo, lhe serão outros tantos enigmas, ou então hereges, porque todos eles se guiam pela mesma verdade fundamental, da imanência de Deus no homem e em todas as coisas.

O meu ego é o corpo, a mente e as emoções, a minha pessoa (*persona*) ou personalidade – o meu EU é a minha alma, a minha divina individualidade.

Eu *sou* o EU – eu *tenho* o ego.

Eu sou a minha alma – que tem corpo, mente, emoções.

O que em mim peca é aquilo que eu tenho, mas o que me redime é aquilo que eu sou.

* * *

Mahatma Gandhi, como os iniciados orientais em geral, possuía apurado senso místico. A Índia, com uma cultura espiritual duas vezes mais antiga que o Cristianismo ocidental, não podia confundir o seu externo ego com o seu interno EU; mas os missionários cristãos eram dualistas, e o são ainda – salvo raríssimas exceções – e não podiam compreender o último porquê dessa recusa de Gandhi em face das suas reiteradas tentativas de “conversão”.

O rev. Stanley Jones, que conviveu decênios com Gandhi, confessa abertamente que o gentio indiano era muito mais cristão do que ele, o teólogo cristão.

Nós, em nossa linguagem filosófica de alta precisão, diríamos que Gandhi era crístico sem ser cristão, ao passo que os teólogos ocidentais eram, em geral, mais cristãos que crísticos. Não interessava a Gandhi ser cristão, interessava-lhe, e muitíssimo, ser crístico. Por isso, opõe ele a todas as tentativas dos teólogos cristãos a constante resposta: “Aceito Cristo e seu Evangelho – mas não aceito o vosso Cristianismo”.

Para ele, o verdadeiro Cristianismo não era uma igreja, um credo, uma sociedade dogmática, mas sim uma vida ética inspirada em experiência mística.

Gandhi não podia identificar a mensagem de Cristo com ritualismos sacramentais nem dogmatismos bíblicos, a que os teólogos cristãos, católicos e protestantes, tentavam convertê-lo; o seu cristianismo não consistia na crença vaga de um Deus longínquo e póstumo, mas sim na experiência dinâmica de um Deus presente, aqui e agora; na profunda mística vertical da paternidade única de Deus manifestada na vasta ética horizontal da fraternidade universal dos homens. Nesses dois mandamentos consistem, segundo Cristo, “toda a Lei e os profetas”, isto é, toda a vida individual (profética-mística) do homem, e toda a vida social (legal e coletiva) da humanidade.

Essa cristicidade de Gandhi eclipsa todos os cristianismos dos cristãos, como confessa o missionário Stanley Jones: “Aproximei-me de Gandhi para convertê-lo ao meu cristianismo, mas verifiquei que ele era mais crístico do que eu, não era apenas cristão; eu tinha estudado teologia cristã, mas Gandhi tinha vivido a própria cristicidade”.

É fora de dúvida que, mais dia menos dia – talvez daqui a mais vinte séculos – o Cristianismo deixará de ser interpretado como é, hoje em dia, pelas igrejas organizadas; Cristo deixará de ser considerado como um talentoso teólogo e hábil codificador de preceitos e proibições. E então alguém, revolvendo velhos escritos no desvão de alguma biblioteca ou museu do século 20, descobrirá que, já nesse tempo, vivia na Ásia um homem que tinha de Cristo noção mais exata e autêntica do que os teólogos oficiais das igrejas organizadas.

Mahatma Gandhi – o pagão crístico que não aceitou o Cristianismo eclesiástico.

Teologia cristã ou vivência crística

Dizem certos autores ocidentais que Mahatma Gandhi não aceitou o Cristianismo porque recusou os elementos básicos do Cristianismo, como sejam os sacramentos e os dogmas.

Com essa objeção, passam esses eruditos teólogos a si mesmos o atestado de um total ou parcial analfabetismo em matéria de espírito do Cristo e seu Evangelho.

Negamos, com Gandhi, que *sacramentos* e *dogmas* sejam a essência do verdadeiro Cristianismo.

Sacramentos são símbolos externos que significam e conferem um simbolizado interno (graça) e, segundo afirma o Catecismo, foram instituídos por Jesus Cristo.

Até ao século 16 admitia a igreja cristã mais de uma dezena de sacramentos, inclusive o “lava-pés”; mas o Concílio de Trento, enfrentando o nascente Protestantismo, se viu obrigado a precisar melhor o número e caráter dos sacramentos, acabando por reduzi-los a sete.

Algumas igrejas protestantes têm dois, outras apenas um sacramento, outras nenhum.

A palavra latina *sacramentum* é derivada de *sacrum*, e esta vem do sânscrito *sak*, que quer dizer segregado ou também “oculto”, não acessível ao homem profano, ao esotérico, mas tão-somente ao exotérico. Profano ou exotérico é aquele que só desenvolveu o plano horizontal dos sentidos e do intelecto; iniciado ou esotérico é aquele que despertou em si a faculdade central e divina da razão ou espírito.

A palavra grega correspondente à latina “*sacramentum*” é “*mystérion*” derivado de “*mystés*”, que quer dizer “oculto”.

Sacramentum ou *mystérion* é, pois, algo intangível como um tabu, algo luminoso, divino, oculto, proibido ao homem profano; é algo que está para além das utilidades comuns da vida cotidiana, oculto na linha vertical do grande Além.

Nesse sentido, existe, no Evangelho de Cristo, um único e supremo sacramento ou mistério – o mistério do reino de Deus. Diz ele a seus discípulos: “A vós vos é dado conhecer os mistérios do reino de Deus – enquanto ao povo só lhes falo em parábolas”.

Aqui, o divino Mestre faz oposição entre *sacramento* e *parábola*.

Esta é para os esotéricos, aquele para os exotéricos.

Aquela mostra a Verdade indiretamente, de um modo incerto e obscuro; “em espelho e enigma”, no dizer de Paulo; ao passo que o sacramento a revela claramente, “face a face”. A parábola faz adivinhar longinquamente a Verdade o sacramento a faz intuir propinquamente.

Como se vê, o que a nossa teologia apelida de sacramento é precisamente aquilo que no Evangelho se chama parábola.

Parábolas são todos os ritos, todas as cerimônias, todas as fórmulas, todos os gestos, todos os símbolos, todos os mantras. Mas, onde termina o símbolo e a parábola, aí começa o simbolizado, o sacramento.

Mas o sacramento só atua na alma humana na razão direta da receptividade que ela possui. O sacramento é graça, e atua de graça – porém não arbitrariamente. A receptividade do homem, embora não seja causa da graça, é, contudo, indispensável como condição para que a causa possa agir.

Quem, como Gandhi, assimilou plenamente o espírito do Sermão da Montanha, não pode crer na ação automática – *ex opere operato* – de um fator externo. Em última análise, é o EU divino no homem que promove a redenção do ego humano – *ex opere operantis*. O Deus do Universo é idêntico ao Deus da alma. O Cristo eterno é o Cristo interno.

Mas... isso supõe uma experiência profunda, uma mística abismal, que poucos possuem. E, por isso mesmo, os muitos inexperientes não podem compreender os poucos experientes – e o Mahatma era um dos poucos...

Gandhi, objetam os teólogos, não aceitava os dogmas do Cristianismo.

Pergunta-se: Que dogmas? De que cristianismo? Do Cristo ou dos cristãos?

Dogma, segundo a teologia ocidental, é uma verdade revelada por Deus, que o homem deve aceitar, embora não a possa compreender.

Essa definição, como tantas outras, baseia-se numa noção confusa e incompleta da natureza humana.

Que é “revelar”? Que é “compreender”?

Quando Deus se revela ao homem, quando o Infinito se manifesta ao finito – que é que acontece? Poderá este compreender aquele?

Afinal de contas, que quer dizer “compreender”?

Em virtude do próprio vocábulo composto, “compreender” significa “prender plenamente”, ou seja, “abranger totalmente”, “abraçar em sua plenitude”.

Será possível que algum ser finito, limitado, abranja totalmente o Ser Infinito, Ilimitado? Que o pequeno encerre o Grande? Que o individual apreenda plenamente o Universal? Não seria isso uma contradição em termos? Um contrasenso lógico e matemático?

Nenhuma revelação divina pode ser compreendida pelo homem, isto é, pelo homem-ego, pelo homem-finito, pelo homem-físico-mental.

Nunca nenhum cientista compreendeu, pelo poder da inteligência, o que é a Vida numa planta, o Instinto dum inseto, o Intelecto de um homem, o Espírito de um anjo, uma vez que o compreensor é menor que o compreendido, ou melhor, que o incompreendido é incompreensível. O Infinito compreendido pelo finito deixaria de ser Infinito – a não ser que o finito se tornasse Infinito. Só o Infinito, compreende o Infinito. Só Deus compreende a Deus.

“Revelar” significa literalmente “correr o véu”, “desvendar”, “desencobrir” o que estava encoberto. Mas, toda a “revelação” é necessariamente uma “velação”. Diz muito bem a filosofia oriental que, quando Maya (a natureza) *revela* a Brahman (Deus), ela, ao mesmo tempo, o vela; quando o finito manifesta o Infinito também o oculta porque essa revelação ou manifestação do Infinito pelo finito é tão precária e imperfeita que mais equivale a um *encobrimento* do que a um *desencobrimento*, mais a uma *velação* do que a uma *revelação*. E servem-se os filósofos do Oriente numa engenhosa comparação: Deus se revela e vela na natureza assim como a aranha se manifesta e se oculta por sua teia; pois esse mesmo produto do aracnídeo serve para revelar e para velar o produtor. Assim, toda a criatura manifesta e oculta seu Criador.

A razão dessa impossibilidade de o Infinito se revelar adequadamente no finito é óbvia, uma vez que o Infinito é pura *qualidade* intensiva, ao passo que todos os finitos são *quantidades* extensivas; ora, é intrinsecamente impossível, porque contraditório, que a ilimitada qualidade seja adequadamente manifestada por quantidades limitadas, por maior que seja o número destas; pois a qualidade infinita não é a soma total das quantidades finitas. O Infinito está numa outra “dimensão”, ou melhor, está fora de todas as dimensões e fora das durações, fora de espaço e tempo; é “indimensional” e “induracional” – está, por assim dizer, na zero-dimensão e na zero-duração, uma vez que tempo e espaço são puras ilusões, criações subjetivas dos sentidos e da mente.

Dizer que Gandhi não aceitava a revelação de Deus é absurdo. Toda a vida e todos os escritos dele estão repletos de confissões dessa aceitação.

Nenhum homem-ego pode compreender a Deus – mas o homem-EU pode sentir, intuir e viver o que é Deus. A certeza sobre Deus não vem de provas ou demonstrações engendradas pelo homem-ego, mas vem da experiência íntima do homem-EU, do elemento divino no homem. Mas o que o homem vive nas divinas profundezas de sua alma não é objeto de verbalização, nem sequer de mentalização. Tudo que o homem pode verbalizar ou mentalizar é tão pequeno como o ego do homem – mas o que ele pode viver no silencioso e anônimo abismo do seu espírito, isto é grande como o EU divino do homem.

Gandhi aceitava a revelação do Deus interno, pela intuição mística.

A teologia ocidental está marcando passo no plano intelectual-escolástico, incapaz de transpor a fronteira invisível que medeia entre o processo analítico da inteligência e o processo intuitivo da razão. No plano horizontal da Inteligência, certas verdades espirituais parecem contraditórias e ilógicas – mas, no plano vertical da Razão, essas mesmas verdades são perfeitamente lógicas. O Sermão da Montanha, por exemplo, é a quintessência do ilogismo intelectual – mas é a culminância da lógica espiritual. Amar os inimigos, fazer bem aos que nos fazem mal, não reclamar o que é nosso, não pagar olho por olho, dente por dente – é sumamente antiintelectual, antiegoístico, mas é altamente espiritual e altruístico.

Há uma lógica do ego mental – e há uma lógica do EU espiritual.

Esperar que um homem de profunda experiência espiritual, como Gandhi, encampasse os dogmas escolásticos do pecado original, da redenção pelo sangue, do céu e do inferno como lugares, da trindade, etc., seria o mesmo que exigir de um gigante que vestisse as roupas de um pigmeu.

Desde os princípios do 4º século, como já lembramos, começou a igreja cristã a especular sobre as grandes verdades do Cristianismo, promulgando os resultados das suas lucubrações. O século 13 marca o apogeu do escolasticismo, personificado em Tomás de Aquino, que, em sua teologia, seguiu as pegadas do filósofo intelectualista Aristóteles, rejeitando, em grande parte, o gênio intuitivo de Platão. A filosofia platônica ou neoplatônica não oferecia subestrutura idônea para a estruturação de um poderoso sistema hierárquico, de que a nascente igreja tinha clamorosa necessidade, em face do avanço e da multiformidade das “heresias” da época. Somente a filosofia aristotélica oferecia base conveniente para uma hierarquia coesa e forte. Os chefes eclesiásticos abandonaram a filosofia intuitiva-racional dos platônicos atenienses e dos neoplatônicos alexandrinos, e adotaram as especulações analítico-intelectuais do Estagirita.

Todos os místicos, porém, dentro e fora do Cristianismo, continuam a praticar platonismo ou neoplatonismo, embora talvez nada saibam dessas palavras. Nem Platão nem Aristóteles inventaram uma filosofia; serviram apenas de catalisadores de certos pensamentos que andavam difusos na atmosfera da humanidade de todos os tempos e países, e lhes deram forma concreta em determinados sistemas. Por isso, dizia Sócrates, mestre de Platão, que ele se considerava apenas como um “parteiro”, isto é, como alguém que ajuda a prole (o pensamento) a nascer, mas que não dá vida a essa prole.

Todos os grandes pensadores, antigos e modernos, sobretudo os do antigo Egito (Hermes Trismegistus) e da Índia (os autores anônimos dos *Vedas* e da *Bhagavad-Gita*) pensam platônica ou neoplatonicamente – como também acontece com todos os grandes movimentos modernos, de espiritualidade independente. A corrente platônica é, por assim dizer, subterrânea, não oficial – ao passo que a corrente aristotélica goza das honras do oficialismo burocrático dentro das sociedades eclesiásticas organizadas.

Gandhi, como genuíno oriental, não podia destoar desta ideologia.

* * *

Outro ponto vulnerável entre a ideologia de Gandhi e as teologias ocidentais é o conceito da redenção que, no setor eclesiástico, está baseada no dogma do sangue de Jesus derramado pelos nossos pecados. Como poderia Gandhi, visceralmente infenso à idéia de derramamento de sangue humano e adepto intransigente da não-violência em geral (*ahimsa*), como podia ele ver nessa sanguinolenta violência do Gólgota o mistério da nossa redenção? Como poderiam cinco litros de hemoglobina, criminosamente derramados por homens pecadores, constituir a base da redenção do gênero humano? E como poderia o ato de um terceiro purificar as impurezas de milhões de homens, a maior parte dos quais ignoravam, e continuam a ignorar, até a simples existência desse redentor? Como poderia Gandhi admitir esse automatismo redentor, quando todo o seu conceito de redenção radicava na pura espiritualidade do Sermão da Montanha, que ignora totalmente esse canibalismo teológico, mas faz depender toda a redenção do amor e do sofrimento voluntário? No Sermão da Montanha, sem dúvida o mais alto documento de espiritualidade, a libertação do *ego pecador* (Lúcifer) vem do EU redentor (Cristo); a redenção do homem vem de dentro do próprio homem, não do homem físico-mental-emocional, que é pecador, mas do homem racional-espiritual, que é redentor.

A morte de Jesus é um símbolo de seu amor; quem redime é o amor; o sangue, a morte, não passam de *símbolos* externos de um *simbolizado* interno; aqueles são materiais, este é espiritual. Toda a doutrina de Jesus está baseada e focalizada na idéia da redenção pelo amor; mas, como nenhum amor é possível, no mundo atual de densidade material, sem a dor, o sofrimento, o aniquilamento, a morte, é natural que a redenção venha inseparavelmente vinculada à morte ou

ao derramamento de sangue. Aliás, em todas as grandes religiões da humanidade, a mística, a iniciação esotérica, vem invariavelmente ligada à idéia da morte. Quem se recusa a morrer não pode viver! “Se o grão de trigo (ego) não morrer, ficará estéril, mas se morrer, produzirá muito fruto (EU).” “Quem perder a sua vida (ego) ganhá-la-á (EU).” “Eu morro todos os dias (ego), e é por isso que vivo, mas já não sou eu que vivo – o Cristo (EU) é que vive em mim.” Para que o EU crístico possa viver plenamente em mim deve o ego luciférico perecer, isso é, integrar-se totalmente naquele.

Os teólogos, confundindo símbolo e simbolizado, material e espiritual, fizeram consistir a redenção no derramamento do sangue físico – como se uma causa material pudesse produzir um efeito espiritual!

Como poderia Gandhi praticar semelhante involução, descendo das alturas da mística espiritual intensamente vivida para as baixadas da escolástica mental apenas extensamente excogitada?

Gandhi não pôde tornar-se cristão – porque era crístico.

Se aceitasse o nosso Cristianismo teria de renegar Cristo.

Se abraçasse a nossa teologia teria de apostatar do Evangelho.

A nossa teologia cristã, escreve Schweitzer, elaborou um soro; e os homens vacinados com esse soro da nossa teologia cristã são imunizados contra o espírito de Cristo.

Gandhi não fora imunizado contra o espírito de Cristo pelo soro da teologia cristã – era sumamente alérgico a esse espírito.

Era tão sinceramente crístico que não se tornou cristão...

CAPÍTULO 12

Gandhi e a abstenção sexual

Em todos os tempos e países foi a abstenção sexual objeto de controvérsias; é ela fonte de doenças físicas ou mentais – ou o elixir de grande espiritualidade?

O que, à primeira vista, parece desconcertante e antagônico, é, na verdade, perfeitamente harmonizável: é fora de dúvida que as forças genéticas, quer no homem, quer na mulher, quando desviadas do seu curso habitual, podem causar grandes males – e podem também produzir grandes bens. Uma torrente impetuosa, transbordando do seu leito natural, pode devastar largas zonas em derredor – mas, quando habilmente canalizada, pode também irrigar e fertilizar desertos, ou então mover turbinas, produzir força e luz e assim beneficiar populações inteiras.

Onde não há diferença de nível não há potencial energético; as águas plácidas de um lago não movem máquinas nem irrigam plantações; para haver movimento deve haver diferença de nível, “caimento”, como diz o homem do povo.

Ora, é sabido que entre as forças instintivas do ser humano ocupa Eros a primeira plana. Sendo que da atuação das forças genéticas depende a existência do gênero humano, e, como a natureza quer imperiosamente a continuação da nossa raça, pôs ela ao lado do necessário o prazeroso. Se a atuação das forças procriadoras obedecesse a um simples imperativo categórico do “dever”, é certo que, desde há muito, teria deixado de existir a humanidade sobre a face da terra; mas, como esse “dever biogenético” vem acompanhado de um “prazer erótico”, não há perigo que a humanidade se extinga, a não ser em virtude de processos desnaturais que dissociem uma coisa da outra, processos esses que marcam, invariavelmente, a decadência dos povos. A delícia do prazer garante o cumprimento do dever! Tudo que é fácil e deleitoso tem garantia de continuação e perpetuidade; o que é difícil e penoso não tem, *de per si*, garantia de continuidade; pode falhar, ser omitido, adiado, esquecido, preterido, deixado para “tempos melhores”.

O que o comer e beber é para o indivíduo, isto é o prazer sexual para a espécie.

Ora, reprimir o impulso sexual sem lhe dar um equivalente em outro terreno, é, na pessoa normal, perigoso e não raro catastrófico. Um impulso violentamente recalçado procura manifestar-se em outra forma – assim como uma torrente represada tem a tendência de procurar escoamento por outra parte, quando não consegue solapar e arrasar diques e barreiras.

De maneira que o importante está em dar a Eros um equivalente compensador. Também aqui vale a grande lei “tudo se transforma”. A energia sexual é uma “força excedente”, que, na sua função exócrina, não se destina ao próprio indivíduo, mas visa à criação de outros indivíduos e é, como tal, uma energia transcendente e criadora.

Mas, em vez de se limitar a criar indivíduos físicos, fora do indivíduo criador, pode também criar realidades metafísicas dentro do mesmo. Em vez de multiplicar transcendentalmente, pode potencializar imanentemente.

Em última análise, que é a erótica?

Por mais paradoxal que a muitos pareça, a *erótica* tem a mesma base última que a *mística*. São o desejo da *imortalidade*, da vida eterna. Todo indivíduo, uma vez existente, quer existir para sempre e se defende, com todas as forças, contra a inexistência ou extinção. Mas, como o indivíduo sente instintivamente – e isso precisamente no apogeu da sua vitalidade – que não pode viver eternamente como indivíduo, procura viver eternamente como espécie; o desejo da imortalidade individual é substituído pelo desejo da imortalidade racial; pois, pelo ato sexual, o indivíduo, em certo sentido, transmite a sua vida a outro indivíduo, que, após a morte do transmitente, continua a viver em lugar dele. Esse processo representa, por assim dizer, uma “imortalidade em prestações”, sucessiva, uma vez que a “imortalidade à vista”, toda simultânea, não é possível ao indivíduo comum. A imortalidade racial, na horizontal, que se prende ao ato erótico, é a mais baixa forma da mística – e esta, atingindo as alturas da vertical, é a mais remontada forma da erótica.

Tanto na erótica como na mística, prevalece o desejo de *integração*, de regresso a um Todo; na erótica, um indivíduo (masculino) procura integrar-se em outro indivíduo (feminino); na mística, há a tendência da integração do indivíduo no Universal, do finito no Infinito, da criatura no Criador. Do fato de nunca ser possível uma verdadeira integração do indivíduo finito em outro indivíduo finito, de um ser humano em outro ser humano, resulta necessariamente uma satisfação incompleta, ou até uma grande insatisfação. Por outro lado, a integração do indivíduo finito no Universal Infinito, do homem em Deus, é possível, e por isso, quem a consegue, goza da mais alta e perfeita beatitude.

Por mais que talvez escandalize aos inexperientes, o fato é que há uma afinidade oculta e esotérica entre mística e erótica – tanto assim que toda a mística da humanidade, tanto bíblica como extra-bíblica (haja vista o “Cântico dos

Cânticos”!) aparece invariavelmente em roupagens ou terminologia erótica. O próprio Nazareno se serve dessa linguagem.

A erótica é, a bem dizer, a mística da carne – assim como a mística é a erótica do espírito. Aqui, o entusiasmo do espírito; acolá, o orgasmo da carne.

Enquanto as forças serpentinas de *kundalini* (falamos aos iniciados) rastejarem no plano horizontal da inexperiência, desenvolve o homem o máximo da sua erótica sexual e da sua magia mental, intimamente relacionadas – mas, quando essas forças criadoras do subconsciente e do consciente atingirem as alturas do superconsciente, então o Lúcifer se prostra aos pés de Logos e entra na zona esotérica da mística, e, ultrapassando essa zona, invade os domínios do universo crístico...

A *água* é, por sua natureza, horizontal, como a serpente rastejante – mas a *luz* é essencialmente vertical, como a serpente erguida às alturas.

“Quem puder compreendê-lo, compreenda-o!”

“Ainda não me libertei de mim mesmo”

Aos 37 anos de idade estava Gandhi no auge da sua campanha política que visava à libertação da Índia, de cento e cinquenta anos de dominação estrangeira. Havia aperfeiçoado ao máximo as duas armas secretas do seu espírito: *ahimsa* (não-violência) e *satyagraha* (apego à verdade).

Um dia, em plena campanha de libertação da Índia, foi Gandhi interrogado por sua esposa sobre o estado dessa campanha, pela qual também ela se interessava vivamente.

Gandhi permaneceu calado e pensativo. Finalmente, respondeu, dizendo:

- Libertação da Índia? Mas se eu nem me libertei a mim mesmo, como vou libertar centenas de milhões de meus patrícios do domínio britânico?
- Como? – estranhou Kasturbai – Não te libertaste?
- Não me libertei ainda da escravidão de mim mesmo...

Depois de algum tempo, prosseguiu Gandhi:

- Nós temos quatro filhos, e não temos intenção de ter mais. E por que continuamos a viver como marido e mulher? Só para satisfazer a nossa libido sexual? E a isso chamamos amor?... Enquanto eu não me libertar da minha libido sexual não tenho esperança de libertar a Índia da tirania dos ingleses. Estou mentindo a mim mesmo e a todo mundo. Sou um covarde...
- E que pretendes fazer? – perguntou Kasturbai.
- Que tal se, daqui por diante, vivêssemos como irmão e irmã? Não convém divorciar-nos para não escandalizar o povo. Mas poderíamos continuar a viver sob o mesmo teto como irmão e irmã.

Kasturbai concordou plenamente com a idéia do marido, dizendo que, havia tempo, pensava o mesmo, mas não tivera a coragem de dizê-lo. Esta conversa se deu quando Gandhi tinha 37 anos, ainda em plena virilidade. Fez o voto de brahmacharya, como os indianos chamam a abstenção sexual.

Mas, como o próprio Gandhi confessa candidamente, na autobiografia, não foi capaz de cumprir o seu voto durante três anos. Homem eminentemente libidinoso, sucumbiu à tirania da carne. Só dos 40 anos em diante foi fiel ao seu voto de *brahmacharya*, e guardou abstenção sexual voluntária durante os restantes trinta e nove anos de sua vida.

O homem profano é incapaz de compreender essa atitude do Mahatma. Mas todos os clarividentes e iniciados sabem que vigora misterioso paralelismo entre erótica e mística, entre a *kundalini* corporal e a *kundalini* espiritual.

Kundala é a palavra sânscrita que, na forma personificada *kundalini*, significa a vitalidade básica de todo o ser vivo. Essa vitalidade é essencialmente una e única, mas pode manifestar-se de diversos modos e assumir formas várias. A vitalidade erótica pode sublimar-se em vitalidade mística. A mística da carne pode transformar-se na erótica do espírito. O orgasmo sexual pode culminar em entusiasmo espiritual, como expliquei no segundo capítulo do meu livro *Sabedoria das Parábolas*, ao tratar da festa nupcial. Todos os livros sacros revestem a mística espiritual de roupagens de erótica sexual, não só o “Cântico dos Cânticos”, de Salomão, mas também o Evangelho de Cristo.

Disso sabia Gandhi e, como necessitava da mais alta voltagem espiritual para libertar a Índia pelo amor da alma, e não pelo ódio das armas, resolveu potencializar ao máximo a sua vitalidade carnal em vitalidade espiritual.

A natureza pôs o prazer sexual como garantia da perpetuação da vida individual da espécie e, como meio para esse fim, é a libido um fator cósmico justificável. Mas, quando ela deixa de ser um meio e se torna um fim em si mesmo, o prazer se torna anticósmico e desfavorece a evolução superior do homem.

Esse mesmo fenômeno ocorre em todos os setores da natureza, como no comer e no beber, que estão a serviço da conservação do homem individual, e como tais, o gosto de comer e beber é bom. Mas, quando o homem faz do comer e do beber um fim em si mesmo, adultera a sua finalidade e os torna maus e anticósmicos, como são a gula e a bebedeira.

Gandhi compreendeu esse caráter antievolutivo da libido como fim e, por amor à sua evolução superior, praticou abstenção a partir dos 40 anos.

E assim, na meia-noite de 14 de agosto de 1947, foi proclamada Independência Nacional da Índia pelo último governador britânico, Mr. Mountbatten. Gandhi, porém, que batalhara meio século por essa libertação, não assistiu à festa da declaração da independência; andava do outro lado da Índia, construindo casas para os pobres e pacificando hindus e muçulmanos.

Quem se libertou interiormente não necessita celebrar festas de libertação exterior. Assim são os grandes heróis da humanidade.

O século 20 não tem necessidade de procurar santos na idade média, nas cavernas do Himalaia ou nos desertos da Tebaida – os santos modernos andam nas ruas e praças e falam em congressos políticos internacionais.

Gandhi na Europa

Em 1931 visitou Gandhi a Europa. Percorreu numerosas cidades, acompanhado de alguns de seus amigos indianos e europeus, sempre descalço e envolto apenas num pedaço de pano de algodão branco, que lhe cobria parte do corpo. Mesmo nos palácios dos reis e potentados políticos, não mudou de hábito. Apenas no Vaticano não teve ingresso, porque seu traje não era de rigor, nada parecido com o daquele que se diz representante do Nazareno, o qual não tinha “onde reclinar a cabeça”. O mirrado homenzinho, líder político e espiritual de centenas de milhões de indianos, havia feito o voto de se contentar com o mínimo de alimento e vestuário, enquanto houvesse ainda no mundo um único ser humano que sofresse fome e frio.

Na Suíça, à margem do lago de Genebra, hospedou-se em casa do grande escritor francês Romain Rolland, sem desdizer da sua sobriedade e simplicidade.

Costumava levantar-se às 3 horas da madrugada. A partir das 4 horas recebia visitas de amigos sintonizados com ele; todos se sentavam no chão, apagavam a luz e entravam em profunda meditação, que se prolongava, geralmente, até às 5, por vezes até às 6 horas.

O homem ocidental não compreende, em geral, o porquê dessa hora de silêncio e interioridade; parece-lhe tempo perdido. De fato, não o pode compreender, enquanto não mudar de perspectiva, descobrindo a realidade das coisas para além das suas aparências externas. Estamos habituados a atribuir o resultado dos nossos atos à maior ou menor atividade, ao grau da nossa inteligência ou astúcia. Manobramos no plano horizontal, objetivo, onde impera, soberana, a lei férrea de causa e efeito, e cometemos o erro tradicional de aplicar essa lei à zona vertical, subjetiva, onde ela não existe nem funciona, porque essa é a zona da liberdade, do espírito, que desconhece totalmente a lei da matéria.

Os iniciados sabem que não existe esse suposto paralelismo mecânico entre causa e efeito, quando se trata do mundo imaterial. O efeito espiritual não corresponde servilmente ao grau do nosso esforço físico-mental. Esse esforço é necessário, sim, como condição prévia, mas não como causa produtora do efeito, que, por isso mesmo, não é verdadeiro efeito, mas antes uma dádiva, uma graça, um carisma do Infinito. No mundo espiritual impera a liberdade, que é o

contrário da causalidade. O nosso esforço é necessário para criar em nós a receptividade, sem a qual a graça não atua. O mundo espiritual é uma *Hierarquia Cósmica*, e não uma *Democracia Telúrica*. Na Hierarquia Cósmica do Universo espiritual, nenhuma criatura tem “direitos” em face do Criador, que não tem “obrigações”; nesse mundo não há merecimento, mas impera soberanamente a graça. Merecimento supõe causalidade, graça é indício de liberdade.

É sobretudo pelo silêncio dinâmico e pela meditação que o homem cria em si a necessária receptividade para que a ele venha a graça. O homem, quando desce ao ínfimo nadir da sua ego-consciência, sente em si a certeza de que há uma grande plenitude, que está à espera dele e que vai jorrar para dentro da vacuidade do ego. O impacto da invasão dessa plenitude espiritual para dentro da vacuidade físico-mental é proporcional ao grau do esvaziamento do ego.

Essa atitude de vacuidade é uma espécie de silencioso clamor da alma, uma ansiosa expectativa, uma tácita interrogação de horizontes longínquos e prenhes de riquezas, uma amorosa invocação de invisíveis potências, que a alma conhece intuitivamente, mas que a inteligência ignora...

Quem nunca se sentiu sofrido de Deus e dilacerado em seu próprio ego não compreende *o quê, o porquê, e o como* dessa silenciosa auscultação do Infinito, que se chama meditação ou contemplação.

Pode-se aferir a verdadeira grandeza do homem pela necessidade que ele tem de entrar nessa comunhão com Deus e pela delícia que experimenta nessa comunhão.

O homem profano não sai do plano horizontal, que se apresenta sob inumeráveis formas – dinheiro, política, prazeres, ambição, comércio, indústria, ciência, arte, filantropia, organização social; joga com fatores meramente quantitativos, de superfície, em que ele vê o “real”, e até a própria “Realidade”, e por isso se considera ele um “realista”; real, solidamente real, é para ele tudo que é objetivo, quantitativo, o que se pode ver, ouvir, tanger, pesar, medir, numerar, tudo que tem forma e cor; irreal é para o profano o resto, o mundo da qualidade, não sujeito a tempo e espaço. Mas, como há certas conveniências e convenções que mandam crer nesse mundo da qualidade intangível, tolera o chamado “realista” os “idealismos” dos que se ocupam com essas coisas “irreais”, hasteia a bandeira da fé à fachada do edifício maciço do seu materialismo; e à sombra dessa bandeira do além realiza ele os interesses do aquém.

Se esse homem soubesse que ele é um grande “irrealista”, e que os chamados “idealistas” é que são os genuínos “realistas”!...

A mais decisiva e arrasadora descoberta que um homem pode fazer na vida presente é convencer-se experiencialmente de que o mundo horizontal, objetivo, das quantidades tangíveis, é um mundo feito de outros tantos zeros – ao passo

que o mundo vertical, subjetivo, da qualidade, é como o algarismo “1”, que representa um valor autônomo, e possui, além disso, o estranho poder de valorizar os zeros que se colocarem à sua direita: 1.000.000; mas, se colocarmos esses mesmos zeros à esquerda do valor autônomo “1”, este vai perdendo parte do seu valor: 000.000.1.

O homem profano é tão míope ou cego que passa a vida inteira colecionando zeros e, quando acumulou milhões desses lindos zeros, pequenos ou grandes, então se julga seguro, embora não desista jamais de aumentar o seu museu de nulidades, por sinal que não crê na sua segurança.

Desistir dessa alucinante política de “zeros” e abraçar a gloriosa sabedoria do grande “Um” – com ou sem os zeros – é esse o passo decisivo na vida de todo homem terrestre; e é aqui que está a invisível linha divisória entre as duas humanidades que habitam este globo: a humanidade profana dos insipientes e a humanidade sagrada dos sábios.

O primeiro passo para essa suprema sapiência é a mística, que consiste na intuição do valor do “1” espiritual e na subsequente fuga de todos os “000” das materialidades circunjacentes, às quais a sociedade dá incessante caça e em cujo nome são cometidos os maiores crimes.

* * *

Milhares de cristãos europeus haviam lido ou ouvido a respeito de Gandhi, e todos eles estavam ansiosos por ver com seus próprios olhos esse estranho fenômeno do Oriente. Não poucos se encontraram com ele pessoalmente. Muitas vezes é decepcionante o encontro pessoal com homens célebres. O contato imediato e diuturno com eles apaga, quase sempre, ou faz empalidecer a auréola de grandeza que a nossa imaginação havia tecido em torno do herói. É fácil ser santo e célebre a mil quilômetros de distância – mas é difícil a dois metros apenas... Também é fácil ter idéia sublime de um homem com o qual nos encontramos apenas de passagem, trocamos um rápido olhar ou um aperto de mão – mas é difícil conservar dele essa reverente admiração através das trivialidades de uma convivência cotidiana de semanas, meses, anos...

Ninguém é herói diante de seu camareiro, disse um rei – e será possível persistir algum ambiente de sublimidade nas intimidades de um quarto de casal?...

“Mantenha distância!” – é a conhecida legenda que figura na traseira de muitos veículos das nossas estradas públicas; e é de bom aviso essa advertência, para evitar colisões desagradáveis.

“Mantenha distância!” – poderia ser a divisa para a vida de muitas pessoas célebres, para que a celebridade possa sobreviver indene e ser admirada de longe como os bastidores de um teatro.

Com Gandhi se dava precisamente o contrário. Quase todos os seus companheiros ocidentais ficaram mais encantados com a sua propinquidade do que com a sua longinquidade. Seus próprios inimigos são unânimes em confessar isso. Os seus carcereiros, na Índia, acabavam sempre por se tornar seus maiores amigos. Os dois detetives britânicos que, em 1931, o acompanhavam pela Europa, refere Werner Zimmermann, um de seus íntimos nessa viagem, se transformaram em espontâneos auxiliares dele; arranjavam-lhe as passagens, tomavam conta da sua bagagem, acompanhando-o prazerosamente por toda a Europa até seu reembarque em Brindisi.

A verdadeira grandeza não necessita de publicidade; pelo contrário, qualquer artifício publicitário empalidece, pelo menos externamente, o fulgor de uma “grande alma”. Grande é o homem que é integralmente puro em suas intenções, verdadeiro em suas palavras e sincero em tudo quanto faz, às ocultas ou em público. Não mentir aos outros é mais fácil do que não mentir a si mesmo – e há pessoas cuja vida inteira é uma ininterrupta mentira a si mesmas, a ponto de elas mesmas acabarem por crer na verdade das suas mentiras... Gandhi, porém, chegou a tal ponto de verdade e veracidade consigo mesmo que não admitia a menor discrepância entre aquilo que era e aquilo que aparentava ser. Superara, por meio de ingentes lutas, todo o desejo de vaidade, de vanglória, de autocomplacência, todo o prurido de impressionar favoravelmente o público. Em última análise, todas as suas vitórias são devidas a essa inexorável pureza e sinceridade consigo mesmo.

A figura externa desse “faquir seminu”, como alguns o apelidavam, era, certamente, algo de exótico para os europeus; mas quase ninguém ousava rir-se dele com desprezo; todos sentiam, consciente ou inconscientemente, que nesse pequeno indiano, calvo e desdentado, vivia algo de grande e belo, algo que despertava reverência, admiração, entusiasmo e desejo de ser melhor. Aquele gentio do Oriente era um terrível exame de consciência para muitos cristãos do Ocidente... Nele transluzia algo que lembrava o espírito do Sermão da Montanha...

A verdadeira grandeza sempre empolga – ou então irrita – mas nunca nos deixa simplesmente-indiferentes. É impossível professar neutralidade diante duma “grande alma”. O homem cósmico, sejam quais forem as roupagens externas, é uma tempestade, um terremoto, um incêndio de Pentecostes; faz oscilar todas as agulhas; os bons se tornam melhores e os maus se tornam piores, suposto que não possuam a necessária plasticidade para a conversão...

Quando Gandhi afirma que nenhuma das suas vitórias foi merecimento dele, mas que todas as suas derrotas foram culpa sua, fala como porta-voz duma grande sinceridade com ele mesmo. De fato, todas as nossas vitórias são devidas a um elemento em nós que não é idêntico ao nosso ego, mas a algo transcendente, cósmico, infinito, divino, que é ao mesmo tempo imanente em

nós – ao passo que as nossas derrotas são sempre devidas ao nosso pequeno ego humano, que se julga capaz de algo de que é incapaz.

Queriam ser iniciados por Gandhi

Certo dia, apareceram num dos *ashrams* de Gandhi dois homens e pediram ao Mahatma que os iniciasse nos mistérios do mundo espiritual.

Gandhi aceitou ao pedido e ofereceu-se para ajudá-los.

Os dois hospedaram-se no *ashram*, prelibando maravilhosas experiências, sob a direção de tão exímio chefe espiritual.

E, para dar prelúdio à iniciação, Gandhi encarregou os dois candidatos à suprema espiritualidade de varrerem o pátio do *ashram* coberto de folhas secas.

Os dois empunharam as vassouras e varreram o pátio.

Depois, Gandhi mandou que descascassem batatas e cortassem verduras, e que rachassem lenha para o fogo sobre o qual se ia preparar o almoço de todos os residentes na colônia espiritual.

E assim se fez.

À tarde, Gandhi mandou os dois, com latas de creolina, às aldeias circunvizinhas para fazerem limpeza nas privadas e fossas, como costumava fazer ele mesmo, em companhia de uma turma especial encarregada da higiene.

Os dois candidatos à suprema espiritualidade passaram a tarde toda desinfetando instalações sanitárias com água de creolina.

Ao voltarem do serviço nada espiritual, um deles disse ao companheiro: – Será que Gandhi se esqueceu do nosso pedido de iniciação espiritual?

Ao anoitecer, os dois aspirantes à suprema espiritualidade tomaram sua frugal refeição em companhia de Gandhi e dos outros residentes na colônia.

Antes do descanso noturno, todos fizeram uma hora de meditação.

No dia seguinte, os mesmos trabalhos, com pequenas variantes.

De manhã e à noite, horas de meditação.

Os dois estavam cada vez mais decepcionados. Esperavam, parece, que o Mahatma os convidasse para uma sala fechada, misteriosamente imersa numa penumbra azulada ou esverdeada, recorresse a algum ritualismo mágico-místico, e que dessa cerimônia os iniciandos saíssem definitivamente iniciados para o resto da vida. Viviam, como milhares de outros, na ilusão de que iniciação consiste em algum toque de magia, em algum ato momentâneo, e não numa permanente atitude, numa vivência contínua e progressivamente ascensional.

Finalmente, no terceiro dia, um dos candidatos teve a coragem de perguntar a Gandhi:

– Mestre, quando começa a nossa iniciação?

– Já começou – respondeu Gandhi.

– E quando terminará?

– Terminará quando vocês fizerem de boa vontade o que até agora fizeram de má vontade.

Os dois candidatos à suprema espiritualidade sumiram. Provavelmente foram dizer lá fora que esse Gandhi não é nenhum Mahatma, nenhum verdadeiro iniciado, porque, em vez de fazer iniciação espiritual, mandava os aspirantes ocupar-se em trabalhos materiais tão ordinários como os que relatamos acima.

De fato, não consta que Gandhi tenha tido uma iniciação no sentido dos grandes místicos. Gandhi, depois de passar vinte anos o seu duro noviciado, no sul da África, passou da consciência mística para a zona da *consciência cósmica*¹. E o homem de consciência cósmica se parece, externamente, com o homem de *consciência profana*, porque vive espiritualmente no meio de todas as materialidades. Longe de ser *lodo*, no fundo do lago, ultrapassou a própria água do lago, e floresce, como a flor de lótus, na *luz*, acima do lago, onde se imortaliza pela frutificação.

[1. Ver o livro-síntese *Rumo à Consciência Cósmica*.](#)

O homem de consciência profana vive somente nas materialidades e para as materialidades.

O homem de consciência mística vive longe das materialidades, imerso na pureza da sua espiritualidade.

O homem de consciência cósmica, ou univérsica, vive no meio das materialidades, mas vive para a grande espiritualidade. Atingiu as alturas da luz, único elemento absolutamente imune e incontaminável, no meio das imundícies e materialidades do mundo profano. As palavras “iniciação” e “guru” representam verdadeiras fraudes espirituais no Ocidente – e quiçá mesmo no Oriente.

Não existe nenhuma alo-iniciação; só existe auto-iniciação. O guru ou mestre externo pode, quando muito, apontar o caminho a seu discípulo, mas não o pode iniciar espiritualmente; pode colocar setas na encruzilhada para que o discípulo conheça o caminho a seguir, mas não pode obrigá-lo a seguir o caminho certo.

O maior dos Mestres, Jesus, não iniciou nenhum dos seus discípulos durante os três anos da sua vida pública; mostrou-lhes o caminho a seguir. Eles mesmos, obedientes à ordem do Mestre, se auto-iniciaram, na gloriosa manhã do primeiro Pentecostes, quando neles eclodiu o Cristo interno. E esta eclosão crística se deu depois de nove dias de silêncio e meditação.

Esta auto-iniciação crística se repetiu através dos séculos em diversos seres humanos, como Paulo de Tarso, Agostinho, Francisco de Assis, Pascal, e, em nossos dias, na pessoa de Mahatma Gandhi, Albert Schweitzer, e outros. A auto-iniciação supõe um ambiente propício criado pelo iniciando, porque somente “quando o discípulo está pronto, o mestre aparece”. O silêncio e a cosmo-meditação fazem parte desse ambiente propício para a auto-iniciação. Além disso, é necessário um ambiente ético de profunda humildade, despreensão e solidariedade humana, como o que Gandhi exigiu dos dois pretendentes candidatos à iniciação.

A auto-iniciação, uma vez realizada pelo próprio iniciando, pode ser confirmada pelo guru mediante uma cerimônia ritual simbólica, a qual, porém, não pode, em hipótese alguma, substituir a própria iniciação espiritual e verdadeira.

A verdadeira iniciação é o início de uma nova consciência mística, e de uma verdadeira vivência ética de grande iniciativa.

O mistério do jejum e da oração

Todos os grandes mestres espirituais da humanidade, dentro e fora do Cristianismo, conheciam o mistério dinâmico de dois fatores desconhecidos dos profanos: o jejum e a oração. O homem moderno meneia a cabeça, incrédulo ou cético, quando se lhe fala do irresistível poder desses dois fatores invisíveis e intangíveis; poder, para ele, é violência – canhões, metralhadoras, bombas atômicas, etc. Alguns ainda estão dispostos a crer na eficácia da oração; o eminente cientista francês Alexis Carrel escreveu uma verdadeira apoteose da oração. Mas, e o jejum? Que eficiência poderia ter a vacuidade do estômago?

Todos os iniciados sabem por experiência que a oração é uma espécie de invasão do finito pelo Infinito, o cruzamento de uma fronteira, para alguém da qual há pequenez e fraqueza, para além da qual imperam grandeza e poder. Quem consegue essa invasão tem nas mãos tudo quanto existe de positivo – poder, amor, saúde, felicidade, certeza de Deus e da vida eterna.

Todos os chamados “milagres” são filhos primogênitos da oração.

Os dezoito anos de adolescência de Jesus, que os Evangelhos silenciam, devem ter sido anos de intensa e assídua oração; o que o Nazareno, mais tarde, diz ao povo sobre o “reino de Deus” deve ser o eco de profundas experiências dele, nesse período. Durante a sua vida pública costumava ele retirar-se, de noite, ao cume de algum monte ou à solidão dum ermo, a fim de reingressar nesse mundo divino. A sua transfiguração no Tabor, a sua agonia no Getsêmani, a sua morte no Gólgota – estão todas envoltas na atmosfera da oração. E a seus discípulos diz ele: “Orai sem cessar, e nunca deixeis de orar!”.

“Orar” é, para Jesus, uma atitude permanente, um modo de ser, e não apenas um ato transitório, um modo de agir. “Orar”, derivado do latim “os” (*oris*), que quer dizer “boca”, significa literalmente “abrir a boca”. Quando a alma se abre rumo ao Infinito, sentindo-a sua faminta vacuidade e ansiando pela divina plenitude, então ela “ora”.

Gandhi não nos deixou nenhuma teoria, nenhum tratado sobre a oração, mas a sua vida é uma oração permanente, uma silenciosa atitude rumo ao Infinito.

Lord Halifax, quando vice-rei da Índia, escreveu uma carta a seu governo, em Londres, em que se refere ao líder político-místico da Índia, dizendo que esse homem estranho, quando não consegue dominar a vontade rebelde de seu povo, passa noites inteiras em oração – e depois os seus conterrâneos lhe obedecem. “Se eu, acrescenta Lord Halifax, procedesse deste modo, em vez de apelar para os recursos da política e das armas, meu governo me chamaria de volta para Londres como homem inapto para o cargo que exerço; Gandhi, evidentemente, tem conhecimento de uma arma secreta que nós desconhecemos...”

De fato, são pouquíssimos os que conhecem e sabem manejar essa “arma secreta” da oração; mas os que a conhecem e aplicam são onipotentes: “Tudo que na oração pedirdes a meu Pai, ele vô-lo dará”. “Nada é impossível àquele que tem fé...”

* * *

Menos ainda do que a oração conhece o nosso mundo o mistério do *jejum*. Entretanto, todos os iniciados associam o jejum à oração, porque sabem que aquele intensifica o poder desta.

Quando, durante a transfiguração de Jesus, os seus discípulos, ao pé do Tabor, procuravam em vão expulsar o mau espírito daquele menino obsessivo, têm de ouvir dos lábios do Mestre que essa espécie de demônios só se expulsa à força de “jejum e oração”.

Na igreja cristã dos primeiros séculos não se tomava uma única resolução importante sem a fazer preceder de um período de “jejum e oração”.

Gandhi submetia-se a semanas inteiras de jejum e oração, a fim de exercer impacto positivo sobre milhões de almas. Diziam então os jornais, ingênuos e insipientes, que o líder da Índia ameaçava suicidar-se à força de jejuns se o povo não lhe fizesse a vontade – como se um homem que detestava até a matança de animais e insetos chegasse a tal ponto de apostasia das suas mais sagradas convicções!

O impacto que o jejum exerce sobre a vida do homem que o aplicar devidamente é algo por demais esotérico para que o grosso da humanidade profana o possa compreender. Só se compreende de fato aquilo que se é e se vive profundamente. Em última análise, saber é *ser*, *compreender* é viver. “Se alguém quiser saber se a minha doutrina é verdadeira, pratique-a!” (Jesus)

A explicação que passaremos a dar não é objeto de análise intelectual, mas sim de experiência espiritual. Onde falta essa experiência falha a análise.

Diz-nos a ciência que todo homem necessita de certo número de “calorias” para poder viver e trabalhar normalmente. Essas calorias lhe são fornecidas

diariamente pela assimilação das energias solares extraídas dos alimentos mediante a digestão.

Por via de regra, essas calorias são puramente “biológicas”, servindo para manter e aumentar as energias do corpo. É, todavia, possível ao sábio potencializar essas calorias biológicas e transformá-las em “calorias espirituais”.

Essa misteriosa alquimia, que transmuta as energias vitais em energias espirituais, é realizada por meio da oração, que, qual poderoso catalisador, submete as calorias biológicas ao impacto duma alta-tensão mística; as energias físicas passam por um processo de sublimação, de maneira que, sem aumentar a *quantidade* por nova ingestão de alimentos, intensificam a *qualidade* das energias já existentes no corpo.

Essas calorias, assim dinamizadas, ao mesmo tempo que conservam a vida do corpo, capacitam a alma de captar ondas mais sutis do que as que, geralmente, percebe. O refinamento dos nervos pelo jejum unido à oração cria no homem um aparelho receptor de alta potência, por meio do qual sintoniza ele a sua alma para frequências vibratórias muito além das vibrações comuns do plano material e mental. E, uma vez criado esse delicado receptor, percebe o homem as irradiações das emissoras mais potentes do Universo imaterial.

A prática do jejum com oração é apenas um dos três processos que ligam o homem individual ao cosmos universal. O homem estabelece esse contato do indivíduo com o universo de três modos diferentes: 1) pela *digestão*, 2) pela *respiração*, 3) pela *mentalização*. *Calorias, prana e pensamentos* – quem sabe canalizar essas três correntes cósmicas e pô-las a serviço da sua vida individual, é senhor do seu destino. Mas aí do homem que canalizar essas forças em sentido negativo... Acabará em completo envenenamento...

Quando o homem sabe controlar e dirigir essas forças e pô-las a serviço de seu EU superior, então possui ele o elixir da saúde, da vida, da sapiência e da imortalidade. E pode também influenciar outros, não por meio de um processo de violentação – como na magia negra – mas pela criação de um ambiente propício para as vibrações positivas do espírito consciente e livre.

Existem numerosas sociedades iniciáticas que prometem a seus adeptos o ingresso no “reino dos céus” por meio de determinadas técnicas e ritualismos secretos – e muitos seguem esses “falsos profetas”. Possivelmente adquirem poderes luciféricos, mas não entram no reino cósmico, que não é deste mundo. Idéias são transmissíveis – experiências são intransferíveis!

Nenhum mestre, por mais espiritual, pode dar a seus discípulos a sua espiritualidade; se o pudesse e fizesse, cometeria o maior pecado anticósmico, e daria a entender com isso mesmo a sua falta de verdadeira espiritualidade. Nenhum mestre realmente espiritual comete semelhante “contrabando”,

procurando por meio de técnicas externas introduzir os seus discípulos para o interior de um reino que exige maturidade espiritual, experiência profunda e vasta do Deus do mundo e do mundo de Deus.

E, no início dessa experiência mística, está invariavelmente um grande sofrimento, ou uma morte. Quem não passa por essa morte não pode nascer para uma vida mais abundante. Todas as glórias da ressurreição têm como prelúdio as agonias do Getsêmani e do Gólgota... “Se o grão de trigo não morrer, ficará estéril, mas, se morrer, produzirá muito fruto.” “Eu morro todos os dias, e é por isso mesmo que vivo, mas não sou eu que vivo – o Cristo é que vive em mim...”

O Universo está sempre presente a nós, com todas as suas forças e grandezas; para o percebermos, uma só coisa é necessária: criarmos em nós suficientes receptividades para sintonizarmos a nossa antena individual com as ondas da emissora universal.

Mahatma Gandhi era mestre nessa sintonização. Sabia que o que de grande acontecia na vida dele vinha do Infinito; competia a ele tornar-se receptivo para essas mensagens divinas...

Gandhi: o homem indefinível

“A maior parte dos homens religiosos com que me tenho encontrado – disse Gandhi – são políticos camuflados de religiosidade; eu, porém, que pareço camuflado de político, sou um homem intimamente religioso”.

De fato, Gandhi nunca teve a intenção de ser um político; a política lhe foi imposta por motivos de consciência, isto é, por sua profunda e inextirpável religiosidade. O seu caráter era de místico – mas, como podia ele ser solitário com Deus sem ser solidário com os homens, se estes sofriam horrores e injustiças sem nome?

O que, no Oriente, se entende por “religião”, “religioso”, é muito diferente daquilo que o ocidental entende, geralmente, com essas palavras. Eu mesmo, nas minhas extensas viagens de conferências e organização pelo Brasil afora, tenho sido interrogado e entrevistado repetidas vezes pelos homens da imprensa, e uma das perguntas do repórter de bloco de papel e lápis em riste é infalivelmente esta: “Qual a sua religião?” O que o homem do jornal quer saber, para dizer a seus leitores, é se eu pertencço confessionalmente ao grupo religioso A, B ou C, se aceito tais dogmas, tal credo, etc. Mas, como eu não faço parte de nenhuma igreja ou seita particular, o repórter fica desnorteado, não acerta com os termos e acaba por declarar a seus leitores que eu sou um homem sem religião, isto é, um ateu de marca.

A um deles respondi que moldava a minha vida pelo Cristianismo Universal, sem rótulo eclesiástico; ao que ele replicou que Cristianismo não era religião, definindo assim, involuntariamente, o que ele e muitos outros entendem por religião.

De fato, um homem de religiosidade universal, não-sectária, um homem que procura concretizar em ética humana a sua mística divina, e não habita em nenhuma das gaiolas dogmáticas, esse homem passa facilmente por ateu e irreligioso. Quase todos os verdadeiros místicos foram detestados como ateus ou hereges, alguns deles queimados vivos, outros crucificados, outros ainda excomungados e boicotados como elementos perigosos – desde Sócrates até

Cristo, desde Ikhnaton I até Abraham Lincoln. A mais poderosa organização religiosa do primeiro século da era cristã, a sinagoga de Israel, declarou oficialmente que o Nazareno era blasfemo, possesso do demônio, ateu, inimigo de Deus, e por isso tinha de morrer – e ele foi crucificado, morto e sepultado, como irreligioso, ele, o homem mais religioso que a humanidade conhece.

Como definir o caráter de Gandhi? Em que categoria incluí-lo?

Místico? Político? Reformador? Revolucionário? Filósofo? Estadista? Sectário? Fanático?

Não encontramos categoria alguma em que incluir esse homem. Tinha algo de tudo que estas palavras significam – mas, acima de tudo isso, pairava a sua grande e única individualidade, tão original e inédita que não podia ser considerada cópia de algo antecedente, nem pode ser copiada por algo subsequente. A individualidade original e inédita de Mahatma Gandhi fundia, numa grandiosa síntese cósmica, todos aqueles elementos heterogêneos, plasmando algo majestoso e homogêneo, cheio de unidade e de diversidade como o próprio Universo.

Filho da mesma terra que Rabindranath Tagore – esse poeta-filósofo, esse suave artista-aristocrata, esse esteta-místico – era Gandhi totalmente diverso do seu grande conterrâneo; era dotado dum dinamismo realizador de inaudita potência e duma capacidade de sofrer jamais igualada num país de sofredores.

As palavras de Albert Schweitzer “Não há heróis da ação – só existem heróis da renúncia e do sofrimento”, bem poderiam figurar sobre o frontispício da vida de Gandhi. De fato, a verdadeira grandeza do homem não está naquilo que ele, o seu ego humano, faz – mas sim naquilo que ele é capaz de sacrificar e de sofrer sob o impacto e o império do seu EU divino, eco individual da Realidade Universal.

É fácil ser santo na suave solidão com Deus – é difícil ser santo na rude sociedade dos homens. Quem consegue salvar, no meio do ruído dos homens, 10% dos ideais que concebeu no silêncio de Deus – esse homem está de parabéns...

Gandhi passou por esta prova de fogo: testou no meio das impurezas da sociedade humana a pureza das suas experiências divinas.

Entretanto, o seu caráter continua indefinível – como indefinível é Deus, o grande Anônimo de mil nomes...

O homem profano é, geralmente, um homem social.

O homem místico é um solitário com Deus.

O homem crístico é um homem solidário com os homens por amor de Deus.

Entretanto, ninguém pode ser vastamente solidário com os homens sem se profanizar, se não for profundamente solitário com Deus.

A política solidária de Gandhi é um transbordamento espontâneo da sua mística solitária. Ele é político por ser religioso.

Gandhi – sobre reencarnação e culto da vaca

Em diversos itens da ideologia gandhiana transparecem influências ocidentais; a sua permanência em Londres, durante os seus estudos, deixou indeléveis traços no seu modo de pensar e sentir. Em outros pontos, porém, se conservou Gandhi intransigentemente oriental e hindu, como nos dois itens do título deste capítulo.

Quanto à reencarnação, admite ele essa doutrina em seu colorido teosófico, e não na roupagem da metempsicose, segundo a qual a alma humana poderia reencarnar até no corpo de um ser infra-humano.

Entretanto, o Mahatma não se dá ao trabalho de elaborar explicitamente as suas convicções sobre reencarnação; não nos diz se tem experiência duma vida terrestre anterior à presente, nem se preocupa com um possível retorno a este planeta em corpo material. A sua vida se absorve totalmente na luta pela libertação pacífica da Índia e no empenho da sua purificação pessoal durante a presente vivência telúrica. Nesse particular se aproxima Gandhi da atitude de Jesus, que nunca se pronunciou claramente sobre esse problema humano tão agitado em nossos dias; nenhum dos três ou quatro textos evangélicos geralmente aduzidos prova, concludentemente, ter Jesus admitido esse retorno físico da alma. Em Gandhi, é verdade, encontramos atitude bem mais clara a favor da reencarnação, embora não tenha feito dessa crença um ponto central da sua vida.

Aliás, todos os grandes mestres espirituais da humanidade compreenderam que, embora talvez exista o *fato objetivo* da reencarnação, esse fato não representa um *valor subjetivo*, uma vez que – no dizer de Einstein – “do mundo dos fatos não conduz nenhum caminho para o mundo dos valores”.

Replicam os reencarnistas que, numa nova encarnação terrestre, teria o homem oportunidade para criar valores espirituais.

Entretanto, não é concludente esse argumento, uma vez que a criação de valores espirituais é possível em qualquer ambiente, mesmo fora da matéria,

porque depende unicamente do exercício do livre-arbítrio, e não da presença de um corpo material, e o livre-arbítrio sobrevive à morte do corpo físico.

Nem é válido o argumento de que a criação de valores espirituais necessite de sofrimentos em corpo físico; se necessita de sofrimentos, estes também persistem sem o corpo físico, uma vez que a base do sofrimento é o corpo astral, que sobrevive ao corpo material. Nesse sentido, os teólogos fizeram bem em localizar o inferno e o purgatório (que eles entendem como lugares) na zona do mundo astral, e não no mundo material.

Em qualquer hipótese, a criação de valores espirituais é possível fora da matéria, porque é um atributo do livre-arbítrio, que não depende da presença de um corpo material.

Por essa razão, os grandes iniciados nunca deram real importância a essa questão de reencarnação; se não a negaram como *fato objetivo*, também não afirmaram enfaticamente, porque davam mais importância ao *valor subjetivo*, que existe independentemente daquele.

De resto, os mestres orientais consideram a reencarnação como indesejável, como uma punição, e não como um requisito indispensável de evolução, como certos doutrinadores ocidentais.

Para ulterior esclarecimento, queira o leitor consultar o meu livro *Luzes e Sombras da Alvorada*, capítulo “Reencarnação como Fato ou como Valor”.

Gandhi sabia, experiencialmente, dessas verdades profundas, embora não as tenha verbalizado, nem talvez mentalizado explicitamente. Toda a experiência espiritual é, por sua natureza, silenciosa, anônima, incolor; a sua passagem para a zona mental da análise é a primeira degradação dessa experiência íntima; a segunda degradação consiste em sua verbalização material. A verdade pura e integral está para além de toda a mentalização e verbalização, nos eternos abismos do silêncio, do anonimato e da incoloridade – são “*ârreta remata*” (“ditos indizíveis”), na linguagem mística de Paulo de Tarso.

Grande estranheza e desapontamento causou a não poucos o pronunciamento entusiástico do grande líder indiano sobre o culto da vaca. Mas ele acrescenta como ressalva que toma essa veneração num sentido muito mais amplo e espiritual do que o comum do seu povo. A vaca, o animal doméstico mais útil ao homem, como fonte de leite e de trabalho agrícola, representa para Gandhi todo o mundo infra-humano, que merece a nossa reverência e compreensão, por serem os animais os nossos irmãos menores.

Através de toda a filosofia oriental, vai esse traço democrático, se assim se pode dizer, que não conhece nítida linha divisória entre o mundo humano e o mundo animal. O animal é, para o oriental, uma espécie de homem atrasado, ao passo

que o homem é um animal avançado. Os darwinistas ocidentais devem simpatizar grandemente com essa ideologia.

A mentalidade ocidental, sobretudo cristã, é assaz diferente; entre nós existe algo como uma aristocracia ou hierarquia, no tocante ao gênero humano; corre uma nítida linha divisória entre homem e animal; o homem não é um superanimal, nem o animal é um infra-homem. Homem e animal aparecem, na esfera cristã, como duas categorias de seres fundamentalmente diversos, sem afinidade recíproca nem possibilidade de transição de cá para lá, ou de lá para cá.

Desse separatismo radical nasce, naturalmente, uma atitude específica do homem em face do mundo animal; o homem pode servir-se do mundo animal como de um meio para seus fins humanos. É universalmente considerado inético que um homem se sirva de outro homem como meio (isto, em teoria, embora na prática esse imoralismo seja regra geral). Immanuel Kant deu grande ênfase a esse ponto. Mas o Ocidente não considera inético que o homem, dentro de certos limites, se sirva do animal como de um meio para seus fins humanos.

Sobre a base democrática da filosofia oriental, é imperdoável que o homem se sirva do animal para sua alimentação, matando-o, uma vez que vigora estreita afinidade entre homem e animal; seria uma espécie de canibalismo, parecido com a antropofagia dos povos selvagens.

Essa concepção de afinidade entre homem e animal não aparece na teologia cristã, nem nos ensinamentos de Cristo; nunca inculcou ele a seus discípulos deveres para com os animais nem insistiu na necessidade de evitarem a ingestão de carne animal; ele mesmo come a carne do cordeiro pascal (embora por motivos rituais), dá ordem a seus seguidores para apanharem peixes no lago de Genesaré, e na Páscoa da ressurreição prova uma posta de peixe assado que seus discípulos lhe oferecem. Essa atitude do Nazareno supõe uma distância maior entre homem e animal do que o Oriente admite; estabelece uma transcendente hierarquia cósmica, confirmando o que o Salmista expressou nas conhecidas palavras: “Que é o homem, Senhor, que dele te lembres – e o filho do homem que o visites? – Pouco abaixo dos anjos o colocaste, de honras e glórias o coroaste, e o constituíste sobre as obras das tuas mãos”.

O fato cientificamente provado de que o corpo humano, antes de atingir a forma atual, percorreu – e percorre ainda em cada novo indivíduo – numerosos estágios evolutivos de corpos animais, não invalidaria essa concepção hierárquica do homem porque não foi provado, nem jamais será provado, que o homem tenha vindo do animal; a ciência provou apenas que o corpo dele veio através de corpos inferiores, infra-humanos ou animais. “De” indica a fonte e causa; “por” ou “através” indica a condição, ou seja, os canais pelos quais fluiu a alma humana, até atingir as alturas de hoje.

O homem nunca foi animal, e o animal de hoje, provavelmente, nunca será homem amanhã. Se uma alma humana é, por sua íntima essência e natureza, intelectual e racional, embora ainda em estado latente, e se nenhum animal possui essa natureza potencialmente intelectual e racional, então é certo que nunca haverá uma “homificação” do animal, pois ninguém se torna o que não é, nenhum ser se torna explicitamente amanhã o que não é implicitamente hoje. Só se admitíssemos que o animal de hoje seja, agora mesmo, potencialmente homem, e se torne atualmente amanhã o que é potencialmente hoje. Mas essa suposição é 100% gratuita e arbitrária, porque nunca, em tempo histórico, houve um único caso provado de que um verdadeiro animal se tivesse tornado verdadeiro homem. Não negamos que o animal tenha “inteligência” – negamos, porém, que a “inteligência” animal seja da mesma categoria que a inteligência humana; aquela é concreta e puramente biológica, ao passo que esta pode tornar-se abstrata, tratando de assuntos flagrantemente antibiológicos e totalmente infrutíferos para a vida concreta do homem. Nunca nenhum animal perdeu tempo e esforço para calcular a distância entre a Terra e o Sol, a velocidade da luz, nem discutiu a habitabilidade de outros planetas – isto é típico da inteligência abstrata do homem. Pode o animal aprender muitas habilidades, como vemos no circo; mas, quando deixado a seu instinto natural, perde tudo quanto aprendeu e volta ao estado natural, por sinal que todas aquelas conquistas eram conquistas da inteligência do homem, temporariamente emprestadas ao animal, mas que não encontraram ambiente propício no animal e desapareceram no momento em que o homem deixou de as manter artificialmente, de fora.

Tudo faz crer que o Universo é uma Hierarquia Cósmica, com determinadas categorias de seres, que poderão atingir grau máximo de evolução dentro da sua categoria, mas não podem exorbitar dos seus limites. Baseada nesse princípio, a filosofia e teologia ocidental professam ideologia *exogenética*, transcendente, ao passo que a mentalidade oriental propende para a *endogênese*, imanente.

O homem ocidental se considera dono, o oriental se sente como irmão mais velho do animal. As conclusões daí decorrentes dependem da premissa maior.

Quem decidirá da sua verdade – ou da sua inverdade?...

* * *

A grande veneração que Mahatma Gandhi tinha para com a vaca era, em última análise, uma reverência por todo o mundo infra-humano – encontrando-se nesse particular, com a mentalidade de Albert Schweitzer, o qual, embora amicíssimo do mundo animal e vegetal, não prima pela simpatia para com a filosofia oriental.

Gandhi levou a tal extremo a sua reverência pelo mundo infra-humano que, nos últimos decênios, se recusava a comer cereais e outras frutas cuja ingestão implicasse destruição da vida latente nessas sementes. Compreende-se esse

extremismo quando se considera que os antepassados de Gandhi eram jainistas, e a sua própria família alimentava grandes simpatias por essa ramificação ultra-ortodoxa da filosofia ética do hinduísmo.

As “coerentes incoerências” de Gandhi

Mahatma Gandhi tem sido acusado, por seus próprios amigos, de ser incoerente no seu modo de falar e agir. E não sem fundamento. Parece que não vai, através da sua vida, uma linha reta de princípios; parece que ele se deixa levar, não raro, por impressões de momento; parece que segue uma política de oportunismo, sobretudo nas suas relações com o governo britânico da Índia. Muitos dos seus amigos desejariam que o chefe fosse mais radical e intransigente.

Gandhi não nega as suas incoerências, mas afirma que elas estão a serviço da coerência.

Poderíamos classificar esse homem histórico na terceira categoria de caracteres que descrevemos em nosso livro *Profanos e Iniciados*. É certo que ele não se enquadraria na classe dos “caracteres-argila”, nem na dos “caracteres-cristal”, mas sim no grupo dos “caracteres-aço”. O primeiro tipo não tem dureza alguma; o segundo tem dureza inflexível; o terceiro tem dureza flexível, como uma mola de aço. E, por isso mesmo, é fácil confundir o caráter-aço com o caráter-argila, como, provavelmente, aconteceu no caso de Gandhi.

Não ter princípios definidos, mas viver à mercê dos caprichos do momento e das aragens das circunstâncias externas, é próprio dos homens medíocres, dos moluscóides e oportunistas de toda a espécie, dos que só conhecem convenções em vez de convicções e, sendo como barro informe, aceitam todas as formas que se lhes queira imprimir, transitoriamente.

Por outro lado, o homem de princípios nitidamente definidos, o asceta, o místico, é como um cristal de faces e arestas retilíneas; não declina do caminho da sua consciência, ainda que lhe custe a vida. Mas essa própria fidelidade a si mesmo o torna inadaptável à sociedade profana, com a qual vive em contínuo conflito e, por isso, prefere abandonar a sociedade e retirar-se à solidão, ou então, caso deva permanecer entre os profanos, cerca-se de uma invisível muralha de gelo e habita em seu baluarte de silencioso protesto em plena sociedade.

Há, todavia, uma classe de homens, raros na verdade, que têm princípios rigorosamente definidos e guardam absoluta fidelidade a seu Eu divino, mas

possuem o estranho carisma de saberem adaptar as suas retilíneas convicções espirituais às curvilíneas convenções da sociedade, às circunstâncias de tempo e lugar, a ponto de serem facilmente confundidos pelos menos clarividentes com os homens da primeira classe, destituídos de *princípios* certos e só interessados em *fins*, nos fins dos oportunistas profanos.

O fato de alguém ser invariavelmente fiel a princípios eternos, mas não se aferrar teimosamente a certas formas externas consideradas inseparáveis da essência divina desses princípios – supõe extraordinária força e plasticidade de caráter, bem mais difícil do que a rigidez retilínea do caráter-cristal do asceta também externamente intransigente.

Não raro, o homem realmente espiritual tem de sacrificar as aparências de espiritualidade a fim de ser fiel à sua espiritualidade. Mas esse sacrifício das aparências para salvar a essência é, quiçá, a melhor medicina profilática contra um possível orgulho espiritual. Um místico, por exemplo, que tem de lidar com negócios e dinheiro, dificilmente é tido por um místico pelos não-místicos; e essa condição de parecer um profano no meio de profanos talvez seja a melhor garantia para ele não ser um profano, mas um verdadeiro iniciado. Para continuar a ser forte, por vezes é útil parecer fraco aos olhos dos outros. O verdadeiro sábio pode admitir a pecha de parecer tolo, ao passo que o pseudo-sábio, ou semi-sábio, deve evitar cuidadosamente as aparências de tolo, a fim de escorar eficazmente a sua vacilante sapiência.

* * *

Leiamos o que o próprio Gandhi diz das suas incoerências.

Admito que há na minha vida numerosas incoerências. Mas como me chamam mahatma (grande alma), estou disposto a endossar as palavras de Émerson, de que a tola coerência é o cavalo de batalha dos espíritos medíocres.

Acho que vai certo método através das minhas incoerências. Creio que há uma coerência que passa por todas as minhas aparentes incoerências – assim como há na natureza uma unidade que permeia todas as aparentes diversidades.

Amigos meus que me conhecem têm verificado que eu tenho tanto de um homem moderado quanto de um extremista, que eu sou tão conservador quanto revolucionário. Assim se explica, talvez, a minha boa sorte de ter amigos entre esses tipos extremos de homens. Essa mescla, creio, corre por conta da minha própria ahimsa.

A minha incoerência é meramente aparente, em razão da atitude que tomo em face de circunstâncias várias. Certo tipo de coerência aparente pode ser até uma obstinação real.

Recuso-me a ser escravo de precedentes ou a praticar algo que não compreenda nem possa defender com base moral. Não sacrifiquei princípio algum a fim de conseguir alguma vantagem política.

Tive a sorte, ou falta de sorte, de colher o mundo de surpresa. Novos experimentos, ou experimentos velhos em forma nova, geram, por vezes, incompreensão.

Os que acompanharam, mesmo por alto, a minha humilde carreira, não podem ter deixado de observar que nunca pratiquei um único ato em minha vida com o fim de fazer mal a alguma pessoa ou a um povo.

Não me tenho em conta de infalível; tenho a consciência de ter cometido erros do tamanho do Himalaia, mas não me consta que os tenha cometido intencionalmente, ou de ter mesmo alimentado sentimentos de hostilidade a alguma pessoa ou nação, a qualquer espécie de vida, humana ou infra-humana.

Não tenho a consciência de ter praticado em minha vida um único ato por motivo de conveniência; antes, tenho a convicção de que a mais alta moralidade é a mais alta conveniência.

Nunca fiz da coerência um fetiche. Sou um adepto da Verdade, e tenho de dizer o que sinto e penso, em dado momento, sobre isto ou aquilo, independentemente do que tenha dito anteriormente sobre o assunto (...) Conforme a minha visão se vai tornando mais clara, meus pontos de vista se esclarecem com a prática diária. Quando modifico deliberadamente a minha opinião, as consequências são inevitáveis. Mas somente um olhar apurado é capaz de verificar nisso uma evolução gradual e imperceptível.

Não estou absolutamente interessado em parecer coerente. No meu caminho em busca da Verdade, tenho abandonado muitas idéias e tenho aprendido muitas coisas novas. Velho como sou de corpo, não tenho a consciência de ter cessado de crescer interiormente, ou que o meu crescimento vá estagnar com a dissolução da minha carne. O que me interessa é a minha atitude de prontidão em obedecer ao chamamento da Verdade, o meu Deus, de momento a momento.

Há princípios eternos que não admitem compromisso, e o homem deve estar disposto a sacrificar a sua vida para obedecer a esses princípios.

Gandhi e o problema dos “intocáveis”

Uma das grandes lutas de Gandhi gira em torno do problema dos párias ou “intocáveis”, que existem ou existiam na Índia, em número de cerca de 60 milhões. Num dos seus primeiros discursos no Congresso Nacional da Índia, declarou o Mahatma que não prometia libertar o seu país do domínio britânico enquanto os seus próprios conterrâneos não trabalhassem seriamente por se libertarem de uma escravidão moral mais degradante que a opressão política, a vergonhosa nódoa nacional dos párias. Sendo ele mesmo de uma casta superior, não admitia que dezenas de milhões de patrícios fossem tratados como seres infra-humanos, sem direito algum, pelo simples fato de terem nascido dentro duma outra casta social.

Falar em “castas” é usar de linguagem enigmática para o ocidental. Mas existem também entre nós preconceitos de classe. Na Europa medieval, pessoas da nobreza ou aristocracia não se mesclavam com os burgueses. Nos Estados Unidos continua em pleno vigor, a despeito dos dispositivos da Constituição Federal, a segregação racial, sobretudo no tocante ao elemento africano.

Mas convém não confundir esse preconceito racial ou social do Ocidente com o seu congênere oriental. O Oriente, em geral, crê firmemente na reencarnação, o fato de alguém nascer, por exemplo, numa família de párias faz parte do seu destino cármico; as suas auras são de categoria inferior, e quem entra em contato com essas auras inferiores perde algo das suas vibrações superiores, podendo atrasar a sua evolução ascensional por séculos e milênios.

De maneira que, no Oriente, o dever da segregação de castas, longe de ser simples assunto de antipatia social ou emocional, é um imperativo de caráter religioso, um dever de consciência; é a própria religião ou religiosidade que impõe ao brâmane ou outra pessoa de casta elevada o dever de evitar meticulosamente a convivência com seres de classe inferior. Estes, é verdade, poderiam ter vantagem com o convívio bramânico, mas não deixaria de ser uma espécie de “contrabando” ou ilegalidade, uma vez que o pária tem um débito a pagar, um “pecado original” a lavar, e só pode solver esse débito por meio de sucessivas reencarnações e sofrimentos. Por isso, não deve o indivíduo de

classe superior mesclar-se com indivíduos de classe inferior, nem deve este querer subir ilegalmente, fora da lei cósmica. Cada um deve ficar tranquilamente no seu plano e saldar o débito correspondente a esse estágio.

À luz dessa filosofia compreende-se a proverbial paciência e serena resignação que, em geral, caracteriza os sofredores do Oriente; sofrem calmamente porque sabem que estão pagando uma dívida, e que o cancelamento paulatino duma dívida contraída em outra existência não é motivo de revolta, ou pesar, mas sim de alegria e esperança.

É também a razão por que o hinduísmo não é religião militante, como são o Cristianismo e o Islamismo, e como foi, antigamente, o Judaísmo. Por que tentar “converter” alguém? Por que empenhar-se em proselitismo missionário, se cada indivíduo tem de percorrer o estágio evolutivo em que, de momento, se encontra?

* * *

Quando Gandhi se insurgiu contra a segregação de castas, cometeu ele uma espécie de sacrilégio aos olhos dos ortodoxos do seu país, uma apostasia de princípios sagrados milenares.

A fim de provar a sinceridade da sua campanha pró-párias mudou ele a sua residência para o bairro dos “intocáveis”, onde morou quatro anos, e adotou por filha uma jovem pária.

Tinha Gandhi razão em proceder tão radicalmente?

Em face do conceito da fraternidade universal de todos os seres humanos, não há dúvida alguma. Em face das tradições milenares de seu povo, há outro ponto a considerar. Pergunta-se, antes de tudo, se existe realidade objetiva nessa crença em auras ou fluidos. Pode uma pessoa influenciar, positiva ou negativamente, outras pessoas pelas invisíveis irradiações que dela emanam?

Respondem os entendidos que sim. Auras são fatos provados. Se elas afetam ou não afetam outras pessoas, isso depende da alergia ou imunidade dessas pessoas. Como na eletricidade há bons e maus condutores da invisível corrente, assim há também, entre os homens, bons e maus condutores de fluidos pessoais.

Quando Gandhi se empenhou na campanha contra a segregação de castas, supôs ele, tacitamente, a possibilidade de uma imunidade por parte dos brâmanes ou outras castas elevadas. Essa imunidade era, certamente, um fato na pessoa do grande líder, que se achava no plano duma inegável invulnerabilidade. Mas... eram os seus colegas e correigionários tão imunes quanto ele?

Há entre nós sociedades iniciáticas que praticam o mesmo princípio de intocabilidade, a fim de premunir os seus adeptos da contaminação de auras alheias; isolam-nos dentro dum certo sistema ritual; proíbem-nos de frequentar outros grupos filosófico-esotérico-espirituais, chegando ao extremo de reivindicar para seu grupo peculiar todos os privilégios de eleição divina e fulminando anátemas e excomunhões contra todos os que não comungarem das mesmas idéias.

Esse separatismo prova duas coisas: 1) o sincero desejo de progresso espiritual; 2) a consciência duma grande vulnerabilidade, que leva esses homens a se isolarem solicitamente contra influências heterogêneas, a fim de garantirem a homogeneidade do seu credo. Quem não possui segurança interna tem de engendrar seguranças externas. Quem não goza de perfeita saúde deve servir-se de muletas para poder andar. Quem não se sente assaz forte para viver puro entre impuros faz bem em tentar viver puro entre puros, ou os que lhe parecem puros.

Mahatma Gandhi não necessitava de escoras externas porque a sua experiência mística lhe havia dado perfeita segurança interna.

“Nunca ninguém me ofendeu”

Tempos atrás, quando li sobre a *brahmacharya* de Gandhi, considerava eu esse voto de abstenção sexual como o apogeu da heroicidade do místico libertador de si mesmo e da Índia.

Mais tarde, porém, descobri que há na vida de Gandhi uma heroi-cidade ainda maior: a sua perfeita *inofendibilidade*.

Pelo fim da sua existência terrestre, atingiu o Mahatma um estágio evolutivo para além do vingar dos viciosos e para além do perdoar dos virtuosos; conseguiu não ser atingido por ofensa alguma; conseguiu total imunidade contra as bactérias projetadas por qualquer ofensor; conseguiu não se sentir mais ofendido, tornar-se absolutamente inofendível.

O homem que atingiu essas alturas da inofendibilidade dá prova de ter ultrapassado a pequena ego-consciência humana e ter entrado na grande cosmo-consciência divina.

O único teste válido de uma verdadeira iniciação no mundo da cosmo-consciência é o fato de alguém ser totalmente imunizado contra qualquer sentimento de *ofendismo* crônico e de *ofendite* aguda. Enquanto o homem se move ainda no plano horizontal do ego, mesmo do ego virtuoso, é ele alérgico e vulnerável em face de ofensas e injustiças, e só pode assumir uma das duas alternativas do homem profano: ou vingar-se, ou perdoar o ofensor. O ego é como a água, sempre nivelada horizontalmente; toda a água, quando deitada num recipiente impuro, se torna impura. Nenhum ego pode conservar-se puro, indene de contaminação, em face de ofensas. Embora o ego virtuoso seja melhor que o ego vicioso, é uma ilusão que o ego virtuoso seja puro e incontaminável; o simples fato de o homem virtuoso perdoar ao ofensor é prova de que ele se sentiu ofendido; se não se sentisse ofendido, não teria nada que perdoar. E sentir-se ofendido é ser contaminado pelo ambiente do ego ofensor. Todo ato de perdoar prova contaminação.

Quando, porém, o homem transcende a horizontalidade aquática do ego humano e entra na verticalidade da luz do Eu divino, então – adeus contaminabilidade!

Adeus alergias das circunstâncias ofensivas! Esse homem está para além da vingança e perdão. Não existe luz impura. Pode a luz entrar nas maiores impurezas, ela sairá sempre pura como entrou.

E não dizia o maior dos Mestres: “Vós sois a luz do mundo”?

Quando o homem supera o ego ofendível e entra no Eu inofendível, então, e só então, atingiu ele as alturas da sua completa e definitiva libertação.

Pelo fim da vida, foi Gandhi interrogado se havia perdoado todas as ofensas que recebera da parte de seus ofensores, e o Mahatma pôde responder com verdade: “Nada tenho que perdoar, porque nunca ninguém me ofendeu”.

O velho ego ofendível de Gandhi estava morto, desintegrado em si mesmo e integrado no novo Eu inofendível do Mahatma. E por isso, nada tinha o Mahatma que perdoar. Morto estava o ego com todas as suas ofendibilidades...

* * *

O maior feito de Gandhi não foi a libertação da Índia da tirania dos ingleses – o maior feito do Mahatma foi a libertação de si mesmo da tirania do seu próprio ego. Grande foi a sua libertação corporal pela *brahmacharya* – incomparavelmente maior, porém, foi a libertação do seu ego-mental-emocional pela conquista da perfeita inofendibilidade.

A Bhagavad-Gita **na vida de Gandhi**

Já que as páginas da *Bhagavad-Gita* exerceram influência decisiva e permanente na formação do caráter de Gandhi e determinaram o curso dos principais eventos da sua vida, não podemos deixar de dizer duas palavras sobre esse poema épico-místico do Oriente. Representa na vida dos indianos, dos chineses, dos japoneses e dos povos orientais em geral, mais ou menos o mesmo que o Antigo Testamento é para os israelitas, o Novo Testamento para os cristãos, e o Alcorão para os muçulmanos.

A *Bhagavad-Gita* (“*Sublime Canção*”) faz parte da volumosa epopéia indiana da *Mahabharata*, que abrange centenas de milhares de versos, ao passo que a *Bhagavad-Gita* tem apenas 770, distribuídos por 18 capítulos, integrando um volume aproximado dos nossos quatro Evangelhos. Esses volumes, pequenos em dimensão material, são os grandes livros espirituais da humanidade do Oriente e do Ocidente.

A *Bhagavad-Gita* narra, em forma simbólica, a história evolutiva do indivíduo humano, podendo, por isso, ser comparada aos primeiros capítulos do *Gênesis*, que descrevem a transição do homem subconsciente (Éden) para o homem consciente (serpente) e rasga perspectivas para as alturas do futuro homem superconsciente (poder superior à serpente), como expus largamente no meu livro *Lúcifer e Logos*.

Bem sei que a explicação habitual do *Gênesis* não é esta, porque as igrejas falam aos exotéricos, mas sei também que o sentido esotérico, real e eterno, é este.

Da mesma forma, nem todos compreendem o verdadeiro sentido da *Bhagavad-Gita*; sendo encontrada em suas páginas até a recomendação de uma “guerra justa”.

O poema resume-se, praticamente, num longo diálogo entre Arjuna e Krishna. Arjuna (irredento, não liberto) representa o homem profano, a *persona* do ego físico-mental-emocional, o homem ainda não liberto da velha escravidão,

embora desejoso dessa libertação. *Krishna* (Cristo) é o próprio Deus em forma humana.

O jovem príncipe Arjuna vê usurpado o seu trono, e resolve reconquistá-lo à força de armas. Mas, quando enfrenta as hostes adversas, no campo Kurukshetra, verifica, com espanto e dolorosa surpresa, que seus inimigos são todos parentes dele – e deixa cair, desanimado, arco e flecha. Que vale possuir um trono e não ter parentes?

Aparece então Krishna e dá ordem ao príncipe desanimado a lutar e reconquistar o trono, derrotando seus usurpadores.

Finalmente, após muita relutância, resolve Arjuna lutar, e reconquista o seu legítimo trono e domínio.

Quem é Arjuna?

É a alma humana.

Quem são os usurpadores do trono?

São as faculdades inferiores do homem, o corpo, a mente, as emoções, a sua *persona-ego*, que, antes do despertar da alma, se apoderaram dos domínios dela, arvorando-se em legítimos senhores e donos da vida humana.

Surge então o espírito divino que habita no homem e faz ver à alma que ela é a legítima proprietária e soberana desse reino e deve submeter a seu domínio as potências usurpadoras, corpo, mente, emoções, todas as faculdades da *persona-ego*.

O texto paralelo do *Gênesis* diz que aquele novo poder que nascerá nas profundezas do homem “esmagará a cabeça da serpente”, o que, na linguagem esotérica de Moisés quer dizer que, um dia, a “razão crística” superará o “intelecto luciférico” – e surgirá então o homem integral, o homem cósmico, o homem cristificado.

Gandhi compreendeu intuitivamente que a *Bhagavad Gita* não justifica as violências duma pretensa “guerra justa”, mas enaltece a vitória do homem superior sobre o humano ego.

E, obediente à voz da sua natureza místico-dinâmica, procurou o grande líder realizar na sua vida essa integração das faculdades inferiores do espírito superior da sua natureza.

Mais tarde, em Londres, travou Gandhi conhecimento com os Evangelhos, e encontrou no Sermão da Montanha esse mesmo espírito de total integração do pequeno ego humano no grande Eu divino. A sua vida é a melhor ilustração para

a *Bhagavad-Gita* e uma deslumbrante concretização da alma do Sermão da Montanha.

Que dizem de Gandhi?

Mahatma Gandhi, diz seu íntimo amigo, o grande escritor-filósofo Romain Rolland, “é o santo que, para todos os povos do Ocidente, renovou a esquecida e atraçoada mensagem de Cristo”.

Stephen Hobhouse saúda-o em nome daqueles que “vivem à sombra de Jesus Cristo como membro da mesma sociedade e concidadão da eterna Cidade de Deus”.

Maude Royden vê em Gandhi o grande cumpridor do Sermão da Montanha, que envergonha todos os cristãos – “o melhor cristão do mundo de hoje é um hindu”.

Para F. Heiler, é o Mahatma, em certo sentido, “um missionário cristão”.

“Nem sequer os mais belos títulos da hagiografia cristã”, diz Otto Wolff, “parecem suficientes para designar o característico de Gandhi”.

Arthur Moore vê na vida prática do grande indiano um “Cristianismo aplicado, ou até coisa melhor”.

Einstein, já citado no início deste livro, acha que “futuras gerações dificilmente acreditarão que tenha passado pela terra, em carne e osso, um homem como Gandhi”; alguns até dirão que se trata dum mito.

Que provam estes e inúmeros outros pronunciamentos congêneres?

Provam que se está operando, no mundo cristão do Ocidente, uma grande reviravolta de mentalidade quanto à concepção do Cristianismo. Outrora – e no meio da massa dos simples crentes, até hoje – era cristão somente aquele que pertencia a uma determinada igreja ou denominação religiosa, que era batizado, professava certo credo, recebia sacramentos e obedecia a uma autoridade eclesiástica, ou então professava aceitar o Jesus Cristo da Palestina como seu “salvador pessoal”, e o preço dessa salvação era o derramamento do sangue físico de Jesus.

Para Gandhi, e alguns outros homens de alta espiritualidade, ser cristão não é aceitar um certo credo, mas viver em certa vida, uma vivência ética nascida de uma experiência mística; o primeiro mandamento do amor de Deus manifestado no segundo mandamento do amor aos homens – isto é, para esses homens, a

quintessência da mensagem de Cristo, consubstanciada no Sermão da Montanha.

Cristo é, para eles, aquele “que era antes que Abraão fosse feito”, aquele que o Salmista, em espírito profético, chama “meu Senhor”, aquele que estava “na glória de Deus antes que o mundo fosse feito”, anterior a “anjos e arcanjos”, aquele “pelo qual, no qual, e para o qual foram feitas todas as coisas, visíveis e invisíveis”.

Cristo é o espírito de Deus individualizado no mundo da pessoa humana de Jesus de Nazaré, como também em outros veículos, antes e depois dele.

Gandhi, na sua admirável clarividência, encontra no Sermão da Montanha a alma genuína da mensagem de Cristo, em toda a sua profundidade mística e em toda a largueza ética. Se, algum dia, a humanidade se unir no espírito de Cristo, só se pode realizar essa fusão unitiva dentro dos moldes desse documento puríssimo de espiritualidade universal, não-sectária, ultra-dogmática, que o Evangelista Mateus nos conservou nos capítulos 5, 6 e 7 da sua mensagem crística. É o mais perfeito documento de auto-realização.

Nesse sentido foi Gandhi, sem dúvida, um dos maiores discípulos de Cristo, um homem que tomou a sério e realizou com inexorável sinceridade a mensagem do Nazareno à humanidade.

Os teólogos profissionais percebem, com crescente inquietação, essa progressiva mudança de situação e mentalidade, que para eles significa uma ameaça, porque ingrata diminuição de prestígio e prosperidade, embora para a causa divina do Cristo e seu Evangelho seja auspicioso incremento.

Diante da humanidade da Era Atômica delinea-se, cada vez mais nitidamente a alternativa: “Redenção pelo Cristo – ou pelo clero?”.

O teólogo ortodoxo não admite redenção pelo Cristo sem o clero; considera a sua classe como *conditio sine qua non* da redenção do gênero humano, porque se tem em conta de um canal indispensável pelo qual fluam, para a humanidade, as águas vivas de Cristo; e pelo “Cristo” entende ele apenas aquele Jesus de Nazaré, e não o Cristo eterno e universal que, segundo a sua própria promessa, está conosco “todos os dias até a consumação dos séculos”.

Os primeiros séculos do Cristianismo ignoravam uma intermediação clerical, a qual começou a prevalecer nos princípios do quarto século, sob a égide do imperador pseudocristão Constantino Magno, culminou no século 13 e continua a vigorar no seio das massas cristãs, não devidamente cristificadas.

Entretanto, na razão direta que a humanidade se vai tornando espiritualmente adulta, prevalece a alternativa genuinamente crística: Redenção pelo Cristo!

Qualquer pessoa pode apropriar-se dessa redenção, sem intervenção de terceiros, contanto que crie em si o respectivo ambiente de receptividade, que supõe fé e vida, ou melhor, uma vivência ética dentro do espírito místico, isto é, o “segundo mandamento” como manifestação do “primeiro mandamento”, ou seja, a alma do Sermão da Montanha. Terceiros, é verdade, podem ajudar-nos a criarmos esse ambiente propício, mas ninguém pode servir de intermediário causal entre o homem redimível e o Cristo redentor.

Conforme o homem se aproxima de Cristo, emancipa-se do auxílio dos cristãos, adquirindo, gradualmente, independência e autonomia espiritual.

Mahatma Gandhi é um dos arautos desse Cristianismo puro e genuíno, que professa redenção pelo Cristo eterno e interno.

Se a *Era do Aquário*, alvorada do Terceiro Milênio, simboliza o triunfo do *saber experiencial* das coisas divinas, e não apenas o *crer teológico*, que parece ter sido a característica dos dois milênios da *Era do Pisces* – então podemos saudar o grande líder da Índia como um dos arautos desse novo período evolutivo da humanidade, o período do conhecimento da Verdade libertadora.

“A religião da humanidade do futuro” – escreveu Radhakrishnan antigo vice-presidente da Índia – “será a mística”, isto é, a experiência mística da paternidade única de Deus manifestada na vivência ética da fraternidade universal dos homens.

O sangue do Mahatma sigilando a amizade entre dois países

Na meia-noite de 14 de agosto de 1947, em Nova Délhi, foi proclamada, pelo último governador, britânico, a independência nacional da Índia. Neste memorável documento de emancipação política, disse o governador Mr. Mountbatten, o seguinte: “O arquiteto da Independência não se acha entre nós nesta noite; mas ele está presente no coração de cada um de nós”.

E onde estava Gandhi, nesta noite?

Andava longe, do outro lado da Índia, pacificando os muçulmanos do Paquistão, e construindo casas para os pobres; só mais tarde chegou a saber da proclamação da independência.

Terminara a luta pacífica de meio século. Pela primeira e única vez nos anais da história da humanidade, fora libertado um país de centenas de milhões de habitantes sem derramamento de sangue, sem armas materiais, mas unicamente pela força do espírito de um homem extraordinário.

A benevolência da *alma* suplantara a violência das *armas*.

Uns milênios atrás conseguira Moisés libertar o seu povo – menos de 1 milhão de pessoas – da opressão do poder militar dos faraós do Egito; não recorreu a armas materiais, mas valeu-se da invisível violência da magia mental, das pragas que desencadeou sobre o Egito e do “anjo exterminador” que numa única noite, sem instrumento físico, trucidou todos os primogênitos dos inimigos. Gandhi, porém, ultrapassou Moisés, libertando seu povo, sem violência material nem violência mental, mas com benevolência espiritual.

Em vez de um animal ou duma ave de rapina, como é de praxe entre as nações militaristas do ocidente cristão, mandou Gandhi pôr na bandeira nacional a roda de fiar, instrumento essencialmente pacífico; mas nem todos estavam maduros para tão altas cogitações.

O grande chefe bem previra o que ia acontecer. O Paquistão, habitado por uns 50 milhões de muçulmanos, acabava de ser desmembrado da antiga Índia e se

tornara país independente. Gandhi advogava essa divisão pacífica; mas nem todos os seus patrícios perfilhavam o seu modo de pensar e agir. Apenas declarada a independência dos dois países, acentuaram-se sangrentos conflitos entre indianos e árabes. Gandhi, intrépido, foi percorrendo os dois países em luta, exortando, suplicando que respeitassem a vida uns dos outros; mas as paixões exacerbadas sufocavam a voz do arauto da paz e da harmonia.

No dia 13 de janeiro de 1948 resolveu Gandhi lançar mão, mais uma vez – e pela vez derradeira – da sua “arma secreta” em prol da paz, iniciando o mais rigoroso jejum da sua vida. O seu corpo franzino, de quase oitenta anos de vida, só a custo resistiu ao rigor dessa iniciativa. O seu peso baixou para 50 quilos.

Um amigo dele, de Nova Délhi, convidou-o para sua confortável residência, onde Gandhi recebia os visitantes indianos e muçulmanos e presidia à campanha espiritual do culto religioso realizado cada dia, ao cair da noite. Como os primeiros discípulos do Nazareno, tentou debelar as forças sinistras da matéria pelos poderes luminosos do espírito.

Numa dessas noites, regressando do lugar da oração coletiva, explodiu uma bomba ao lado dele, fabricada por um de seus patrícios, que não concordava com a cessão do Paquistão e as relações amistosas que Gandhi mantinha com os muçulmanos. Felizmente, ninguém foi atingido pelo engenho mortífero, e Gandhi continuou, impávido, as suas reuniões vespertinas pró-paz.

O presidente Nehru visitou o seu grande mestre espiritual, chorando amargamente ao vê-lo reduzido a um esqueleto vivo.

Deitado num primitivo catre, Gandhi escutava os cânticos religiosos que um coro de meninas costumava cantar; além de cânticos do ritual hindu, deliciava-se a alma do Mahatma sobretudo com dois hinos das igrejas cristãs, cujas primeiras palavras são as seguintes: “*Lead, kindly light*” (Guia-me, luz benigna) e “*When I survey thy wonderful cross*” (Quando contemplo tua maravilhosa cruz). Esses cânticos eram o eco fiel da alma do grande místico e sofredor.

A bomba lançada contra Gandhi falhara o alvo, mas o criminoso hindu, por nome Madan Lal, não era apenas uma pessoa isolada; por detrás dele existia um vasto complô de conspiradores, que consideravam Gandhi o inimigo número um da Índia, por não ter declarado guerra aos muçulmanos, mas cedido o Paquistão aos mesmos; o “patriotismo” desses conspiradores não admitia semelhante “covardia” e “traição”...

Um deles era um hindu, por nome Nathuram Vinayak Godse, editor de um semanário pró-Índia. Godse declarou, mais tarde, que considerava o Islã o maior inimigo externo da Índia, e Gandhi o pior inimigo interno.

Na tarde de 30 de janeiro de 1948, pouco depois das 5 horas, dirigia-se Gandhi novamente ao lugar da oração, apoiado em dois de seus devotos, porque a extrema debilidade não lhe permitia andar sozinho.

O chefe de polícia, receando novo atentado, seguia ao lado de Gandhi, levando uma pasta fechada. Gandhi perguntou-lhe o que levava nessa pasta e, não tendo resposta, observou com tristeza: “Já sei... uma arma de fogo para me defender... Enquanto uns ainda devem matar para defender os outros, eu não cumpri ainda a minha missão. Morram milhares como eu, mas triunfe a Verdade!

Foram essas as últimas palavras de Gandhi, antes do atentado.

Nathuram Godse, com a mão direita no bolso, segurava um revólver. Gandhi saudou-o, à maneira hindu, juntando as palmas das mãos à altura do peito e inclinando a cabeça em gesto de fraternidade, dizendo “*namasté*”. Godse correspondeu rapidamente à saudação simbólica, porque, como mais tarde confessou perante o tribunal, sentia a maior simpatia pessoal por Gandhi, mas o seu patriotismo o obrigava a matar o inimigo número um da Índia. Depois da saudação, sacou do revólver e desfechou diversos tiros contra Gandhi. Este tombou imediatamente, murmurando: *Rama, Rama!*... Um amigo inclinou-se sobre o agonizante e percebeu o pedido formulado com voz débil que não castigassem o autor da sua morte.

E expirou.

O assassino foi preso e condenado à forca. Interrogado sobre a razão pela qual matara Gandhi, respondeu calmamente que agira por dever de patriotismo. À pergunta se não competia aos poderes públicos impedir que Gandhi prejudicasse a Índia, Godse sorriu cinicamente e replicou: “Que pode o governo da Índia fazer contra esse homem, quando empreende suas campanhas de oração?”...

O corpo de Gandhi, depois de visitado por imensa multidão de amigos e devotos, foi cremado, e suas cinzas lançadas às águas do rio sagrado, Ganges.

Se um muçulmano tivesse assassinado o grande chefe, teria sido inevitável uma guerra sangrenta entre a Índia e o Paquistão; mas, como o criminoso foi um patrício de Gandhi, aconteceu algo de inesperado: o sangue do apóstolo da paz selou a amizade entre os dois povos que, irmanados na mesma dor, prantearam a “grande alma” que acabava de abandonar aquele corpo franzino.

Os grandes heróis do espírito vivem mais intensamente depois da morte do que antes dela.

Do diário de Kasturbai, esposa de Gandhi

Do conhecido livro *Autobiografia de um logue*, de Paramahansa Yogananda, que foi amigo Íntimo da família de Gandhi, transcreveremos os seguintes tópicos duma espécie de diário de Kasturbai:

Eu te agradeço pelo privilégio de ter sido, pela vida inteira, tua companheira e auxiliar.

Eu te agradeço pelo mais perfeito matrimônio do mundo, baseado não em sexo, mas sim em brahmacharya¹.

1. Brahmacharya (consagrada a Brahma) é abstenção ou disciplina sexual. A partir dos 40 anos de sua vida, Gandhi, de perfeito acordo com sua esposa, manteve abstenção sexual total, a fim de focalizar todas as suas energias na realização da sua missão superior.

Eu te agradeço por me teres considerado igual a ti, em tua obra pela Índia.

Eu te agradeço por não seres daqueles maridos que gastam o seu tempo em jogatinas, corridas, mulheres, bebedeiras e farras, cansados de esposa e filhos, assim como as crianças se cansam dos brinquedos da sua infância.

Eu te agradeço por não seres daqueles maridos que empregam o seu tempo para se tornarem ricos, explorando o trabalho alheio.

Como te sou grata porque puseste Deus e a pátria acima das tuas ambições; porque tiveste a coragem de viver as tuas convicções e uma fé profunda e integral em Deus. Como sou grata por um marido que pôs Deus e a pátria acima de mim! Eu te sou grata pela tolerância que tiveste com as fraquezas da minha mocidade, quando eu resmungava e me revoltava contra a mudança que fizeste em nossa vida, fazendo-nos passar de tanto para tão pouco.

Quando criança, vivia eu na casa de teus pais; tua mãe era uma grande e boa mulher; educou-me e ensinou-me a ser uma esposa boa e corajosa, e manter amor e respeito para com seu filho, meu futuro esposo.

Quando, no decorrer dos anos, tu te tornaste o mais amado líder da Índia, não tive nenhum dos temores que assaltam a mulher quando seu marido galga as

alturas da celebridade, como tantas vezes acontece em outros países; eu tinha a certeza de que ainda a morte nos encontraria esposo e esposa.

Acrescenta Paramahansa Yogananda: “Quando alguém mencionava Mahatma Gandhi como marido de Kasturbai, ela corrigia: “*Gandhi é meu marido, mas o Mahatma é meu guru*” – isto é, seu mestre espiritual, ao qual ela obedecia como humilde discípula, com perfeita docilidade.

Pelas mãos de Gandhi passavam anualmente cifras fabulosas para libertação da Índia e para as obras de assistência social, e Kasturbai funcionava como tesoureira; não usava jóias; tudo ia para a caixa do bem público. Os maridos não queriam que suas esposas usassem jóias de valor quando iam às reuniões de Gandhi, com medo de que a fascinante personalidade do Mahatma fizesse desaparecer tudo no cofre do bem público.

Através da vida do grande líder místico e político da Índia se evidencia, com irrefutável clareza, a verdade de que a autêntica “fascinação” nada tem que ver com atributos físicos, que faltavam todos a Gandhi, mas que a força avassaladora do homem superior irradia do seu centro invisível, quando esse centro da consciência individual se acha em contato permanente e íntimo com a própria Consciência Universal, com a Divindade, alma do Universo.

Vinoba Bhave, o sucessor místico-agrário do místico-político Mahatma Gandhi

Quando um grande homem morre materialmente em um lugar, então é que ele começa a viver espiritualmente por toda a parte.

É o que está acontecendo com Mahatma Gandhi. Assassinado fisicamente em janeiro de 1948, vive ele espiritualmente na alma de milhões de homens.

Vinoba Bhave prometera a Gandhi continuar a obra dele em outro setor. Depois de alcançada a libertação nacional pelo grande místico, em agosto de 1947, faltava que alguém conquistasse, para essas centenas de milhões de indianos, a emancipação econômica, que consistia, principalmente, na solução do doloroso problema agrário. Um grupo de marajás e outros latifundiários monopolizaram a maior parte das terras da Índia sem as fazerem produzir devidamente. Daí os grandes flagelos de carestia e fome que assolavam periodicamente o país, dizimando a população.

Aparece então um místico-agrário para continuar e completar a missão do místico-político, dentro do mesmo espírito de total desinteresse e irresistível benevolência.

Vinoba, esse esqueleto ambulante de 65 anos de idade, é um jovem exuberante de dinamismo realizador, porque o espírito não tem idade. Já conseguira de 250 mil proprietários a cessão de terras num total de 44 milhões de acres (cerca de 1.619.000 hectares), que foram distribuídas gratuitamente aos camponeses da Índia, aumentando consideravelmente a produção agrícola e diminuindo o perigo da fome¹.

[1. Estes dados se referem a 1959.](#)

Pedimos vênua à revista Manchete para reproduzir a brilhante reportagem que esta publicou, em 1959, sobre esse extraordinário homem e digno sucessor de Mahatma Gandhi:

“Venho saqueá-los com amor” – é o que costuma dizer o estranho líder indiano, que procura tirar dos que têm para dar aos que não têm. Chamado afetuosamente “o Babaji” (paizinho), esse homem magro, de pele bronzeada, rosto sulcado, barbas brancas e vista cansada, que o obriga a usar óculos bifocais, é um partidário antigo da satyagraha e da ahimsa. Por isso, foi com bons modos que ele investiu contra os latifundiários da Índia, impondo-lhes uma reforma agrária sui generis e que continua em marcha. Esse saqueador de terras é uma espécie de Robin Hood moderno, sem arco e sem flechas, que nada quer para si, mas tudo quer para o povo.

O novo Gandhi que surgiu na Índia tem arrastado verdadeiras multidões com o prestígio de sua palavra e o exemplo de seu idealismo e de sua vida ascética. Começou ele uma nova e importante revolução: a da terra. Como Gandhi, seus meios de ação repelem qualquer violência. Seu desejo é convencer e provocar, por parte dos latifundiários, um movimento espontâneo que tenha como objetivo a melhor distribuição e utilização da propriedade territorial. Esta, no seu entender, não deve ser de alguns, mas de todos. É um vasto movimento de coletivização dos bens básicos, sem nada de compulsório, baseado no consentimento que esse idealista pretende obter de todos.

Parece algo de espantoso e inexecutável?

Igualmente absurdo e aparentemente inexecutável parecia ser o plano de Mohandas K. Gandhi para libertar a Índia do guante imperialista da Inglaterra. Resistência passiva, braços cruzados contra metralhadoras, greve de fome, não-cooperação, desobediência civil, tudo isso parecia ridículo diante do poderio britânico. Mas, em verdade, Gandhi conhecia o seu povo e adotara uma atitude política e filosófica que, fundada no estoicismo e nas virtudes ascéticas, de que era o primeiro a dar provas, viria a ser o único instrumento eficaz contra os males do colonialismo e a dureza desumana da ocupação britânica.

O novo Gandhi chama-se atualmente Vinoba Bhave. Nasceu a 11 de setembro de 1895, em Gagode, cidade que fazia parte do progressista Estado de Baroda, cujo opulento marajá, Gaekwar, desfrutava de vários palácios, cercado de tal pompa que ao redor de um deles existiam, para guardá-lo, canhões de ouro e prata! Do tesouro desse potentado nababesco fazia parte o famoso diamante brasileiro Estrela do Sul, um dos maiores do mundo. O pai do novo Gandhi foi empregado do Departamento de Corantes de Buckingham Mills e, mais tarde, funcionário público. Pretendia dar ao filho boa educação, para que ele se tornasse um engenheiro e enriquecesse.

A riqueza e a terra devem ser de todos

Queria educá-lo bem, aproveitando a aptidão que revelava para a matemática. Mas o jovem era um místico. Desprezava a riqueza. Não queria ser um industrial, um magnata. Quando o pai o enviou para fazer o exame de admissão na

Universidade de Bombaim, arquitetou uma fuga. Foi para Benares, a cidade santa, estudar o sânscrito e a interpretação das escrituras do hinduísmo. Aos 21 anos, já dominava o sânscrito como um mestre, um pandit. Longe da influência paterna, tornou-se um asceta. Viveu como um mGÍre, como um mendigo. Banhou-se nas águas do Ganges, submeteu-se aos rigores da autodisciplina e impôs tais privações a si mesmo e aos seus companheiros, que um deles morreu de inanição.

No ano de 1916, produziu-se o mais importante acontecimento de sua vida: travou conhecimento com Gandhi. O Mahatma trocou-lhe o nome, de Vinyak Achary Narahari Bhave para Vinoba Bhave, que conserva em homenagem ao mestre. Aderindo à causa de que Gandhi se tornou o extraordinário apóstolo, sofreu por cinco vezes as agruras da prisão. Tímido, faz um esforço sobre si mesmo, para bem desempenhar a missão que se impôs. Um dos seus amigos e admiradores define-o assim: “É igual a um côco: temos de romper o invólucro para chegar à água refrescante. Vinoba domina a arte de se esconder em si mesmo”. Depois de um retiro espiritual ao lado de Gandhi, este procurou reconciliá-lo com os pais, escrevendo-lhes: “Vinoba está comigo. Vitórias espirituais como as dele eu só as consegui depois de muito esforço”. Fisicamente – embora não fisionomicamente – Vinoba assemelha-se a Gandhi. Seu corpo já foi comparado a uma vara: fino e resistente. Atormentado por uma úlcera crônica, é frágil de corpo, mas animado de grande energia, de inextinguível flama interior. Gandhi reconheceu-lhe os predicados de líder, quando o escolheu como o voluntário número 1 da resistência passiva, em 1940, e a Jawaharlal Nehru como o voluntário número 2. Este último revelou-se o estadista de gênio que tomaria sobre os ombros a tarefa gigantesca de unificação da Índia e de sua organização como país livre e soberano. Absorvido pelas tarefas de natureza política, à frente de um partido que detém quase 45% dos sufrágios do maior corpo eleitoral do mundo – a Índia tem 176 milhões de eleitores registrados – Nehru deixou a Vinoba a sucessão do Mahatma, como líder sem posto oficial do grande movimento de massas pelo qual a Índia poderá alcançar etapas novas no desenvolvimento da revolução social empreendida há pouco mais de quarenta anos.

A campanha de Vinoba Bhave, conhecida como “Movimento Bhoodan”, tem como legenda esta frase: “A riqueza e a terra devem ser de todos”.

Para que se tenha idéia sobre a importância da sua campanha, basta considerar a desproporção entre a população da Índia – 400 milhões de criaturas – e a área agricultável, a terra fértil de onde deve sair o alimento para todos. Enquanto nos Estados Unidos é de 2,3 acres por pessoa, na Rússia 1,3 acres, na Europa de 1 acre, na Índia é apenas de 0,6 de um acre por pessoa. O que Vinoba pretende é acabar com a idéia de propriedade pessoal, de sorte que cada um possa ter o que corresponda à sua capacidade e à sua necessidade. De certa forma, a mentalidade indiana está preparada para essa revolução sem violência. Outrora,

não existia ali o conceito de propriedade privada. Desde tempos imemoriais, prevalecia o sistema de trabalho comunitário, baseado na concepção de que a terra pertencia ao Estado e de que a este devia caber, por isso, uma parte considerável dos produtos do solo. Havia, em cada aldeia, ou comunidade, uma espécie de corporação de agricultores, chefiada por um indivíduo, que era o responsável perante o fisco. Feita a colheita, era a produção reunida, para que o zamindary ou coletor, separasse a terça parte, correspondente ao Estado. O resto era, então, distribuído igualmente por todos. Com a dominação inglesa na Índia, esses conceitos se alteraram, passando a predominar em largas áreas do país a noção de propriedade privada, tal como é entendida em todo o mundo ocidental.

A idéia de Vinoba encontra, assim, uma base histórica. Uma de suas intenções, ao lançar tal campanha, é a de trabalhar no sentido de elevar o padrão de existência do povo indiano. Em Bhoodan, os trabalhadores do campo já constituíram o que foi sugestivamente denominado a “Primeira Célula Social da Nação”. Ali não há industrialização e toda a vida emerge do solo. Vinoba pede aos proprietários de terras que se coloquem na posição dos que têm por si apenas os braços, sem um só palmo de chão. E lhes diz: “Se levardes em conta os seus sentimentos, não poderás deixar de distribuir com eles o que vos sobra. Esse deve ser o vosso Dharma (religião). “O novo Gandhi diz que o primeiro passo é esse: se compreendermos que tudo o que possuímos, em matéria de dinheiro, propriedade e conforto, foi conquistado com a ajuda do braço alheio, com o esforço coletivo, não hesitaremos em dividir o que nos sobra, com os outros. Por outro lado, se contrairmos a obrigação de dividir os nossos bens com a coletividade, não podemos pensar em adquiri-los por meio de atividades anti-sociais. Uma aceitação sincera do credo de Vinoba possivelmente porá fim a toda espécie de exploração, a todas as formas de corrupção, suborno, mercado negro e outras práticas desonestas. Em suma: ele quer colocar em primeiro lugar o homem. E só depois do homem, o dinheiro. Se conseguir atingir tão alto e nobre objetivo, terá libertado uma grande soma de energia para aumentar a produção da riqueza, não para o proveito de poucos, mas de todos.

O novo Gandhi, embora sem ter, como o outro, sólida educação universitária, possui aguda inteligência e extraordinária capacidade de armazenar conhecimentos. Fala correntemente dezoito das numerosas línguas existentes na Índia, das quais a dominante é o hindi, do grupo ariano, falada por 47% da população. Além dessas, domina mais quatro idiomas estrangeiros: árabe, persa, francês e inglês. Sua experiência poderá mudar a face da Índia rural, produtora de cevada, milho, arroz, trigo, batata, fumo, chá, algodão, linhaça, amendoim, gergelim, etc. A Índia luta contra obstáculos oferecidos pelas regiões áridas e desertas, por um lado, e contra o flagelo das inundações e dos gafanhotos, nas terras de bom rendimento agrícola. Essa experiência começou em 1951, com a doação, em Telengana, de um trato de cerca de 300 hectares

de terras férteis, por um proprietário que, abrindo singular precedente, acedeu aos seus insistentes rogos. Desde então continuou a fazer pedidos. Anda sempre a pé. Sua simplicidade e maneiras francas conquistaram simpatia e confiança por toda parte. Como Gandhi, nada quer para si. Contenta-se com o mínimo possível. Basta-lhe ter um lençol com que cobrir a nudez e uma pequena tigela de coalhada com mel de abelha em cada refeição. Quando é recebido pelos proprietários de terras, costuma dizer-lhes: “Sou vosso filho, sou um membro da vossa família”. Seus apelos diretos quase nunca são feitos em vão. No fim do ano de 1958, o Bhoodan Yagna – ou Missão da Terra Doadora – tinha recebido mais de 1.618.800 hectares quadrados de terra, doados por 250 mil grandes proprietários. Dessas doações, 22.663 hectares quadrados já foram distribuídos a 14 mil famílias de agricultores. É interessante assinalar, além disso, que 4.640 aldeias inteiras estão integradas no movimento, isto é, coletivizadas.

Além da terra, os lavradores estão recebendo fornecimento de sementes, arados e outros implementos. E são, ainda, beneficiados por obras de irrigação, financiadas pelo Sampattidan – palavra que significa ofertas sacrificiais de riquezas, ou doações em dinheiro. Cada aderente ao Sampattidan assume com o novo Gandhi o compromisso de doar uma parte de suas rendas ao movimento. Um dos aspectos interessantes dessas doações é o de que devem corresponder a pelo menos um sexto ou um quinto dos gastos do doador com a manutenção de sua família. E, além de custear o material agrícola, obras de irrigação, etc., devem os donativos também servir à divulgação dos princípios do movimento, por meio de livros e panfletos. Vinoba Bhave é autor de um livro que já está publicado em doze línguas indianas, com um total de mais de um milhão de exemplares. Ele afina inteiramente com Gandhi quando proclama: “Há uma chama dentro de cada indivíduo e não pode ser extinta ainda que o desejemos. O bem de cada indivíduo está incluído no bem de todos”. Se a Índia o acompanhar na partilha voluntária dos bens, a começar pelo solo, Vinoba Bhave terá realizado um dos feitos mais extraordinários do nosso tempo. O que ele realizou em oito anos já lhe dá a estatura de um grande líder. Ele é o novo Gandhi, esperança dos miseráveis, guia dos sem-terra, líder pacífico de uma revolução sem paralelo.

SEGUNDA PARTE

PENSAMENTOS DE GANDHI

Assim pensava o Mahatma

Viver cotidiano

1. Creio poder afirmar, sem arrogância e com a devida humildade, que a minha mensagem e os meus métodos são válidos, em sua essência, para todo o mundo.
2. Tudo o que vive é o teu próximo.
3. As enfermidades são os resultados não só dos nossos atos como também dos nossos pensamentos.
4. O que pensais – passais a ser.
5. Foi a minha mulher que me ensinou a não-violência, quando tentei dobrá-la à minha vontade. Assim, ela tornou-se o meu mestre da não-violência.
6. Não sou um utópico – sou um idealista prático.
7. Minha ambição é tão alta que por ela vale a pena viver e vale a pena morrer.
8. *Satyagraha* e *Ahimsa* são como duas faces da mesma medalha, ou melhor, como as duas faces de um pequeno disco de metal liso e em incisões. Quem poderá dizer qual é a certa? A não-violência é o meio; a verdade, o fim.
9. *Satyagraha* – a força do espírito não depende do número; depende do grau de firmeza.
10. Se um único homem chega à plenitude do amor, neutraliza o ódio de milhões.
11. Acho que vai certo método através das minhas incoerências. Creio que há uma coerência que passa por todas as minhas aparentes incoerências – assim como há na natureza uma unidade que permeia as aparentes diversidades.
12. O desejo sincero e profundo do coração é sempre realizado; em minha própria vida tenho sempre verificado a certeza disso.
13. A vida é a maior de todas as artes.

14. Não há beleza sem verdade. Dizem que Sócrates era o maior amigo da verdade em seu tempo – e, no entanto, consta que as suas feições eram as mais feias da Grécia. Na minha opinião, ele era belo, porque toda a sua vida estava empenhada na busca da verdade.

15. O homem não tem de obedecer a ninguém senão ao seu próprio EU.

16. O silêncio é um grande auxílio para quem, como eu, está em busca da verdade.

17. A minha vida é um Todo indivisível, e todos os meus atos convergem uns nos outros; e todos eles nascem do insaciável amor que tenho para com toda a humanidade.

Verdade

18. A palavra *satya* (verdade) deriva de *sat* que quer dizer SER.

É por isso que *sat* é, talvez, o nome mais importante de Deus.

Dizer: “a verdade é Deus” é mais exato que dizer: “Deus é a verdade”.

19. Onde há verdade há verdadeiro conhecimento.

O nome *chit* (conhecimento) é normalmente associado ao nome de Deus.

20. Onde há conhecimento verdadeiro há sempre alegria.

Como a verdade é eterna, assim a alegria que dela deriva é eterna.

21. Por isso conhecemos Deus sob o nome de *Sat – Chit – Ananda*, ou seja, aquele que reúne em si a verdade, o conhecimento, a alegria.

22. O caminho da verdade é a verdadeira *bhakti* (devoção).

É o caminho que nos leva a Deus.

Só o respeito à verdade justifica nossa vida.

23. Eu vivo humildemente buscando a verdade.

A verdade é, portanto, o meu único fim.

24. Uma coisa lançou profundas raízes em mim: a convicção de que a moral é o fundamento das coisas, e a verdade, a substância de qualquer moral. A verdade tornou-se meu único objetivo. Ganhou importância a cada dia. E também a minha definição dela se foi constantemente ampliando.

25. Só vê o espírito da verdade face a face, na sua universalidade e sua penetração com todas as coisas, quem é capaz de amar, como a si mesmo, também a mais mesquinha das criaturas.

26. Minha devoção à verdade empurrou-me para a política; e posso dizer, sem a mínima hesitação, mas também com toda a humildade, que não entendem nada de religião aqueles que afirmam que ela nada tem a ver com a política.

27. Alguma coisa dentro de mim me obriga a gritar minha agonia. Reconheci exatamente de que se trata. Aquela coisa que está em mim e não me engana nunca, diz-me agora: deves opor-te ao mundo inteiro, mesmo que tenhas de ficar só. Deves fixar o mundo nos olhos, mesmo que o mundo te veja com olhos rubros de sangue. Não temas. A verdade, essa pequena coisa tua que vive no coração, diz: deixa amigos, mulher, tudo, mas dá testemunho daquilo para que nasceste e pelo qual deves morrer.

28. O culto obstinado da verdade ensinou-me, em toda a minha vida, a estimar a beleza do compromisso... Muitas vezes isso pôs em perigo a minha vida e decepcionou meus amigos.

29. A verdade é dura como o diamante, e delicada como a flor do pessegueiro.

30. Nunca fiz da coerência um totem. Sou seguidor da verdade e digo o que sinto e penso em dado momento sobre dado problema, sem me preocupar com o que porventura possa ter dito antes. Na minha busca da verdade já repudiei muitas idéias. O que me interessa é a minha disponibilidade em obedecer ao chamamento da verdade – meu Deus – de momento a momento.

31. A minha preocupação não está em ser coerente com as minhas afirmações anteriores sobre determinado problema, mas em ser coerente com a verdade.

32. A experiência convence-me de que um bem permanente não pode nunca ser o resultado da mentira e da violência.

Nunca sacrificarei a verdade e o *ahimsa* (amor), nem pela liberdade de minha pátria.

33. Posso ser uma pessoa desprezível, mas quando a verdade fala em mim, sou invencível.

34. A verdade habita em todo o coração humano, e ali deve ser buscada. E é preciso deixarmo-nos guiar pela verdade, do modo que cada um a vê. Ninguém tem o direito de obrigar outrem a agir segundo a própria noção da verdade.

35. Acredita-se geralmente que, para obedecer à lei da verdade, basta dizer a verdade. No nosso *ashram* devemos dar à palavra *satya* (verdade) um significado bem mais amplo. A verdade deve sempre manifestar-se em nós.

36. E como se chega a esta verdade?

À verdade chega-se com um obséquio total e uma indiferença absoluta acerca de qualquer outra vantagem que a vida possa oferecer.

37. O que para um parece verdade, para outro pode parecer mentira. Mas não nos preocupemos com isso. Se nos empenharmos sinceramente na verdade, veremos que as diversas verdades são como folhas de uma árvore, que parecem diferentes mas que estão sempre na mesma árvore.

38. Só quem possui um profundo sentido de humildade pode encontrar a verdade. Se querem nadar no alto oceano da verdade, devem reduzir-se a zero.

39. O erro não se torna verdade por se difundir e multiplicar facilmente. Do mesmo modo a verdade não se torna erro pelo fato de ninguém a ver.

40. Toda a verdade abstrata é sem valor se não estiver encarnada em homens que a representam e provam estar prontos a morrer por ela.

Amor

41. O Amor é a força mais abstrata, e também a mais potente, que há no mundo.

42. O Amor e a verdade estão tão unidos entre si que é praticamente impossível separá-los.

São como duas faces da mesma medalha.

43. O Amor é o meio, a verdade é o fim.

Se usarmos o meio, cedo ou tarde chegaremos ao fim, à verdade, a Deus.

44. O *ahimsa* (amor) não é somente um estado negativo que consiste em não fazer o mal, mas também um estado positivo que consiste em amar, em fazer o bem a todos, inclusive a quem faz o mal.

45. A verdadeira beleza, aquela que eu pretendo, está em fazer o bem em troca do mal.

46. O meu amor não é exclusivo. Não posso amar os muçulmanos ou os hindus e odiar os ingleses.

47. O verdadeiro amor é sincero e desinteressado. Não tenho medo de ser, por isso, minoria. O trabalho mais eficaz sempre foi feito por minorias.

48. O *ahimsa* não é coisa tão fácil. É mais fácil dançar sobre uma corda que sobre o fio da *ahimsa*.

49. As discordâncias em família são resolvidas, habitualmente, com a lei do amor.

50. Creio que sou incapaz de odiar. Há pelo menos quarenta anos que procuro amar todo mundo, recorrendo a uma longa disciplina baseada na oração.

51. O teu inimigo se renderá não quando sua força se esgotar, mas quando o teu coração se negar ao combate.

52. Os homens são uma mistura de bom e de mau, mas em que o bom prevalece.

53. Nenhum homem é tão mau que não possa se auto-realizar.

54. A fibra mais dura derrete-se no fogo do Amor. Se não se derrete, quer dizer que o amor não é suficientemente forte.

55. O amor à verdade supõe a vontade de querer entender sempre o ponto de vista do adversário.

56. A verdade não se defende fazendo sofrer o adversário, mas tomando sobre si o sofrimento.

57. Só podemos vencer o adversário com o amor, nunca com o ódio.

58. A única maneira de castigar quem se ama é sofrer em seu lugar.

59. É o sofrimento, e só o sofrimento, que abre no homem a compreensão interior.

60. A nossa natureza é propensa a ver no adversário só o mal, a atribuir-lhe sempre o mal, talvez até aquele que não existe.

O mal que vemos nele depende quase sempre do nosso modo apressado e mesquinho de ver o homem.

61. Não há ninguém no mundo que tenha caído tão baixo que não possa ser convertido ao amor. Isto deveria ser um artigo de fé para todo o *satyagrahi*. Um *satyagrahi* procurará sempre vencer o mal com o bem, a ira com o amor, a falsidade com a verdade, a violência com a não-violência. Não existe outro modo de purificar o mundo do mal.

62. Unir a mais firme resistência ao mal com a maior benevolência para com o malfeitor.

63. O homem vive livremente enquanto está pronto a morrer, se necessário, às mãos de seu irmão, mas nunca a matá-lo.

64. Não devem permitir em vocês o mínimo pensamento contrário à caridade, inclusive em relação àquele que se considera seu inimigo.

65. A única realidade a que aspiro é a verdade e a não-violência. Não pretendo absolutamente, e não aspiro de forma alguma, a uma personalidade super-humana. A minha carne é corruptível como a dos fracos, e corro o risco incessante de me enganar. Mas reconheço os meus erros.

66. Cada um de nós tem um corpo, mas temos uma só alma. Os raios do sol são múltiplos, mas provêm da mesma fonte. Eu não posso separar-me de ninguém, mau ou bom.

67. Quem pode julgar? Não saímos todos do mesmo tronco? Não é, porventura, necessário servir a cada um conforme as suas necessidades e ver Deus nele sob qualquer aparência?

68. Foi sempre para mim um mistério o fato de alguns homens se sentirem satisfeitos com a humilhação de seu semelhante.

69. A minha fé não é fingimento: é uma realidade mais real que a mesa em que escrevo. Deus pede-me para servir homens ardendo de ódio, embora eu seja o mais miserável de todos. Pede-me para que sirva até o sacrifício supremo.

70. A minha natural inclinação para cuidar dos doentes transformou-se aos poucos em paixão; a tal ponto que muitas vezes fui obrigado a descuidar o meu trabalho...

Qualquer outra satisfação, qualquer outra ocupação empenhativa perde valor e se desfaz em nada perante o serviço prestado em espírito de alegria.

71. Não é exagero, é verdade pura: em meus convívios com os camponeses encontrei-me face a face com Deus, com o *ahimsa*, com a verdade. Quando quero analisar o que me permite ter a clara percepção de tal idéia, não encontro outros motivos além de meu amor pelo povo.

72. Quando a meu redor alguém morre de fome, a única preocupação que se apodera de mim é dar comida a esse faminto.

73. Um coração que ora é instrumento indispensável, e o coração aprende a orar quando servimos os outros.

74. O mundo está cansado de ódio.

75. Não serei eu um instrumento de paz entre as nações?

76. Bomba atômica? Teria coragem de a enfrentar com um ato de oração.

Não-violência

77. A vida tem sentido quando estabelecemos o reino de Deus na terra, ou seja, quando tentamos substituir uma vida egoísta, nervosa, violenta e irracional por uma vida de amor, de fraternidade, de liberdade, e de raciocínio.

78. A não-violência dos fortes é a força mais potente do mundo.

A não-violência é a lei dos homens, a violência é a lei dos brutos.

79. A não-violência é a mais alta qualidade da oração. A riqueza não pode consegui-la, a cólera foge dela, o orgulho devora-a, a gula e a luxúria ofuscam-na, a mentira esvazia-a, toda a pressa não justificada a compromete.

80. Para tornar-se verdadeira força, a não-violência deve nascer do espírito.

81. Existe a não-violência do fraco, do velhaco, mas dessa nunca resultará nada de bom.

82. Não-violência não quer dizer renúncia a toda forma de luta contra o mal. Pelo contrário. A não-violência, pelo menos como eu a concebo, é uma luta ainda mais ativa e real que a própria lei do talião, mas em plano moral.

83. A não-violência não pode ser definida como um método passivo ou inativo. É um movimento bem mais ativo que outros que exigem o uso das armas. A verdade e a não-violência são, talvez, as forças mais ativas de que o mundo dispõe.

84. Um *satyagrahi* conta exclusivamente com Deus, que é a ajuda dos indefesos... Sua força vem do íntimo, da fé em Deus. Deus torna-se seu escudo quando ele tiver deposto todas as armas terrenas.

85. Creio que a não-violência é infinitamente superior à violência, e que o perdão é bem mais viril que o castigo...

86. Não sou um utópico: considero-me um idealista prático. A religião da não-violência não é apenas para os *rishi* e para os santos; é também para gente comum.

87. A não-violência, em sua concepção dinâmica, significa sofrimento consciente. Não quer absolutamente dizer submissão humilde à vontade do malfeitor, mas um empenho, com todo o ânimo, contra o tirano. Assim, um só indivíduo, tendo como base esta nossa lei, pode desafiar os poderes de um império injusto para salvar a própria honra, a própria religião, a própria alma e adiantar as premissas para a queda e a regeneração daquele mesmo império.

88. Este método pode parecer demorado, muito demorado, mas eu estou convencido de que é o mais rápido.

89. Após meio século de experiências, sei que a humanidade não pode ser salva senão pela não-violência. Se bem entendi, é esta a lição central do cristianismo.

90. A não-violência é o primeiro artigo da minha fé; e é também o último artigo do meu credo.

91. Democracia e violência não podem coexistir. É blasfêmia dizer que a não-violência só pode ser praticada por indivíduos e não por nações compostas de indivíduos.

92. Violência é sempre violência. A violência é sempre um pecado.

93. Sei que me aventurando na não-violência exponho-me àquilo que justamente pode ser definido como risco louco; mas as vitórias da verdade nunca foram obtidas sem riscos, riscos muitas vezes de extrema gravidade.

94. Estou ansioso, impaciente até, por demonstrar que não há outro remédio para os males da vida além da não-violência...

Quando me tomar incapaz de fazer o mal e quando nada de soberbo ocupar, embora momentaneamente, o mundo dos meus pensamentos, então a minha não-violência moverá os corações dos homens. Não coloquei perante mim nem perante meus leitores um ideal impossível. É um direito natural do homem.

Perdemos o Paraíso, mas foi só para reconquistá-lo. É preciso tempo, mas trata-se apenas de um grãozinho no céu completo do tempo,

95. Justifico plenamente a não-violência e considero-a possível nas relações entre os homens e entre as nações; mas não se trata de uma renúncia à verdadeira luta contra a malvadez. Pelo contrário: a não-violência, como eu a entendo, é uma luz mais ativa e mais verdadeira que a vingança, que por sua natureza aumenta o mal.

96. O mundo não é totalmente governado pela lógica; a própria vida envolve certa espécie de violência, e a nós nos compete escolher o caminho da violência menor.

97. Quero um socialismo puro como um cristal. São precisos, portanto, meios puros como o cristal para consegui-lo. Meios impuros resultam num fim impuro. Não obteremos a igualdade entre o príncipe e o camponês cortando a cabeça do camponês. Cortar cabeças não pode equiparar quem dá trabalho a quem é assalariado...

Só os socialistas, sinceros, não-violentos e puros de coração conseguirão instaurar uma sociedade socialista na Índia e no Mundo.

98. Da mentira e da violência nunca pode resultar um bem permanente.

99. Procuo amassar completamente a ponta da espada do tirano: não oponho um aço mais afiado, e assim ludibrio sua esperança de ver-me oferecer uma resistência física. Encontrará em mim uma resistência de alma que escapa a seu cerco.

100. Não devemos considerar ninguém como irrecuperável. Devemos procurar compreender a psicologia de quem faz o mal. Muitas vezes é vítima das circunstâncias. Com a paciência consegue-se conquistar alguém para a causa da justiça. Não devemos, além disso, esquecer que também o mal é alimentado com a colaboração, querida ou não, do bem. Só a verdade se mantém por si só.

Em última análise, devemos vencer o adversário isolando-o completamente e privando-o da nossa colaboração.

101. A humanidade só pode ser salva pela não-violência, que é o ensinamento central do cristianismo.

102. A força de um homem e de um povo está na não-violência. Experimentem.

103. A única-coisa que as nações do Ocidente ensinaram ao mundo, com as letras de fogo, foi que a violência não leva nem à paz nem à felicidade. O culto da violência não tornou felizes, nem melhores, aqueles com quem entraram em contato.

104. Devem renunciar à espada pois já compreenderam que ela é o símbolo não de sua força, mas de sua fraqueza. Não significa coragem.

105. Devo confessar minha falência, não a da não-violência.

Autodisciplina

106. A civilização, no sentido real da palavra, não consiste na multiplicação, mas na vontade de espontânea limitação das necessidades. Só essa espontânea limitação acarreta a felicidade e a verdadeira satisfação, e aumenta as capacidades de servir.

107. A relação entre corpo e espírito é tão íntima que todo o sistema sofreria se um dos dois caísse em desordem. Como consequência, temos que um caráter puro é a base da saúde no sentido autêntico da palavra. E poderíamos dizer que todos os maus pensamentos e as más paixões são simples formas de doença.

108. Só se adquire perfeita saúde vivendo na obediência às leis de Deus e desafiando o poder de Satanás. A verdadeira felicidade é impossível sem verdadeira saúde, e a verdadeira saúde é impossível sem rigoroso controle da gula. Todos os demais sentidos estarão automaticamente sujeitos a controle quando a gula estiver sob controle. Aquele que domina os próprios sentidos conquistou o mundo inteiro e tornou-se parte de Deus.

109. É injusto e imoral tentar fugir às consequências dos próprios atos. É justo que a pessoa que come em demasia se sinta mal ou jejue. É injusto que quem cede aos próprios apetites fuja às consequências tomando tônicos ou outros remédios.

É ainda mais injusto que uma pessoa ceda às próprias paixões animais e fuja às consequências dos próprios atos.

A Natureza é inexorável, e vingará-se completamente de uma tal violação de suas leis.

110. Aprendi, graças a uma amarga experiência, a única suprema lição: controlar a ira. E do mesmo modo que o calor conservado se transforma em energia, assim a nossa ira controlada pode transformar-se em uma força capaz de mover o mundo. Não é que eu não me ire. O que eu não dou é campo à ira. Cultivo a paciência e a mansidão e, de uma maneira geral, consigo. Mas quando a ira me assalta, limito-me a controlá-la. Como consigo? É um hábito que cada um deve adquirir e cultivar com uma prática assídua.

111. Querem saber quais as características de um homem que deseja realizar a verdade, que é Deus? Deve ser completamente livre da ira e da luxúria, da avidez e da avareza, do orgulho e do medo. Deve aniquilar-se, exercitar um controle absoluto sobre todos os seus sentidos, a começar pela gula e pela língua. A língua é o órgão da palavra e do gosto. Com a língua caímos no exagero, proferimos a mentira e pronunciamos as palavras que ferem.

112. A avidez do gosto torna-nos escravos da gula e assim vivemos para comer como se fôssemos animais. Com uma disciplina adequada podemos transformar-nos em seres “pouco inferiores aos anjos”. Aquele que dominou os sentidos é o primeiro e o mais importante dos homens. Todas as verdades estão nele. Deus manifesta-se por meio dele, tal é o poder da autodisciplina.

113. Todas as normas universais de comportamento conhecidas como mandamentos de Deus são simples e fáceis de compreender e pôr em prática, se houver vontade. Parecem difíceis pela inércia que governa a humanidade.

114. A abstinência de estupefacientes e bebidas que intoxicam, e de toda a espécie de comidas, especialmente carne, é sem dúvida de grande ajuda à evolução do espírito, mas não é de forma alguma um fim em si mesma. Muita gente, que come carne e vive no temor de Deus, está mais próxima da libertação que outra que se abstém em absoluto da carne e de muitas outras coisas, mas blasfema Deus em cada ação.

115. A experiência ensinou-me que o silêncio faz parte da disciplina espiritual de um seguidor da verdade. A tendência a exagerar, a eliminar ou modificar a verdade, consciente ou inconscientemente, é uma fraqueza natural do homem. Para vencê-la é necessário o silêncio. Um homem de poucas palavras dificilmente será leviano nas suas conversas: medirá as palavras.

116. O silêncio já se tornou para mim uma necessidade física e espiritual. Inicialmente escolhi-o para aliviar-me da depressão. A seguir precisei de tempo para escrever. Após havê-lo praticado por certo tempo descobri, todavia, seu valor espiritual. E de repente me dei conta de que eram esses os momentos em que melhor podia comunicar com Deus. Agora sinto-me como se tivesse sido feito para o silêncio.

117. Aqueles que têm um grande autocontrole, ou que estão totalmente absortos no trabalho, falam pouco. Palavra e ação juntas não estão bem. Repare na natureza: trabalha continuamente, mas em silêncio.

118. Como poderá realizar a verdade aquele cujo coração é livremente agitado pelas paixões? As paixões são para o nosso coração o que a tempestade é para o oceano. Só o marinheiro solidamente agarrado ao navio se salva da tempestade. E só aquele que está unido a Deus pela confiança pode vencer a tempestade que agita seu coração.

119. Aquele que não é capaz de governar a si mesmo, não será capaz de governar os outros.

120. Quem sabe concentrar-se numa coisa e insistir nela como único objetivo, obtém, ao cabo, a capacidade de fazer qualquer coisa.

Educação

121. A verdadeira educação consiste em pôr a descoberto o melhor de uma pessoa. Que livro é melhor que o livro da humanidade?

122. Não quero que minha casa seja cercada por muros de todos os lados e que as minhas janelas estejam tapadas. Quero que as culturas de todos os povos andem pela minha casa com o máximo de liberdade possível.

123. Nada mais longe do meu pensamento que a idéia de fechar-nos e erguer barreiras. Mas afirmo, com todo respeito, que o apreço pelas demais culturas pode convenientemente seguir, e nunca anteceder, o apreço e a assimilação da nossa. (...) Um aprendizado acadêmico, não baseado na prática, é como um cadáver embalsamado, talvez para ser visto, contudo não inspira nem nobilita nada. A minha religião proíbe-me de diminuir ou desprezar as outras culturas, e insiste, sob pena de suicídio civil, na necessidade de assimilar e viver a vida.

124. Acredito que a verdadeira educação da inteligência parte somente de um apropriado exercício e treinamento dos órgãos do corpo, por exemplo das mãos, dos pés, dos olhos, ouvidos, nariz, etc. Em outras palavras: numa criança, o uso inteligente dos órgãos do corpo constitui o meio melhor e mais rápido para desenvolver a inteligência.

Mas se o desenvolvimento da mente e do corpo não é acompanhado por um correspondente despertar da alma, o primeiro, por si só, se demonstraria uma coisa pobre e desarmoniosa. Por educação espiritual entendo a educação do coração. O desenvolvimento apropriado e completo da mente dá-se, portanto, só quando caminham no mesmo ritmo a educação das faculdades físicas e a educação das faculdades espirituais da criança. Elas constituem um todo indivisível. Segundo esta teoria, portanto, é erro grosseiro supor que podem ser desenvolvidas separadamente umas das outras.

125. Por educação entendo a extrinsecação completa do melhor que existe na criança e no homem: corpo, mente e espírito. Aprender a ler e escrever não é o fim da educação nem o princípio. É apenas um dos meios pelos quais se podem educar o homem e a mulher.

126. Ler e escrever, *de per si*, não são educação. Eu iniciaria a educação da criança, portanto, ensinando-lhe um trabalho manual útil, e colocando-a em grau de produzir desde o momento em que começa sua educação. Desse modo, todas as escolas poderiam tornar-se auto-suficientes, com a condição de o Estado comprar os manufaturados.

Acredito que um tal sistema educativo permitiria o mais alto desenvolvimento da mente e da alma. É preciso, porém, que o trabalho manual não seja ensinado apenas mecanicamente, como se faz hoje, mas cientificamente, isto é, a criança deveria saber o porquê e o como de cada operação.

Os olhos, os ouvidos e a língua vêm antes da mão. Ler vem antes de escrever, e desenhar antes de traçar as letras do alfabeto.

Se seguirmos este método, a compreensão das crianças terá oportunidade de se desenvolver melhor do que quando é freada, iniciando a instrução pelo alfabeto.

127. A idéia completamente falsa de que a inteligência se desenvolve somente lendo livros, deveria dar lugar à verdade de que o mais rápido desenvolvimento da mente se obtém somente aprendendo um trabalho artesanal de maneira científica. O verdadeiro desenvolvimento da mente começa apenas se se ensina ao aprendiz o porquê da necessidade de um dado movimento da mão ou de uma determinada ferramenta. Resolver-se-ia, sem dificuldades, o problema da desocupação dos estudantes, pois eles entrariam em fileiras ao lado dos normais prestadores de mão-de-obra.

A instrução literária, por si só, não aumenta uma polegada a elevação moral de ninguém. A formação do caráter é indispensável à instrução literária.

128. Acredito firmemente no princípio da liberdade e obrigatoriedade da educação primária para a Índia. Sou do parecer que iremos consegui-la somente ensinando às crianças uma profissão útil, e explorando-a como meio para cultivar suas faculdades intelectuais, físicas e espirituais. Não se julguem estes cálculos econômicos, acerca da educação, como mesquinhos ou fora de lugar. Não há nada essencialmente mesquinho nos cálculos econômicos.

A verdadeira ciência econômica nunca se opõe à mais elevada lei moral, da mesma forma que a verdadeira moral, para ser digna de seu nome, deve ser ao mesmo tempo sábia economia.

129. Gostaria de desenvolver as mãos, o cérebro e a alma da criança. As mãos estão quase atrofiadas. Também a alma foi descuidada.

130. Um pai sábio deixa que os filhos cometam erros. É bom que, de quando em quando, queimem os dedos.

131. Quanto à curiosidade das crianças pelos fatos da vida, devemos esclarecê-las se os conhecemos, e admitir a nossa ignorância quando não os conhecemos. Se uma coisa não deve ser dita, devemos controlá-las e pedir-lhes que não façam tais perguntas a outrem. Nunca devemos evitá-las. Sabem mais do que possamos pensar. Se não sabem uma coisa e nos recusamos a dizer-lha, elas procurarão sabê-la de outro modo ambíguo. Mas se determinada coisa deve ser-lhes escondida, devemos correr este risco.

132. Não podemos controlar ou dominar convenientemente a paixão sexual ignorando-a. Por isso afirmo categoricamente que se deve ensinar aos moços e às moças a importância e o uso correto de seus órgãos genitais. Procurei, a meu modo, ensinar às crianças de ambos os sexos, por cuja educação era responsável, esses conhecimentos. Mas a educação sexual de que falo deve ter como objetivo o superamento e a sublimação da paixão sexual. Tal educação deve servir automaticamente para abrir os olhos das crianças sobre a fundamental distinção entre o homem e o bruto, e fazer que entendam que é privilégio e orgulho do homem ser dotado de faculdades que pertencem à mente e ao coração; que entendam que o homem é um animal dotado de pensamento e de paixão, e que renunciar à supremacia da razão sobre o instinto cego é renunciar à condição de homem. No homem a razão estimula e guia a sensibilidade; no bruto a alma está permanentemente adormecida.

Acordar o coração significa acordar a alma adormecida, acordar a razão, e salientar a distinção entre o bem e o mal. Hoje os nossos ambientes – as nossas leituras, o nosso pensamento e o nosso comportamento social – são geralmente encaminhados a satisfazer com cautela o impulso sexual. Sair de suas espirais não é fácil. Mas é uma empresa que merece todos os nossos esforços.

Trabalho, propriedade e pobreza

133. A economia que ignora ou descuida os valores morais, é falsa.

A extensão da lei da não-violência à esfera econômica significa a introdução dos valores morais como fatores a ser considerados no regulamento do comércio internacional.

134. O meu ideal é uma distribuição em igualdade, mas, pelo que vejo, ela não está em via de atuação. Por isso trabalho por uma distribuição equitativa.

O amor e a posse exclusiva não podem nunca andar de acordo.

135. Na teoria, quando existe amor perfeito, deve existir perfeita não-posse. O corpo é a nossa última posse. Assim, um homem só poderá exercer o amor perfeito e estar completamente livre, quando estiver pronto a enfrentar a morte e a renunciar ao próprio corpo por amor ao serviço dos homens.

136. “Ganharás o pão com o suor do rosto”, diz a Bíblia. Os sacrifícios podem ser de muitas espécies. Sacrifício pode ser muito bem trabalhar para ganhar o pão. Se todos trabalhassem pelo pão e nada mais, haveria comida e bem-estar para todos. Não haveria queixas pela demasiada população, não haveria doenças e esta miséria que vemos ao redor. Um trabalho assim representaria a mais alta forma de sacrifício. Os homens fariam indubitavelmente muitas outras coisas, seja com a mente, seja com o corpo, e tudo isso seria obra de amor, para o bem de todos. Então não haveria nem ricos nem pobres, nem superiores nem inferiores, nem tocáveis nem intocáveis.

137. A igualdade econômica é a chave mágica da independência não violenta. Trabalhar pela igualdade econômica significa abolir o eterno conflito entre capital e trabalho. Quer dizer, por um lado, baixar os poucos ricos em cujas mãos se concentra a maior parte da riqueza da nação e, por outro lado, levantar os milhões de indivíduos nus e semi-esfomeados. O sistema de governo não violento é, evidentemente, impossível enquanto persistir o profundo abismo entre os ricos e as multidões de esfomeados. O contraste entre os palácios de Nova Délhi e os miseráveis tugúrios da pobre classe trabalhadora não pode durar um dia sequer numa Índia livre, em que os pobres gozem do mesmo poder que os ricos do país.

É inevitável uma revolução violenta e sangrenta, mais cedo ou mais tarde, a não ser que se chegue a uma renúncia voluntária às riquezas e ao poder que as riquezas comportam, e a uma divisão para o bem comum. Continuo firme na minha doutrina da administração fiduciária, não obstante o ridículo de que a cobriram. É verdade que é difícil pôr em prática, mas a não-violência também é difícil de conquistar.

138. Não consigo imaginar nada de mais nobre e patriótico que isto: uma hora por dia, por exemplo, todos deveriam executar o trabalho que fazem os pobres. Assim nos identificaríamos com eles, e por eles com toda a humanidade. Não consigo imaginar melhor adoração a Deus que trabalhar em seu nome pelos pobres, como os pobres.

139. Deveríamos ter vergonha de repousar e tomar refeições abundantes até o dia em que exista um só homem ou uma só mulher sem trabalho e sem comida.

140. Odeio o privilégio e o monopólio. Para mim, tudo o que não pode ser dividido com as multidões é tabu.

141. O mundo pode rir pelo fato de eu me despir de toda a propriedade. Para mim foi positivo. Gostaria que as pessoas participassem do meu despojo. É o tesouro mais precioso que possuo. Talvez por isso seja justo dizer que, embora pregue a pobreza, eu sou rico.

142. Nunca ninguém disse que uma miséria opressora leve à outra coisa que não degradação moral. Todo ser humano tem o direito de viver e, portanto, de encontrar o necessário para alimentar-se, vestir-se e habitar. Para essa incumbência tão simples não precisamos da ajuda dos economistas e de suas leis.

“Não se preocupem com o amanhã” é um conselho que se encontra em quase todas as sagradas escrituras do mundo. A garantia dos meios de subsistência deveria ser, e resulta que é, a coisa mais fácil do mundo numa sociedade bem ordenada. Na verdade, a prova de boa ordem num país não é dada pelo número de milionários que tem, mas pela ausência de fome entre as massas.

143. O trabalho e a promessa de comida como salário são as únicas formas de Deus se apresentar a um povo esfomeado e desempregado.

144. A economia representa para os pobres o espiritual. Com esses milhões de esfomeados vocês não podem apelar para nada mais. Os apelos cairiam no vácuo. Mas dêem-lhes comida, e os considerarão seu Deus. São incapazes de pensamentos de qualquer outra espécie.

145. Posso apresentar-lhes uma mensagem de Deus somente apresentando-lhes a mensagem do trabalho sagrado.

146. É fácil falar de Deus enquanto estamos sentados, após um gostoso almoço e à espera de um jantar ainda melhor. Mas como posso falar de Deus às multidões que devem aguentar sem duas refeições por dia? Para eles só pode aparecer sob a forma de pão e manteiga.

147. Não posso imaginar uma época em que nenhum homem seja mais rico que o outro. Mas imagino uma época em que os ricos terão vergonha de enriquecer à custa dos pobres e os pobres deixarão de invejar os ricos. Nem no mundo mais perfeito conseguiremos evitar as desigualdades, mas podemos e devemos evitar a luta e o rancor. Já temos agora muitos exemplos de ricos e pobres que vivem em perfeita harmonia. Devemos só multiplicar esses exemplos.

148. Não creio que os capitalistas e donos de terras sejam todos exploradores por necessidade intrínseca ou por existir um antagonismo irreconciliável entre os interesses deles e os interesses das massas. Toda a exploração tem como base colaboração, voluntária ou forçada, do explorado.

Embora nos repugne admiti-lo, a verdade é que não existiria exploração se as pessoas se negassem a obedecer ao explorador. Mas eis que intervém o

interesse, e abraçamos os cadeados que nos atam. Isso deve terminar. A grande necessidade não está em acabar com os capitalistas e os proprietários de terras, mas em transformar numa coisa mais pura e sã as relações existentes entre eles e as massas.

149. Não é destruindo alguns milionários que acabamos com a exploração, mas eliminando a ignorância dos pobres e ensinando-lhes a não colaborar com seus exploradores. Assim converteremos até os exploradores; e finalmente, como disse, levaremos uns e outros a viver como sócios, em pares condições. O capital, em si, não é um mal. É um mal o uso errado que dele se faz. O capital, numa forma ou noutra, será sempre necessário.

150. A idéia da luta de classes não me seduz. A luta de classes na Índia é não só inviável mas evitável, se compreendermos a mensagem da não-violência. Quem fala da luta de classes como de coisa inevitável não percebeu as implicações da não-violência ou percebeu apenas superficialmente.

151. Pede-se hoje àqueles que possuem riquezas que se comportem como depositários delas por conta dos pobres. Podem dizer-me que a administração fiduciária é uma ficção legal. Mas se a gente refletisse constantemente e procurasse conformar-se, a vida sobre a terra seria governada pelo amor muito mais do que é atualmente.

152. A completa renúncia aos próprios bens é coisa que pouquíssimos são capazes de fazer, mesmo entre gente comum. Tudo o que podemos legitimamente esperar da classe dos proprietários é que eles guardem as riquezas e os talentos em depósito, e os usem a serviço da sociedade.

Pretender mais quer dizer matar a pata que fez os ovos de ouro.

153. Se todos os homens compreendessem e, sobretudo, se praticassem a eterna lei do amor, considerariam um pecado amontoar riquezas, e então não haveria mais desigualdades e misérias.

154. Só posso possuir certas coisas se sei que os outros, que também as desejam, estão em grau de adquiri-las... Quando nos despojamos de tudo o que temos, então possuímos verdadeiramente todos os tesouros do mundo.

155. Como pode um homem que não trabalha ter o direito de comer? “Comerás o teu pão com o suor do teu rosto”, diz a Bíblia.

156. Deus criou o homem para que ganhasse o pão com seu trabalho.

157. Trabalhar para ganhar o próprio pão é uma verdadeira bênção de Deus.

158. Se cada um trabalhasse para ganhar o próprio pão, as classes seriam imediatamente eliminadas: ricos sempre haveria, mas considerar-se-iam só administradores da riqueza, que deve ser usada para o bem comum.

159. Quem é rico possui um monte de coisas supérfluas. Se cada um tivesse só aquilo de que precisa, a ninguém faltaria nada e todos se contentariam.

160. Grande parte da miséria que aflige o mundo é consequência da nossa avidez.

161. Todo aquele que possui coisas de que não precisa é um ladrão.

162. Se acreditarmos sinceramente na Providência, devemos ter a certeza de que Deus nos dá cada dia o nosso pão.

163. A riqueza acarreta sempre preocupação pelo amanhã.

164. Quem busca a verdade, quem obedece à lei do amor, não pode estar preocupado com o amanhã.

165. Hoje rico vive tão descontente quanto o pobre. O pobre gostaria de ser milionário, e o rico de ser multimilionário. Cada um, saiba ou não saiba, é um ladrão.

Democracia e política

166. A desobediência civil é um direito intrínseco do cidadão. Não ouse renunciar, se não quer deixar de ser homem. A desobediência civil nunca é seguida pela anarquia. Só a desobediência criminal leva à anarquia. Todos os Estados reprimem a desobediência criminal com a força. Reprimir a desobediência civil é tentar encarcerar a consciência.

167. O meu conceito de democracia consiste em que, num regime democrático, os mais fracos tenham as mesmas ocasiões dos mais fortes. Isso se dará só por meio da não-violência.

168. Não se poderá nunca chegar à verdadeira democracia, ou ao *Swaraj* das massas, com meios falsos ou violentos.

A razão é simples: o corolário natural de seu uso seria a eliminação de toda a oposição, suprimindo ou exterminando os antagonistas. Isso não favorece a liberdade individual. A liberdade individual existe plenamente só em regime de *Ahimsa* autêntica.

169. A verdadeira fonte dos direitos é o dever. Se cumprimos os nossos deveres, não precisamos ir longe procurar os direitos. Se não cumprimos os deveres e buscamos os direitos, estes nos fugirão como quimeras. Quanto mais lhes correremos atrás, tanto mais eles se afastam.

170. Creio que a verdadeira democracia pode surgir somente da não-violência. Só é possível erguer as estruturas de uma federação mundial colocando-as

sobre os alicerces da não-violência. Nas relações mundiais deve-se renunciar à violência.

171. A violência por parte das massas não acabará nunca com o mal. A experiência mostrou até hoje que o sucesso da violência durou pouco. Gerou maior violência. Até hoje só foram experimentadas variações da violência e controles artificiais dependentes sobretudo da vontade dos violentos. No momento crucial, naturalmente, esses controles não funcionaram. Parece-me, portanto, que antes ou depois as massas européias deverão recorrer à não-violência se quiserem conseguir a libertação.

172. Um democrata nato é um amante nato da disciplina. A democracia é natural para quem está habituado a obedecer espontaneamente a todas as leis, humanas ou divinas. Considero-me um democrata, por instinto e por educação. Aqueles que ambicionam servir à democracia, devem merecê-lo, antes de mais nada, superando essa prova de fogo da democracia. Um democrata deve, além disso, ser absolutamente desinteressado. Deve pensar e sonhar não em termos pessoais ou de partido, mas de democracia. Só assim ganha direito à desobediência civil.

Não pretendo que ninguém renuncie às próprias convicções nem quero que ninguém seja eliminado. Não creio que uma salutar e honesta disparidade de opiniões prejudique a nossa causa. Mas ela seria certamente prejudicada pelo oportunismo, pelos disfarces, pelos compromissos falsos. Se alguém sente o dever de discordar, deve tentar que suas opiniões expressem suas mais íntimas convicções e não sejam concebidas simplesmente como cômodo protesto do contra.

173. As divergências de opinião não devem significar hostilidade.

Se fosse assim, minha mulher e eu deveríamos ser inimigos figadais. Não conheço duas pessoas no mundo que não tenham tido divergências de opinião. Como seguidor da Gita (*Bhagavad-Gita*), sempre procurei nutrir pelos que discordam de mim o mesmo afeto que nutro pelos que me são mais queridos e vizinhos.

174. Continuarei confessando os erros cometidos. O único tirano que aceito neste mundo é a “silenciosa e pequena voz” dentro de mim. Embora tenha de enfrentar a perspectiva de formar minoria de um só, creio humildemente que tenho coragem de encontrar-me numa minoria tão desesperadora.

175. Sinceramente, sou lento em ver os defeitos do meu semelhante, pois estou cheio de defeitos e preciso de sua caridade. Aprendi a não julgar ninguém com severidade e a encontrar desculpas para os defeitos que posso descobrir nos outros.

176. Estou convencido de que se o Estado eliminasse o capitalismo com a violência, ele mesmo seria envolvido na espiral da violência, e não conseguiria nunca divulgar a não-violência.

177. Devemos querer morrer, se não podemos viver como homens e mulheres livres.

178. Nas questões de consciência a lei da maioria não conta.

179. Estou firmemente convencido que só se perde a liberdade por culpa da própria fraqueza.

180. Verdadeiro democrata é aquele que defende sua liberdade, a de sua pátria e da humanidade, com meios não violentos.

181. Onde a confiança em si mesmo está na ordem do dia, onde ninguém deve esperar nada do outro, onde não há chefes nem sequazes, ou onde todos são chefes e todos sequazes, a morte de um combatente, embora muito bravo, não enfraquece a luta, intensifica-a.

182. A democracia iluminada e disciplinada é a coisa mais linda do mundo. Uma democracia inspirada em preconceitos, ignorante, supersticiosa, levará ao caos e pode autodestruir-se.

183. A democracia e a violência juntas não se dão. As nações que hoje são democráticas de nome, ou se tornam abertamente totalitárias ou, se querem ser democráticas de verdade, devem corajosamente tornar-se não-violentas. É blasfêmia dizer que a não-violência pode ser praticada só pelos indivíduos e nunca pelas nações, que são compostas de indivíduos.

184. Sempre pensei que é impossível conseguir a justiça social com a força, mesmo em relação aos mais humildes e modestos. Mas sempre julguei garantir-lhes a reparação das injustiças por eles sofridas recorrendo a uma adequada educação no método não-violento. Esse método consiste na não-colaboração não violenta. Por vezes a não-colaboração é um dever igual à colaboração. Ninguém é obrigado a colaborar para a própria ruína ou a própria sujeição. Não é possível manter-se a liberdade obtida pelo esforço dos outros, por benévolos que eles sejam, quando tal esforço acaba. Em outras palavras, tal liberdade não é liberdade verdadeira. Mas até os mais humildes podem ver o esplendor da verdadeira liberdade, quando aprenderem a arte de conquistá-la com a não-colaboração não-violenta.

185. Se conseguir convencer a família humana que todo homem e toda mulher, embora fisicamente fracos, são os defensores da própria liberdade e do respeito de si mesmos, minha obra estará concluída. É uma defesa válida, mesmo que todo o mundo se volte contra o resistente.

Solidariedade e paz internacional

186. Acredito na essencial unidade do homem, e portanto na unidade de todo o que vive. Por conseguinte, se um homem progredir espiritualmente, o mundo inteiro progride com ele, e se um homem cai, o mundo inteiro cai em igual medida.

187. A minha missão não se esgota na fraternidade entre os indianos. A minha missão não está simplesmente na libertação da Índia, embora ela absorva, em prática, toda a minha vida e todo o meu tempo. Por meio da libertação da Índia espero atuar e desenvolver a missão da fraternidade dos homens.

O meu patriotismo não é exclusivo. Engloba tudo. Eu repudiaria o patriotismo que procurasse apoio na miséria ou na exploração de outras nações. O patriotismo que eu concebo não vale nada se não se conciliar sempre, sem exceções, com o maior bem e a paz de toda a humanidade.

188. Os deveres para com nós mesmos, para com a família, a nação e o mundo, não são independentes um do outro. Não se pode servir à nação prejudicando a nós mesmos ou à família. Do mesmo modo não se pode servir à nação prejudicando o mundo em geral. Em última análise, devemos morrer para que a família viva, a família deve morrer para que a nação viva, a nação deve morrer para que o mundo viva. Mas só coisas puras podem ser oferecidas em sacrifício. A purificação é, portanto, o primeiro passo. Quando o coração é puro, sabemos imediatamente e a cada momento, qual é o nosso dever.

189. Sou humilde servo da Índia. Esforçando-me por servir à Índia, sirvo à humanidade em geral (...). Após quase cinquenta anos de vida pública, posso dizer que a minha fé na doutrina segundo a qual o serviço a uma nação não é incompatível com o serviço ao mundo, está mais vincada. É uma boa doutrina. Somente aceitando-a haverá distensão no mundo, e cessarão as recíprocas invejas entre povos que habitam o mesmo globo.

190. A regra de ouro consiste em sermos amigos do mundo e em considerarmos como uma toda a família humana. Quem faz distinção entre os fiéis da própria religião e os de outra, deseduca os membros da sua religião e abre caminho para o abandono, a irreligião.

191. Vivo pela libertação da Índia e morreria por ela, pois é parte da verdade.

Só uma Índia livre pode adorar o Deus verdadeiro. Trabalho pela libertação da Índia porque o meu *Swadeshi* me ensina que, tendo nascido e herdado sua cultura, sou mais apto a servir à Índia e ela tem prioridade de direitos aos meus serviços. Mas o meu patriotismo não é exclusivo; não tem por meta apenas não fazer mal a ninguém, mas fazer bem a todos, no verdadeiro sentido da palavra. A libertação da Índia, como eu a concebo, não poderá nunca constituir ameaça para o mundo.

192. Não existe limite à extensão dos nossos serviços aos vizinhos. Estes vão além das fronteiras criadas pelos Estados. Deus nunca criou fronteiras.

193. Meu objetivo é a amizade com todo o mundo, e eu posso conciliar o máximo amor com a mais severa oposição à injustiça.

194. É pura verdade. Se a louca corrida aos armamentos continuar, irá terminar necessariamente num massacre como a história nunca viu. Se houver um vencedor, a vitória será uma morte viva para a nação vitoriosa. Não existe outra saída para a ruína iminente além da corajosa e incondicionada aceitação do método da não-violência, com todas as suas admiráveis implicações.

195. Se não houvesse avareza, não haveria razão para armamentos. O princípio da não-violência exige a completa abstenção de toda a forma de exploração.

196. Apenas quando desaparecer o aumento da exploração, as armas serão vistas como um peso real insuportável. Se as nações do mundo não deixarem de se explorar umas às outras não se chegará a um verdadeiro desarmamento.

197. Não gostaria de viver neste mundo, se ele não devesse tornar-se um mundo unido.

198. Atrevo-me a afirmar que a doutrina (da não-violência) continua válida também entre Estados e Estados. Sei que caminho em terreno ingrato, mencionando a última guerra. Mas receio ter de fazê-lo para esclarecer a minha afirmação. Se bem entendi, foi uma guerra pelo desenvolvimento de ambos os lados. Foi uma guerra para dividir os despojos da exploração dos povos mais fracos – falou-se eufemisticamente do comércio mundial (...). Verão que antes de o desarmamento geral ter início na Europa – coisa que um dia deve acontecer a não ser que a Europa queira o suicídio – alguma nação ousará desarmar-se e correr os grandes riscos. O grau de não-violência naquela nação, se o acontecimento felizmente se der, terá sido evidentemente tão elevado que suscitará respeito geral. Serão infalíveis seus julgamentos, firmes suas decisões, grande sua capacidade de heróica abnegação. Ela quererá viver tanto para si quanto para as outras nações.

Mulher

199. *Ahimsa* quer dizer amor infinito, e amor infinito, por sua vez, quer dizer capacidade infinita de sofrer. Quem, senão a mulher, a mãe do homem, manifesta essa capacidade na mais alta medida? Manifesta-a carregando e nutrindo a criança durante nove meses e alegrando-se com os sofrimentos correspondentes. Quem pode superar os sofrimentos provocados pela gestação? A mãe esquece tudo na alegria da criação. Quem se preocupa para que o bebê cresça dia após dia? Que a mulher transmita esse amor a toda a humanidade, que esqueça que foi ou que pode ser objeto da concupiscência do homem. Assim ocupará seu lugar glorioso de mãe, guia criadora e silenciosa ao

lado do homem. Pertence a ela ensinar a arte da paz ao mundo em luta e sedento desse néctar.

200. É calúnia chamar a mulher de sexo frágil. É uma injustiça do homem para com a mulher. Se por força entendermos a força bruta, então sim a mulher é menos brutal que o homem. Mas se por força entendermos a força moral, então a mulher é infinitamente superior ao homem.

Não tem maior intuição, mais abnegação, mais coragem, mais capacidade de suportar? Sem ela o homem não poderia viver. Se a não-violência é a lei da nossa existência, o futuro está nas mãos da mulher. (...) Quem melhor que a mulher pode apelar para o coração?

201. As mulheres são as guardiãs por excelência de tudo o que é puro e religioso na vida. Conservadoras por natureza; se são lentas em renunciar a certos costumes supersticiosos, são lentas também em abandonar tudo aquilo que é puro e nobre na vida.

202. Sou de opinião que o homem e a mulher são essencialmente uma coisa só, e assim seu problema, em essência, deve ser um só. A alma é a mesma em ambos. Um é o complemento do outro. Um não pode viver sem a ajuda ativa do outro.

Mas de uma maneira ou outra, o homem dominou a mulher durante gerações, e a mulher caiu num complexo de inferioridade. Acreditou na veracidade da doutrina interesseira do homem, segundo a qual ela é inferior. Mas os homens sábios reconheceram a condição de igualdade.

Não há dúvida, apesar disso, que a certa altura temos um bívio. Embora ambos sejam fundamentalmente um, é bem verdade que existe uma diferença vital de forma entre os dois. Portanto, também suas vocações são distintas.

O dever da maternidade, que a grande maioria das mulheres sempre assumirá, requer qualidades que o homem não precisa possuir. Ela é passiva, ele é ativo. Ela é essencialmente a dona da casa. Ele ganha o pão. Ela o guarda e distribui. Ela é a guardiã, em todo o sentido da palavra. É sua prerrogativa particular e exclusiva criar os recém-nascidos da estirpe. Sem seus cuidados a estirpe indiscutivelmente acabaria.

Sou de opinião que é aviltante, quer para o homem, quer para a mulher, que ela seja convidada ou levada a abandonar o lar e a pegar na espingarda para protegê-lo. É um regresso à barbárie e o princípio do fim. Montando o cavalo que o homem monta, ela desarticula a si mesma e a ele. O pecado cairá sobre a cabeça do homem, se ele induzir ou obrigar a companheira a abandonar sua vocação específica. É preciso tanta coragem para cuidar da casa e mantê-la em ordem quanto para defendê-la dos ataques do exterior.

De todos os males de que o homem se tornou responsável, nenhum é tão degradante, desgostoso e brutal quanto o uso da melhor metade da humanidade – para mim o sexo feminino não é sexo frágil: é o mais nobre dos dois, pois ainda hoje significa a encarnação do sacrifício, do sofrimento silencioso, da humildade, da fé e da responsabilidade.

203. A mulher deve deixar de se considerar o objeto da concupiscência do homem. O remédio está em suas mãos mais que nas mãos do homem.

204. Castidade não significa crescer em estufa. Não se pode defender a castidade cercanda-a com o muro da *purdah*. Deve crescer interiormente e, para valer alguma coisa, deve ser capaz de resistir a qualquer tentação não procurada.

205. Qual o motivo desta preocupação morbosa pela pureza da mulher? As mulheres, porventura, têm voz na questão da pureza dos homens? Nunca se ouve falar de preocupações das mulheres pela pureza dos homens. Por que então os homens se sentem no direito de regulamentar a pureza feminina? Ela não pode ser imposta de fora. É uma questão de solução interior, portanto de esforço pessoal.

206. A mulher é a personificação da abnegação, mas hoje, desgraçadamente, ela não se dá conta da terrível vantagem que tem sobre o homem. Como costumava dizer Tolstoi, elas vivem sob a opressão da hipnótica influência do homem. Se se dessem conta da força da não-violência, não permitiriam que as chamassem de sexo fraco.

207. Creio na conveniente educação das mulheres. Mas creio que a mulher, macaqueando os homens e aceitando o desafio deles, não dará seu contributo ao mundo. Pode percorrer seu caminho, mas imitando o homem não poderá elevar-se às grandes alturas de que é capaz. Macaqueando os homens vocês não se tomarão homens, nem poderão cumprir as funções de seu verdadeiro eu, nem desenvolver os talentos particulares que Deus lhes deu. Deus concedeu à mulher a força da não-violência mais que ao homem. As mulheres são as mensageiras naturais do evangelho da não-violência, mas devem se dar conta de sua elevada condição.

208. A mulher é a companheira do homem, dotada de iguais capacidades intelectuais. Tem direito de participar dos mínimos particulares das atividades do homem, e tem o mesmo direito à liberdade e à independência. Tem qualidades para ocupar um lugar excelso em sua esfera de atividades, exatamente como o homem em sua esfera. Deveria ser esta a condição natural das coisas, e não apenas o resultado de ter aprendido a ler e escrever. Simplesmente, em virtude de um costume imoral, até os homens mais ignorantes e indignos exerceram sobre as mulheres uma autoridade que não mereciam e não deveriam ter.

209. O matrimônio confirma o direito de união entre duas partes que se juntam excluindo todas as outras. Tal união é tida como desejável em modo igual pelas duas partes. Não confere a nenhuma das duas o direito de exigir obediência ao próprio desejo de união. Que fazer quando, por razões morais ou por razões de outro gênero, uma parte não pode aceder aos desejos da outra? Pessoalmente, se o divórcio fosse a única alternativa, não hesitaria aceitá-lo, pois é preferível à interrupção do aperfeiçoamento moral, supondo que a mortificação seja por motivos puramente morais.

210. Quando uma mulher é agredida, pode deixar de parte os termos do *himsa* ou *ahimsa*. O seu primeiro dever é defender-se. É livre de usar qualquer meio ou método que lhe venha à cabeça para salvar seu coração. Deus deu-lhe unhas e dentes. Deve usá-los com toda a força e, se necessário, morrer na luta. O homem ou a mulher que perdeu o medo da morte é capaz não só de defender a si mesmo, mas também aos outros dando a vida.

211. Estou firmemente convencido de que, se os homens e as mulheres da Índia cultivarem a coragem de enfrentar a morte com audácia e sem violência, podem rir-se do poder das armas e conseguir uma incorruptível independência em termos de massas, servindo de exemplo ao mundo. Nisto as mulheres podem marchar à frente, pois são a personificação da força da abnegação.

Religião

212. Sem religião eu não poderia viver um instante sequer. Muitos de meus amigos perderam a esperança em mim, dizendo que até a minha política vem da religião. E têm razão. Para mim, a política sem religião é coisa decididamente suja.

Se não me identificar com toda a humanidade não poderei viver uma vida religiosa, e não poderei identificar-me com a humanidade se não me preocupar com a política.

Não é possível dividir a atividade social, econômica, política e meramente religiosa em compartimentos estanques. Não conheço nenhuma religião separada da atividade humana. É a religião que dá base moral a todas as outras atividades. Sem ela a vida ficaria reduzida a uma confusão de “barulho e violência sem sentido”.

213. Uma vida sem religião é como um barco sem leme.

214. Não falem do Deus da história: mostrem como vive hoje em nós... Não acredito nos que falam aos outros da própria fé, com a finalidade principal de convertê-los. A fé não aceita ser exposta. Deve ser vivida. Então difunde-se por si mesma.

215. Quem atingiu a substância da própria religião chegou também à substância das outras religiões.

216. Como uma árvore tem um único tronco e muitos ramos e folhas, assim existe uma única verdadeira religião que, passando pelo homem, se multiplica... Daqui resulta a necessidade da tolerância, que não quer dizer indiferença pela própria fé, mas um amor mais inteligente e puro por ela.

217. As religiões, fundamentalmente, não são mais que as diversas encarnações da única verdade. Existe uma só árvore, mas com muitos ramos. Em última análise, a religião é inteiramente interior, pessoal, pois exprime as nossas relações com Deus.

218. Templos, mesquitas ou igrejas: não faço distinção entre essas diversas casas de Deus. São tais quais a fé as fez. São uma resposta ao anseio do homem para chegar de alguma maneira ao Invisível.

219. Todo o homem é responsável pela religião que professa. Um homem sincero, na solidão, pode salvar a própria religião, se a viver em toda a sua pureza.

220. A fé – um sexto sentido – transcende o intelecto sem contradizê-lo.

221. A minha fé, nas densas trevas, resplandece mais viva.

Deus

222. Deus é amor e verdade.

Está para além da palavra e do intelecto.

223. Para mim, Deus é verdade e amor. Deus é ética e moral. Deus é coragem.

Deus, que é amor espiritual e moral, ausência de medo, fonte de luz e vida, transcende a palavra e a razão. Conhece o íntimo dos nossos corações. O homem pode repelir a palavra de Deus, mas não pode impedir que Deus exista.

224. Nós não somos. Só Deus é. Se queremos ser verdadeiramente, devemos fazer sempre Sua vontade. Deus é tudo em todos. Nós somos apenas zero.

225. Deus, para ser Deus, deve governar o coração e transformá-lo. Deve expressar-Se nas mínimas ações de Seus fiéis.

226. Acredito que Deus Se revela ao homem em cada dia. Mas nós somos surdos à Sua voz pequena e silenciosa.

227. Somente podemos sentir Deus destacando-nos dos sentidos.

228. A música divina está sempre dentro de nós, mas o rumor dos sentidos abafa essa música delicada.

229. O que eu quero alcançar, o ideal que sempre almejei com sofreguidão... é conseguir o meu pleno desenvolvimento, ver Deus face a face, conseguir a libertação do eu.

230. Não considero exagerado nenhum sacrifício para ver Deus face a face. Toda a minha atividade, seja social, política, filantrópica ou ética, é dirigida para esse fim. Eu pertenço totalmente a Deus, e por isso não me preocupo com a minha situação atual.

231. Não sou santo, mas sei que sou consagrado a Deus-Verdade, não obstante meus erros e minhas culpas. Não sou asceta; a minha vida é cheia de alegrias.

232. Sei que se não lutar com o mal e contra o mal, mesmo à custa da vida, nunca conhecerei Deus.

233. Bem depressa passarei do mundo da paz ao mundo dos conflitos. Quanto mais penso nisso mais desespero sinto. Nada posso fazer, mas Deus pode fazer tudo.

Ó Deus, faz que eu seja um Teu instrumento, e serve-Te de mim segundo a Tua vontade. O homem não é nada.

234. O meu grito chegará ao trono de Deus onipotente.

235. Deus sempre ajuda aqueles que parecem abandonados.

236. Esforço-me por ver Deus no serviço à humanidade, pois sei que Deus não está no céu nem na terra, e sim em cada um de nós.

237. Temamos a Deus e não temeremos o homem.

238. Sua bondade é infinita, embora em Seu nome se cometam imoralidades e atrocidades infinitas.

Ele está sempre pronto a perdoar.

239. No íntimo do meu coração existe uma permanente disputa com Deus: por que permite que tais coisas aconteçam? A minha não-violência parece quase impotente... Nem Deus nem a não-violência são impotentes. A impotência está nos homens.

240. Deus experimenta continuamente os Seus fiéis, mas nunca além dos limites do suportável. Ele guia e dá a força suficiente para enfrentar as provas.

241. Muitos se dobram à força física, mas aquele que tem Deus como único protetor não cederá nem à maior força desta terra.

242. Tudo pertence a Deus; nada, absolutamente nada neste mundo é nosso. E então, por que temer? De que temer? Quando os meios são limpos, a presença de Deus, com Suas bênçãos, está garantida.

E quando essas coisas vêm juntas, a derrota é impossível. Um *satyagrahi*, livre ou preso, é sempre um vitorioso.

243. O tempo dos milagres não acabou. Com alguma fé em Deus e em Sua proteção estamos garantidos contra os sofrimentos insuportáveis. Aquele que resiste civicamente pode ter a certeza de que Deus o protegerá no momento difícil.

244. Só quando o lutador está reduzido à impotência, quando chegou ao extremo limite da fraqueza e não vê senão trevas a seu redor é que Deus vem em seu auxílio. Quando um homem se sente mais humilhado que o pó que calca, então Deus socorre. Só aos fracos e abandonados é concedido o socorro de Deus.

245. Na luta justa, Deus mesmo prepara as campanhas e guia as batalhas. Uma guerra pela justiça só pode ser feita em nome de Deus. Só quando o *satyagrahi* se sente completamente indefeso, quando parece que está perdido na noite é que Deus chega e o salva.

246. Tudo é possível, não graças ao nosso esforço, mas pela graça de Deus. A verdadeira independência é o nosso abandono em Deus.

247. Os moinhos de Deus moem lentamente. A bondade anda a pé. A humanidade, dotada de inteligência para poder conhecer seu criador, esqueceu-O e deverá tornar-se uma para reencontrá-Lo.

248. Quando a lei suprema do amor for compreendida e sua prática se tornar universal, Deus reinará na terra como reina no céu. A terra e o céu estão em nós. Todavia conhecemos a terra e mantemo-nos alheios ao céu.

249. Não conhecemos os caminhos de Deus. Se nos submetemos a Deus, Ele nos ajudará a fazer muitas coisas, mesmo sem nós sabermos.

250. A única maneira possível de Deus se apresentar a um povo esfomeado e desempregado é o trabalho e a promessa de comida como salário.

251. Pode-se falar de Deus quando se fez um bom almoço e se espera por outro ainda melhor amanhã. Mas é impossível aquecer-nos ao sol da luz de Deus quando milhares de esfomeados nos batem à porta.

252. O caminho do Senhor é reservado aos fortes. Não é feito para os vis. Oferece-Lhe a tua vida e toda a tua pessoa e depois, somente depois, benze-te no nome do Senhor.

253. Deus está vivo no coração dos homens e deve estar vivo também no coração da sociedade. A sociedade deve repousar sobre a verdade e a não-violência, mas nada disso é possível sem uma fé que continue viva, quando todas as outras forças acabaram, uma fé que seja luz e abrace todos os aspectos da verdade.

Fé que se fortifica no sangue dos mártires. Nenhuma religião subsiste sem sofrimento.

Oração

254. A oração é a substância da religião.

255. Orar não é pedir. Orar é a respiração da alma.

256. A oração é a chave que abre a porta da manhã e que fecha a da noite. Só de Deus, por meio da razão, nos vem toda a força.

257. Orar é ser um com Deus.

Súplicas, adoração, oração, não são superstição. São atos mais reais que o comer, o beber, o repousar ou o caminhar.

Não é exagero dizer que eles são atos reais e que os demais são atos irrealis.

258. A oração não é um passatempo ocioso de velhinhas. Entendida no seu valor, e usada justamente, é o meio mais potente de ação... A oração requer, sem dúvida, uma fé viva em Deus.

259. A fé nasce na calma do espírito, na contemplação e no trabalho.

260. Gostaria de ver todos os homens unidos pelo fio de seda do amor e da oração.

261. A oração não é dirigida a Deus apenas para invocar Sua ajuda. É também louvor, glorificação, ato de purificação...

262. A oração deve ajudar-nos a realizar a pureza interior e infundi-la em toda a sociedade.

263. É preciso apresentar-se a Deus com as mãos vazias e uma atitude de completo abandono.

264. É mais importante pôr na oração o próprio coração que dizer palavras sem coração.

265. Sem a oração não temos consciência da nossa fraqueza.

266. Ninguém pode sentir-se deslocado na oração pública. O homem é um ser social. Come, trabalha, joga em público. E por que não orar? Há na oração alguma coisa que não possa ser dita em público?

267. Se quando introduzimos a mão na bacia de água; quando acendemos o fogo com um sopro; quando alinhamos intermináveis colunas de números na mesa do contador; quando estamos dentro da lama do arrozal, queimados pelo sol; quando estamos, de pé, frente ao forno de fundição, não realizamos a mesma vida religiosa como se estivéssemos em oração num mosteiro, o mundo não será salvo.

268. Se Deus reinar em nossos corações e aí O guardarmos com a oração, não conheceremos o temor e acumularemos um grande tesouro.

269. Creio que sou um homem de oração. Penso que Deus me daria a força de não O renegar e de afirmar que Ele é, nem que me cortassem em pedacinhos.

270. A oração salvou-me a vida. Sem a oração teria ficado muito tempo sem fé. Ela salvou-me do desespero. Com o tempo a minha fé aumentou e a necessidade de orar tornou-se mais irresistível... A minha paz muitas vezes causa inveja. Ela vem-me da oração. Eu não sou um homem de ciência, mas creio, com toda a humildade, ser um homem de oração. Como o corpo que, se não for lavado fica sujo, assim a alma sem oração se torna impura.

Jejum

271. O jejum é a oração mais dolorosa e também a mais sincera e compensadora.

272. Cada jejum é oração intensa, purificação do pensamento, impulso da alma para a vida divina, a fim de nela se perder.

273. O perfeito jejum deve ser harmonia de pensamento e de oração, deve isolar as forças do mal e deve tornar o que jejua capaz de sentir mais as leves alterações da atmosfera espiritual.

274. O jejum é uma arma potente. Nem todos podem usá-la. Simples resistência física não significa aptidão para o jejum. O jejum não tem absolutamente sentido sem fé em Deus.

Nunca deve ser esforço mecânico ou simples imitação: deve partir do íntimo da alma.

275. Para mim nada mais purificador e fortificante que um jejum.

276. Que importa o sentido que dão ao meu jejum!

Estou a serviço de Deus e vivo na Sua: presença.

277. Os meus adversários serão obrigados a reconhecer que tenho razão. A verdade triunfará... Até agora todos os meus jejuns foram maravilhosos: não digo em sentido material, mas por aquilo que acontece dentro de mim. É uma paz celestial.

278. O jejum não se destina a agir sobre o coração, mas sobre a alma dos outros. É por isso que seu efeito não é temporário e sim duradouro.

279. Jejuar para purificar a si mesmo e aos outros é uma antiga regra que durará enquanto o homem acreditar em Deus.

280. O jejum é para a alma o que os olhos são para o corpo.

281. O jejum de Cristo é um ato que deveria inspirar-nos a todos, na presente situação.

282. Sentindo-me impotente, coloquei minha cabeça sobre os joelhos de Deus. É este o significado profundo do meu jejum.

283. Eu manteria minha fé no valor do jejum mesmo que todo o mundo jejuasse contra mim. Ou mesmo se os ateus jejuassem contra a minha fé em Deus.

284. Tenho profunda fé no método de jejum particular e público... Sofrer mesmo até à morte, e portanto mesmo mediante um jejum perpétuo, é a arma extrema do *satyagrahi*. É o último dever que podemos cumprir. O jejum faz parte do meu ser, como acontece, em maior ou menor escala, com todos os que procuraram a verdade. Eu estou fazendo uma experiência de *ahimsa* em vasta escala, uma experiência talvez até hoje desconhecida pela história.

285. A minha religião ensina-me que, quando a dor é insuportável, é preciso jejuar e orar.

Sacrifício

286. *Yajna* (sacrifício) é uma palavra cheia de beleza e de força. Literalmente significa adoração. Daí – sacrifício, serviço.

287. É o sacrifício que distingue o homem da besta.

288. Quem quer levar uma vida pura deve estar sempre pronto para o sacrifício.

289. O dever do sacrifício não nos obriga a abandonar o mundo e a retirar-nos para uma floresta, e sim a estar sempre prontos a sacrificar-nos pelos outros.

290. Diz um antigo provérbio: “Goza com as coisas da terra renunciando a elas”.

291. O corpo foi-nos dado apenas para servir.

292. O prazer egoísta leva à morte, o sacrifício leva à vida.

293. Não temos receio algum quando estamos verdadeiramente libertos das coisas, das pessoas, do nosso corpo.

294. Quem venceu o medo da morte venceu todos os outros medos.

295. Um negociante pode ver passar pelas suas mãos centenas de milhões em dinheiro, mas, se obedecer à regra do sacrifício, usá-los-á para servir o próximo.

296. Algumas pessoas não temem a morte mas temem os pequenos males da vida.

297. Algumas pessoas não temem a morte, mas temem perder as pessoas queridas.

Os avaros suportam tudo, estão prontos a deixar até a vida, mas não seus bens.

Quem busca a verdade deve superar todos estes temores e outros mais. Deve estar pronto a sacrificar tudo pela verdade.

298. Existe um estágio da vida que só pode ser atingido após continuada e voluntária crucifixão da própria carne.

299. É impossível ver Deus face a face se a carne não estiver há muito crucificada.

Humildade e tolerância

300. Os louvores do mundo não me agradam; pelo contrário. muitas vezes me entristecem.

301. Sinto verdadeiro desgosto com a adoração das multidões. Sentir-me-ia mais seguro da minha missão se me cuspiassem no rosto.

302. O mundo pode louvar-me quanto quiser, que eu não me comovo; pelo contrário, muitas vezes os louvores deixam-me magoado...

303. Só quando se vêem os próprios erros através de uma lente de aumento, e se faz exatamente o contrário com os erros dos outros, é que se pode chegar à justa avaliação de uns e de outros.

304. Deixem que nossos adversários se gloriem da nossa humilhação ou do que chamam nossa derrota. É melhor ser acusado de vil e fraco que faltar e pecar contra Deus. É mil vezes preferível parecer infiel aos olhos do mundo, a ser infiel com nós mesmos.

305. Não se deve confundir humildade com inércia.

A verdadeira humildade é um serviço corajoso, ativo e constante do homem.

306. Assinaria de boa vontade um projeto de lei que declarasse ser delito chamar-me Mahatma e beijar-me os pés. Onde eu mesmo posso impor a lei, no *ashram*, tal costume é considerado delito.

307. Quando ouço gritar *Mahatma Gandhi Ki jai*, cada som desta frase me traspassa o coração como se fosse uma flecha. Se pensasse, embora por um só instante, que tais gritos podem merecer-me o *swaraj*, conseguiria aceitar o meu sofrimento. Mas quando constato que as pessoas perdem tempo e gastam energias em aclamações vãs, e passam ao largo quando se trata de trabalho, gostaria que, em vez de gritarem meu nome, me acendessem uma pira fúnebre, na qual eu pudesse subir para apagar uma vez por todas o fogo que me arde no coração.

308. Um mínimo de reflexão é suficiente para fazer-nos compreender que todas as criaturas são nada.

309. Uma vida consagrada ao serviço deve ser uma vida de humildade.

310. Não gosto da palavra tolerância, mas não encontro outra melhor.

O amor ensina-nos a ter pela fé religiosa dos outros o mesmo respeito que temos pela nossa.

A tolerância não é indiferença pela própria fé e sim amor mais puro e mais inteligente por ela.

311. A tolerância é fácil para quem busca sinceramente a verdade e obedece de coração à lei do amor.

312. Se obedecermos à lei do amor não sentiremos ódio nenhum pelo nosso irmão não religioso. Pelo contrário, amá-lo-emos mais e, por conseguinte, ajudá-lo-emos a ver seu erro.

313. A tolerância dá-nos um poder de penetração espiritual que está tão longe do fanatismo como o Pólo Norte do Pólo Sul.

314. É evidente que a tolerância não é mistura entre bem e mal, entre justo e injusto.

315. Uma civilização é julgada pelo tratamento que dispensa às minorias.

Castidade (Brahmacharya)

316. Deus não pode ser compreendido por quem não é puro de coração.

317. O mundo vai atrás de coisas de valor passageiro. Não tem tempo para as outras. Todavia, quando pensamos mais profundamente, torna-se claro que, no fim, contam apenas as coisas eternas (...). Uma delas é o *brahmacharya*. E o que é *brahmacharya*? É o modo de viver que nos leva a Brahma, a Deus. Inclui

o pleno controle sobre o ato da reprodução. O controle deve ser exercitado sobre o pensamento, a palavra e a ação. Se o pensamento não está sujeito a controle, a palavra e a ação não têm nenhum poder. (...) Para aquele que está em grau de controlar o próprio pensamento, todo o resto se torna simples jogo de crianças.

318. Sei por experiência que a castidade é fácil para quem é senhor de si mesmo.

319. Sei por experiência que, enquanto considerei minha mulher carnalmente, não houve entre nós verdadeira compreensão. O nosso amor não atingiu um plano elevado. Sempre existiu afeto entre nós, mas tanto mais nos aproximamos, quanto mais nós, ou antes eu, aprendemos a moderar-nos. Enquanto desejei o prazer carnal não pude dar-lhe nenhuma ajuda. No momento em que disse adeus a uma vida de prazeres carnis, todas as nossas relações se tornaram espirituais. A sexualidade morreu e, em seu lugar, reinou o amor.

320. Desejo voltar ao argumento do controle dos nascimentos por meio de anticoncepcionais. Grita-se aos ouvidos das pessoas que a satisfação do impulso sexual é uma obrigação grave, como a obrigação de pagar as dívidas legalmente contraídas, e que não fazê-lo implica verdadeira decadência intelectual. Tal impulso sexual foi isolado do desejo de prole. Os fomentadores do uso de anticoncepcionais afirmam que a concepção é um acidente que deve ser evitado, exceto quando as partes desejam ter filhos. Ouso dizer que esta é a doutrina mais perigosa que se pode pregar na Índia, onde a população masculina da classe média se tornou imbecil pelo abuso da função reprodutiva. Se a satisfação do impulso sexual é um dever, o vício contra a natureza e muitas outras formas de prazer seriam louváveis. Saiba o leitor que até personalidades eminentes são conhecidas por terem aprovado o que geralmente se chama de perversão sexual.

321. Uma vida sem voto é como um navio sem âncora ou uma casa construída sobre a areia e não sobre a pedra.

322. Um voto é um voto, e não se renega.

Dei conta que um voto, longe de fechar a porta da verdadeira liberdade, a abre sempre mais.

323. Eu quero chegar a uma fé sólida como os cumes do Himalaia e, como eles, branca e pura. Ser Mahatma nada conta: relaciona-se só com minha atividade externa, a política, que é uma parte insignificante da minha vida... O essencial, o que fica, é o *brahmacharya* (castidade). É o meu tudo.

324. Devo submeter-se a uma purificação pessoal. Devo tornar-me um instrumento mais apto para registrar até as mínimas variações da atmosfera moral que me cerca.

325. A vida sem *brahmacharya* parece-me vazia e animalesca. O homem não é homem senão na proporção que, tendo a capacidade de controlar-se, se esforça realmente pelo controle.

326. A castidade é uma norma prática de grande importância sem a qual é impossível obter a necessária firmeza. Um homem entregue aos prazeres perde o seu vigor, torna-se efeminado e vive cheio de medo. A mente daquele que segue as paixões baixas é incapaz de qualquer grande esforço.

327. O caminho da purificação é ermo e difícil. Para chegar à pureza perfeita é preciso libertar das paixões os pensamentos, as palavras e a ação, estar acima das opostas correntes do ódio e do amor, da repulsa e do afeto. Eu sei que ainda estou longe da posse dessa tríplice pureza, não obstante as lutas em que continuamente me empenho para consegui-la... Subjugar as manhosas paixões é, a meu ver, uma tarefa infinitamente mais difícil que a conquista material do mundo pela força das armas.

328. O *brahmacharya* é o controle dos sentidos no pensamento, nas palavras, e na ação... O que a ele aspira não deixará nunca de ter consciência de suas faltas, não deixará nunca de perseguir as paixões que se aninham ainda nos ângulos escuros de seu coração, e lutará sem trégua pela total libertação.

329. O homem que escolheu a verdade como esposa não pode traí-la.

330. A castidade absoluta é o estado ideal. Se um não consegue concebê-la, é preciso que se case conservando porém o controle de si mesmo no matrimônio.

331. Frequentemente o casamento leva a um desdobramento da nossa personalidade. Não tenham receio de que o celibato leve à extinção da raça humana. O resultado mais lógico será a transferência da nossa humanidade para um plano mais alto.

332. Aquele que aspira a ser amigo de Deus deve ficar só, ou tornar-se amigo de todo o mundo.

333. É necessário que em todas as nações haja uma falange de homens e mulheres fiéis ao *brahmacharya*, que se consagrem ao serviço dos homens.

Jesus não falou daqueles que se fizeram eunucos por amor do reino de Deus?

Jesus sabia, é claro, que isso não é possível a todos.

334. No matrimônio deve-se conservar o controle de si mesmos. O ato sexual feito pelo simples prazer não é compatível com um alto grau de desenvolvimento espiritual.

335. O *brahmacharya*, como todas as outras regras, deve ser observado nos pensamentos, nas palavras e nas ações. Lemos na *Gita* – e a experiência nos

confirma isso todos os dias – que quem domina o próprio corpo, mas alimenta maus pensamentos, faz um esforço vão. Quando o espírito se dispersa, o corpo inteiro, cedo ou tarde, o segue na perdição.

336. Por vezes pensa-se que é muito difícil, ou quase impossível, conservar castidade. O motivo desta falsa opinião é que, frequentemente, a palavra castidade é entendida em sentido limitado demais.

Pensa-se que a castidade é o domínio das paixões animais.

Esta idéia de castidade é incompleta e falsa.

Brahmacharya significa controle de todos os órgãos dos sentidos. Quem se esforça por dominar um só órgão, e deixa livres todos os outros, constatará necessariamente a inutilidade de seu esforço. Escutar conversas obscenas, ver coisas indecentes, ingerir alimentos excitantes e julgar-se donos absolutos de um só órgão é coisa de loucos. É como colocar as mãos no fogo e pretender que não se queimem.

Cristo

337. Cristo é a maior fonte de força espiritual que o homem até hoje conheceu.

338. Ele é o exemplo mais nobre de quem deseja dar tudo sem nada pedir.

339. Vejo em Cristo o supremo modelo: manifestou, como nenhum outro espírito, a vontade de Deus.

Ele pertence aos homens de todas as raças que conservam a fé recebida dos antepassados.

Ele é todo amor. O amor, seu supremo mandamento, é dirigido antes de tudo aos mais fracos, aos abandonados.

340. Vejo em Cristo o homem perfeito e na sua morte na Cruz o mais lindo exemplo de sacrifício.

341. Jesus ofereceu sua vida na Cruz e Pilatos venceu. Não concordo: Jesus venceu e a história do mundo deu-nos amplas provas.

342. A aceitação, a glorificação do sofrimento e do sacrifício levaram Cristo à Cruz, acontecimento eterno na história da humanidade, acontecimento que deve inspirar nossa vida.

343. O Cristo histórico é verdadeiro, sem dúvida nenhuma. Não se pode negar a autenticidade dos testemunhos de seus apóstolos que nos referiram suas palavras e ações.

Mas a história de Cristo é a mais verdadeira da verdade histórica: encarna a lei eterna do amor. Cristo, de fato, não só carregou sua cruz há mil e novecentos anos, mas morre e renasce cada dia. Seria pouco consolador para o mundo depender só de um Deus histórico, morto há mais de mil e novecentos anos.

344. Vocês, cristãos, assimilam e fazem sua a essência do sacrifício representado pelo pão e pelo vinho da Eucaristia... Sacrifício que se tornou moeda de resgate do mundo por meio do ato mais perfeito que existe...

“Tudo está consumado”, foram as últimas palavras de Cristo.

345. Cristo não carregou a cruz somente há mil e novecentos anos: carrega-a hoje e morre e ressuscita dia após dia.

346. Aconteceu-me muitas vezes de não saber por onde começar. Então abri o Novo Testamento e de sua mensagem recebi a luz.

347. Não é necessário que eu condida a fé dos cristãos para que Cristo exerça influência na minha vida... Eu rejeito as armas impuras, como Cristo rejeitou sua carga de pecado... Eu sinto-me um com o Criador.

348. Cristo não pertence só ao cristianismo, pertence ao mundo inteiro.

349. Estou convencido de que se Cristo voltasse abençoaria a vida de muitos que nunca ouviram seu nome, mas que com sua vida foram um exemplo vivo das virtudes que ele praticou: amar o próximo mais que a si mesmos e fazer bem a todos e mal a ninguém.

350. Bebam nas fontes do Evangelho!

351. Um cristão poderia encontrar na repetição do nome de Jesus o mesmo bálsamo que o hindu encontra no Ramanama.

Essa repetição vem da mesma essência do nosso ser. Ela cura todos os sofrimentos e permite viver muitos dias sem comida para o corpo, mas não sem oração. É uma força ilimitada. Comparada com ela a bomba atômica não é nada.

352. Não confundam os ensinamentos de Jesus com aquilo que acontece na civilização de hoje... Não obstante toda a fé que vocês têm em sua civilização, conservem um bocadinho de humildade. Bebam na fonte do Sermão da Montanha, ouçam o que Cristo ensinou. Seus ensinamentos são válidos para cada um de nós.

353. O Sermão da Montanha foi-me direto ao coração.,

354. Eu estava transbordando de alegria lendo o Evangelho: encontrava a confirmação de minhas idéias exatamente onde esperava encontrá-la.

355. Os homens não são suficientemente humildes, suficientemente destacados dos bens e do poder, para poderem compreender a mensagem de Cristo.

356. Quando ouço cantar “Glória a Deus e paz na terra” pergunto onde se presta hoje glória a Deus e onde existe paz na terra.

Enquanto a paz for fome não saciada, enquanto não eliminarmos a violência de nossa sociedade, Cristo não terá nascido.

Vida e Morte

357. A vida e a morte são as duas faces da mesma moeda. A morte sorri-me como uma amiga.

358. A arte de morrer segue a de viver. A morte chega para todos nós. Um homem pode morrer fulminado por um raio, após um enfarte ou porque sua respiração se tornou difícil. Mas este não é o gênero de morte que um *satyagrahi* deseja ou invoca. Para um *satyagrahi* a arte de morrer consiste em enfrentar a morte com alegria, cumprindo o próprio dever.

359. À medida que o homem avança e que o mundo obedece à morte, o homem é obrigado a viver em tensão mais alta... em um ritmo terrivelmente intenso.

360. Só Deus nos pode tirar a vida, pois só Ele nô-la dá.

361. Quando chegar a hora, Deus vai encontrar-me preparado. O jejum de um homem pode ser suficiente para todo mundo. Um homem perfeitamente inocente oferece-se em sacrifício pelo bem dos outros, incluídos seus adversários, e torna-se assim o resgate do mundo.

362. Não sou louco pelo martírio. Mas se vier enquanto cumpro o que considero meu supremo dever em defesa da fé, que dividido com milhões de indianos, tê-lo-ei merecido.

363. A morte é o fim que foi fixado para a nossa vida. Não posso afligir-me se morrer pela mão de um meu irmão, em vez de morrer em consequência de uma doença, ou de outro modo qualquer. E se estiver livre de todo pensamento de cólera e de ódio para com meu agressor, isso contribuirá para minha felicidade eterna, e quem me matar dará conta mais tarde da minha inocência.

364. Posso a não-violência do corajoso? Só a morte dirá. Se me matarem, e eu com uma oração nos lábios pelo meu assassino e com o pensamento em Deus, ciente da sua presença viva no santuário do meu coração, então, e só então, poder-se-á dizer que possuo a não-violência do corajoso.

365. Não desejo morrer pela parálise progressiva das minhas faculdades, como um homem vencido. A bala de um assassino poderia pôr fim à minha vida. Acolhê-la-ia com alegria.

TERCEIRA PARTE

GANDHI POR ELE MESMO

Minha vida e minhas experiências com a verdade*

(Trechos selecionados)

1. Nascimento

Os Gandhi são da casta Baniya¹. Parece que eram, originariamente, especieiros. Mas durante três gerações, a partir de meu avô, deram primeiros-ministros a vários Estados do Kâthiyâvâr². Uttamchand Gandhi – aliás, Ota Gandhi –, meu avô, devia ser homem de princípios. Intrigas políticas forçaram-no a deixar Porbandar³, onde era *Diwan*⁴, a fim de procurar refúgio em Junâgarh⁵. Cumprimentou o Navâb⁶ com a mão esquerda. Como alguém lhe observasse essa aparente falta de cortesia e lhe perguntasse a razão, respondeu nos seguintes termos: “A minha direita já está ligada por juramento a Porbandar”.

* Este é o nome da autobiografia de Gandhi, publicada no Brasil, em 1971 (Edições Cruzeiro). A Editora Palas Athena, de São Paulo, com nova tradução, publicou recentemente esta mesma obra.

1. *Baniya*: mercador, do sânscrito *vanika*. Distinguem-se quatro grandes castas: brâmanes, reis (ou senhores), mercadores e plebeus. O termo *Baniya* não figura no original, que diz simplesmente que os Gandhi eram, originariamente, especieiros. Com efeito, no Kâthiyâvâr, a palavra *Gandhi* significa “especieiro”.

2. Kâthiyâvâr: original Kâthiyâvâd (o “d” pronuncia-se quase como um “r”): grande península na costa oeste da Índia, ao norte de Bombaim.

3. Porto na costa sudoeste do Kâthiyâvâr; 33 mil habitantes em 1931.

4. Original: *divân*, primeiro-ministro.

5. O original é Junâgadh (“dh” pronuncia-se quase como “rh”): pequeno Estado da costa sul do Kâthiyâvâr e cidade no interior. O Estado, governado então por um soberano autônomo, contava, em 1931, 545 mil habitantes, com uma superfície de 3.337 milhas quadradas e uma renda de 9 milhões de rupias (720 milhões de francos em 1949).

6 Navâb: palavra indiana, de origem árabe, empregada, a princípio, no sentido de “delegado” do poder supremo e por extensão, senhor local. Daí o português “nabab”.

Viúvo da primeira mulher, casou-se Ota Gandhi de novo. Tinha quatro filhos do primeiro matrimônio; teve dois da sua segunda esposa.

Não creio que, durante toda a minha infância, haja eu percebido ou sabido que os filhos de Ota Gandhi não eram todos do mesmo casamento. O quinto desses seis irmãos era Karamchand Gandhi – aliás, Kaba Gandhi –; e o sexto, Tulsidâs Gandhi. Ambos foram, sucessivamente, primeiros-ministros de Porbandar. Kaba Gandhi era meu pai. Era membro do tribunal rājastânico⁷. É, atualmente, uma instituição desaparecida, mas, naquele tempo, muito influente no que dizia respeito à solução de disputas entre chefes e homens do seu clã. Foi algum tempo primeiro-ministro em Râjkot⁸, depois em Bânkâner. Quando morreu, recebia uma pensão do Estado de Râjkot.

7. Do Râjashthân: região da Índia entre o Gujrate e a província de Délhi. Toda essa região era dividida numa multidão de reinos independentes, de tipo ainda feudal, entre os quais as querelas eram frequentes: daí esse tribunal rājastânico.

8. Râjkot: pequeno Estado (e cidade) no centro do Kâthiyâvâr: 75 mil habitantes e 283 milhas quadradas – Bânkâner ou Vânkâner, pequeno Estado ao norte de Râjkot.

Kaba Gandhi casou-se quatro vezes sucessivas, havendo-lhe roubado a morte todas as mulheres. Dos dois primeiros casamentos teve duas filhas. A sua última esposa, Putlibâa, deu-lhe uma filha e três filhos, dos quais era eu o mais moço.

Meu pai amava o seu clã; era homem de fé, bravo e generoso, mas colérico. Talvez fosse mesmo, de um certo modo, inclinado aos prazeres da carne, pois quando se casou pela quarta vez já havia ultrapassado os quarenta. Mas era íntegro, tinha-se feito uma merecida reputação de estrita imparcialidade, tanto no seio da família quanto fora. A sua lealdade pelo Estado era bem conhecida. Tendo o assistente de um agente político se referido em termos insultuosos a seu chefe, o Thâkor Sâhib⁹, de Râjkot, ele revidou a ofensa. Furioso, o agente exigiu que Kaba Gandhi se retratasse. Este recusou-se a fazê-lo e foi, em consequência, detido por algumas horas. Entretanto, diante da atitude inabalável de Kaba Gandhi, o agente ordenou que o libertassem.

9. *Thâkor Sâhib*, senhor. A palavra *thâkur*, de origem mongólica, é muito empregada na Índia, no sentido de príncipe, senhor, às vezes, divindade. É o nome do clã do poeta Rabindranâth Thâkur, dito Tagore. *Sâheb*, de origem árabe, significa igualmente senhor.

Meu pai não teve jamais o gosto de entesourar dinheiro e deixou-nos muito poucos bens.

Toda a sua educação fora apenas fruto da experiência. Na melhor das hipóteses, poderia dizer-se que a sua instrução atingia o quinto grau, em gujrate. Ignorava completamente, a história e a geografia. Mas a sua rica experiência de negócios práticos permitia-lhe, em compensação, resolver facilmente os problemas mais complexos e dirigir centenas de homens. A sua formação religiosa era mínima; mas possuía aquela espécie de cultura religiosa que as frequentes visitas aos templos e a audição familiar de sermões tornam facilmente acessível a tantos hindus. No fim da vida, a instâncias de um douto brâmane, amigo da família,

começou a ler a *Gita*¹⁰ e recitava-lhe os versetos em voz alta, todos os dias, à hora da prece.

10. A *Bhagavad-Gita* (pronunciar *gui*). “Canto do Senhor”, poema célebre que é um fragmento da epopéia sânscrita, *Mahâbhârata*. Expõe uma doutrina religiosa e filosófica e é um texto fundamental da religião hindu.

1869 – 1876

De minha mãe, a memória conserva sobretudo a impressão de uma santa. Era profundamente religiosa. Jamais tomara as suas refeições sem antes fazer as preces cotidianas. Não deixava de ir todos os dias ao *Haveli*¹¹ – o templo vixnuíta¹². Tão longe quanto remontam as minhas lembranças, não me recordo de que ela faltasse alguma vez ao *Châturmâs*¹³. A sua escolha tendia para as promessas mais difíceis, e ela observava-as inflexivelmente. A doença jamais lhe servia de pretexto para eximir-se do seu cumprimento. Lembro-me de uma vez em que caiu doente, durante a observância do voto de *Chandrâyana*¹⁴, não permitindo que seu estado de saúde fosse motivo de interrupção dessa observância. Dois ou três jejuns consecutivos nada significavam para ela. Uma só refeição por dia, durante os *Châturmâs*, era-lhe fato habitual. Não contente com isso, chegou a jejuar dia sim, dia não, durante os *Châturmâs*. Certa ocasião, fez voto de não se alimentar durante todo o tempo em que o sol estivesse ausente. Nessa época, nós, as crianças, passávamos os dias com a cabeça erguida, a espreitar o sol, esperando que ele aparecesse para anunciá-lo à nossa mãe. Todos sabem que no apogeu da estação das chuvas acontece, frequentemente, que o sol não condescende em aparecer. E lembro-me de certos dias em que, diante de sua súbita aparição, corríamos a anunciar-lhe a nova. Ela vinha fora, a fim de verificar com os próprios olhos, mas, entretantes, o sol esquivo já fugira, privando-a da sua alimentação. “Não importa” – dizia alegremente – “Deus não quer que eu coma hoje”. E voltava às suas ocupações.

11 Santuário vixnuíta. Deve-se observar que a palavra *haveli* é persa; seu sentido primitivo (atestado em hindi) é simplesmente “casa”, habitação; emprega-se em gujrate e em marata no sentido de “templo”.

12. As duas principais seitas do hinduísmo são o vixnuísmo e o xivaísmo; os primeiros consideram Vixnu e os segundos Xiva, como a divindade suprema. Diferenciam-se por costumes diversos, por marcas no rosto, pela escolha de textos religiosos de que fazem a sua leitura favorita.

13. *Châturmâs*, do sânscrito *chatur*, “quatro”, e *mâsa*, “mês”; cerimônia que se realiza cada quatro meses, tendo como finalidade o cumprimento de um voto.

14. *Chandrâyana*, do sânscrito *chandra*, “lua”, e *ayana*, “ir, curso de um astro”. Trata-se de um jejum de penitência regulado pelo curso da lua: “no primeiro dia da quinzena clara, o penitente come um bocado e aumenta cada dia o seu alimento de um bocado, de sorte que, no dia de lua cheia coma quinze bocados; a partir do primeiro dia da quinzena escura que se segue, diminui o seu alimento de um bocado, de sorte que jejeue completamente no décimo quinto dia, que é o da lua nova” (Comentário às *Leis de Manu*, XI, 217). O *Chandrâyana* faz-se em “grão de cevada”

(jejum nas duas extremidades do período – é o caso explicado acima) ou em “formiga” (jejum no meio do período – alusão ao corpo da formiga, que é muito estreito no meio).

Minha mãe tinha um sólido bom senso. Estava a par de todos os negócios de Estado e as damas da Corte tinham em alta conta a sua inteligência. Muitas vezes eu acompanhava-a, beneficiando-me do privilégio da infância; e lembro-me ainda de muitas discussões animadas, entre ela e a mãe de Thâkor Sâhib, que era viúva.

Esses são os pais a quem devo a vida.

Nasci em Porbandar – conhecido também pelo nome de *Sudâmâpuri*¹⁵ – no dia 2 de outubro de 1869. Foi em Porbandar que se passou a minha infância. Recordo-me de que me mandaram à escola. Sofri ao lidar com as tábuas de multiplicação. A minha única lembrança dessa época é a de ter aprendido, em companhia de outros meninos, a chamar nosso mestre de toda a espécie de nomes¹⁶ – o que dá fortemente a entender que a minha inteligência devia ser tardia, e bruta a minha memória.

15. *Sudâmâpuri*, “Cidade de Sudâman”. Sudâman é o nome de um brâmane, herói de uma lenda relativa a Krishna. Lenda vixnuíta, pois Krishna é considerado como um avatar de Vixnu.

16. Aqui o texto original dá dois versos de uma cançoneta em gujrate, desrespeitosa e inepta, composta sobre esse mestre-escola.

2. Infância

Eu devia ter cerca de sete anos quando meu pai foi de Porbandar para Râjkot, onde ingressou no tribunal râjastânico. Mandaram-me à escola primária, e recordo-me perfeitamente dessa época, bem como dos nomes e dos traços particulares dos mestres que me ensinaram. Do mesmo modo que em Porbandar, nada de importante assinala os meus estudos naquela cidade. Só podia ser um aluno medíocre. Dessa escola passei para uma outra, situada fora da cidade; e depois para o liceu, quando já contava doze anos. Não me lembro de haver mentido, durante esse período, nem aos mestres nem aos colegas. Era muito tímido e evitava toda companhia. Os meus únicos companheiros eram os livros e as lições. Chegava pontualmente à aula; voltava correndo para casa, logo que a aula terminava. Era para mim um hábito de todos os dias. E, se voltava, correndo, literalmente, era porque não podia suportar o fato de falar com qualquer pessoa. Ia a ponto de temer que zombassem de mim. Há um incidente, ocorrido no exame que fiz durante o meu primeiro ano de liceu, que merece ser relatado. Mr. Giles, o inspetor, em viagem, viera visitar-nos. Para experimentar a nossa ortografia, ele ditou-nos cinco palavras, entre as quais: “*bouilloire*”. Cometi um erro. O professor tentou vir em meu socorro, fazendo-me sinal com a ponta do sapato; mas eu recusei-me a entendê-lo. Não podia conceber que ele desejasse ver-me copiar a palavra da ardósia do meu vizinho; acreditava que o professor estava lá para impedir-nos de copiar. Disso resultou que todos os

meninos, exceto eu, não cometeram nenhum erro. Apenas eu tinha sido estúpido. Mais tarde o professor tentou convencer-me da minha estupidez, porém em vão, jamais pude aprender a arte de “copiar”.

Não obstante, esse incidente em nada diminuiu o meu respeito por aquele professor. Por natureza, eu não tinha olhos para as faltas dos meus maiores. Em seguida, descobri muitas outras fraquezas do mesmo mestre; mas a minha estima por ele não foi afetada. Porque eu aprendera a executar as ordens dos mais velhos e não a julgar os seus atos.

1879 – 1883

Dois outros incidentes, que remontam à mesma época, ficaram para sempre gravados na minha memória. Eu detestava, em regra, toda a leitura alheia aos meus livros de estudo. Se fazia os meus deveres, era porque devia fazê-los e porque não me agradava ser repreendido pelo professor, nem enganá-lo. Fazia-os, pois, mas com o espírito ausente. E se encontrava dificuldade em fazê-los bem, não podia cogitar, naturalmente, em leituras suplementares. Entretanto, um dia, não sei como, os meus olhos viram um livro que meu pai havia comprado. Era o *Shravana Pitribhakti Nataka*¹⁷ – peça sobre o devotamento de Shravana para com seus pais. Li esse livro com um interesse apaixonado.

17. Título sânscrito dessa peça *Sharavana* – aqui nome próprio *pitri* – “pai”, *bhakti* – “devotamento”, *nataka* – “peça de teatro”, o que significa “A piedade filial de Shravana, peça de teatro”.

Mais ou menos na mesma época, apareceu na cidade uma *troupe* de teatro ambulante. Um dos quadros que me mostraram representava Shravana carregando às costas, com a ajuda de cintos, seus pais cegos, no caminho da peregrinação. A imagem que me ficou e o livro marcaram-me o espírito de modo indelével. “Vê tu um exemplo a seguir”, disse a mim mesmo. A dolorosa lamentação dos pais, diante da morte de Shravana, vive ainda na minha memória. A doce melopéia me comoveu profundamente e eu tocava-a no acordeão que meu pai me havia comprado.

Incidente semelhante liga-se a uma outra peça. Mais ou menos na mesma época, obtive de meu pai permissão para ir assistir ao espetáculo que uma companhia dramática dava. A peça em questão – *Harischandra* – conquistou-me o coração. Não me cansava de vê-la. Mas quantas vezes me permitiram assistir a ela? Ela devia contagiar-me e eu devia representá-la Deus sabe quantas vezes. “Por que todo o mundo não é também leal e fiel como Harischandra?” – perguntava a mim mesmo dia e noite. Perseguir a verdade e suportar todas as provas que Harischandra suportou – tal foi o grande ideal que essa peça me inspirou.

Acreditava na história de Harischandra ao pé da letra. Ao pensar nela, chorava frequentemente. O bom senso me diz hoje que Harischandra não podia ter sido

jamais um personagem histórico. E, contudo, ele e Shravana são para mim realidades vivas, e estou certo de que a leitura dessas peças ainda me fará nascer a mesma emoção de outrora.

3. Clarões da religião

Desde os seis ou sete até aos dezesseis anos de idade, eu ia à escola onde me ensinavam toda a espécie de coisas, exceto religião. Devo dizer que nada fiz por obter dos professores o que eles me teriam dado sem esforço; contudo, não deixava de recolher, aqui e acolá, em torno de mim, as migalhas. Quando digo “religião”, entendo-a em seu sentido mais amplo – o da realização ou do conhecimento de si mesmo.

Vixnuíta de nascimento, tinha de ir frequentemente ao *Haveli*, mas nunca lhe senti a atração. Não gostei nunca dos ouropéis nem da pompa. O ruído de que certas práticas imorais nele ocorriam chegou também aos meus ouvidos. Acabei por desinteressar-me totalmente. O *Haveli* nada podia, pois, dar-me.

Mas o que nele não pude encontrar, minha ama forneceu-me – velha e fiel criada da qual nunca esqueci a afeição. Já disse que tinha medo de fantasmas e de espíritos. Rambhâ (este era o nome de minha ama) sugeriu-me que corrigisse esse medo pela repetição do Râm-nâm¹⁸. Eu tinha mais fé em minha ama do que em seu remédio e, desde tenra idade, pus-me a seguir o seu conselho para curar-me do medo. Isto, bem entendido, durou pouco tempo; mas a boa semente semeada no terreno da minha infância não o foi em vão. Creio que à semente assim lançada por aquela brava mulher devo o fato de que o Râm-nâm sempre foi para mim um remédio infalível.

18. Ou *Râmanâma*, “nome de Râm”; nome do deus Râm. Apenas a sua enunciação já exerce um poder benéfico, equivalente sozinha, dizem alguns, a todos os Veda e Purâna, isto é, todos os textos litúrgicos e religiosos. O poeta Tulsidâs (século XVI) inseriu no primeiro canto do seu *Râmâyana* hindi uma dissertação particularmente sutil e apaixonada sobre esse poder do nome (I, 34-40; tard. Growse, p. 16-21). Gandhi, na hora da sua morte, lembrou-se desse ensinamento: no dia 30 de janeiro de 1948, mortalmente ferido, pôde, antes de expirar, articular: *Râmi Râm!*

1876 – 1887

Justamente na mesma época, ou pouco antes, um meu primo, devoto fiel do *Râmâyana*, conseguiu que nos ensinassem o *Râm Rakshâ*¹⁹, a mim e ao meu segundo irmão. Aprendemo-lo de cor, assumindo a obrigação de recitá-lo todas as manhãs, depois do banho. Respeitamos esse hábito durante toda a nossa permanência em Porbandar. Apenas chegados a Râjkot, esquecemo-lo. Não acreditava muito nele. Se me entregava a essas recitações, era em parte pelo gosto de dizer o *Râm Rakshâ* com a pronúncia correta.

19. *Râm-raksâ*, “proteção de Râm”, texto de invocação. *Râmâyana*, lit., “marcha de Râma”: lenda de Râm, da qual existem numerosas versões. Não se trata aqui da versão sânscrita, de Vâmiki, mas do *Râmâyana* de Tulsidâs, composto na segunda metade do século XVI em *avadhi*, dialeto

hindi. O *Râmâyâna* de Tulsidâs, intitulado mais exatamente *Râm carit mânas*, “Lago da vida de Râm”, é o texto mais popular do hinduísmo moderno. O indianista Grierson diz que era “a Bíblia de cem milhões de homens”; foi traduzido para o inglês por Growse; tradução francesa parcial por Garcin de Tassy, na *Histoire de la Littérature Hindoustanie* (1847).

Mas o que me deixou uma impressão forte foi a leitura do *Râmâyâna* diante de meu pai. Durante uma parte da sua enfermidade, meu pai viveu em Porbandar e, todas as tardes, ouvia o *Râmâyâna*: que lhe era lido por um grande fiel de Râm, Lâdhâ Mahârâj de Bileshvar. Dizia-se dele que se curara da lepra, não com remédios, mas por aplicações, nas partes enfermas, de folhas de *bilvâ*²⁰ jogadas fora depois de terem servido de oferenda à imagem de Mahadev, no templo de Bileshvar²¹, bem como pela repetição regular do *Râm-nâm*. A fé, dizia-se, e somente a fé o tinha curado. E é um fato que, ao começar as suas sessões de leitura do *Râmâyâna*, o corpo de Lâdhâ Mahârâj estava inteiramente livre da lepra. Tinha uma voz melodiosa. Cantava os *Dohas* (coplas) e os *Chopais* (quadras) e, comentando-as, deixava-se arrastar pelo seu discurso, arrastando ao mesmo tempo os ouvintes. Eu devia ter treze anos nessa época, mas lembro-me ainda da embriaguez em que me mergulhavam essas leituras. Elas constituíram a base de minha profunda devoção pelo *Râmâyâna*. Hoje, considero o de Tulsidâs²² como o maior livro de toda a literatura sagrada.

20. *Bilvâ* ou *bael*: marmeleiro de Bengala; *Aegles*, marmelos. O fruto, parecido com a romã, manchado de pontos negros, tem propriedades farmacêuticas; é remédio para a disenteria. Vê-se, por essa passagem, que as folhas também são utilizadas, mas as suas propriedades médicas não parecem seriamente definidas.

21. *Bileshvar*, pequena cidade da região de Porbandar, a 8 milhas ao norte da estação da estrada-de-ferro de Ranawa. Nela existe um templo importante e muito antigo.

22. Poeta do norte da Índia, nascido aproximadamente em 1535, falecido em 1623, que compôs, além do seu célebre *Râmâyâna*, um certo número de poemas religiosos. A apreciação que Gandhi faz aqui sobre o seu *Râmâyâna* concorda com a opinião de Grierson, citada acima.

Alguns meses mais tarde instalamo-nos em Râjkot. Aí, mais leituras do *Râmâyâna*. Mas o hábito era o de ler o *Bhagavat* cada dia de *Ekâdashi*²³. Acontecia-me assistir a essas leituras; mas à recitação faltava alma. Hoje, compreendi que o *Bhagavat* é um livro capaz de despertar o fervor religioso. Tomei um interesse apaixonado pela sua leitura em gujrate. Mas, desde que, durante o meu jejum de vinte e um dias, ouvi o *Pandit* Madan Mohan Mâlaviya²⁴ ler alguns fragmentos no original, desejei tê-lo ouvido na minha infância e pela boca de um tão grande devoto, para que me fosse dado apreciá-lo numa idade mais tenra. As impressões que formamos nessa idade enterram as suas raízes no próprio coração da natureza humana; e constitui para mim um pesar eterno o de não ter tido a ventura de ouvir a leitura de um número maior de livros desse gênero, naquela época de minha vida.

23. *Ekâdashi*. “Décimo primeiro (dia)” na quinzena lunar, dia de jejum obrigatório para os hindus ortodoxos. Essa prática é particularmente observada pelos vixnuítas, que passam a noite inteira lendo textos religiosos (cf. Grooke, *North Indian Notes*, III, 201 e seguintes).

O *Bhâgavat-purân*, sânscrito, *Bhâghavatapurâna*, “Lenda do Bem-Aventurado”: espécie de lenda dourada do vixnuísmo. O texto sânscrito parece datar do século X da nossa era; existem numerosas versões em línguas vulgares.

24. *Madan Mohan Mâlaviya* (1861-1946): grande sanscritista (daí o seu título de “*pandit*”), advogado e político, defensor da cultura hindu, foi um dos fundadores e o animador da Universidade Hindu de Benares.

Em Râjkot, pois, adquiri certas noções fundamentais de tolerância para com todos os ramos do hinduísmo e religiões irmãs. Porque meu pai e minha mãe tinham por hábito frequentar não só o *Haveli* como também os templos de Xiva e Râma e de a eles levar-nos ou mandar-nos, desde pequenos. Os monges jainos²⁵ visitavam também, frequentemente, meu pai e se desviavam mesmo de seu caminho para aceitar o convite de comer à nossa mesa – embora fôssemos não-jainos. Entretinham-se com meu pai tanto sobre religião quanto sobre assuntos seculares.

25. Existe entre os jainos uma vida monástica muito desenvolvida, cujos preceitos, minuciosamente estabelecidos, estão contidos num importante conjunto de textos geralmente redigidos em prácrito. Há monges e freiras jainos. Os contatos da família de Gandhi com os jainos exerceram considerável influência sobre as idéias deste.

Meu pai tinha, ademais, amigos muçulmanos e pârsis que lhe falavam da sua religião. Ele sempre os ouvia respeitosamente e, na maioria das vezes, com interesse. Os cuidados que eu lhe dispensava permitiam-me assistir frequentemente a essas conversações. Tais elementos diversos concorreram para inculcar-me uma ampla tolerância religiosa.

Apenas o cristianismo constituía exceção, na época. Experimentei por ele, então, antipatia. E isso por uma razão. Naquele tempo, viam-se com frequência missionários cristãos, postados num canto de rua próxima do liceu, perorar, cobrindo de injúrias os hindus e os seus deuses. Eu não podia suportá-los. Não me detive, decerto, mais de uma vez para ouvi-los, mas foi o bastante para dissuadir-me de renovar a experiência. Mais ou menos na mesma época, ouvi falar de um hindu muito conhecido que se convertera ao cristianismo. A cidade inteira estava cheia de anedotas e de fábulas sobre o seu batismo: ele tivera de comer carne de boi, beber álcool, bem como mudar de roupas, e depois pusera-se a passear em trajes europeus, inclusive chapéu. Esses detalhes mexeram-me com os nervos. Seguramente, disse-me eu, uma religião que nos obriga a comer carne de boi, beber álcool, e mudar de vestes, não merece esse nome. Contava-se também que o neófito começara a injuriar a fé dos seus antepassados, os seus costumes e o seu país. Desse conjunto de coisas nasceu-me repugnância pelo cristianismo.

Mas o fato de haver aprendido a tolerar as outras religiões não significava que a minha fé por Deus fosse menos viva. Por essa época, o acaso me fez topar com o *Manusmriti*²⁶ entre os livros de meu pai. A história da criação e outros detalhes semelhantes não me impressionaram e, ao contrário, quase me levaram ao ateísmo.

26. *Manusmriti*, “Memoráveis de Manu”, espécie de código religioso e moral do bramanismo, conhecido na França sob o nome de *Leis de Manu*, na tradução de Loiseleur-Deslongchamps, Paris, 1837. Esta obra é também chamada *Mānavadharmasāstra*, “Dogma religioso da (escola), Mānava”: é com efeito um *sastra*. A história da Criação é exposta no primeiro capítulo, que é de algum modo simétrico à Gênese do Antigo Testamento.

Tinha um primo (ele vive ainda) cuja inteligência eu muito estimava. Foi a ele que confiei as minhas dúvidas. Mas não as pôde dissipar. Afastou-me com estas palavras: “Ao crescer, serás capaz de achar por ti mesmo a resposta às tuas dúvidas. Não se devem agitar tais questões em tua idade”. Fiquei reduzido ao silêncio, mas não reconfortado. Os capítulos do *Manusmriti* referentes à alimentação e a outras coisas semelhantes pareciam-me ir de encontro às práticas cotidianas. Este último ponto, como as minhas dúvidas, recebeu a mesma resposta... “Com o desenvolvimento da inteligência e as leituras, acabarei por não compreender melhor”, disse-me eu.

O *Manusmriti*, em todo o caso, não me ensinou o *Ahimsa*. Já contei a minha experiência de comedor de carne. O *Manusmriti* parecia falar em seu favor²⁷. Eu tinha também o sentimento de que era perfeitamente moral matar as serpentes, os percevejos e seus iguais. Lembro-me de haver, naquela idade, matado percevejos e outros parasitas, considerando que isto era um dever.

27. As prescrições referentes ao uso da carne, expostas no capítulo 5 do *Manu*, e particularmente p.27 e seguintes, não interditam absolutamente a alimentação que inclui a carne, e autorizam que se matem alguns animais, dentro de certas condições. A abstenção total de carne, que está hoje muito generalizada entre os brâmanes, não se inspira na letra dos ensinamentos bramânicos, mas parece ter sido pouco a pouco imposta sob a influência do budismo e do jainismo. Vê-se aqui que o jovem Gandhi foi sensível à diferença que existe entre os textos antigos e os hábitos atuais.

Mas há uma coisa que se enraizou fortemente em mim: a convicção de que a moral é o fundamento de tudo e de que a verdade é a substância de toda a moral. A verdade tornou-se para mim o único objetivo. Ela adquiriu, dia a dia, um lugar sempre maior, e a sua significação nunca cessou de ampliar-se para mim.

Há em gujrate uma sextina de moralidade²⁸, que, do mesmo modo, gravou-se profundamente no meu espírito e no meu coração. O preceito que exprime – fazer o bem pelo mal – tornou-se meu princípio diretor. E a tal ponto me apaixonei por ele, que constituiu a causa de mais de uma de minhas experiências.

28. Sextina (original *chappâ*, em gujrate, de Shâmal Bhatt). Em gujrate, a sextina começa por: *pâni âpne pây...*

Eis os versos (para mim) admiráveis:

*Se recebeste água, dá um bom jantar;
Por uma inclinação de cabeça, faze uma reverência solícita;
Pelo valor de um punhado de erva, dá um escudo de ouro;
A quem te salvou a vida, dá a tua em sua infelicidade;
Por uma boa ação, conta dez; em espírito, em palavras e em ato,
Aquele que faz o bem pelo mal é como se tivesse conquistado o mundo.*

4. Excluído da casta

Com a autorização e a bênção de minha mãe, parti, transbordando de alegria, para Bombaim, deixando, atrás de mim, minha mulher e um bebê de alguns meses. Mas, à minha chegada naquela cidade, os amigos preveniram meu irmão de que o Oceano Índico era agitado em junho e julho²⁹ e que, sendo a minha primeira viagem, não devia permitir-me embarcar antes de novembro. Um outro contou que um vapor acabava precisamente de soçobrar na tempestade. Meu irmão ficou inquieto e recusou-se a assumir o risco de uma partida imediata. Deixando-me com um amigo, em Bombaim, regressou a Râjkot para retomar seu posto. Confiou o dinheiro da minha viagem à guarda de um cunhado e recomendou à diversos amigos que me ajudassem de acordo com as minhas necessidades.

^{29.} Época da monção: o vento sopra em direção do nordeste e o Oceano Índico fica muito agitado.

O tempo parecia-me interminável em Bombaim. Eu sonhava sem cessar com a minha partida para a Inglaterra.

Entrementes, as pessoas da minha casta manifestavam viva agitação era torno dessa partida. Até então, nenhum *Modh Baniya* tinha ido para a Inglaterra; a minha audácia merecia um chamado à ordem! Foi convocada uma assembléia geral da casta e intimaram-me a comparecer. Fui. Não sei como logrei reunir, bruscamente, toda a minha coragem; mas nada pôde deter-me e, sem a menor hesitação, apresentei-me diante da assembléia. O *Sheth*³⁰ – o chefe da comunidade – era um dos meus parentes distantes e estivera em excelentes termos com meu pai. Acolheu-me do seguinte modo:

^{30.} Notável ou grande personagem, particularmente na categoria de negociantes ou manipuladores de dinheiro: do sânscrito *srestha*, que significa “o melhor” e já se emprega às vezes em sânscrito, para designar um comerciante importante.

– Aos olhos de nossa casta o teu projeto de permanência na Inglaterra é contrário às conveniências. A nossa religião proíbe as viagens ao estrangeiro³¹. Disseram-nos também que é impossível lá viver sem ofender a religião. É forçado a comer e a beber com os europeus.

31. Diversos preceitos bramânicos se impõem ao hindu quanto à residência. As *Leis de Manu*, 2, 29-23, definem as regiões da Índia propícias à celebração dos ritos. De modo mais geral, a regra bramânica proíbe deixar o solo da Índia; se se comete esse pecado, dele só se pode redimir por meio de ritos expiatórios.

Ao que repliquei:

– Não creio que seja de todo contrário à nossa religião ir para a Inglaterra. A minha intenção é a de lá prosseguir os meus estudos. E já prometi solenemente à minha mãe abster-me das três coisas que mais temeis. Estou certo de que esse voto me salvaguardará.

– Mas nós te dizemos – retorquiu o *Sheth* – que lá é absolutamente impossível conservar a nossa fé. Sabes quais eram as minhas relações com teu pai e devias seguir o meu conselho.

– Sei quais eram essas relações – disse eu – e vos considero como um mais velho da família. Mas nada posso fazer. Não me é possível modificar a decisão de ir para a Inglaterra. O amigo e conselheiro de meu pai, que é um douto brâmane, não tem objeções a essa viagem, e minha mãe e meu irmão concederam-me também sua autorização.

– Não tomas em consideração as ordens de tua casta?

– Nada posso fazer. Creio que a casta nada tem a ver com este assunto.

Essas palavras puseram o *Sheth* fora de si. Injuriou-me. Permaneci insensível, sentado. Ele, então, pronunciou a sua sentença:

– Este jovem será tratado como um pária a partir deste dia. Quem quer que o ajude ou vá dizer-lhe adeus no cais, incorrerá em multa de uma rupia e quatro anãs.

Essa sentença não me afetou e despedi-me do *Sheth*. Mas perguntei-me de que modo meu irmão receberia a coisa. Felizmente ele não se abalou e escreveu-me, assegurando que eu tinha a sua permissão para partir, apesar da sentença do *Sheth*.

Esse incidente, porém, aumentou ainda mais o meu grande desejo de embarcar. Que aconteceria se eles conseguissem obter que se fizesse pressão sobre meu irmão? E se sobreviesse um imprevisto? Enquanto eu assim me inquietava, atormentado pela minha sorte, falaram-me de um *vaki*³² de Junâgah³³ que devia embarcar em 4 de setembro para a Inglaterra, onde era admitido no foro. Fui procurar os amigos aos cuidados dos quais meu irmão me havia confiado. Foram também da opinião de que eu não devia perder a oportunidade de viajar em semelhante companhia. Não havia tempo a perder. Solicitei por telegrama a autorização de meu irmão. Ele deu-a. Pedi ao meu cunhado que me entregasse o dinheiro. Mas, aludindo à sentença do *Sheth*, declarou-me que não podia

expor-se a ser excluído da nossa casta. Apelei então para um amigo da família, ao qual pedi que me adiantasse o montante necessário para a viagem e demais despesas, encarregando meu irmão de reembolsá-lo. Esse amigo não teve apenas a bondade de atender ao meu pedido, como encorajou-me vivamente. Fiquei-lhe extremamente reconhecido. Uma parte do dinheiro serviu-me também para comprar a passagem. Depois foi preciso equipar-me para a travessia. Descobri um outro amigo que tinha experiência no assunto. Procurou-me roupas e diversas outras coisas. Entre essas roupas, algumas me agradaram; outras desagradaram-me profundamente. A gravata, que depois me pareceu deliciosa de usar fez-me horror então. O paletó curto pareceu-me indecente. Mas esse desagrado nada era em comparação com o desejo de ir para a Inglaterra, que impregnava tudo. Provisões, tinha mais do que precisava para a travessia. Os meus amigos fizeram reservar para mim um leito na cabina de Tryambakrâi Mazmudâr, o *vakil* de Junâgah, ao qual, igualmente, me recomendaram. Era um homem de idade madura e experiente. Eu não era mais que um rapazote de dezoito anos, sem prática do mundo. Mazmudâr disse aos meus amigos que não se preocupassem a meu respeito.

32. *Vakil* – “advogado”, palavra de origem árabe.

33. Cidade do Kâthiyâvâr.

Deixei Bombaim no dia 4 de setembro de 1888.

5. Enfim, Londres!

Não tive enjôo no mar. Mas à medida que os dias passavam, o nervosismo invadia-me. Ficava intimidado até para falar ao *steward*. O uso do inglês não me era familiar e, exceto Mazmudâr, todos os outros passageiros eram ingleses. Não cheguei a dirigir-lhes a palavra, tamanha era a minha dificuldade, quase sempre, em seguir as suas observações quando tomavam a iniciativa da conversação. E, depois, quando eu compreendia, era incapaz de responder. Tinha de construir cada uma das frases na cabeça, antes de poder enunciá-las. Ignorava por completo o emprego do garfo e da faca e não tinha coragem de perguntar quais eram, no cardápio, os pratos sem carne. Nunca fazia, portanto, as minhas refeições no salão e comia sempre na cabina, alimentando-me essencialmente de doces e de frutas, que havia levado. Mazmudâr não tinha dificuldade e misturava-se com todo mundo. Passeava livremente no convés, enquanto eu passava os dias escondido na cabina, não me aventurando a ir lá, a não ser quando não houvesse quase ninguém. Mazmudâr insistia, continuamente, para que eu me juntasse aos passageiros e conversasse livremente com eles. Dizia-me que um advogado deve ter a língua bem solta e contava-me as suas experiências de homem de lei. Aconselhava-me a aproveitar as menores oportunidades de falar inglês e a rir-me dos meus erros, que eram absolutamente inevitáveis numa língua estrangeira. Mas nada podia incitar-me a vencer a minha timidez.

Um passageiro inglês, dirigindo-se bondosamente a mim, obrigou-me à conversação. Era mais velho do que eu. Perguntou-me o que fazia, o que comia, para onde ia, porque era tímido, etc. Aconselhou-me também a fazer as refeições no salão. Zombou da minha teimosia em renegar a carne; disse-me amigavelmente, durante a travessia do Mar Vermelho:

– Tudo isso está muito bem até agora, mas deve reconsiderar a sua decisão no Golfo de Biscaia. Faz tanto frio na Inglaterra que é literalmente impossível deixar de comer carne para viver.

– Mas disseram-me que muitas pessoas vivem perfeitamente nesse país sem comer carne – tornei-lhe eu.

– Esteja certo de que se trata de um grande equívoco – respondeu-me – Ninguém, que eu saiba, vive nesse país sem comer carne. Eu vou tomar álcool, não o convido a imitar-me, bem o vê. Mas, verdadeiramente, em minha opinião, devia comer carne; não se pode dispensá-la para viver.

Penetramos no Golfo de Biscaia sem que eu sentisse a menor necessidade de carne ou de álcool. Tinham-me aconselhado a obter certificados que atestassem estar eu impedido de tocar em carne, e pedi ao meu amigo inglês que me fornecesse um. Ele o fez com prazer. Guardei preciosamente esse atestado durante algum tempo. Mas, desde que percebi, mais tarde, que se podia obter tal espécie de certificado apesar de comer carne, o testemunho perdeu para mim todo o encanto. Se não se confiava na minha palavra, de que valiam os certificados?

Chegamos, entretanto, a Southampton. Era, segundo creio, sábado. No navio eu usara um terno negro, reservando especialmente para o desembarque um de flanela branca que meus amigos me tinham comprado. Havia pensado que as roupas brancas eram mais adequadas para o momento de descer a terra. E foi, pois, trajado de flanela branca que pus o pé em solo inglês. Setembro chegava ao fim e percebi que eu era o único vestido dessa maneira.

Entreguei aos cuidados de um agente de Grindlay & Cia. toda a minha pequena bagagem, inclusive as chaves, tendo visto inúmeras pessoas fazer o mesmo e acreditando-me obrigado a imitá-las.

Tinha quatro cartas de apresentação: para o dr. P. J. Mehta, Sjt. Dalpatrâm Shoukla, o Príncipe Ranjitsinghji e Dâdâbhâi Naoroji³⁴. Um passageiro tinha-nos aconselhado, a bordo, que fôssemos para o Hotel Vitória, em Londres. Foi para lá então que seguimos, Sjt. Mazmudâr e eu. Por ser o único vestido de branco, já me sentia coberto de vergonha. Mas quando, no hotel, me declararam que só receberia as minhas bagagens no dia seguinte, que era domingo, atingi a exasperação.

34. O Príncipe Ranjitsinghji era um Sikn, como seu nome indica. Dâdâbhâi Naoroji era um rico parse (um zoroastriano) de Bombaim, que devia ulteriormente representar grande papel político, tanto na Inglaterra como na Índia.

O dr. Mehta, a quem eu tinha telegrafado de Southampton, foi ver-me na mesma tarde, pelas oito horas. Acolheu-me calorosamente. O meu terno de flanela branca fê-lo sorrir. No decorrer da conversação, apoderei-me, distraidamente, de seu chapéu alto, acariciei-o em sentido contrário e ericei a seda. O dr. Mehta lançou-me um olhar desprovido de amenidade, que me deteve logo. Mas o mal estava feito. Esse incidente foi-me uma advertência para o futuro. Constituiu a minha primeira lição de etiqueta européia e o dr. Mehta encarregou-se de iniciar-me, detalhadamente, e não sem humor.

– Não toque em nada que pertença a outro – disse-me ele – Não proceda como na Índia: não faça perguntas às pessoas que encontra pela primeira vez. Modere o seu tom de voz: Não diga “senhor” a cada momento, dirigindo-se a qualquer um; só os criados e os subordinados falam dessa maneira aos patrões ou aos seus superiores, etc.

Disse-me, também, que era extremamente custoso viver em hotel e recomendou-me que me alojasse em casas particulares. Decidimos esperar a segunda-feira para tratar deste último problema.

Sjt. Mazmudâr e eu achamos o hotel muito fatigante e complicado, além de dispendioso. Entretanto, um Sindhi³⁵ que, embarcado em Malta, fizera a travessia conosco e travara amizade com Sjt. Mazmudâr, ofereceu-se para arranjar-nos quartos. Aceitamos e, segunda-feira, já de posse das nossas bagagens, liquidamos a conta do hotel para nos instalarmos nos aposentos que o amável Sindhi nos havia conseguido. Lembro-me do montante da minha conta do hotel: três libras. Fiquei escandalizado. Sem contar que, a despeito dessa soma astronômica, eu estava quase morto de fome! Porque nada me havia agradado. Quando não gostava de um prato, pedia outro, mas de qualquer modo tinha de pagar os dois. O fato é que, durante todo esse tempo, vivi das provisões que levava de Bombaim.

35. Originário da província de Sindh, na foz dos Hindus, capital Karâchi.

Mesmo na nova instalação, não me senti à vontade. Pensava sem cessar na minha casa, na minha terra. Estava cheio da terna lembrança de minha mãe. À noite, as lágrimas rolavam sobre a minha face e toda a sorte de cenas da vida familiar me tornava impossível conciliar o sono. Não tinha ninguém com quem partilhar a minha tristeza. E, mesmo se tivesse, para quê? Não conhecia remédio para a minha pena. Tudo me era estranho – as pessoas, as maneiras, as próprias casas. Eu era um perfeito noviço em matéria de etiqueta inglesa e tinha de me manter numa perpétua vigilância. Ajunte-se a isso a complicação do meu voto de vegetariano. E os pratos em que podia tocar eram sem gosto. Achei-me então preso entre Caribde e Cila. Não podia suportar a Inglaterra, mas era

preciso não pensar em voltar à Índia. Viera, tinha de ficar três anos agora, dizia-me a voz interior.

6. Experiências de dietética

À medida que me estudava e me escrutava mais atentamente, a necessidade de modificar-me, em profundidade e em superfície, impunha-se-me cada vez mais. Desde que reformei inteiramente as finanças e o meu modo de vida – ou mesmo antes disso – procurei mudar de regime alimentar. Percebi que os autores que tratavam do vegetarianismo tinham examinado muito minuciosamente o problema, abordando-o sob o ângulo da religião, da ciência, da prática e da medicina. Do ponto de vista da ética, haviam chegado à conclusão de que a supremacia do homem sobre as espécies animais inferiores não implicava que a humanidade considerasse estes últimos como presas, mas que o tipo mais evoluído protegia o inferior, e que havia auxílio mútuo entre eles, assim como de homem para homem. Tinham feito ressaltar também essa verdade, a saber, que o homem não come por prazer, mas para viver. E alguns dentre eles, em consequência, propunham e efetivamente praticavam a recusa de tocar não somente em carne, mas também em ovos e leite. Do ponto de vista científico, alguns haviam concluído que a estrutura do corpo humano provava que o homem não tinha sido feito para a alimentação cozida, mas era um animal frugívoro; que não fora feito para consumir senão o leite materno, e que, possuindo dentes, devia entregar-se à alimentação sólida. Do ponto de vista médico, esses autores propunham que se abolissem toda as especiarias, todos os condimentos. Referindo-se a argumentos práticos e de economia, demonstraram que o regime vegetariano era o menos dispendioso de todos. Esse conjunto de considerações teve o seu efeito sobre mim e travei conhecimento com vegetarianos desses diferentes tipos nos restaurantes do regime que eu frequentava. Existia na Inglaterra uma sociedade vegetariana, que publicava o seu boletim semanal. Tornei-me assinante desse boletim, inscrevi-me na Sociedade e não tardei a surpreender-me membro do Comitê Executivo. Aí entrei em contato com os que eram considerados pilares do vegetarianismo e lancei-me em experiências pessoais de dietética.

1889

Deixei de consumir doces e condimentos que recebera de casa. Tendo mudado de direção o progresso do meu espírito, a minha paixão pelos temperos esgotou-se por si mesma. Adorava agora os espinafres cozidos que me haviam parecido insípidos em Richmond, preparados sem condimentos. Muitas outras experiências semelhantes ensinaram-me que a verdadeira sede do paladar não é a língua, mas o espírito.

Bem entendido, o argumento econômico estava sempre diante dos meus olhos. Havia, naquele tempo, um grupo que considerava nocivos o chá e o café, e

preferia o cacau. Convencido como estava de que não se devia consumir senão os artigos necessários ao sustento do corpo, abandonei o chá e o café, de modo geral, e os substituí pelo cacau.

Os restaurantes que eu frequentava ofereciam dois tipos de menu: um, que se destinava a uma categoria de pessoas abastadas, apresentava variedade de pratos quase ilimitada; escolhia-se o que se queria, *à la carte*³⁶, por um preço que variava de um a dois shillings por pessoa. O outro consistia numa refeição de três pratos e uma fatia de pão, por seis pences. Em meus dias de rígida frugalidade, eu costumava optar por este último gênero de menu.

36. Em francês, no texto inglês. O original gujrate dá a frase de modo diferente.

Paralelamente à experiência principal, fiz uma quantidade de outras, menos importantes, como, por exemplo, a de me abster de toda a alimentação que contivesse amido, durante certo tempo; de viver unicamente de pão e de frutas, num outro momento; e, uma vez, de contentar-me com queijo, leite e ovos. Esta última experiência merecer ser notada, não chegou a durar mesmo quinze dias. O reformador que advogava o regime que excluía os amidos fizera o elogio dos ovos e sustentara que estes nada tinham em comum com a carne. Parecia-lhe que não fazia mal a nenhuma criatura viva consumir ovos. Deixei-me convencer por essa argumentação e comi-os, a despeito do meu voto. Mas esse desfalecimento foi efêmero. Eu não tinha que meter-me a interpretar o voto à minha maneira. A interpretação de minha mãe, que recebera o juramento, devia bastar. E eu sabia que os ovos estavam compreendidos em sua definição da carne. Desde que medi o verdadeiro conteúdo do meu voto, renunciei aos ovos e, ao mesmo tempo, à experiência.

Esse modo de ver repousa sobre um argumento sutil, mas sólido, que vale a pena notar. Na Inglaterra, encontrei três definições de carne. Segundo a primeira, só tinha direito a esse nome a carne dos pássaros e a dos animais. Os vegetarianos que a aceitavam abjuravam a carne dos pássaros e dos animais, mas comiam peixe, para não falar em ovos. De acordo com a segunda definição, a palavra carne aplicava-se à carne de toda criatura viva; não se pensava, pois, em tocar em peixe, mas os ovos eram permitidos. A terceira definição englobava não somente a carne de toda criatura viva, mas igualmente os seus frutos – consequentemente o leite e os ovos. Se eu me ativesse à primeira, poderia comer tanto os ovos quanto o peixe. Mas estava convencido de que a definição adotada por minha mãe era a que eu devia observar. Se, portanto, quisesse cumprir o voto que tinha pronunciado, devia renunciar aos ovos. Renunciei a eles. Foi uma dura privação, pois a mais simples indagação provava que, mesmo nos restaurantes vegetarianos, os ovos entravam na preparação de muitos pratos. O que significava que, salvo nos casos em que eu sabia de que se tratava, tinha de decidir-me, não sem constrangimento, a perguntar se tal ou qual prato continha ovo – porque numerosos pudins e bolos não estavam isentos

dele. Mas, se a revelação do que era meu dever me impunha essas dificuldades, simplificava também a minha alimentação. Simplificação que, por sua vez, me causava muitos aborrecimentos, pois tive de renunciar a diversas iguarias pelas quais tomara gosto. Essas dificuldades foram passageiras: a estreita observância de meu voto proporcionou-me delícias interiores evidentemente mais sãs, mais sutis e mais duradouras.

A verdadeira prova, porém, ainda estava por vir. Referia-se à outra parte do meu juramento. Mas, “que mal pode suceder a quem Deus protege³⁷”?

37. Citação que se atribui, geralmente, a Rahim, poeta hindi da época de Akbar (Abdur Rahim Khânkhâna, 1553-1627). Em hindi: *jâko râkhe sâiyân mâr sake nâ koy* (aquele que o Senhor protege nada pode abater).

Algumas observações sobre a interpretação dos votos e dos compromissos talvez não fiquem deslocadas aqui. A maneira de interpretar um juramento tem sido sempre objeto de lutas e de disputas contínuas no mundo inteiro. Por mais explícito que seja o compromisso, as pessoas lhe torcerão e lhe deformarão a letra para adaptá-la a seus fins. E isto seja qual for a classe social a que pertençam: ricos ou pobres, príncipes ou plebeus. O egoísmo os cega e, pela viela de compromissos ambíguos, elas abusam de si mesmas e querem abusar do mundo e de Deus. Existe uma regra de ouro, que é a de que nos devemos ater à interpretação que lealmente deu, da promessa, a pessoa que a recebeu. Outra regra: em caso de alternativa na interpretação, deve-se optar pelo espírito da parte mais fraca. Negar essas duas regras é lançar-se no combate estéril e iníquo, cujas raízes mergulham no engano e na deslealdade. Todo aquele que não tem outro fim senão o de buscar a verdade, nenhum prejuízo terá em ater-se à regra de ouro, e nenhuma necessidade tem de mendigar a opinião dos doutores. O sentido que minha mãe dera à palavra carne era, segundo a regra de ouro, o único verdadeiro para mim e dispensava o que uma experiência mais ampla, o orgulho ou um melhor conhecimento das coisas houvesse podido ensinar-me.

Eu realizei as minhas experiências na Inglaterra, segundo o duplo ponto de vista da economia e da higiene. O aspecto religioso da questão só foi levado em conta quando me transferi para a África do Sul, onde me lancei em experiências contínuas e árduas, cujo relato virá a seu tempo. Mas tudo isso existia em potência, desde a época da minha permanência na Inglaterra.

O entusiasmo do neófito pela fé que acaba de abraçar é maior do que o da pessoa que nasceu na mesma religião. O vegetarianismo representava então, para os ingleses, um culto inédito. E igualmente para mim: como já tivemos oportunidade de ver, eu era, ao chegar, um carnívoro convencido, e a minha conversão intelectual ao vegetarianismo devia vir mais tarde. Cheio do zelo dos novos convertidos, decidi criar um clube vegetariano no bairro em que vivia – Baywater. Convidei Sir Edwin Arnold³⁸, que morava lá, a assumir a vice-

presidência. A presidência coube ao dr. Oldfield, redator-chefe do *Vegetariano*. Eu próprio assumi a secretaria. O clube prosperou algum tempo, mas extinguiu-se ao cabo de poucos meses, porque, fiel ao costume de mudar-me periodicamente, deixei o bairro. Não obstante, essa breve e modesta experiência instruiu-me, de modo ligeiro, sobre a organização e a direção de uma instituição.

38. Edwin Arnold (1832-1904), jornalista de grande talento, fora, durante longos anos, correspondente na Índia, e se tornara de admiração pelo espiritualismo hindu, que se esforçou por divulgar em obras poéticas, escritas numa linguagem brilhante e sedutora: *The Light of Asia* (1879), exposição entusiástica do budismo, e *The Song Celestial* (1885), tradução da *Bhagavad-Gita*.

7. Encontro com a religião

No fim do meu segundo ano de permanência na Inglaterra, o acaso fez-me encontrar dois teosofistas, irmãos e solteiros ambos. Falaram-me da *Gita*³⁹. Dispunham-se a lê-la na tradução de Sir Edwin Arnold – *O Canto Celeste* – e convidaram-me a estudá-la com eles no original. Fiquei envergonhado, pois não havia lido esse divino poema nem em sânscrito nem em gujrate. Fui obrigado a confessar-lhes que não conhecia a *Gita*, mas disse-lhes que me sentiria feliz em lê-la com eles e que, embora tivesse fracos conhecimentos de sânscrito, esperava, contudo, poder compreender o original numa medida suficiente para adverti-los nos trechos em que a tradução traísse o sentido. Iniciei pois essa leitura com eles. Esses versos do segundo capítulo,

39. A *Bhagavad-Gita*, poema sânscrito, incluído no *Mahâbhârata*. Salientamos a confissão que faz Gandhi da sua ignorância dos clássicos da Índia; os europeus contribuíram largamente para fazer conhecer aos indianos a sua própria literatura. De resto, após a época em que se situa esta narração, uma profunda transformação se operou, e a *Gita* é melhor conhecida hoje na Índia do que o era então.

Se o homem detém a sua atenção sobre os objetos dos sentidos, nasce-lhe a atração por eles.

Da atração surge o desejo; do desejo forma-se a cólera.

Da cólera nasce o desvio; do desvio, a confusão do pensamento;

*Da confusão do pensamento, a ruína da razão; da ruína da razão ele morre*⁴⁰.

causaram-me profunda impressão e ressoam sempre em meus ouvidos. O livro abalou-me; pareceu-me de um valor inapreciável. Essa impressão continuou a crescer em mim, desde então, e o resultado é que considero hoje essa obra como o livro, por excelência, de iniciação ao conhecimento da Verdade. Nele hauri um auxílio inestimável nas horas de abatimento. Li quase todas as traduções feitas em inglês; considero a de Sir Edwin Arnold a melhor. Reproduziu fielmente o texto; contudo, ao lê-la, não se acreditaria tratar-se de uma tradução. Embora tenha lido a *Gita* em companhia daqueles dois amigos, não posso

pretender que, então, a tivesse verdadeiramente estudado. Foi somente depois de alguns anos que dela fiz minha leitura cotidiana.

40. *Gita*, 2, 62-63. Gandhi reproduz aqui a tradução de Edwin Arnold (*The Song Celestial*), redigida num inglês brilhante. Achamos preferível dar uma tradução tão literal quanto possível do próprio texto sânscrito.

Esses dois irmãos recomendaram-me também *A Luz da Ásia*⁴¹, de Sir Edwin Arnold, o qual eu só conhecia, até então, como o autor do *Canto Celeste*. Li essa outra obra com mais interesse ainda que a *Bhagavad-Gita*. Tendo começado, foi-me impossível largá-la. Levaram-me eles um dia à Loja Blavatsky e apresentaram-me à sra. Blavatsky⁴² e à sra. Besant. Esta acabava justamente de aderir à Sociedade Teosófica e eu acompanhava com vivo interesse a controvérsia provocada pela sua conversão. Os meus amigos aconselharam-me a inscrever-me nessa sociedade, mas recusei polidamente.

41. E. Arnold, *Light of Asia*, 1879.

42. Helena Petrovna Blavatsky (1831-1891). Fez-se notar em boa hora pelo seu interesse pelas questões psíquicas e pelas suas aptidões pessoais de médium. Depois de grandes viagens, fundou a sociedade Teosófica em Nova York, em 17 de novembro de 1875, em colaboração com o coronel Olcott. Chegou à Índia em 1879, e em 1886 instalou em Adayar, perto de Madras, um centro teosófico.

Depois de Blavatsky, Annie Besant (1847-1933) foi a animadora da Sociedade Teosófica, cujos estabelecimentos, na Índia, ela desenvolveu. Livre-pensadora militante, a princípio, e socialista, adepta de Charles Bradlaugh, ligou-se, em 1889, à Sociedade Teosófica. Fundou a liga da Home Rule indiana, a que presidiu em 1916. Participou do Congresso Nacional Pan-Indiano e foi eleita presidente para o ano de 1917. Desempenhou um papel ativo no movimento de independência, principalmente em 1916-1917. Escreveu *Autobiografia* (1893) e *The religious problem in India* (1902).

– Tenho apenas um magro conhecimento da minha própria religião – disse-lhes eu. – Não desejo pertencer a nenhuma seita religiosa.

Lembro-me de ter lido, a instâncias deles, a *Chave da Teosofia*, da sra. Blavatsky. Esta leitura estimulou em mim o desejo de familiarizar-me com as obras sobre o hinduísmo, e libertou-me da noção ilusória, difundida pelos missionários, de que o hinduísmo era apenas um amontoado de superstições⁴³.

43. Vê-se por essa passagem que os hindus se tinham deixado persuadir pelos ocidentais de que as suas crenças religiosas eram de um nível inferior. Conservando-se-lhes fiéis, experimentavam, contudo, um sentimento de inferioridade. Uma transformação completa se verificou, a esse respeito, depois da época de que fala Gandhi. Essa transformação, embora de ordem religiosa, teve consideráveis efeitos do ponto de vista político: é uma fonte essencial do nacionalismo indiano. Foi, em parte, a obra de certos ocidentais: a passagem acima salienta o papel da Sociedade Teosófica no despertar da Índia moderna.

Na mesma época, travei conhecimento com um excelente cristão de Manchester, numa pensão de família vegetariana. Ele falou-me do cristianismo.

Transmiti-lhe as minhas recordações de Râjkot. Ficou penalizado com a minha narração.

– Sou vegetariano – disse-me ele. – Não bebo. Muitos cristãos, decerto, entregam-se à carne e à bebida. Mas a Escritura não preconiza que se seja carnívoro, nem que se toque em álcool. Eu lhe peço, leia a *Bíblia*.

Aceitei o conselho e ele me deu um exemplar da *Bíblia*. Creio recordar-me que ele próprio a vendia e que eu lhe comprei uma edição com mapas, paralelos e outros complementos úteis. Atirei-me a essa leitura, mas não pude chegar ao fim do Antigo Testamento. Li o livro da Gênesis; os capítulos seguinte davam-me invariavelmente sono. Mas unicamente para poder dizer que tinha lido a *Bíblia* fiz laboriosamente a leitura dos outros livros, fatigando-me bastante, sem o menor interesse e sem nada compreender. O Livro dos Números desagradou-me profundamente.

Mas o Novo Testamento produziu-me impressão muito diversa – principalmente o Sermão da Montanha, que me foi direto ao coração. Comparei-o com a *Gita*. Os versículos: “E eu vos digo para não resistirdes àquele que vos maltrata; pelo contrário, se alguém vos bater na face direita, ofereci-lhe ainda a outra. Se alguém quiser discutir convosco para tomar-vos a vossa veste, dai-lhe também o vosso manto”, me satisfizeram além de toda

medida, e me recordaram o “Pela água, dá uma boa refeição...”, de Shâmal Bhatt⁴⁴. A minha jovem inteligência esforçou-se por unir num só ensinamento a *Gita*, *A Luz da Ásia* e o Sermão da Montanha. A idéia de que a renúncia era a forma suprema de toda a religião exercia um grande atrativo sobre mim.

44. Suâmal Bhatt (ou Sâmal): um dos grandes nomes da literatura gujrate. Nascido por volta de 1640, morto por volta de 1730, brâmane dos arredores de Ahrnedâbâd, Syâmal Bhatt, poeta fecundo, foi um especialista da sextina. Famoso também pelos seus longos poemas narrativos, atribuem-se-lhe 26 obras, algumas das quais muito extensas – relação em *Milestones in Gujarati Literature*, 1914, pág. 98, de *Krishnalâl Mohanlâl Jhaveri*.

Essa leitura aguçou-me o apetite e deu-me o desejo de estudar a vida de outros mestres em religião. Um amigo recomendou-me *Os Heróis*, e o *Culto dos Heróis*, de Carlyle. Li o capítulo sobre o herói considerado como profeta, e aprendi assim a conhecer a grandeza, a bravura e a austeridade de vida do profeta.

Não pude, momentaneamente, levar mais adiante esse primeiro encontro com a religião; a preparação dos meus exames deixava-me muito pouco tempo além do estudo do meu programa. Mas tomei boa nota do fato de que me era necessário ler mais livros religiosos e familiarizar-me com as religiões mais importantes.

E de que modo evitar que eu aprendesse o ateísmo também? Não havia um só indiano, em Londres, que não tivesse ouvido falar de Bradlaugh⁴⁵ e do seu ateísmo, como se dizia. Li não sei que livro a esse respeito; esqueci-lhe o título.

Produziu-me alguma impressão: eu já havia atravessado o “saara” do ateísmo. A sra. Besant, que então estava de sentinela, desviara-se do ateísmo para chegar ao deísmo, e esse fato reforçou também a minha aversão pelo ateísmo. Eu lera o seu livro: *Como me tornei Teosofista*⁴⁶.

45. Charles Bradlaugh (1833-1891): militante do livre-pensamento e político.

46. O título exato é *Why I became a Theosophist*.

Foi por essa época que morreu Bradlaugh. Foi enterrado no cemitério de Woking. Assisti às cerimônias, como, bem o creio, todos os indianos que residiam em Londres. Alguns *clergymen* tinham vindo também prestar-lhe as últimas homenagens. Voltando do enterro foi preciso esperar o trem na estação. Na multidão, um campeão do ateísmo dirigiu-se a um dos *clergymen*:

– Então, cavalheiro, acredita na existência de Deus?

– Perfeitamente – respondeu o bravo homem (e sua voz era baixa).

– Concorda também que a circunferência da Terra é de quarenta mil quilômetros, não é? – tornou o ateu, com um sorriso cheio de segurança.

– Decerto.

– Diga-me, pois, eu lhe peço, qual é a dimensão do seu Deus e onde pode estar ele?

– Mas qualquer um de nós pode sabê-lo: está no coração de nós ambos.

– Vamos, vamos, não sou criança! – retrucou o campeão, lançando-nos um olhar triunfante.

O *clergymen* ficou humildemente em silêncio.

Esse diálogo confirmou ainda mais a minha idéia desfavorável em relação ao ateísmo.

8. Primeira causa

Durante essa permanência em Bombaim, atirei-me, por um lado, ao estudo do Direito Indiano e, por outro, à experiência de dietética das quais o meu amigo Virchand Ghandi participou. Quanto a meu irmão, fazia tudo para arranjar-me clientes.

O estudo da lei indiana⁴⁷ aborreceu-me furiosamente. Embarcei-me decididamente com o Código de Processo Civil. Fiz melhores relações com a Lei das Provas. Virchand Ghandi preparava os seus exames de solicitador e contava-me toda a espécie de anedotas sobre bacharéis e vakils. “Todo o talento de Sir Pherozechâh”, dizia-me ele, “reside em seu profundo conhecimento do

Código. Conhece de cor a Lei das Provas e todos os casos que se referem à trigésima segunda seção. Quanto a Badruddin Tayabji, as suas extraordinárias qualidades de argumentador fazem dele o terror dos juízes”. As histórias que me contava, sobre gigantes dessa espécie, imobilizavam-me os braços e as pernas.

47. Trata-se da legislação introduzida na Índia pelos ingleses e não do costume hindu. Ademais essa legislação leva em certa conta os costumes locais.

– Não é raro que um advogado – acrescentava ele – vegete durante cinco ou seis anos. É por isso que quero tornar-me solicitador.

Considere-se feliz se conseguir voar com as próprias asas daqui a três anos.

Via constantemente aumentarem as despesas. Ter na porta uma placa de advogado, enquanto atrás dessa mesma porta eu ainda me preparava para a profissão, era coisa que não podia admitir. Seguia-se daí que me era impossível consagrar-me exclusivamente a meus estudos. Havia-me tomado de certa ternura pela Lei das Provas e lia com vivo interesse a Lei Hindu, de Mayne; mas não tinha coragem de encarregar-me de uma causa. Estava desarmado a um ponto inconcebível – desorientado como a jovem esposa que acaba de transpor o umbral da casa de seu sogro.

Foi por essa época que me encarreguei da causa de um certo Mamibâi. Era uma “causa pequena”.

– Você devia dar uma comissão ao rábula – haviam-me prevenido.

Recusei energicamente.

– Mas, afinal, mesmo um grande advogado da corte de apelação como X..., que faz as suas três ou quatro mil rupias por mês, dá essa espécie de comissão!

– Não tenho necessidade de imitá-lo – repliquei. – Trezentas rupias por mês me bastam. Meu pai não ganhava mais do que isso.

– Mas essas coisas eram boas no passado! A vida em Bombaim é terrivelmente mais cara do que outrora. É preciso ver as coisas como homem de negócios.

Permaneci inabalável. Não dei comissão e fui, apesar de tudo, encarregado de defender Mamibâi. O caso não oferecia dificuldade. Fixei os meus honorários em trinta rupias. Os debates não durariam verdadeiramente mais de um dia.

Era a minha estreia no Correccional. Na qualidade de defensor, cabia-me submeter as testemunhas do queixoso a um contra-interrogatório. Levantei-me, mas o coração faltou-me. A cabeça obscureceu-se-me e tive a impressão de que toda a sala era uma vertigem. Impossível imaginar a menor pergunta. O juiz deve ter rido e o espetáculo, sem nenhuma dúvida, deve ter alegrado os vakis. Mas eu estava mesmo incapaz de ver o que quer que fosse. Tornei a sentar-me e disse ao solicitador que valia mais recorrer aos serviços de Patel e reembolsar

os meus honorários. Mr. Patel aceitou, efetivamente, a causa, embolsando cinquenta e uma rupias. Foi naturalmente brinquedo de criança para ele.

Deixei precipitadamente o tribunal, não sabendo se o meu cliente

havia ganho ou perdido o processo. Eu estava devorado pela vergonha e decidi não me encarregar de mais nenhuma causa, enquanto não tivesse a coragem de assumir todas as responsabilidades. De fato, só recomecei a advogar na África do Sul. A minha decisão nada tinha de virtuosa. A necessidade fez a virtude, na ocorrência. Ninguém seria tão estúpido a ponto de confiar-me uma causa, com a garantia única de perder o processo!

1891 – 1892

Não obstante, Bombaim fez o milagre de conceder-me ainda uma causa para defender. Desta vez, tratava-se de redigir uma petição. Um pobre muçulmano tivera a sua terra confiscada em Porbandar. Veio a mim como ao digno filho de um digno pai. A sua causa não parecia destinada ao sucesso, mas consenti em redigir a petição, competindo-lhe as despesas de impressão. Li o meu texto a amigos. Eles o aprovaram, o que, numa certa medida, me tranquilizou e me provou que eu sabia o bastante para redigir um memorial (e isto era exato na realidade).

Teria podido conseguir uma clientela, com a condição de redigir petições gratuitamente. Mas isso não levaria grãos ao moinho. Pensei então em arranjar um lugar de professor. Sabia bem o inglês e gostaria de ensinar essa língua a futuros bacharéis. Desse modo, poderia fazer face a uma parte, ao menos, das minhas despesas. Li um anúncio de jornal: “Precisa-se de professor de inglês para uma hora de aula por dia. Salário: setenta e cinco rupias”. O anúncio provinha de um liceu muito conhecido. Apresentei a minha candidatura: convocaram-me. Estava de excelente humor quando fui ao liceu. Mas, quando o diretor percebeu que eu não tinha os diplomas universitários, lamentou ter de declinar do meu oferecimento.

– Mas passei nos exames em Londres, com o latim como segunda língua.

– Não digo que não, mas nós queremos um diplomado.

Nada havia a fazer. Torci as mãos com desespero. Meu irmão também estava muito inquieto. Chegamos ambos à conclusão de que era inútil ficar mais tempo em Bombaim. Instalar-me-ia em Râjkot, onde meu irmão, pequeno advogado também, me daria um pouco de trabalho, encarregando-me de redigir petições e memoriais. Em seguida, como já houvesse despesas de casa em Râjkot, a supressão das de Bombaim significava grossas economias. A proposta de meu irmão agradou-me. E foi assim que fechei a minha banca, em Bombaim, depois de uma permanência de seis meses.

Durante essa época, adquirira o hábito de ir todos os dias à Corte de Apelação, mas não posso dizer que lá houvesse aprendido alguma Coisa. Os meus conhecimentos não eram muito grandes para isso. Muitas vezes, incapaz de seguir os debates, eu adormecia. Outras vezes, faziam-me companhia, aliviando a minha vergonha. Ao cabo de algum tempo, terminei por não ter o menor pudor, achando que ficava até bem dormir, na Alta Corte.

Se a geração atual conta, também, com advogados sem causas, no mesmo caso que eu em Bombaim, há um pequeno princípio prático que gostaria de lhes recomendar. Eu morava em Girgâon e, contudo, raramente acontecia tomar uma carruagem ou bonde. Tinha por norma ir a pé à Corte de Apelação, o que me fazia perder uns quarenta e cinco bons minutos. E, bem entendido, voltava, invariavelmente, do mesmo modo. O forte calor e o sol já não me incomodavam, à força de enfrentá-los. Fiz assim economias bastante substanciais, e enquanto muitos dos meus amigos caíam, frequentemente doentes, não me lembro de o ter estado uma única vez durante esse tempo. Mesmo quando comecei a ganhar dinheiro, continuei com o hábito de ir a pé para o escritório e, voltar de igual modo, e disso tenho colhido sempre benefícios.

9. Duas paixões

Creio que jamais encontrei qualquer pessoa que alimentasse em seu coração tanta lealdade pela Constituição Britânica quanto eu. Hoje sei que, na raiz desse sentimento, estava o meu amor pela verdade. Nunca fui capaz de simular lealdade nem qualquer outra virtude. Em todas as reuniões a que assisti, em Natal, tinha-se o costume de cantar o *God Save The King*. Naquela época, eu considerava meu dever juntar a minha voz à dos companheiros. Não que eu não tivesse consciência das imperfeições da dominação britânica; mas, em seu conjunto, eu a julgava aceitável. Cria, naquele tempo, que a dominação inglesa era, em suma, benéfica para os que a sofriam.

O preconceito racial que pudera constatar na África do Sul era, dizia-me eu, o oposto absoluto da tradição inglesa e acreditava estar presenciando um fenômeno puramente passageiro e local. Eu então rivalizava em lealdade com os próprios ingleses. Com aplicação e perseverança, havia aprendido a música do “hino nacional” e entoava-o com os outros, sempre que se apresentava ocasião. Apresentava-me em valer-me da menor oportunidade para exprimir a minha lealdade sem ostentação.

Jamais explorei essa lealdade, durante toda a minha vida; manifestava-se sem esperar recompensas.

Todos se preparavam para celebrar o jubileu de Diamantes da Rainha Vitória, por ocasião do meu regresso à Índia. Convidaram-me para fazer parte do comitê instituído para esse fim em Râjkot. Aceitei, imaginando, porém, se essas solenidades não teriam sobretudo um caráter de manifestações teatrais. Aí

descobri uma parte das patranhas que muito me entristeceram. Cheguei a aterm-me, estritamente, ao papel que me fora designado.

Havia-se sugerido ao povo, entre outras coisas, que plantasse árvores. Percebi que muitos daqueles que apoiavam essa sugestão faziam-no por espírito de ostentação e para agradar às autoridades. Procurei explicar que se tratava de uma simples sugestão, sem nenhum caráter obrigatório: era preciso executá-la seriamente ou então não fazê-la. Tive a impressão de que as minhas idéias só provocaram zombaria. Lembro-me da seriedade com que eu, pessoalmente, plantei a minha árvore e do amor com que a cuidei e reguei.

Ensinei, igualmente, o hino nacional às crianças da família. Lembro-me de tê-lo ensinado aos estudantes da Escola Normal de Preceptores; mas esqueci se o fiz por ocasião do jubileu, ou se durante a coroação do Rei Eduardo VII, Imperador da Índia. Mais tarde, o texto do hino começou a mexer-me com os nervos. À medida que a minha concepção do *Ahimsa* amadurecia, eu vigiava mais atentamente os meus pensamentos e as minhas palavras. Esses versos do hino:

*Scatter her enemies,
And make them fall;
Confound their politics,
Frustrate their knavish tricks*⁴⁸...

⁴⁸ *Perseguir seus inimigos,
E provocar-lhes a ruína;
Confundir sua política,
E frustrar suas artimanhas...*

contrariavam, particularmente, o meu sentimento do *Ahimsa*. Comuniquei essa maneira de ver ao dr. Booth, o qual concordou que não era decente para um convicto do *Ahimsa* cantar esses versos. Como presumir que os pretendidos “inimigos” fossem “impostores”? E o simples fato de serem inimigos significava que estivessem, forçosamente, errados? De Deus só podemos implorar justiça. O dr. Booth retomou por sua conta meus sentimentos e compôs um novo hino para a assembléia dos seus fiéis. Mas voltaremos adiante a tratar do dr. Booth...

Tão enraizado na minha natureza como esse sentimento de lealdade, era o da vocação de cuidar dos doentes. Gostava de tratar das pessoas, quer fossem amigos ou estrangeiros.

Enquanto me absorvia, em Râjkot, na redação da minha brochura sobre a África do Sul, tive oportunidade de visitar, rapidamente, Bombaim. A minha intenção era esclarecer a opinião pública das grandes cidades sobre essa questão,

organizando reuniões; e Bombaim foi a primeira cidade que escolhi. Procurei em primeiro lugar ver o juiz Rânade⁴⁹, que me ouviu atentamente e me aconselhou a procurar Sir Pherozechh Mehta. O juiz Badrouddin Tayabju, que vi em seguida, deu-me o mesmo conselho.

49. Mahâdeo Govind Râmade (1842-1901) foi um dos fundadores do Congresso Nacional e um reformador social que exerceu considerável influência. Brâmane da região de Nâsik, país maratha, foi um dos primeiros diplomados da Universidade de Bombaim, obtendo seu B. A. em 1862. Fez carreira como magistrado, depois foi membro do Conselho Legislativo da província de Bombaim. Apoiou as medidas legislativas contra os males da sociedade hindu, por exemplo, em favor do novo casamento. das viúvas: esse novo casamento, proibido pela tradição hindu, tivera por efeito condenar ao celibato um grande número de mulheres que, por vezes, haviam perdido seus maridos ainda crianças. Tornando-se deão da Faculdade de Letras de Bombaim, Rânade encorajou a tradução de obras inglesas em línguas indianas. Foi, igualmente, religioso do Prâthnâ Samâj, "Sociedade de Prece".

– O juiz Rânade e eu – disse-me ele – poucas indicações úteis podemos dar-lhe. Conhece a nossa posição. Não podemos tomar parte ativa nos negócios públicos; mas pode contar com toda a nossa simpatia. O homem que pode guiá-lo muito utilmente é Sir Pherozechh Mehta.

Eu tinha decerto muita vontade de ver Sir Pherozechh-mehta; mas o fato de que dois homens de tal idade e experiência me

aconselhassem a agir de acordo com a sua orientação, fez-me sentir ainda mais a imensa influência que Sir Pherozechh exercia sobre o público. Travei conhecimento com ele em tempo oportuno. O rumor público havia-me familiarizado com os apelidos que lhe davam, e sabia que iria ver o "Leão de Bombaim", o "Rei sem coroa da Presidência". Mas o rei não me esmagou com o seu poder. Veio ao meu encontro como um pai cheio de ternura diante de um filho que havia crescido. O nosso reencontro realizou-se em seu escritório de advogado. Ele estava cercado de amigos e discípulos, entre os quais Mr. D. E. Vâccha e Mr. Cama, a quem fui apresentado. Já ouvira falar de Mr. Vâccha. Consideravam-no o braço direito de Sir Pherozechh, e Sjt. Virchand Gandhi me descrevera como um grande estatístico.

– É preciso que nos vejamos de novo, Gandhi – disse-me Mr. Vâccha.

As apresentações não tomaram mais que dois minutos. Sir Pherozechh ouviu-me atentamente. Conte-lhe que havia conversado com os juizes Rânade e Tayabju.

– É claro que eu devo ajudá-lo, Gandhi – disse ele. – É preciso que eu promova uma reunião pública nesta cidade.

Voltou-se para o seu secretário, Mr. Mounshi, e disse-lhe que fixasse a data da reunião. Ele assim o fez. Depois, despediu-se de mim, pedindo-me que voltasse

a vê-lo na véspera da reunião. Essa entrevista dissipou todos os meus receios e fui para casa encantado.

Durante a minha permanência em Bombaim fui visitar meu cunhado, que vivia na cidade e, doente, guardava o leito. Não era muito rico e minha irmã (sua mulher) não podia ter os cuidados que o estado dele exigia. Ele estava gravemente enfermo. Ofereci-me para levá-lo a Râjkot. Aceitou e levei, pois, comigo, minha irmã e seu marido. A doença prolongou-se além das minhas previsões. Instalei meu cunhado no meu quarto e fiquei à sua cabeceira dia e noite. Era forçado a velar durante uma parte da noite e tinha de ocupar-me dos meus negócios da África do Sul, enquanto cuidava dele. Finalmente, apesar de tudo, o doente sucumbiu; mas foi para mim grande consolação ter podido cuidar dele até os seus últimos momentos.

Essa vocação natural de cuidar dos doentes transformou se pouco a pouco em paixão, chegando a ponto de levar-me a negligenciar o meu trabalho, obrigando-me a mobilizar, por vezes, não apenas minha mulher, mas toda a família, para auxiliar-me.

Tal espécie de serviço não tem sentido, se não o fazemos com prazer. Se a ele nos entregamos por ostentação ou por temor à opinião pública, o homem atrofia-se e o espírito asfixia. Serviço prestado sem alegria não ajuda a ninguém, muito menos a quem o recebe e a quem o presta. Mas todos os outros prazeres, qualquer outra ocupação, empalidecem e perdem-se no nada, diante do serviço prestado com espírito de alegria.

10. A vontade de servir

Fazia progressos satisfatórios na minha profissão, mas estava longe, pessoalmente, de felicitar-me por eles. A questão das novas simplificações que desejava introduzir na minha vida, a busca do ato concreto que me permitisse servir aos meus semelhantes continuava a atormentar-me. Até que um dia um leproso bateu à minha porta. Não tive coragem de desembaraçar-me dele, oferecendo-lhe simplesmente comida. Ofereci-lhe, pois, o meu teto; pensei as suas chagas e procurei tratá-lo. Mas esta era uma situação que não podia perdurar indefinidamente. Seria pedir demasiado à minha vontade (uma vontade que eu, aliás, não tinha) conservá-lo eternamente em minha casa. Enviei-o, portanto, a um hospital do governo, reservado aos trabalhadores sob contrato.

Mas o mal-estar persistia em mim. Eu aspirava a executar uma tarefa humanitária de natureza permanente. O dr. Booth dirigia então a Missão de Saint-Aidan. Era um homem cheio de bondade, que tratava gratuitamente os seus doentes. Graças à caridade de Pârsi Rustomji, tornou-se possível abrir um pequeno hospital gratuito do qual o dr. Booth concordou em encarregar-se. Eu tinha muita vontade de lá servir como enfermeiro. O trabalho, na farmácia do hospital, tomava de duas a três horas por dia. Decidi roubar esse tempo das

minhas horas de escritório, de modo a ocupar o posto de preparador, no dispensário anexo ao hospital. O essencial do meu trabalho no escritório consistia em atos de translação e de arbitragem. Bem entendido, tinha que ir de quando em quando ao tribunal, mas a maior parte dos meus negócios, nesse caso, não suscitava controvérsias e Mr. Khân, que me seguira para a África do Sul e que, então, vivia comigo, declarou que se encarregaria do serviço se eu me ausentasse. Isso me permitiu dispor de tempo para tornar-me útil ao nosso pequeno hospital, o que representava duas horas, todas as manhãs, nelas compreendida a duração do trajeto de ida e volta. Esse trabalho trouxe-me um pouco de paz. Eu devia certificar-me de que se queixava o paciente, expor os fatos ao médico e depois executar as suas determinações. Pude então ver de perto os indianos sofredores – *tâmuls*, *télugus*, ou gente do Norte, vindas, a maior parte, sob contrato.

Essa experiência foi-me muito útil quando, durante a guerra dos bôeres, me ofereci para servir como enfermeiro, para cuidar dos soldados feridos e doentes.

A questão dos cuidados a dedicar às crianças sempre me preocupou. Tinham-me nascido dois filhos na África do Sul e o meu posto no hospital ajudou-me a resolver os problemas decorrentes dos seus primeiros anos. A minha independência de espírito era fonte frequente de provações. Minha mulher e eu tínhamos decidido recorrer ao melhor socorro médico, no momento do parto. Sim, mas... se o doutor e a enfermeira falhassem no momento crucial, que fazer? Depois, seria preciso que a enfermeira fosse indiana, e as dificuldades por que se passa para encontrar uma boa enfermeira na Índia permitem, facilmente, imaginar as que se tem em procurar uma na África do Sul. Eu começara a estudar as condições necessárias ao bom desfecho de um parto. Lera atentamente o livro do dr. Tribhuvandâs – *Mâ-ne Shikhâman (Conselhos à Mãe)*⁵⁰ – e tratara dos meus dois filhos segundo as instruções dessa obra, entremeadas aqui e acolá com a experiência que adquirira de um e de outro lado. Lançamos mão do auxílio de uma enfermeira – por dois meses, no máximo, num e noutro caso – para ajudar sobretudo minha mulher e não para cuidar das crianças, do que eu próprio me encarreguei.

⁵⁰. Pelo título, esse livro foi escrito em gujrati.

O nascimento do último filho submeteu-me à dura prova. As dores sobrevieram bruscamente. O doutor não estava livre; perdeu-se tempo em ir buscar a parteira. Mesmo que ela estivesse presente, não teria podido auxiliar o parto. Fui eu que tive de agir para que a criança visse à luz do dia sã e salva. O estudo atento que fizera do assunto, na obra do dr. Tribhuvandâs, foi-me de inapreciável ajuda. Não tive um segundo sequer de confusão.

Estou convencido de que, para criar as crianças como é preciso, os pais devem possuir conhecimentos gerais acerca dos cuidados a dispensar aos bebês. Convenci-me, em todas as fases, da vantagem que me dava um estudo

consciosos do assunto. Meus filhos não gozariam a boa saúde que têm, em suma, hoje, se eu não me entregasse àquele estudo e se não soubesse valer-me dos meus conhecimentos. Somos escravos de uma espécie de superstição, segundo a qual a criança nada tem a aprender durante os cinco primeiros anos de vida. A verdade é que, pelo contrário, a criança jamais aprenderá nos anos subsequentes o que lhe ensinaram os seus cinco primeiros anos. A sua educação começa com a concepção. O estado físico e mental dos pais, no momento da concepção, reproduz-se na criança. Depois, esta última, durante o período da gravidez, continua a sofrer os efeitos dos humores, dos desejos, do temperamento da mãe, bem como de seu modo de vida. Depois do nascimento, a criança imita os pais e, no decurso de considerável número de anos, depende inteiramente deles para seu crescimento e desenvolvimento.

O casal que compreende perfeitamente essa coisa, não praticará jamais o ato sexual para satisfazer o desejo carnal, mas apenas nos únicos momentos em que deseja um filho. Acho que é o cúmulo da ignorância crer-se que o ato sexual é uma função independente e necessária, como dormir e comer. O mundo depende, para sua existência, do ato procriador e, como o mundo é o campo de jogos de Deus e o espelho onde se reflete a Sua glória, o ato de procriação deve ser controlado para que o crescimento do mundo se realize em ordem. Quem compreende bem isso controlará a todo custo o desejo carnal, munir-se-á do conhecimento necessário ao bem-estar físico, mental e espiritual de sua progênie e estenderá o benefício desse conhecimento à posteridade.

11. *Brahmacharya* I

Eis que a minha narrativa chega àquela fase da minha existência em que me empenhei, seriamente, em pensar em fazer voto de *brahmacharya*. Desde o meu casamento, ligara a vida a um ideal de monogamia, participando a fidelidade à minha mulher, para mim, do amor à verdade. Mas foi na África do Sul que percebi quão importante era a observância do *brahmacharya*, até nas relações com minha mulher. Não saberia dizer, exatamente, qual foi a circunstância, ou qual o livro que orientou o meu pensamento nesse sentido, mas creio recordar-me de que essa orientação teve por fator predominante a influência de Râychandbhâi, de quem já falei. Lembro-me ainda de uma conversa que tivemos. Um dia eu falara-lhe em termos muito elogiosos do devotamento da sra. Gladstone pelo marido. Lera em alguma parte que a sra. Gladstone insistia em preparar ela mesma o chá de Mr. Gladstone, embora fosse na Câmara dos Comuns, e que esse hábito se transformara em princípio de vida desse casal ilustre, do qual todos os gestos obedeciam a uma estrita regularidade. Falei disso ao meu amigo poeta, entregando-me, incidentalmente, ao elogio do amor conjugal.

– A que se dirige a sua maior estima? – indagou Râychandbhâi, – Ao amor da sra. Gladstone, como esposa, pelo seu marido, ou ao seu devotamento, independentemente de todos os laços que a uniam a Mr. Gladstone? Suponha

que fosse irmã dele, ou sua criada fiel, e que lhe tivesse dedicado os mesmos cuidados, que diria você? Faltam exemplos de irmãs e de criadas evidenciadores de um devotamento semelhante? Suponha que tivesse encontrado a mesma dedicação afetuosa num criado; ter-lhe-ia causado isso tanto prazer como o caso da sra. Gladstone? Queria apenas considerar as coisas por esse ângulo...

O próprio Râychandbhâi era casado. Tive a impressão de que, no momento, as suas palavras vibraram nos meus ouvidos com um som áspero e acerbo; mas dominaram-me irresistivelmente. O devotamento do servidor pareceu-me mil vezes mais digno de louvores do que o da esposa pelo marido. Este último sentimento nada tinha de surpreendente, porquanto laços indissolúveis uniam o casal. Era um devotamento perfeitamente natural. Ao passo que demonstrar devotamento igual, de senhor para criado, exigia um esforço todo especial. O ponto de vista do meu amigo poeta impôs-se-me pouco a pouco.

Quais deveriam ser então, perguntava-me eu, as minhas relações com minha mulher? A minha fidelidade devia consistir no uso de minha esposa como instrumento do meu desejo? Enquanto eu permanecesse escravo do desejo, a minha fidelidade seria sem valor. Devo fazer justiça à minha mulher dizendo que ela jamais representara o papel de tentadora. Nada me era, pois, mais fácil do que fazer voto de *brahmacharya* – se tivesse vontade de fazê-lo. Era a minha fraqueza de vontade, ou o meu apego carnal, que constituía o obstáculo.

Mesmo depois de a minha consciência ser despertada para essa realidade, registrei dois fracassos, fracassos cuja causa consistia no fato de que o impulso motor do esforço não era dos mais nobres. O que eu queria, sobretudo, era não ter mais filhos. Na Inglaterra, eu tinha lido textos que se referiam ao uso de produtos anticoncepcionais. Já fiz alusão à propaganda do dr. Allinson em favor do controle de nascimentos, no meu capítulo sobre o vegetarianismo. Se tal propaganda exercera sobre mim um efeito passageiro, a oposição de Mr. Hill a essa espécie de métodos e sua argumentação pelo esforço interior (oposto aos meios exteriores) – enfim, os seus discursos em favor do autodomínio tiveram sobre mim um efeito muito maior que, em tempo oportuno, acabou por conquistar, definitivamente, a supremacia. Vendo, pois, que eu não desejava mais filhos, pus-me a lutar desesperadamente para alcançar o controle de mim mesmo. Foi uma tarefa erizada de dificuldades sem fim. Começamos por dormir em leitos separados. Decidi, por minha vez, não deitar-me senão quando o trabalho do dia me tivesse completamente esgotado. Tantos esforços não me pareciam, então, produzir frutos, mas, quando o meu olhar se volve para trás, tenho o sentimento de que a minha resolução definitiva foi o efeito acumulado dessas vãs tentativas desesperadas.

A minha resolução definitiva somente a pude tomar em 1906. O *Satyâgraha* ainda não havia nascido. Eu não tinha a menor noção do seu advento. Funcionava em Johannesburg, na época da “Revolta” dos zulus de Natal, que

sobreveio pouco após a guerra dos bôeres. Tive o sentimento de que era meu dever oferecer os meus serviços ao governo de Natal, em tais circunstâncias. Veremos, noutra capítulo, que esse oferecimento foi aceito. A tarefa que executei então orientou-me, furiosamente, o pensamento no sentido do autodomínio e, como de costume, fiz das minhas reflexões objeto de discussão com os meus camaradas. Adquiri a convicção de que a procriação e, conseqüentemente, a criação dos filhos são incompatíveis com o devotamento ao interesse público. Tive de renunciar ao meu lar de Johannesburg para poder consagrar-me à minha tarefa durante a “Revolta”. Menos de um mês após o oferecimento dos meus serviços, tive de abandonar a casa que havia tão cuidadosamente mobiliado. Levei minha mulher e filhos para Phoenix e assumi a direção do corpo de ambulancieiros indianos adido ao exército de Natal. No decorrer de marchas penosas, que então tivemos de fazer, iluminou-me de súbito a idéia de que, se desejava dedicar-me assim ao serviço da comunidade, devia abster-me de todo o desejo de ter filhos e de enriquecer, e levar a vida de um *vânaprastha*⁵¹; do homem que se abstém das preocupações do lar.

51. Do sânscrito *vânaprastha*, “eremita da floresta”, literalmente: “o que partiu para a floresta” – é uma das condições do homem, segundo os costumes indianos tradicionais.

A “Revolta” não absorveu mais de seis semanas de minha vida, mas esse bravo período fez época em minha existência de maneira definitiva. A importância dos votos impôs-se mais claramente do que nunca ao meu espírito. Dei-me conta de que um voto, longe de fechar as portas à verdadeira liberdade, as abria. Até então, se eu fracassara, fora por falta de vontade, por falta de confiança em mim mesmo, por falta de fé na graça divina – donde as tribulações do meu pensamento sobre as ondas fervilhantes da dúvida. Dei-me conta de que, recusando fazer voto, o homem deixava-se arrastar para a tentação; e que ligar-se por um voto era como passar da libertinagem à monogamia do verdadeiro casamento. “Creio no esforço, recuso ligar-me por votos” – tal é a mentalidade do fraco, que trai o desejo sutil da coisa a evitar. Pois, do contrário, onde reside a dificuldade da resolução definitiva? Faço o voto de fugir da serpente que, eu o sei, me picará – não faço apenas um esforço para fugir dela. Sei que o esforço puro e simples pode significar certeza de morte. O esforço puro e simples significa ignorância do fato certo de que a serpente me dará forçosamente a morte. O fato, pois, de poder contentar-me tranquilamente apenas com o esforço significa que eu não tinha ainda compreendido, claramente, a necessidade do ato decisivo.

“Mas, e se venho a mudar de maneira de ver, depois? Como poderei ligar-me por um voto?”

Tal é a espécie de dúvida que, com frequência, nos faz recuar. Aí está, ainda, precisamente, uma dúvida que trai uma percepção insuficientemente clara da necessidade de renunciar a tal ou tal coisa. Eis por que Nishkulând diz em seu canto:

A renúncia não se mantém sem o desprendimento...

Onde o desejo não existe, brota como fruto da natureza, inevitavelmente, o voto da renúncia.

12. *Brahmacharya* II

Depois de discutir demoradamente e ter maduramente deliberado, pronunciei o voto em 1906. Até então nada havia dito sobre os meus pensamentos à minha mulher e não a consultei senão no momento de pronunciar o voto. Ela não apresentou nenhuma objeção. Fui eu que experimentei as maiores dificuldades para tomar a resolução suprema. Não tinha a força necessária. Como dominar as minhas paixões? Suprimir todas as relações carnis com a esposa parecia uma coisa estranha. Mas lancei-me na água depositando a minha fé em Deus e em Sua força para sustentar-me.

Quando o meu pensamento se reporta a esses vinte anos de fidelidade a meu voto, sinto-me cumulado de alegria e maravilhamento. Desde 1901 exercitei-me, com maior ou menor sucesso, no domínio de mim mesmo. Nunca, porém, antes de 1906, conhecera liberdade nem alegria semelhantes às que experimentei depois de ter pronunciado o voto. Até então a tentação ameaçava tornar-se a cada instante mais forte. Depois o voto foi um escudo seguro contra a tentação. Os imensos recursos que o *brahmacharya* contém em potencial tornaram-se-me dia a dia mais evidentes. Pronunciei o voto enquanto me encontrava em Phoenix. Quando fiquei livre do meu serviço de *ambulancieiro* do exército, segui para aquela cidade da qual devia seguir para Johannesburg. Cerca de um mês após o meu regresso a Johannesburg, os alicerces do *Satyâgraha* estavam lançados. O meu voto de *brahmacharya* tinha-me preparado, como que inconscientemente, para isso. Nada houvera de preconcebido no *Satyâgraha*. Nasceu, espontaneamente, fora de minha vontade. Mas compreendi que todos os passos que até então tinha dado me conduziam, diretamente, àquele fim. Tinha reduzido as pesadas despesas do meu trem de vida em Johannesburg, depois partira para Phoenix com o único objetivo de lá pronunciar o voto de *brahmacharya*.

A certeza de que a perfeita observância do *brahmacharya* significa que se atinge o brâmane, não a devo ao estudo dos *Shâstras*⁵². Ela se impôs, lentamente, a mim graças à experiência. Somente mais tarde li os textos dos *Shâstras* sobre o assunto. Cada dia de observância de meu voto tem-me aproximado da certeza de que no *brahmacharya* reside a proteção do corpo, da inteligência e da alma. Pois o *brahmacharya* nada tinha de calvário: era um motivo de consolação e de alegria. E cada dia revelava nele uma beleza nova.

⁵². Tratado didático.

Mas, embora fosse um motivo de regozijo sempre crescente, não se vá crer que constituiu coisa fácil para mim. Neste próprio momento, quando já passei o cabo dos cinquenta e seis anos, vejo quão duro foi. Não há dia em que não me convença um pouco mais de que é como caminhar sobre o fio de uma espada – não se passa um momento em que não me apareça a necessidade de uma eterna vigilância.

O controle do paladar inscreve-se no topo dos princípios essenciais de observância. Percebi que atingir a perfeição desse controle facilitava, consideravelmente, a observância, e pus-me então a continuar as minhas experiências de dietética, não somente sob o ponto de vista do vegetariano, mas também sob o do *brahmachari*⁵³. O resultado levou-me a concluir que a alimentação do *brahmachari* devia ser reduzida, simples, não condimentada e, se possível, crua.

[53. O que pratica o *brahmacharya*, celibatário, homem casto.](#)

Seis anos de experiência provaram-me que a alimentação ideal do *brahmachari* compõe-se de frutos frescos e nozes. Quando, depois, voltei a outro regime, jamais experimentei igual sentimento de estar ao abrigo da paixão. O *brahmacharya* nenhum esforço exigiu da minha parte no tempo em que, na África do Sul, eu só vivia de frutos e de nozes. Custou-me muito a partir do momento em que comecei a tomar leite. Por que razão passei das frutas ao leite é o que veremos em ocasião oportuna. Contentar-me-ei em indicar aqui que não duvido de que o regime lácteo torna difícil a observância do voto de *brahmacharya*. Mas não se conclua que todo o *brahmachari* deve renunciar ao leite. Somente depois de longas experiências é que se chega a determinar a repercussão de tais e tais espécies de alimento sobre o *brahmacharya*. Falta-me ainda descobrir o fruto que, substituindo o leite, nutra os músculos de igual modo e seja digerido com igual facilidade. Doutores, *vaidyas* e *hakins*⁵⁴ não conseguiram esclarecer-me a esse respeito.

[54. Os doutores praticam a medicina européia; os *vaidyas*, a medicina aiurvédica, isto é, hindu; e os *hakins* são os médicos muçulmanos.](#)

Sabendo, embora, que o leite é em parte um estimulante, eu não aconselharia ninguém, no momento, a abster-se dele.

Ao mesmo tempo que serve de auxílio exterior ao *brahmacharya*, o jejum é tão necessário quanto a escolha rigorosa dos alimentos e as restrições do regime. Os sentidos são a tal ponto poderosos que somente podemos dominá-los depois de os cercar, por toda a parte, de alto a baixo. Todos sabem que, se os privamos de alimento, ficam paralisados; de maneira que o jejum com a finalidade de controlar os sentidos é, sem dúvida, um precioso auxiliar. Há criaturas para as quais o jejum não tem utilidade, porque, imaginando que a privação automática de alimento basta para conferir-lhes imunidade, abstêm-se de nutrir o corpo, mas

oferecem o espírito em festim a toda a espécie de coisas esquisitas e não cessam de pensar no que comerão e beberão no fim do jejum. Não é assim que se chega a controlar o paladar nem o desejo carnal. O jejum é útil quando o espírito colabora com a abstinência do corpo. Na raiz de toda a sensualidade acha-se o espírito. Segue-se que o jejum é de emprego limitado – nada impede àquele que jejua de continuar presa das paixões. Pode-se, porém, dizer que é, de modo geral, impossível extinguir o fogo da paixão sexual sem a ajuda do jejum, que se tem o direito de considera-lo indispensável à observância do *brahmacharya*. Numerosos são os aspirantes ao *brahmacharya* que fracassam porque querem continuar a servir-se dos outros sentidos como aqueles que não são *brahmacharis*. Os seus esforços comparam-se aos que são feitos para sentir o frio vivificante do inverno no coração tórrido do verão. É preciso traçar uma linha de separação: muito clara entre a vida do *brahmachari* e a vida do que não é *brahmachari*. A semelhança entre os dois modos de existência é apenas aparente. A diferença deve ser clara como o dia. Tanto um quanto outro se utilizam dos olhos, mas ao passo que o *brahmachari* deles se serve para perceber a glória de Deus, o outro usa-os apenas para olhar o mundo de vaidade que o circunda. Tanto um quanto o outro se utilizam do ouvido; mas enquanto um nada ouve que não seja o louvor de Deus, o outro regala os seus ouvidos com ninharias. Tanto um quanto o outro fazem frequentes vigílias, tarde da noite, mas um consagra-as à prece, ao passo que o outro gasta-as em alegrias tolas. Tanto um quanto o outro nutrem o homem íntimo; mas um com o único fim de manter em bom estado o templo de Deus, o outro para inchar-se e transformar o vaso sagrado em esgoto pestilento. Um e outro vivem como dois pólos e a distância que os separa só pode aumentar com o tempo, não diminuir. O *brahmacharya* é o controle dos sentidos, tanto em pensamento como em palavras e em atos. Não há dia em que não continue a aparecer-me um pouco mais a necessidade de coibições da espécie das que enumerei mais acima. Não há limites às possibilidades da renúncia, bem como não os há às do *brahmacharya*. Compreendido assim, o *brahmacharya* não pode ser atingido pelo esforço limitado. Numerosos são aqueles para os quais nunca passará de um ideal. O aspirante ao *brahmacharya* terá consciência das suas deficiências, não deixará jamais de encurralar as paixões que rastejam ainda nos recantos mais obscuros do seu coração e lutará sem tréguas para desembaraçar-se delas. Enquanto o pensamento não estiver completamente submisso ao controle da vontade, não poderá alcançar a plenitude do *brahmacharya*. O pensamento involuntário é uma enfermidade do espírito, e subjugar o pensamento significa, pois, subjugar o espírito, que é ainda mais difícil de curvar do que o vento. Mas o fato de que Deus existe no interior do ser torna possível mesmo o controle do espírito. Não se imagine que é coisa impossível, pela sua dificuldade. Esse é o fim supremo. Não é de surpreender que o esforço exigido para atingi-lo deva ser, também ele, supremo.

Não foi, entretanto, senão após o meu regresso à Índia, que me apercebi de que o *brahmacharya* assim compreendido fica fora do alcance do simples esforço humano. Até então eu havia-me esforçado muito, na ilusão de que o regime frugívoro apenas me permitiria extirpar toda a paixão e deixei-me envaidecer com a convicção de que não precisava fazer mais nada.

Mas não é necessário antecipar o capítulo das lutas comigo mesmo. Esperando, permitam-me salientar aqui que os que têm o desejo de observar o voto de *brahmacharya*, a fim de alcançar Deus, nenhuma necessidade têm de desesperar desde que a sua fé em Deus esteja à altura da confiança que depositam em seus próprios esforços:

*visaya vinivartante nirâhârasya dehinah
rasavar jam raso' py asya param drstvâ nicartate*⁵⁵.

“Os objetos dos sentidos, desviando-se da alma do abstinente, deixam o traço do prazer. O próprio prazer desaparece com a compreensão, da realidade do Muito Alto.” Seu nome e Sua graça são, pois, os últimos recursos do aspirante ao *moksha*⁵⁶.

55. *Gita*, 2.59. “Os objetos dos sentidos desaparecem para os que não fazem deles seu alimento. O ‘sabor’ (raso) fica; este, por sua vez, desaparece para quem viu o Absoluto.”

56. Sânscrito, *moksha*, “libertação”.

Essa verdade só me foi revelada após o meu regresso à Índia.

13. Experiências de cura pela terra e pela água

Ao mesmo tempo que a minha simplicidade de vida aumentava, desenvolvia-se paralelamente o meu desprazer pelos medicamentos. Quando trabalhava em Durban, fui atacado, durante algum tempo, de debilidade e de inflamação reumática. O dr. P. J. Mehta, que viera ver-me, recomendou-me um tratamento com o qual não me dei bem. Depois disso e até à época do meu regresso à Índia, não me lembro de haver tido qualquer doença que valha a pena mencionar.

Mas, durante a minha permanência em Johannesburg, a constipação e as contínuas enxaquecas muito me incomodavam. Consegui manter-me bem, usando laxativos de quando em quando e observando um regime bem regulado. Mas dificilmente podia pretender estar bem de saúde e não cessava de perguntar-me quando chegaria a libertar-me daqueles malditos laxativos.

Por essa época, o acaso de uma leitura informou-me sobre a criação de uma “Associação para a Supressão da Primeira Refeição”, em Manchester. O pensamento dos fundadores e dos seus discípulos era que os ingleses comiam muito e várias vezes, que pagavam grandes contas de médico porque soava a meia-noite e ainda estavam comendo, e que lhes era preciso renunciar pelo

menos à primeira refeição, se desejavam melhorar aquele estado de coisas. Se bem que a totalidade dos argumentos não se pudesse aplicar a mim, pareceu-me que uma parte deles abrangia o meu caso. Eu fazia, em geral, três boas refeições por dia, sem contar o chá da tarde. Era um bom garfo e não me privava de nenhum dos delicados prazeres que até mesmo um regime vegetariano, que faz uso de temperos, pode proporcionar. Raramente me levantava antes das seis ou sete da manhã. Achei então que, se abandonasse a primeira refeição, talvez me libertasse das enxaquecas. Fiz a experiência. Custou-me muito durante alguns dias, mas as enxaquecas desapareceram por completo. Concluí que comia mais do que era necessário.

Mas essa mudança não trouxe o menor alívio à minha constipação. Experimentei os banhos de assento, de Kuhne, que me valeram certa trégua, sem curar-me de todo, porém. Entrementes, o alemão que possuía um restaurante vegetariano (a menos que tenha sido outro amigo – não recordo qual) pôs-me nas mãos o *Volta à Natureza*, de Just. O assunto era o tratamento pela terra. O autor fazia-se também advogado das frutas frescas e das nozes – regime natural do homem, dizia ele. Não comecei a seguir desde logo o regime exclusivo de frutas, mas experimentei, imediatamente, o tratamento pela terra, que deu resultados maravilhosos. Esse tratamento consistia na aplicação, sobre o abdome, de um envoltório de terra limpa, umedecida com água fria e espalhada sobre um linho fino, como uma cataplasma. Eu fazia essas aplicações no momento de dormir, retirando o envoltório durante a noite ou pela manhã, no instante em que despertava. A cura foi radical. Experimentei, depois, esse tratamento em amigos meus, sem que tivesse de arrepender-me. Na Índia pude usá-lo com igual confiança talvez porque sempre me faltasse tempo para fixar-me num lugar e aí levar a bom termo as experiências necessárias. Mas a minha fé no tratamento pela terra e pela água permanece quase tão profunda quanto outrora. Mesmo hoje sigo, numa certa medida, o tratamento pela terra e o recomendo a meus camaradas, sempre que se apresenta ocasião⁵⁷.

57. A obra de Adolf Just, *Kehrt zur Natur zurück!*, foi traduzida para o inglês por B. Lust, Nova York, 1903. Foi resumida e adaptada em francês por Mme. Em. Segard, *Reviens à la Nature!* Reims, 1922.

Se bem que fosse atacado de duas doenças graves em minha vida, estou convencido de que o homem não precisa, por assim dizer, de usar medicamentos. Novecentas e noventa e nove vezes em mil o doente pode restabelecer-se por meio de um regime bem ordenado, de tratamento pela terra e pela água e outros remédios elementares. Aquele que corre ao doutor, *vaidia* ou *hakim*, à menor doença e que engole toda a espécie de drogas de base vegetal ou animal, não somente encurta a vida como, tornando-se escravo do seu corpo em vez de permanecer o senhor, perde o domínio de si e deixa de ser um homem.

E que não menosprezem estas observações, pois elas provêm de um homem enfermo. Conheço as causas das minhas doenças; sei, perfeitamente, que sou o único responsável por elas e é porque tenho consciência disso que não perdi a paciência. Na verdade, dei graças a Deus por me ter concedido essas doenças como lições, e eu resisti, vitoriosamente, à tentação de tomar numerosas drogas. Sei que a minha teimosia tem, frequentemente, posto à dura prova a paciência dos meus médicos. Eles, porém, demonstram por mim infinita doçura e não me abandonam.

Mas não é preciso que me deixe arrastar a digressões. Antes de prosseguir devo uma palavra de advertência ao leitor. Os que comprarem o livro de Just, em virtude do presente capítulo, devem abster-se de considerar a obra toda como palavra sagrada. Quase sempre o autor de um livro apresenta apenas um aspecto da questão, enquanto que qualquer questão pode ser examinada pelo menos sob sete aspectos diversos, todos exatos em si, mas não no mesmo tempo nem nas mesmas circunstâncias. E depois, quantos livros são escritos com o pensamento voltado para a clientela, o renome, a celebridade!... Aqueles, portanto, que lêem esse gênero de obras, que o façam com discernimento e ouçam a opinião de um homem experimentado antes de lançar-se nas práticas indicadas; ou, então, que leiam o livro com paciência e o digiram por completo antes de agir baseados nele.

14. A magia de um livro

A peste negra valeu-me um aumento de prestígio junto aos indianos pobres e fez crescer o volume dos meus negócios profissionais e das minhas responsabilidades. Alguns dos laços que eu havia, recentemente, estabelecido com os europeus, tornaram-se tão estreitos que as minhas obrigações morais aumentaram consideravelmente.

Travei conhecimento com Mr. Polak, no restaurante vegetariano, como acontecera com Mr. West. Certa noite, um jovem que jantava algumas mesas adiante da minha mandou-me um cartão exprimindo o desejo de falar-me. Convidei-o a vir sentar-se à minha mesa, e ele aceitou.

– Sou redator-chefe adjunto do *The Critic* – disse-me. – A leitura de sua carta aos jornais, sobre a peste, despertou-me o vivo desejo de conhecê-lo. Sinto-me feliz por ter encontrado esta ocasião.

Seduziu-me a franqueza de Mr. Polak. Naquela mesma noite pudemos conhecer-nos melhor. Dir-se-ia que tínhamos quase o mesmo ponto de vista sobre os aspectos essenciais da vida. Ele gostava de simplicidade. Tinha o dom de transferir para a prática tudo quanto agradava à sua inteligência. Algumas das transformações que introduzira em seu modo de vida tinham sido tão imediatas quanto radicais.

Indian Opinion tornava-se dia a dia mais dispendioso. Desde o seu primeiro contato com o jornal, Mr. West lançara um grito de alarma:

É improvável – escrevera-me ele – que o negócio possa dar lucro, como pensa. Receio mesmo que não se salde sem perda de dinheiro. A contabilidade não está em ordem. Há pesados pagamentos a recobrar, mas fica-se perdido em seu dédalo. É preciso recomeçar tudo por completo. Entretanto, não há necessidade de inquietar-se demais. Tentarei o possível para equilibrar a situação. Permaneço no posto, seja o negócio lucrativo ou não.

Mr. West poderia ter-se retirado ao perceber que não havia possibilidade de lucro e eu não teria podido censurá-lo. Na verdade, tinha o direito de arrastar-me à justiça por lhe ter dito que o negócio era lucrativo sem apresentar-lhe provas suficientes da afirmativa. Mas nunca proferiu a menor queixa. Tenho a impressão, contudo, de que essa descoberta levou-o a considerar-me crédulo. Havia-me contentado em acreditar nas cifras fornecidas por Sjt. Madanjit, sem dar-me ao trabalho de examiná-las, e declarara a Mr. West, baseado nelas, que podia contar com uma parte dos lucros.

Dou-me conta, hoje, de que aquele que se entrega a uma tarefa pública nada deve adiantar jamais do que não esteja certo. Acima de tudo, quem fez votos de verdade, deve dar provas da mais extrema prudência. Permitir que alguém acredite numa coisa que não foi inteiramente verificada, é comprometer a verdade. Magoa-me o ser reduzido a confessar que, sabendo disso, não consegui, contudo, vencer os meus hábitos de credulidade, cuja falta recai sobre a minha ambição de fazer mais do que posso. Essa ambição tem causado com frequência muitos aborrecimentos a meus camaradas, mais do que a mim mesmo.

Ao receber a carta de Mr. West, parti para Natal. Mr. Polak adquiriu o direito de receber todas as minhas confidências. Acompanhou-me até o trem e deixou-me, para ler durante o trajeto, um livro que, disse-me, decerto me agradaria. Era o *Até o último*, de Ruskin⁵⁸.

58. John Ruskin (1819-1900), conhecido sobretudo como teórico de arte, desenvolveu também idéias muito ousadas, que fizeram escândalo em seu tempo, sobre os problemas de moral social e de economia política. A sua obra *Until this Last* (1862) é uma coletânea de conferências sobre esses assuntos.

Foi-me impossível largá-lo, depois que o abri. Arrebatou-me. De Johannesburg a Durban, o percurso leva vinte e quatro horas. O trem chegou ao anoitecer. Não pude pregar olho durante a noite. Resolvi mudar de vida, conformando a minha nova existência às idéias expressas nessa obra.

Era o primeiro livro de Ruskin que lia. Durante todos os meus estudos, quase nada lera além de manuais; em seguida, mergulhara na vida de ação, e sobrava-me muito pouco tempo para ler. Não poderia, pois, gabar-me de possuir muitos

conhecimentos livrescos; não cria, contudo, que esse tipo de restrição forçada constituísse grande perda para mim. Pelo contrário, pode-se dizer que as minhas leituras limitadas permitiram-me digerir perfeitamente as obras que me caíram nas mãos. Desses livros, o que causou em minha vida uma reviravolta prática e imediata foi precisamente *Até o último*. Mais tarde traduzi-o para o gujrate, sob o título de *Sarvodaya (O bem-estar de todos)*.

Creio que esse grande livro de Ruskin me devolveu, então, como um espelho, algumas das minhas convicções mais profundas; daí a grande sedução que exerceu em mim e a metamorfose que provocou em minha vida. O poeta é um ser capaz de despertar o bem que dorme no fundo do coração humano. Os poetas não exercem sobre todos os indivíduos a mesma influência; todos os seres não atingem o mesmo grau de evolução.

Eis, tal como me apareceram, os três ensinamentos dessa obra:

- 1) que o melhor do indivíduo se torna a encontrar no melhor da coletividade;
- 2) que o trabalho do advogado não vale mais nem menos do que o do barbeiro, tendo em vista que todo o mundo tem igualmente direito de ganhar a vida com o seu labor;
- 3) que uma vida laboriosa – a do operário ou do artesão, por exemplo – é a única que vale a pena ser vivida.

Eu conhecia o primeiro desses preceitos. Tinha uma idéia confusa do segundo. O terceiro nunca me havia ocorrido ao espírito. *Até o último* demonstrou-me, claro como o dia, que o segundo e o terceiro ensinamentos estavam contidos no primeiro...

Levantei-me ao alvorecer, pronto para pôr em prática esses princípios.

15. Buscas no fundo do coração⁵⁹

59. Orig. Hridaya-manthan, “agitação do coração”: essa expressão sugere não apenas a agitação, mas também um movimento cujo resultado será criador. Foi assim que, no começo do mundo, se agitou o mar de leite...

A “Revolta” dos zulus constituiu, para mim, um tesouro de novas experiências e deu-me muito que pensar. A guerra dos bôeres estivera longe de permitir-me pôr de tal modo o dedo nos horrores da guerra: a “revolta” mostrou-nos sob uma luz das mais cruas. Nada tinha de guerra: era a caça ao homem. Não era o único a ter essa opinião: era a de muitos ingleses com os quais tive oportunidade de conversar. Ouvir, todas as manhãs, o eco dos fuzis caindo como petardos no meio de pequenas aldeias inocentes; viver em meio dessa contínua matraca – era uma verdadeira provação. Mas esvaziei essa taça de amargura consolando-me com a idéia de que a missão de meu Corpo de Ambulancieros se limitava aos cuidados dispensados aos feridos zulus. Via perfeitamente que, sem nós,

ninguém se incomodaria com os zulus. Uma tarefa semelhante aliviava, portanto, a minha consciência.

Mas não paravam aí os motivos de reflexão. A população, naquelas plagas, era rara e disseminada. Pouco numerosos e muito distanciados uns dos outros, entre o dédalo de colinas e de vales, erguiam-se os *kraals* esparsos dos pobres zulus – povo simples e, dizia-se, “selvagem”. No decorrer das marchas que fizemos, com ou sem os nossos feridos, através daquelas solidões solenes, aconteceu-me, frequentemente, mergulhar nos abismos do pensamento.

O meu espírito meditava sobre o *brahmacharya* e sobre a sua significação profunda, e minhas convicções, pouco a pouco, se enraizavam profundamente. Discutia o assunto com meus camaradas. Ainda não dera conta plenamente do caráter indispensável desse voto, para o aperfeiçoamento do ser; não via menos claramente que, para um homem que aspirava com toda a sua alma a servir a humanidade, era difícil passar sem ele. Impôs-se a mim a idéia de que eu teria cada vez mais oportunidades de prestar o serviço que já prestava, percebendo que não estava à altura da tarefa, se renunciasse às alegrias da vida de família e à propagação e educação dos filhos.

Logo, era-me impossível viver ao mesmo tempo segundo a carne e segundo o espírito. Nas circunstâncias presentes, por exemplo, não me teria podido lançar na luta se minha mulher estivesse esperando criança. Sem a observância do *brahmacharya*, o serviço da família excluía o serviço da comunidade. O *brahmacharya* cooperando, um e outro poderiam caminhar juntos.

Paralelamente a essas reflexões, crescia em mim uma certa impaciência de pronunciar o voto decisivo. Tal perspectiva enchia-me de uma espécie de exultação. A imaginação encontrava nela também campo propício e abria horizontes sem fim de serviços.

Enquanto eu me encontrava assim mergulhado nesses sorvedouros de intensas reflexões e esgotantes trabalhos físicos, chegou a notícia de que a repressão da revolta estava praticamente terminada e que breve regressaríamos aos nossos lares. Um ou dois dias mais tarde os fatos confirmavam a notícia e pouco depois voltávamos para casa.

Ao cabo de algum tempo recebi uma carta do governador, agradecendo especialmente ao meu Corpo de Ambulancieros pelos serviços prestados.

Ao chegar a Phoenix, abordei, impacientemente, o assunto do *brahmacharya* com Chaganlâl, Maganlâl, West e outros. A idéia agradou-lhes e reconheceram a necessidade de pronunciar o voto, mas salientaram também as dificuldades da tarefa que eu empreendia. Essas dificuldades, eu não cesso ainda hoje de encontrá-las em meu caminho. A importância desse voto continua a manifestar-se a mim, sem tréguas. A vida sem *brahmacharya* parece-me insípida e bestial.

Por natureza, o animal bruto não conhece nenhuma restrição. O homem não é homem senão à medida que, sendo capaz de conter-se, se esforça por fazê-lo na prática. Aquilo que, à primeira vista, me parecia louvor extravagante do *brahmacharya* em nossos livros sagrados, aparece-me agora com uma clareza cada dia mais ofuscante, como uma verdade absoluta e fundada na experiência.

Compreendi que o *brahmacharya*, com tudo o que contém de maravilhoso em potência, não é absolutamente coisa fácil e não é, decerto, uma simples questão do corpo. Começa pela abstinência do corpo – mas está longe de limitar-se a isso. Em sua perfeição, exclui até qualquer pensamento impuro. O verdadeiro *brahmachari* nem mesmo sonhará em satisfazer os apetites da carne; enquanto não tiver atingido essa condição, restar-lhe-á um longo trecho de caminho a percorrer.

Quanto a mim, a observância do simples *brahmacharya* físico não se efetuou sem numerosas dificuldades. Hoje, posso dizer que me sinto bem ao abrigo disso; mas falta-me ainda chegar ao domínio completo do meu pensamento, o que é capital. Não é falta de esforço ou de vontade, mas é para mim sempre um problema saber onde se esconde a mola dos pensamentos indesejáveis e das suas insidiosas invasões. Estou absolutamente certo de que existe uma chave que permite fechar a porta aos pensamentos indesejáveis, mas compete a cada um encontrá-la por si mesmo. Santos e videntes legaram-nos as suas experiências, mas não nos transmitiram nenhuma panacéia infalível. É que a perfeição ou o fato de se libertar do erro, só pode ocorrer pela graça; eis por que os buscadores de Deus nos deixaram *mantras*⁶⁰ (como o *Râmanâma*), cingidos pela auréola da sua austeridade e carregados com o peso de toda a sua pureza pessoal. Sem abandono total à graça divina, nenhum domínio completo do pensamento é possível. Este é o ensinamento de todos os grandes livros sagrados e a realidade desta verdade surge a cada momento da minha luta para atingir o perfeito *brahmacharya*.

⁶⁰. Sânscrito, mantra – “fórmula religiosa ou mágica”. O nome de Râm é eficiente por si mesmo.

Mas o relato parcial da história desta luta e desses esforços desesperados constituirá o tema de capítulos futuros. Concluirei o presente com uma indicação da maneira pela qual me pus ao trabalho. Em meu primeiro *élan* de entusiasmo, a observância do voto não me pareceu nada difícil. A primeira transformação, introduzida em meu modo de vida, consistiu em não mais partilhar o mesmo leito com minha mulher e de não mais procurar intimidade física com ela.

Assim selei eu com um voto, nos meados do ano de 1906 ⁶¹, o *brahmacharya* que observava, bem ou mal, desde 1900.

⁶¹. Gandhi ia fazer 37 anos.

16. Nascimento do *Satyâgraha*

Os acontecimentos adquiriram feição tal, em Johannesburg, que deveriam fazer, dessa autopurificação que eu empreendia, uma espécie de prelúdio do *Satyâgraha*. Hoje, parece-me claramente que todos os principais acontecimentos de minha vida, cujo apogeu foi o voto de *brahmacharya*, me preparavam secretamente para esse fim. O princípio, que traz o nome de *Satyâgraha*, veio à luz antes mesmo que se tivesse encontrado o nome que o designaria⁶². Na verdade, quando nasceu, eu próprio era incapaz de defini-lo. Mesmo em gujrate, nós nos servíamos da expressão inglesa “resistência passiva”⁶³, para designar esse princípio. Quando, no decurso de uma reunião pública de europeus, compreendi que as palavras “resistência passiva” tinham um sentido demasiado estreito; que elas eram empregadas para designar a arma dos fracos; que podiam caracterizar-se pelo ódio e que nada impedia que se traduzissem pela violência, não pude fazer outra coisa senão erguer-me contra todas essas declarações para explicar a verdadeira natureza do movimento indiano. Era claro que os indianos precisavam descobrir uma palavra nova para designar a sua luta.

62. Testemunho capital para a história da palavra *satyâgraha* e da noção que exprime. Foi uma invenção que partiu de uma expressão inglesa ainda imperfeita.

63. O texto gujrate consigna *pesiv rijistans* e diz expressamente que se empregavam em gujrate essas palavras tiradas do inglês.

Por mais que martirizasse o cérebro, foi-me impossível encontrar um termo novo. Ofereci, então, um prêmio ao leitor do *Indian Opinion* que apresentasse a melhor sugestão. Afinal, foi Maganlâl Gandhi que forjou a palavra *Sadâgraha* (de *sat* – verdade, e *âgraha* – firmeza) e que obteve o prêmio. Mas, para clareza maior, mudei a palavra para *Satyâgraha* que, depois, tornou-se vocábulo corrente em gujrate para designar a nossa luta.

A história dessa luta é, para todos os fins úteis, a própria história do resto da minha vida na África do Sul e sobretudo das minhas experiências com a verdade naquele continente. Redigi a maior parte dessa história na prisão de *Yeravda* e a terminei após a minha saída do cárcere. Foi publicado no *Navajivan*, e depois em forma de livro⁶⁴.

64. Provavelmente em dois volumes e em gujrate. Mas só foi possível encontrar a menção da edição hindi: *Daksin – aphrikâ hâ satyâgraha*, 2 vol., Ajiner. Edição inglesa: *Satyâgraha in South Africa*, Madras, 1928.

Sjt. Valji Govindji Desâi traduziu-a para o inglês para *Current Thought*, mas estou providenciando para que essa tradução apareça em livro proximamente, de maneira que, os que o quiserem, possam familiarizar-se com as minhas experiências mais importantes na África do Sul. Permito-me recomendar a minha história do *Satyâgraha* na África do Sul aos que ainda não a conhecem. Não

repetirei aqui o que nela se encontra; os próximos capítulos só tratarão de alguns incidentes pessoais da minha vida na África do Sul e que não inseri no livro em questão. Isto feito, prosseguirei sem mais tardar, de maneira a dar ao leitor uma idéia de minhas experiências na Índia. Assim, quem quiser considerar essas experiências do ângulo da ordem cronológica mais estrita, fará bem, agora, em não perder de vista a minha história do *Satyâgraha* na África do Sul.

17. O jejum

Mais ou menos na mesma época em que abandonei o leite e os cereais e que comecei a experimentar um regime de frutas, comecei também a utilizar o jejum como instrumento de continência. Mr. Kallenbach juntou-se a mim. Eu tinha adquirido o hábito de jejuar de quando em quando – mas por simples razões de saúde. Que o jejum fosse necessário à continência, tive de apreendê-lo de um amigo.

Oriundo de família vixnuíta e de uma mãe que observava toda a espécie de votos extremamente duros, tinha eu próprio observado, quando estava nas Índias, o *ekâdashi* e outros jejuns; mas, fazendo-o, contentava-me simplesmente em imitar minha mãe e procurava dar prazer a meus pais.

Não acreditava, então, na eficácia do jejum nem tampouco o compreendia. Mas, percebendo que o amigo de quem falei o observava com proveito, e esperando dar maior força ao voto de *brahmacharya*, segui seu exemplo e comecei a observar estritamente o jejum do *ekâdashi*. Via de regra, os hindus se permitiam ingerir leite e frutas durante o jejum – mas desse tipo de jejum eu fizera, no que me concernia, uma regra de observância cotidiana. Desta vez entreguei-me ao jejum completo, só me permitindo ingerir água.

Quando comecei essa experiência, aconteceu que coincidiam o mês hindu de *Shrâvan*⁶⁵ e o mês islâmico de *Ramadão*⁶⁶. Os Gandhi tinham o costume de observar não apenas os votos vixnuítas, mas também os votos xivaítas, e compareciam, igualmente, aos templos dos dois cultos. Alguns membros da família costumavam observar o *pradosha*⁶⁷ durante todo o mês de *Shrâvan*. Resolvi fazer o mesmo.

65. Orig. *srâvan*: quinto mês do ano hindu, correspondendo a julho/agosto.

66. Orig. *ramajhân*, do árabe *ramdân*, nono mês dos árabes, consagrado ao jejum. A época desse mês é móvel, como o próprio ano árabe, uma vez que se trata de meses lunares.

67. Sânscrito, *pradosha* – “primeira parte da noite”: jejum observado regularmente durante uma parte da noite.

Empreendi essa série de experiências importantes quando nos encontrávamos na Fazenda Tolstoi, onde mr. Kallenbach e eu estávamos em companhia de algumas famílias de *satyâgrahis*, inclusive jovens e crianças. Tínhamos uma escola frequentada por estes últimos. Havia entre eles quatro ou cinco

muçulmanos. Eu sempre os ajudava e encorajava a seguir escrupulosamente todas as suas práticas religiosas. Velava para que não faltassem ao seu *naniâz*⁶⁸ cotidiano. Achavam-se também entre nós jovens cristãos e parses, e eu considerava meu dever encorajá-los a observar os seus respectivos cultos.

68. Orig. *nimâj*, “prece muçulmana” do persa *namâz*, “prece”.

Durante aquele mês, por conseguinte, persuadei os jovens muçulmanos a observar o jejum do *Ramadão*. Eu tinha, bem entendido, deliberado observar o *pradosha*, mas convidei, desta vez, os jovens hindus, parses e cristãos, a unirem-se a mim. Expliquei-lhes que era sempre uma boa coisa unir-se aos outros para qualquer espécie de renúncia. Um bom número de pensionistas da Fazenda acolheu favoravelmente a minha sugestão. Os jovens hindus e parses não imitaram os seus camaradas muçulmanos em todos os detalhes: não era necessário fazê-lo. Os jovens muçulmanos deviam esperar o pôr-do-sol para quebrar o jejum; os outros não o faziam e puseram-se, assim, a preparar e depois a servir gulodices a seus amigos muçulmanos. Os hindus e os outros jovens não eram obrigados a acompanhar os muçulmanos quando estes tomavam sua última refeição antes do nascer do sol, no dia seguinte de manhã; e todos, naturalmente, com exceção dos muçulmanos, permitiam-se beber água.

O resultado dessas experiências foi que todos se convenceram do valor do jejum, e que um esplêndido *esprit de corps*⁶⁹ se espalhou entre eles.

69. Em francês no texto inglês. O original gujrate diz: “generosidade e amor”.

Éramos todos vegetarianos, na Fazenda Tolstoi, graças – confesso-o com toda a gratidão – ao zelo com que todos se empenhavam em respeitar os meus sentimentos. Os jovens muçulmanos devem ter-se ressentido de não comer carne durante o *Ramadão*; mas nenhum deles me fez sentir. Faziam as suas delícias e os seus regalos com o regime vegetariano, e os jovens hindus preparavam-lhes com frequência gulodices vegetarianas, em harmonia com a simplicidade de vida da Fazenda.

Deixei-me arrastar, propositadamente, a esta digressão, no meio deste capítulo sobre o jejum, pois não poderia registrar em outra parte estas agradáveis lembranças e surpreendi-me a descrever, assim, uma das minhas peculiaridades características – a saber, que sempre gostei de ver os meus camaradas participarem comigo de tudo o que me parecia bom. Eram, em matéria de jejum, noviços, mas graças ao *pradosha* e ao *Ramadão* não tive dificuldade alguma em interessá-los nessa disciplina como instrumento de continência.

Viu-se assim nascer e difundir-se na Fazenda um clima de continência. Todos os pensionistas começaram a juntar-se a nós na observância de jejuns parciais ou completos – o que, estou certo, só podia ser um bem. Não saberia dizer, exatamente, até que ponto essa continência fez sentir seus efeitos até o fundo dos seus seres e os ajudou a lutar por dominar a carne. No que me diz respeito,

entretanto, estou persuadido de que nela encontrei grande proveito, tanto físico como moral. Mas sei também que isto não é consequência necessária do jejum, e que disciplinas análogas produziram o mesmo efeito, não importa sobre que pessoa.

O jejum só pode ajudar a subjugar a paixão animal quando é praticado com o objetivo de alcançar a continência. Alguns dos meus amigos perceberam que o jejum, depois de interrompido, estimulava a paixão animal e o paladar. Pode-se mesmo dizer que o jejum é vaidade se não for acompanhado de um incessante desejo de continência. A esse respeito, o famoso verseto do segundo capítulo da *Bhagavad-Gita* merece ser transcrito:

*visaya vinivartante nirâhârasya dehinah
rasavar jam raso' py asya param drstvâ nicartate*⁷⁰.

70. *Gita*, 2.59. “Os objetos dos sentidos desaparecem para os que não fazem deles seu alimento. O ‘sabor’ (raso) fica; este, por sua vez, desaparece para quem viu o Absoluto.”

O jejum, como toda a disciplina semelhante, é, pois, um dos meios que conduzem à continência, mas não basta; e se o jejum do corpo não é acompanhado pelo do espírito, só alcança, necessariamente, a hipocrisia e a derrota.

18. A Fundação do *Ashram*

A minha peregrinação à feira de Kumbh era a segunda visita que eu fazia a Hardvâr.

O *ashram* do *Satyâgraha* foi fundado em 25 de maio de 1915. Shradhânandji desejava ver-me instalado em Hardvâr. Alguns de meus amigos de Calcutá aconselhavam-me, vivamente, Vaidyanâthadhâm. Outros insistiam, vigorosamente, que eu optasse por Râjkot. Mas, acontecendo-me passar por Ahmedâbâd, numerosos amigos instaram para que eu me instalasse ali e ofereceram-se a cobrir as despesas do *ashram*, bem como conseguir-nos uma residência.

Eu tinha predileção por Ahmedâbâd. Era gujrate e achava que na língua gujrate é que podia prestar maiores serviços ao meu país. E depois, como Ahmedâbâd fosse um antigo centro de tecelagem à mão, era provável que eu lá encontrasse o campo favorável por excelência para o renascimento da indústria artesã da fiação à mão. Podia-se também esperar que, sendo essa cidade a capital do país gujrate, nela se encontraria mais facilmente que em outra parte a ajuda financeira dos cidadãos ricos.

O problema dos intocáveis figurou, naturalmente, entre os numerosos assuntos que debatemos com os nossos amigos de Ahmedâbâd. Não dissimulei que

aproveitaria a primeira ocasião que se oferecesse para admitir ao *ashram* um candidato intocável, com a condição de que fosse digno de fazer parte dele.

– Resta ainda encontrar o intocável que satisfará as suas condições – disse-me um amigo vixnuíta com fatuidade.

Decidi finalmente fundar o *ashram* em Ahmedâbâd.

No que se refere à instalação propriamente dita, foi Sjt. Jivanlâl Desâi – advogado nessa cidade – quem mais me ajudou. Ofereceu-se para alugar-nos (e nós resolvemos aceitar) o seu bangalô de Kochrab.

A primeira questão que tivemos de acertar foi o nome do *ashram*. Consultei os meus amigos. Entre os nomes sugeridos havia: *Sevâshram* (eremitério do Serviço). *Tapovan*⁷¹ (floresta das austeridades), etc. *Sevâshram* agradava-me – embora não ficasse claro o método adotado para servir. *Tapovan* parecia-me um nome pretensioso: apesar de sermos todos ardorosos adeptos dos *tapas*, não podíamos fazer-nos passar por *tapasvins* (homens de austeridade). Tínhamos por credo o devotamento à verdade; e a nossa atividade caracterizava-se pela busca da verdade e a vontade da verdade a todo o preço. Eu queria familiarizar a Índia com os métodos que havia experimentado na África do Sul e desejava determinar empiricamente os limites em que podiam ser aplicados na Índia. Se bem que os meus companheiros e eu optássemos pelo nome de “*ashram do Satyâgraha*”, porque exprimia ao mesmo tempo a nossa finalidade e o nosso método de serviço.

71. Do sânscrito, *tapas*, “austeridades” e *vana* “bosque, floresta”. A noção de *tapas* representa papel importante na vida espiritual hindu: é a “maceração, prática austera”; a palavra significa, propriamente, “calor”, pois corresponde ao latim *tepor*. É essa maceração prolongada que confere a quem a ela se entrega reservas de energia espiritual e poderes sobrenaturais.

Para a boa conduta do *ashram* era necessário haver um código de regras de observâncias. Redigiu-se, pois, um texto acerca do qual os nossos amigos foram convidados a emitir a sua opinião. Entre as numerosas opiniões que apresentaram, lembro-me ainda da de Sir Gurudâs Banerji. As regras agradavam-lhe; mas sugeriu que se apresentasse a humildade ao número das observâncias, estando convencido de que a nova geração carecia tristemente dessa virtude. Estando eu mesmo perfeitamente convencido dessa carência, receava que a humildade deixasse de ser verdadeira desde o momento em que se tomasse questão de compromisso. Reconhece-se a humildade essencialmente na anulação de si. A anulação de si mesmo e o *moksha*⁷² (salvação), e se não pode ser em si mesma uma observância, podem existir outras observâncias necessárias à sua realização. Se, em seus atos, aquele que aspira ao *moksha* ou aquele que serve, não testemunha nenhuma humildade ou nenhuma abnegação, é que ele não sente a nostalgia nem do *moksha* nem do serviço. Serviço sem humildade é egoísmo e egotismo.

72. Sânscrito, *moksha*, "libertação".

O nosso grupo contava então com cerca de treze *tâmuls*. Cinco adolescentes *tâmuls* tinham-me seguido quando parti da África do Sul; os outros vieram de diferentes partes do país. Éramos, ao todo, cerca de vinte e cinco homens e mulheres.

Eis como estreou o *ashram*. Todos tomavam as refeições em comum na cozinha e faziam o mais que podiam para que a vida fosse a de uma grande família.

19. O ferro na bigorna

O *ashram* só tinha alguns meses de existência quando sobreveio uma prova de uma natureza que eu estava longe de esperar. Recebi uma carta de Âmrítlâl Thakkar, dizendo-me em síntese: "Uma humilde e honesta família de intocáveis desejaria unir-se ao seu *ashram*. Quer recebê-la?".

Essa carta perturbou-me vivamente. Não esperava ver uma família de intocáveis solicitar tão cedo a sua admissão ao *ashram* – e com a recomendação de um homem como Thakkar Bâpa, o que não era dizer pouco. Transmiti o conteúdo da carta a meus companheiros. Ficaram todos encantados.

Escrevi a Âmrítlâl Thakkar para dizer-lhe que não pedíamos coisa melhor do que receber essa família, com a condição de que todos os seus membros estivessem prontos a observar as regras do *ashram*.

A família compunha-se de Dudhâbhâi, sua mulher Dâ nibehn e sua filha Lakshmi, que era então apenas um bebê. Dudhâbhâr havia sido preceptor em Bombaim. Concordaram todos em observar as regras do *ashram* e nós os aceitamos em nosso meio.

Mas a sua admissão suscitou uma certa agitação entre os nossos amigos que até aqui haviam ajudado o *ashram*. Foi a propósito da utilização do poço que surgiu a primeira dificuldade. O proprietário do bangalô tinha sobre o poço um direito parcial. O homem encarregado de tirar a água argumentou que a água que escoava dos nossos recipientes viria a ser para ele uma imundície. Pôs-se então a injuriar-nos e a molestar Dudhâbhâi, Recomendai a todos que não revidassem os insultos e continuassem de qualquer maneira a tirar a água. Quando o homem percebeu que não lhe revi dávamos as injúrias, teve vergonha e deixou de aborrecer-nos.

Mas os auxílios financeiros foram imediatamente interrompidos. O amigo que havia levantado dúvidas sobre a capacidade dos intocáveis de observar as regras do *ashram* nunca esperara ver semelhante problema transferido para a realidade.

– Ao mesmo tempo que o dinheiro já não chegava, corriam rumores de que se dispunham a boicotar-nos no plano social. Estávamos prontos para tudo. Eu prevenira os meus companheiros de que, se nos boicotassem ou nos recusassem as facilidades mais elementares, isto não nos impediria de continuar em Ahmedâbâd. Valia mais que nos instalássemos no bairro dos intocáveis e vivêssemos do produto do trabalho de nossas mãos.

As coisas chegaram a um ponto tão crítico que Maganlâl Gandhi comunicou-me um dia:

– Estamos com pouco dinheiro e nada temos em vista para o mês próximo.

Não era a primeira vez que eu me encontrava diante de semelhante situação. Deus sempre havia enviado um auxílio no último instante... Certa manhã, pouco depois de Maganlâl me advertir da nossa triste condição financeira, uma das crianças veio dizer-me que um *Sheth* desejava ver-me – ele esperava à porta, num carro.

– Desejava ajudar o *ashram* – disse-me o visitante. – Concorda com isso?

– Certamente – respondi eu. – E devo confessar que no momento estamos sem recursos.

– Voltarei amanhã à mesma hora – disse-me ele. – Estará o senhor aqui?

– Sim – tornei eu.

E com isso se foi.

No dia seguinte, exatamente à hora marcada, a carruagem parou junto de nossa casa. As crianças correram, portadoras da nova. O *Sheth* não entrou. Eu é que saí e fui junto dele. Pôs-se nas mãos um maço de notas representando treze mil rupias e depois desapareceu com o seu carro.

Eu nunca poderia esperar semelhante ajuda. E que maneira desusada de dá-la! Esse cavalheiro nunca havia posto os pés no *ashram*. Pelo que me lembro, eu não o tinha visto mais que uma vez. Nem visita, nem perguntas – chego, ajudo-o e me vou, apenas isso! Esta foi para mim uma aventura única no gênero... Esse auxílio permitiu-nos protelar o nosso êxodo para o bairro dos intocáveis. Nós nos sentíamos perfeitamente tranquilos por um ano.

Mas a tempestade não rugia apenas no exterior. O furacão irrompeu no próprio seio do *ashram*. Se bem que na África do Sul eu tivesse amigos intocáveis que vinham viver em minha casa e fazer as suas refeições comigo, a minha esposa e outras mulheres não pareciam regozijar-se particularmente com a admissão ao *ashram* da família de intocáveis. A sua indiferença, para não dizer o seu desprazer, diante de Dâniehn, não podia escapar a meus olhos nem a meus ouvidos. As dificuldades financeiras nenhuma angústia me tinham causado,

porém essa tempestade intestina era mais do que eu podia suportar. Dâniehn era uma mulher comum. Dudhâbhâi era um homem relativamente pouco educado, mas de excelente entendimento. Eu gostava da sua paciência. Acontecia-lhe, por vezes, deixar-se arrastar pela cólera, mas no conjunto a sua educação causava-me boa impressão. Pedi-lhe que relevasse essas afrontas sem importância. Ele não só consentiu isso, mas conseguiu que sua mulher fizesse o mesmo.

A admissão dessa família revelou-se, com o tempo, uma preciosa lição para o *ashram*. Desde o início havíamos proclamado ao mundo que o *ashram* recusava-se a considerar que pudessem existir intocáveis. Tínhamos assim prevenido os que desejavam ajudá-lo, e a tarefa do *ashram*, nesse sentido, viu-se ao mesmo tempo consideravelmente simplificada. O fato de que foram essencialmente os verdadeiros hindus ortodoxos que cobriram as despesas, dia a dia mais elevadas, necessitadas pelo *ashram*, é talvez uma indicação clara do golpe que abalou o preconceito de casta nos seus fundamentos. Existem, aliás, muitas outras provas desse acontecimento; mas o fato de que bons hindus não têm escrúpulo em ajudar um *ashram* no qual fazemos as nossas refeições com intocáveis, não é, por si, pequena prova.

Pesa-me ter de saltar sobre um bom número de detalhes que se relacionam ao assunto – por exemplo: como abordamos resolutamente os problemas delicados, corolários do problema principal; como nos foi preciso vencer dificuldades inesperadas; bem como diversos outros assuntos que comportam mais de uma descrição de experiências com a verdade. Os capítulos seguintes sofrerão da mesma falha. Ser-me-á preciso omitir detalhes importantes, pois a maior parte dos personagens do drama estão ainda vivos e não fica bem utilizar sem autorização os seus nomes, a propósito de acontecimentos que lhes interessam diretamente. Não é possível, praticamente, obter seu consentimento ou pedir-lhes de quando em quando que revejam este ou aquele capítulo em que se fala deles. Aliás, semelhante procedimento ultrapassa os limites desta autobiografia. Receio, por conseguinte, que o resto desta narrativa, por mais preciosa que seja, a meu ver, para os buscadores da Verdade, vá ressentir-se de lacunas inevitáveis, todas voluntárias. Não obstante, desejo e espero, se Deus consentir, continuar esse relato até os dias da não-cooperação.

20. Face a face com o Ahimsa⁷³

73. Orig. *Ahinsâdevino sâksâtka* – literalmente: “De visu com a deusa Ahimsa”. Vê-se que o estilo personifica a abstração Ahimsa numa deusa.

Eu tinha estabelecido o objetivo de pesquisar a condição dos camponeses de Champâran e compreender os seus pesares com relação aos plantadores de índigo. Era-me necessário, para esse fim, falar com milhares desses camponeses. Mas achei essencial, antes de lançar-me na pesquisa, informar-

me do ponto de vista dos plantadores e ver o comissário encarregado do setor administrativo. Solicitei entrevistas dos dois lados e obtive-as.

O secretário da Associação de Plantadores declarou-me abertamente que eu era um intruso e que não tinha que intrometer-me entre os plantadores e os seus colonos; mas que, se tivesse alguma representação a fazer, podia apresentá-lo por escrito. Respondi-lhe polidamente que não era um intruso e que tinha perfeitamente o direito de investigar a condição dos camponeses, se estes últimos me pedissem que o fizesse.

O comissário, quando fui vê-lo, insinuou ameaças e aconselhou-me a deixar Tirhout sem insistir nos meus propósitos.

Pus os meus camaradas a par dessas *demarches* e disse-lhes que era provável que o governo me impedisse de continuar a minha tarefa; que eu talvez tivesse de ir para a prisão mais cedo do que pensava e que, caso me detivessem, seria melhor que me prendessem em Motihâri, ou, se possível, em Betiya. Era, pois, preferível para mim seguir para aquelas cidades o mais cedo possível.

Champâran é um dos distritos do setor administrativo de Tirhout, e tem, por capital, Motihâri. Râjkumâr Shukla morava nas proximidades de Betiya e os camponeses que pertenciam aos *kothis*⁷⁴ daquelas paragens eram os mais pobres do distrito. Râjkumâr Shukla queria que eu fosse vê-los e eu estava igualmente desejoso de ir.

74. "Casa, botica, estabelecimento comercial": aqui parece tratar-se das plantações.

Parti, portanto, nesse mesmo dia, com os meus camaradas, para Motihâri, Bâbu Gorakh Prasâd recebeu-nos em sua casa que se transformou em caravanchará. Mal podia conter-nos a todos. Nesse mesmo dia, também, soubemos que, cerca de oito quilômetros de Motihâri, haviam maltratado um camponês. Decidimos que, em companhia de Bâbu Dharanidhar Prasâd, eu iria ver esse camponês no dia seguinte de manhã. Partimos, em consequência, em dorso de elefante para aquele lugar. O elefante, seja dito de passagem, é quase tão comum em Champâran como o carro de boi na região gujrate. Mal havíamos percorrido a metade do caminho, um mensageiro do superintendente de polícia alcançou-nos para dizer-nos que este último nos enviava os seus cumprimentos. Compreendi o que ele pretendia significar com isso. Deixei Dharanidrabâbu continuar sozinho em direção ao nosso destino primitivo e subi para o carro de aluguel que o mensageiro trouxera. Notificou-me, então, que eu deveria deixar Champâran e reconduziu-me de carro até casa. Depois, como me pedisse que eu acusasse o recebimento dessa notificação, escrevi uma carta dizendo que não estava disposto a conformar-me com a ordem de deixar Champâran enquanto não tivesse terminado a minha pesquisa. Diante disso, recebi uma intimação para comparecer no dia seguinte, por desobediência à ordem de deixar o território.

Passei a noite em claro, escrevendo carta e dando todas as instruções necessárias a Bâbu Brajkishor Prasâd,

A notícia da notificação que me haviam feito e da intimação para comparecer espalhou-se como um rastilho de pólvora, e contaram-me que Motihâri vira desenrolar-se, naquele dia, cenas sem precedentes. A casa de Gorakhbâbu e o tribunal ficaram cheios a não poder mais. Muito felizmente eu terminara todo o meu trabalho durante a noite, o que me permitiu ocupar-me, como devia, dessas pessoas. Os meus companheiros foram-me de grande auxílio. Encarregaram-se de canalizar a multidão, pois esta me seguia a toda parte.

Uma espécie de benevolência amigável brotou logo entre os funcionários oficiais – recebedor, magistrado, superintendente de polícia – e eu. Tinha o direito, legalmente, de não me conformar com as notificações a que não tinha dado causa. Em vez disso, não recusei nenhuma e observei uma atitude de estrita correção com relação aos funcionários em apreço. Perceberam assim que eu nenhuma vontade tinha de ofendê-los pessoalmente, mas que desejava manter uma oposição polida às suas ordens. Deixei-os assim à vontade e, em vez de atormentar-me, sentiram-se felizes em usar o meu auxílio e o de meus camaradas para controlar a multidão. Mas era uma demonstração evidente do fato de que a sua autoridade se encontrava abalada: o povo, no momento, havia esquecido o medo do castigo e só consentia em obedecer à autoridade do seu novo amigo e que era todo amor.

É preciso lembrar que ninguém me conhecia em Champâran. Os camponeses eram todos ignorantes. O Champâran, situado muito ao norte do Ganges, bem ao pé dos Himalaias e na vizinhança imediata do Nepal, era inteiramente isolado do resto da Índia. O Congresso era por assim dizer desconhecido naqueles rincões. Mesmo aqueles que tinham ouvido pronunciar essa palavra tinham medo de aderir à organização e até de aludir a ela. E eis que o Congresso e os seus membros acabavam de penetrar naquela região; e essa penetração, embora não fosse feita em nome do Congresso, nem por isso deixava de adquirir uma significação infinitamente mais real.

De acordo com os meus camaradas, decidi que nada empreenderíamos em nome do Congresso. Era o trabalho que nos importava, não o nome; a presa, e não a sombra. Pois a palavra Congresso era a *bête noire*⁷⁵ do governo e dos que o controlavam – os plantadores. Para eles o Congresso tornara-se proverbialmente sinônimo de chicanas, escapatórias jurídicas, permitindo contornar a lei, atentados com bombas e anarquia criminosa, de diplomacia e de hipocrisia. Era-nos preciso afastar as ilusões dessas duas espécies de pessoas. Eis por que resolvêramos não pronunciar o nome do Congresso e não familiarizar os camponeses com a sua organização. Bastava, achávamos nós, que compreendessem e seguissem o espírito do Congresso, em vez da letra.

75. Em francês, na versão inglesa. A frase gujrate é outra: “O nome do Congresso era repellido, indesejável”.

Não se tinham enviado, por conseguinte, emissários, abertamente ou em segredo, da parte do Congresso, para preparar o terreno para a nossa chegada. Râjkumâr Shukla era incapaz de comunicar-se, sozinho, com aqueles milhares de camponeses. Nenhum trabalho político fora realizado entre eles. Para eles o Universo limitava-se a Champâran. E, contudo, essas pessoas receberam-me como se tivéssemos sido sempre amigos. Não é exagero, é a pura verdade, dizer que, durante essas relações com os camponeses, eu me encontrei face a face com Deus, o *Ahimsa*, a Verdade.

Quando analiso o que me permite pretender a percepção clara de semelhante noção, não encontro outro motivo senão meu amor pelo povo. E desse amor, por sua vez, não é senão a expressão da minha fé inabalável no *Ahimsa*.

Esta famosa permanência em Champâran foi um dos acontecimentos inesquecíveis da minha vida – dia faustoso para os camponeses e para mim.

Nos termos da lei, era a mim que deviam processar; mas na verdade o governo é que foi processado. O comissário conseguira apenas colher o governo na rede que preparava para mim.

21. Erro grande como a montanha

Quase imediatamente após a reunião pública de Ahmedâbâd, fui a Naryâd. Foi nessa ocasião que me servi pela primeira vez de uma expressão que, em seguida, se tornou moeda das mais correntes – “um erro de cálculo grande como o Himalaia”. Já em Ahmedâbâd eu começara a perceber, confusamente, o meu erro. Mas chegando a Nariyâd, quando me dei conta, exatamente, da situação nessa cidade e soube, pelos relatos que me fizeram, da prisão de numerosas pessoas do distrito de Khera, tornou-se claro, de repente, que eu havia cometido um erro grave apelando para o povo de Khera e de outros lugares para que se lançasse, prematuramente, na desobediência civil – assim como agora me parecia. Eu estava em via de pronunciar um discurso. O ridículo de que a mínima confissão me cobriu não foi pequeno. Mas nunca me arrependi dessa confissão. Pois sempre sustentei que, somente quando se vêem as próprias faltas através de um vidro convexo e que se faz exatamente o contrário delas, é-se capaz de chegar, a uma justa avaliação das primeiras como das segundas. Ademais, estou convencido de que a observação escrupulosa e conscienciosa dessa regra é necessária a quem deseja ser um *satyâgrahi*.

Vejamos, pois, qual foi esse erro de cálculo grande como o Himalaia. Antes de se estar apto a praticar a desobediência civil, deve-se obedecer voluntária e respeitosa às leis do Estado. A maior parte de nós obedece a essas leis por medo às sanções que a sua contravenção acarreta; e esta observação vale, sobretudo, para o que nessas leis não implica nenhum princípio moral. Por

exemplo, um homem honesto e respeitável não se porá, de súbito, a roubar, haja ou não uma lei punindo o roubo; mas este mesmo homem não sentirá remorsos caso não se dê ao trabalho de observar o regulamento que exige que uma bicicleta seja munida de lanternas, à noite. Que digo eu? – pergunto-me, mesmo, se ele permitiria que o aconselhassem, com toda a bondade, a ser mais prudente a esse respeito. Isso não impediria que ele observasse todo o regulamento obrigatório dessa espécie, mesmo que o fizesse para evitar o aborrecimento de se ver processado, por havê-lo infringido. Dobrar-se dessa maneira nada tem em comum com a obediência livremente aceita e espontânea que se exige de um *satyâgrahi*. O *satyâgrahi* obedece inteligentemente e por sua própria vontade às leis da sociedade porque considera tal atitude como um dever sagrado. Só depois que se obedeceu assim, escrupulosamente, às leis da sociedade, é que se está em condições de fazer exatamente a distinção entre as regras boas e justas e as regras injustas e iníquas. Somente então se ficará de posse do direito de desobediência civil a certas leis, em circunstâncias bem definidas. O meu erro consistia no fato de que eu não soubera observar esse limite necessário. Havia lançado ao povo o apelo à desobediência civil antes que ele estivesse qualificado a responder, e esse erro parecia-me, em sua amplitude, grande como o Himalaia. Mal tinha pisado o solo do distrito de Khera, as velhas lembranças da luta pelo *Satyâgraha* que eu havia conduzido assaltaram-me e perguntei-me como não tinha podido perceber o que era a própria evidência. Dei-me conta de que, antes que um povo estivesse em condições de praticar a desobediência civil, devia compreender inteiramente a sua significação mais íntima. Assim sendo, antes de lançarmo-nos de novo na desobediência civil das massas, era preciso formar um grupo de voluntários bem experimentados e de coração puro, e que compreendessem perfeitamente os rigores do *Satyâgraha*. Eles poderiam explicar esses rigores ao povo e, por uma vigilância de todos os instantes, conservá-lo no caminho direito.

Com o espírito cheio desses pensamentos, cheguei a Bombaim⁷⁶ instruí um corpo de Voluntários do *Satyâgraha*, por intermédio da *Satyâgraha Sabha* dessa cidade e, com o seu auxílio comecei a educar o povo quanto ao sentido e à significação íntima do *Satyâgraha*. Servimo-nos, principalmente para esse fim, de brochuras de caráter educativo, relacionadas com o assunto e publicadas por nossa iniciativa.

⁷⁶. Lá pronunciou, em 18 de abril, uma alocução anunciando a suspensão do movimento de *Satyâgraha* (sp and Writ., p. 479-480).

Mas, mesmo enquanto esse trabalho progredia, eu bem via que era uma tarefa difícil interessar o povo no aspecto pacífico do *Satyâgraha*. Os voluntários não se alistaram, tampouco, em grande número. E todos os que, de fato, se alistaram, estavam longe de adaptar-se a uma formação regular e sistemática. Os dias passavam e o número de novos recrutas começou gradualmente a diminuir, em vez de aumentar. Percebi que os progressos, quanto à formação

para a desobediência civil, não iam tão rapidamente quanto eu havia, a princípio, esperado.

22. Navajivan e a jovem Índia

Assim, enquanto de um lado esse movimento pela salvaguarda da não-violência progredia lento, mas seguro, a política governamental de repressão desenfreada recrudescia, de outro lado, e manifestava-se no Panjâb em toda a sua cruzeza. Prendiam-se os chefes políticos; proclamava-se a lei marcial (por outras palavras: a ausência de leis); instituía-se tribunais de exceção. Esses tribunais não eram cortes de justiça, mas instrumentos encarregados de executar a vontade arbitrária de tal ou tal autocrata. Condenava-se sem provas suficientes, violando flagrantemente a justiça. Em Amritsar, inocentes, homens e mulheres, eram obrigados a arrastar-se sobre o ventre, como vermes. Comparada a essa ultrajante vergonha, a tragédia de Jaliyânvâl Bâgh⁷⁷ empalidecia e esfumava-se aos meus olhos – se bem que tivesse sido esse massacre, sobretudo, que atraía a atenção do povo da Índia e do mundo inteiro.

77. Orig. Jaliyânvâlâ Bâg, ingl. Jallianwalla Bagh. A palavra gujr bâg, significa “jardim”.

Após a proibição feita a Gandhi de ir a Délhi, houve viva emoção em Amritsar, e ocorreram incidentes nos dias 9 e 10 de abril. Eis por que foram enviadas as tropas a Amritsar, em 11 de abril, com a missão de fazerem respeitar as prescrições do estado de sítio decretado no Panjâb. Em 13 de abril a população, ignorando, parece, a proibição de reuniões, juntara-se no jardim Jaliyânvâia. Para dispensar a massa foi chamado o exército que abriu fogo de metralhadoras durante cerca de dez minutos sobre a multidão. Quinhentas a seiscentas pessoas foram mortas e grande número delas saiu ferido. O inquérito revelou que a unidade militar não tivera consciência exata das circunstâncias. Voltou ao quartel muito tranquilamente tendo executado as ordens recebidas. Por outro lado o general Dyer, julgado ulteriormente na Inglaterra, foi absolvido.

Eu desejava ir para o Panjâb o mais breve possível, desprezando as consequências desse ato. Escrevi, telegrafei ao vice-rei pedindo permissão para ir – em vão. Se me pusesse a caminho sem a necessária autorização, não me permitiriam atravessar a fronteira e ficaria reduzido a extrair da desobediência civil uma vaga satisfação. Era, pois, um dilema sério. Naquele estado de coisas, o fato de infringir a ordem que me proibia o acesso ao Panjâb não podia, segundo me parecia, passar por um ato de desobediência civil, pois eu não encontrava à minha volta a espécie de atmosfera pacífica que desejava, e o desencadeamento da repressão, no Panjâb, servira apenas para agravar e tornar mais profundos ainda o ódio e o rancor. Se eu praticasse a desobediência civil em semelhantes circunstâncias – supondo que fosse possível –, equivaleria a atirar o fogo. Decidi, portanto, não partir para o Panjâb, a despeito das sugestões dos meus amigos. Para mim, a pílula era amarga. Não havia dia que não trouxesse a sua colheita de notícias sobre os atos brutais de injustiça e de opressão cometidos no Panjâb; e tudo que eu podia fazer era ficar sentado, impotente, rangendo os dentes.

Nesse momento preciso, Mr. Horniman, nas mãos do qual *The Bombay Chronicle* se tornara uma força formidável, foi bruscamente arrancado do seu posto pelas autoridades. Esse ato do governo pareceu-me estar cercado de um negrume malcheiroso do qual as minhas narinas ainda guardam a lembrança. Continuo convencido de que Mr. Horniman nunca procurara a ilegalidade. Ele havia reprovado a minha atitude quando, sem a autorização do Comitê do *Satyâgraha*, eu infringira a interdição governamental de penetrar no Panjâb, e tinha, plenamente, aprovado a decisão de pôr termo, momentaneamente, à desobediência civil. Recebera mesmo uma carta sua, aconselhando-me essa decisão, antes que eu a tivesse anunciado; mas a distância entre Bombaim e Ahrnedâbâd é grande e a sua carta só me chegou depois da publicação da decisão. A sua repentina deportação causou-me tanta mágoa quanto surpresa.

O resultado de todos esses acontecimentos foi que os diretores do *The Bombay Chronicle* pediram-me que assumisse a responsabilidade do jornal. Mr. Brelvi já fazia parte do estado-maior dessa folha, não me restando, pois, grande coisa a fazer. Contudo, conhecendo a minha natureza, sabia que essa responsabilidade me custaria grandes esforços suplementares.

Mas o governo veio, por assim dizer, em meu socorro: por ordem sua, *The Chronicle*, suspenso, deixou de aparecer.

Os administradores do *The Chronicle*, amigos – sobretudo, Ornar Sobâni e Shankarlâl Banker –, controlavam, igualmente, na época a *Young India* (*Jovem Índia*). Dado o desaparecimento de *The Chronicle*, propuseram-me que assumisse o cargo de redator-chefe de *Young India*, fazendo-a aparecer duas vezes por semana em vez de uma, de modo a preencher o vácuo deixado pelo órgão desaparecido. Este era também o meu sentimento. Estava extremamente desejoso de expor ao público o sentido íntimo do *Satyâgraha* e esperava também, pelo mesmo meio, ficar pelo menos em condições de fazer justiça à situação no Panjâb. Porque, detrás de todos os meus escritos, encontrava-se, em potência, o *Satyâgraha*, e o governo sabia perfeitamente a que apegar-se.

Mas como formar o grande público para o *Satyâgraha*, servindo-me da língua inglesa? A região gujrate constituía o meu principal campo de trabalho. Sjt. Indulâl Yâjnik estava, naquele momento, associado ao grupo de Sobâni e Banker. Dirigia o *Navajivan*, mensário em gujrate, que os amigos em questão sustentavam financeiramente. Puseram esse mensário à minha disposição e Sjt. Indulâl ofereceu-se para se ocupar dele. Transformamo-lo em hebdomadário.

Entretanto, *The Chronicle* ressuscitou. *Young India* voltou então à sua anterior periodicidade. Publicar dois hebdomadários em dois lugares diferentes ter-me-ia sido muito incômodo e aumentaria, consideravelmente, as despesas. *Navajivan* aparecia em Ahmedâbâd: transferimos, portanto, *Young India* para essa cidade, por sugestão minha.

Outras razões militavam a favor dessa mudança. A minha experiência na *Indian Opinion* havia-me ensinado que os órgãos dessa espécie tinham necessidade de ser impressos em suas próprias máquinas. Ademais, as leis que então regulavam a existência dos jornais, na Índia, eram de natureza tal que, se eu desejasse exprimir as minhas opiniões sem entraves, as oficinas que estavam funcionando – naturalmente em bases comerciais – teriam hesitado em publicar-me. A necessidade de montar uma oficina, que fosse nossa, impôs-se, por conseguinte, ainda mais imperiosamente. Ora, a coisa só era cômoda em Ahrnedâbâd. Era preciso, pois, transferir *Young India* para lá.

Por intermédio desses órgãos empreendi, do melhor modo que pude, a tarefa de ensinar o *Satyâgraha* ao público esclarecido. Os dois jornais chegaram a vender muito – a venda atingiu a proximidade dos quarenta mil para cada um, num dado momento. Mas, ao passo que a venda do *Navajivan* subira de um salto, a de *Young India* só aumentava lentamente, por etapas. Após o meu encarceramento, os dois jornais caíram muito baixo. Hoje, a venda é inferior a oito mil.

Desde o começo, decidi de uma vez por todas que não havia lugar para publicidade nesses jornais. Não creio que tenham perdido alguma coisa com isso. Pelo contrário, estou convencido de que essa decisão os ajudou fortemente a conservar a independência.

Incidentemente, ajudaram-me também, numa certa medida, a ficar em paz comigo mesmo: uma vez que não se tratava de recorrer, imediatamente, à desobediência civil, permitiram-me dar livre curso às minhas opiniões e entregar-me de coração ao povo. Tenho, pois, o sentimento de que esses dois jornais prestaram bom serviço ao povo, nesses dias de provação, e contribuíram com a sua humilde parte para tornar mais leve a tirania da lei marcial.

23. O nascimento de Khâdi

Não creio que tivesse visto um tear à mão, nem uma roda, quando, em 1908, os descrevi, em *Hind Swaraj*, como a panacéia do crescente pauperismo da Índia. Nesse livro, considerei evidente que tudo quanto pudesse ajudar a Índia a desembaraçar-se da esmagadora pobreza das suas massas, acarretaria ao mesmo tempo a instauração do Svarâj. Mesmo em 1915, quando do meu regresso da África do Sul, eu ainda não tinha visto com os meus próprios olhos um verdadeiro engenho de fiar. Por ocasião da fundação do *ashram* do *Satyâgraha*, em Sâbarmati, introduzimos nele alguns teares manuais. Mal o tínhamos feito, porém, encontramos várias dificuldades. Pertencíamos todos às profissões liberais ou ao mundo dos negócios; não havia um só artesão entre nós. Tínhamos necessidade de um técnico em tecelagem para nos ensinar, antes de podermos utilizar os nossos teares. Acabamos por chamar um de Pâlanpur, mas ele nos transmitiu todos os segredos da arte. Entretanto, não se podia menosprezar o engenho de Maganlâl Gandhi. Dotado de um talento

natural para a mecânica, adquiriu logo o domínio absoluto dessa arte e, sucessivamente, muitos outros, no *ashram*, aprenderam a profissão.

A nossa finalidade era chegarmos a vestir-nos, inteiramente, com tecidos fabricados pelas nossas mãos. Renunciamos desde então à utilização de tecidos industriais e todos os membros do *ashram* resolveram usar apenas tecidos feitos à mão, exclusivamente feitos de fio indiano. A adoção desse costume abriu-nos um mundo de experiência. Permitiu-nos aprender a conhecer, pelo contato direto, as condições de vida dos tecelões, a extensão da sua produção, as dificuldades que tinham em obter fio, a maneira pela qual os exploravam e, afinal, as suas dívidas crescentes. Não estávamos em condições de fabricar, imediatamente, todo o tecido de que tínhamos necessidade. Não nos restou outra alternativa, portanto, senão obter o tecido necessário com os tecelões que trabalhavam à mão. Mas não era fácil conseguir o tecido já pronto, de fio proveniente das fiações indianas, não só nos negociantes de tecido como junto aos próprios tecelões. Todo o belo tecido que saía dos teares dos tecelões era feito com o fio de importação, pois as fiações indianas só fabricavam fio fino. Mesmo atualmente, a produção das fiações indianas continua muito limitada nesse terreno, e a de fio extrafino inteiramente nula. Somente à custa de grandes esforços chegamos, afinal, a encontrar tecelões que consentissem em trabalhar para nós, utilizando fio *Svadeshi*, e com a condição exclusiva de que o *ashram* consumisse todo o tecido que eles fabricassem. Adotando assim, para o nosso uso pessoal, o tecido em fio industrial e difundido esse uso entre os nossos amigos, transformamo-nos em agentes gratuitos das fiações. Isso, por sua vez, pôs-nos em contato com as próprias fiações e permitiu-nos aprender a conhecer a sua administração e as suas dificuldades. Percebi que a ambição dos patrões fiadores era tecerem, cada vez mais, eles próprios o fio que saía das suas fábricas: a sua cooperação com os tecelões à mão não era espontânea, mas instável e transitória. Ficamos impacientes por fabricar nós mesmos o nosso fio. Era claro que, enquanto não fôssemos capazes de fazê-lo, continuaríamos a depender dos fiadores. E tínhamos o sentimento de que não poderíamos prestar serviço ao nosso país, continuando a representar o papel de agente das fiações indianas.

Mas isso era correr adiante de muitas outras dificuldades. Não chegávamos a encontrar nem roda, nem fiadeiro ou fiadeira para ensinar-nos essa arte. Nós nos servíamos de rodas para guarnecer as lançadeiras e bobinas⁷⁸ para a tecelagem, no *ashram*; mas não nos ocorria a idéia de utilizá-las à maneira de engenhos de fiar. Um dia, Kâlidâs Jhaveri acabou por descobrir uma mulher que, disse-nos ele, queria mostrar-nos como era que se fiava. Mandamos-lhe um membro do *ashram*, conhecido pela sua habilidade em assimilar novidades. Ele contudo, voltou sem ter penetrado os arcanos da arte.

78. Orig. *kokdâ vagere bharvânâ rentiyâ to amâri pâse hatâ*, “para encher as bobinas, *et cetera*, tínhamos uma roda”. O texto inglês diz: *We were employing some wheels for filling pearns and bobbins for weaving in the Ashram*. – Não nos foi possível identificar o vocábulo *pearn*.

O tempo passava e a minha impaciência aumentava. Eu assaltava de perguntas todos os visitantes de passagem pelo *ashram*, que eu acreditava capazes de fornecer alguma informação sobre a arte de fiar à mão. Mas pelo fato de terem sido as mulheres as únicas depositárias dos segredos, e de ser uma arte que estava quase morta, se ainda existisse, sabe Deus em que canto perdido, uma fiadeira sobrevivente, só havia uma pessoa do sexo que podia ter uma pequena oportunidade de descobrir esse pássaro raro.

No ano de 1917 os meus amigos gujrates vieram procurar-me e pedir que presidisse o Congresso Educativo de Broach⁷⁹. Foi nessa ocasião que topei com essa mulher extraordinária, que é Gangâbehn Majmundar. Era viúva, mas o seu espírito de iniciativa não tinha limites. De instrução, de educação (no sentido comum dessas palavras), ela nada tinha. Mas, em coragem e senso comum, deixava longe a grande maioria de nossas mulheres educadas. Ela já se havia libertado do maldito preconceito de casta e dedicava-se sem receio ao serviço das classes “suprimidas”: vivia entre estas últimas. Tinha fortuna e muito poucas necessidades. Disponha de uma saúde rija e andava por toda parte sem a menor escolta. Montava a cavalo com a mais perfeita desenvoltura. Comecei a conhecê-la melhor por ocasião da conferência de Godhara⁸⁰, Transmiti-lhe as preocupações que a *charkha* me dava⁸¹ e senti-me mais aliviado quando ela me prometeu lançar-se, ardentemente, sem descanso à procura de um engenho de fiar.

79. Orig. Bharone, inglês, ao norte de Surate, a antiga Barygaza; 34.000 hab. (1931).

80. Cidade ao N. E. de Baroda, conferência de novembro de 1917.

81. Ing. *charkhas* palavra urdu, *carkhâ*, de origem persa e significando “roda de fiar, roda”. Mas esse termo não figura no texto gujrate, que emprega sempre *rentiyo*. Aqui a versão inglesa se afasta notavelmente do texto gujrate porque este contém uma alusão literária, considerada muito obscura para o grande público do Ocidente: “Eu dei junto dela, livre curso à minha mágoa, e ela, assim como Damayanti, vai à procura de Nala, tendo-se comprometido a pôr-se em busca da roda, aliviou o meu peso (a minha preocupação). Alusão delicada e saborosa ao episódio do príncipe Nala e da princesa Damayanti, no *Râmâyana* de Vâmiki (III, 52-79).

24. Encontrada!

Enfim, não sei depois de quantas expedições pela região gujrate, Gangâbehn encontrou a famosa roda em Vijâpur⁸², no Estado de Baroda. Lá havia bom número de pessoas que tinham rodas em suas casas, que, porém, há muito haviam relegado ao celeiro, como pedaços de madeira sem utilidade. Declararam a Gangâbehn que estavam prontas a recomeçar a fiar com a condição de que lhes fornecessem, regularmente, novelos e lhes comprassem o fio produzido. Gangâbehn transmitiu-me a alegre notícia. O fornecimento de

novelos era muito difícil. Quando aludi a isso diante do falecido Ornar Sobâni, ele resolveu o problema comprometendo-se, imediatamente, a mandar uma quantidade suficiente de novelos, tirados da sua própria fiação. Fiz chegar a Gangâbehn esse donativo de Ornar Sobâni e logo o fio começou a afluir em quantidade tal que originou outro problema que era o de saber o que faríamos dele.

[82. Aldeia a uns sessenta quilômetros ao norte de Ahmedâbâd.](#)

Mr. Ornar Sobâni era homem de grande generosidade. Era, porém, impossível que contribuísse eternamente com a sua liberalidade. Fiquei constrangido por ter de contar com ele para o nosso reabastecimento constante de novelos. Parecia-me, ademais, que era um erro empregar novelos provenientes da indústria. Por que não usar o fio industrial? Os antigos, certamente, não se abasteciam de novelos nas fábricas. Onde os obtinham eles? Remoendo esses pensamentos, sugeri à Gangâbehn que procurasse cardadores capazes de fornecer-nos novelos. Sem duvidar do sucesso, ela pôs-se em campo. Contratou um cardador que concordou em cardar algodão. Exigiu trinta e cinco rupias por mês, senão mais. Na ocasião, não recuei diante do sacrifício. Gangâbehn ensinou a alguns jovens a fazer novelos com o algodão cardado. Mendiguei um pouco de algodão em Bombaim. Sjt. Yashvantprasâd Desâi respondeu logo ao meu pedido. A iniciativa de Gangâbehn começou assim a prosperar além de qualquer expectativa. Ela desencavou tecelões para tecer o fio que se fiava em Vijâpur; e logo o *khâdi* de Vijâpur conquistou seu renome⁸³.

[83. Pode-se ver nisso um exemplo típico do que pode uma iniciativa individual para fazer reviver uma técnica e para difundi-la, partindo duma aldeia insignificante, num país inteiro. A história das técnicas deve ter um lugar em fatos dessa ordem, nesses saltos bruscos na evolução, de que o passado oferece talvez mais exemplos do que se imagina.](#)

Enquanto se passavam esses acontecimentos em Vijpur, a roda ganhava rapidamente terreno no *ashram*. Maganlâl Gandhi, consagrando todos os seus magníficos talentos de mecânico à roda, melhorou-a consideravelmente em seus detalhes, e começou-se a fabricar no *ashram* rodas e acessórios. A primeira peça de *khâdi* manufaturada no *ashram* custou dezessete anãs o metro. Eu não hesitei um segundo em recomendar esse *khâdi* muito grosseiro, por esse preço, a alguns amigos que o compraram sem resmungar.

Tinha, então, de guardar o leito em Bombaim. Mas a minha saúde permitia-me continuar as minhas pesquisas nessa cidade. O acaso deparou-me duas fiadeiras⁸⁴. Elas pediam uma rupia por *seer*⁸⁵ de fio (*seer* de vinte e oito tolas, quase três quartos da libra inglesa). Eu então ignorava tudo das leis econômicas do *khâdi*⁸⁶. Estava pronto a todos os sacrifícios para obter fio fiado à mão. Comparando esse preço aos de Vijâpur, percebi que me haviam burlado. As fiadeiras recusaram-se a concordar com uma redução. Tive então de dispensar os seus serviços. Mas nem por isso elas deixaram de ter a sua utilidade.

Ensinaram a fiação à Shrimati Avantikâbâi, à Shimati Râmbâi Kâmdar (mãe de Sjt. Shankarlâl Banker, que era viúva) e à Shrimati Vasumatibehn. A roda pôs-se a girar alegremente em meu quarto, e posso dizer, sem exagerar, que o ruído que fazia teve muita importância na recuperação da minha saúde. Estou pronto a admitir que o seu efeito foi mais psicológico do que fisiológico, mas isso prova a que ponto a fisiologia pode sofrer o contragolpe do psicológico, no homem. Pus-me eu mesmo à roda, mas sem grandes resultados no momento.

84. Orig. *kâtnâri baheno*: “irmãs fiadeiras”; entender “irmãs” no sentido de “amigas queridas, camaradas”. A versão inglesa, com a palavra *Spinners*, sem característica de gênero, acha-se de tal maneira que, sem o socorro do texto gujrate, se poderia crer que se trata de homens e não de mulheres.

85. Orig. ser, ingl. *seer*: unidade de peso que varia segundo as regiões. O *seer standard* da estrada de ferro ou dos correios equivale a 80 tolas, de 11,67 gramas, cerca de 1 quilo. Mas aqui se trata de um *seer* de 28 tolas, isto é, 326 gramas, mais ou menos. A palavra *seer* é corrente do inglês da Índia.

86. O original emprega uma expressão saborosa: “Eu era inteiramente noviço no *Shâstra* do *khâdi*”.

Em Bombaim, surgiu o mesmo problema uma vez mais: como nos abastecer de novelos feitos à mão? Um cardador costumava, todos os dias, passar diante da residência de Sjt. Revâshankar, fazendo ranger seu ancinho. Mandei chamá-lo, e soube ele que cardava algodão para colchões. Consentiu em cardar algodão para novelos, mas por um preço bastante alto, que paguei, apesar de tudo. Distribuí o fio assim obtido a amigos vixnuítas, para dele tirarem as guirlandas do *pavitra ekâdashi*⁸⁷. Sjt. Shivji criou um curso de fiação em Bombaim. Todas essas experiências acarretavam despesas consideráveis; mas estas eram, voluntariamente, cobertas por amigos patriotas, apegados à mãe-pátria e que tinham fé no *khâdi*. A meu humilde ver, o dinheiro assim gasto não foi pura perda. Valeu-nos um tesouro de experiência e revelou-nos as possibilidades da roda.

87. O décimo primeiro dia sagrado (ou puro).

Eu agora só tinha uma impaciência: adotar exclusivamente o *khâdi* para as minhas roupas. O meu *dhoti* era ainda de tecido industrial indiano. O *khâdi*, grosseiro, fabricado no *ashram* e em Vijâpur, tinha setenta e cinco de largura⁸⁸. Intimei Gangâbehn a fornecer-me antes de um mês um *dhoti* de *khâdi* com cento e quinze de largura – senão eu me contentaria com um *dhoti* de *khâdi* grosseiro e demasiado estreito. Esse ultimato deixou-a a princípio estupefata; mas ela revelou-se à altura das minhas exigências. O mês ainda não havia decorrido quando me mandou um par de *dhotis* de *khâdi* de cento e quinze... e tirou-me, assim, do que poderia ter sido uma situação difícil.

88. Orig. 30 inc; a expressão inglesa foi pura e simplesmente transcrita em gujrate.

Mais ou menos pela mesma época, Sjt. Lakshmidâs levou de Lâthi ao *ashram*, Sjt. Râmji, o tecelão e a mulher deste último, Gangâbehn, e fez tecer

imediatamente *dhotis* de *khâdi*. O papel representado por esse casal na propagação do *khâdi* foi muito importante. Marido e mulher iniciaram um número considerável de pessoas, na região gujrate e noutros lugares, na arte de tecer o fio fabricado à mão. O espetáculo de Gangâbehn, entregue à sua tarefa de tecelão, tem qualquer coisa de sublime. Sempre que essa mulher inculta, mas senhora de si mesma, se entrega ao trabalho, nele se absorve a tal ponto que é difícil desviar-lhe a atenção e mais difícil ainda fazê-la desviar os olhos de sua tarefa bem-amada.

25. Adeus ao leitor

Chegou o momento de encerrar aqui estes capítulos.

A minha vida, a partir desta fase, tornou-se tão pública que não há, por assim dizer, um detalhe que não seja conhecido de todos. Ademais, após 1921, tenho trabalhado em tão estreita associação com os chefes do Congresso que não poderia descrever episódios da minha vida depois dessa data, sem aludir às minhas relações com essas personalidades. Pois, muito embora Shradhânandji, Deshbandhu, Hakim Sâheb e Lâlâji já não sejam dos nossos neste mundo, temos a felicidade de contar ainda, entre os que vivem e trabalham conosco, um exército de chefes veteranos do Congresso. A história do Congresso, a partir das grandes transformações ocorridas em seu seio, e que descrevi acima, ainda está em plena criação. E minhas principais experiências, durante estes últimos sete anos, foi no Congresso que as fiz e por seu intermédio. Não poderia, por conseguinte, evitar referir-me às minhas relações com seus chefes, se achasse de meu dever continuar o relato das minhas experiências. E eu não tenho o direito de fazê-lo – pelo menos no momento – quanto mais não seja pelo senso das conveniências. Enfim, as conclusões que posso tirar das minhas experiências em curso não poderiam ainda passar por definitivas. Parece-me, pois, que o meu dever mais simples é terminar aqui esta narrativa. De fato, a minha pena, instintivamente recusa-se a prosseguir.

Não é sem um sentimento de dilaceração que me despeço do leitor. Concedo um alto valor às minhas experiências. Não sei se consegui fazer-lhes plena justiça. Tudo o que posso dizer é que não poupei a dor, para que este relato fosse fiel. Descrever a verdade, tal qual ela me apareceu, e da maneira exata por que a atingi, eis qual foi o meu esforço incessante. Neste exercício, o meu espírito hauriu uma paz inefável, pois a minha esperança bem-amada foi que os hesitantes reencontrassem aqui a fé na verdade e no *Ahimsa*.

A uniformidade da minha experiência convenceu-me de que não há outro Deus senão a Verdade. E, se cada página destes capítulos não clama ao leitor, que o único meio de atingir a Verdade é o *Ahimsa*, considerarei vão todo o trabalho que tiver em escrever este livro. E, mesmo se os meus esforços para esse fim vierem a revelar-se estéreis, que o leitor não atribua a falta ao princípio supremo,

mas sim àquele que o quis exprimir. Depois de tudo, por mais sinceros que possam ser os meus esforços para atingir o *Ahimsa*, nem por isso a imperfeição e a insuficiência deixaram de marcá-los com o seu sinete. Os fracos efêmeros clarões com os quais a Verdade pôde aparecer-me, não poderiam dar urna idéia da Sua indescritível luminosidade, um milhão de vezes mais intensa que a dos nossos sóis cotidianos. De fato, o que eu surpreendi não é mais do que o fraquíssimo reflexo dessa poderosa glória. Mas há uma coisa que posso afirmar com segurança, em todo caso, como o fruto de todas as minhas experiências: é que não se pode ter uma visão perfeita da Verdade senão depois de se ter atingido antes, inteiramente, o *Ahimsa*.

Para ver face a face, em sua universalidade e em sua impregnação de todas as coisas, o Espírito da Verdade, é preciso estar em condições de amar como a si próprio a mais mesquinha das criaturas. E quem a isso aspira, não pode permitir-se que seja excluído de nenhum domínio em que se manifesta a vida. Eis por que o meu devotamento à Verdade me arrastou para o campo da política; e posso dizer, sem a menor hesitação, mas também com toda a humildade, que nada entendem de religião os que pretendem que a religião nada tem em comum com a política.

Não é possível identificar-se com tudo o que vive sem praticar a purificação de si mesmo; sem esta última, a observância da lei de *Ahimsa* será sempre um sonho vazio de significação; quem não tem o coração puro jamais alcançará a Deus. Segue-se que purificação de si significa purificação em todas as fases, em todos os domínios da vida. Nada é mais contagioso que a purificação; a purificação de si conduz, portanto, necessariamente, à purificação de todos os que se acham em redor de si.

Mas o caminho da purificação é áspero e escarpado. Para atingir a pureza perfeita é preciso libertar de toda a paixão o pensamento, a palavra e a ação, ultrapassar as correntes contrárias do ódio e do amor, da repulsão e do apego. Sei que ainda estou longe de possuir essa tríplice pureza, a despeito dos combates sem trégua que travo para chegar a ela. Eis por que pouco importa que o mundo me louve: não me emociono com isso; na verdade, o louvor é-me quase sempre uma aguda alfinetada. A conquista das paixões sutis parece-me empresa infinitamente mais dura que a conquista física do mundo pela força das armas. Após o meu regresso à Índia, não deixei um instante de verificar a persistência, nos recessos de mim mesmo, de paixões adormecidas e latentes. A consciência que tenho disso penetrou-me de um sentimento de humilhação, mas não de derrota. As experiências têm-me sustentado e dado grandes alegrias. Mas eu sei que ainda me será preciso atravessar um caminho árduo que se estende diante de mim. Ser-me-á preciso reduzir-me a nada. Enquanto o homem não se coloca, por vontade própria, na última fila dos seus irmãos humanos, não há salvação para ele. O *Ahimsa* é o extremo confim da humildade.

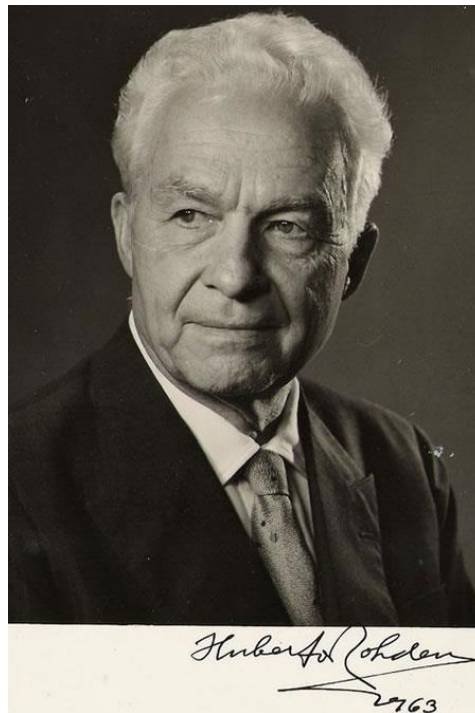
Dizendo adeus ao leitor, ao menos pelo momento, peço-lhe que se reúna a mim para orar ao Deus da Verdade: “Possa Ele conceder-me, como supremo favor, o *Ahimsa* em pensamento, em palavra e em ato⁸⁹”.

89. Orig. *namratâni prâthnâ kario, temân jagaini madad yâcto atyâre to â prakarnone bandh karun chun*, “Fazendo esta prece de humildade, pedindo para isso a ajuda do mundo, encerro assim esses capítulos”. Desse modo, a frase final não figura no original. Não é costume, na Índia, concluir brilhantemente um período. Não é de surpreender, pois a simplicidade da frase final, no texto gujrate; este tom, de resto, está bem de acordo com a observação que o precede, sobre a humildade.

O texto gujrate pareceu demasiado chão para uma tradução inglesa; daí, na versão inglesa, a reconstrução da frase final, para amoldar-se aos hábitos oratórios do Ocidente.

DADOS BIOGRÁFICOS

Huberto Rohden



Nasceu na antiga região de Tubarão, hoje São Ludgero, Santa Catarina, Brasil em 1893. Fez estudos no Rio Grande do Sul. Formou-se em Ciências, Filosofia e Teologia em universidades da Europa – Innsbruck (Áustria), Valkenburg (Holanda) e Nápoles (Itália).

De regresso ao Brasil, trabalhou como professor, conferencista e escritor. Publicou mais de 65 obras sobre ciência, filosofia e religião, entre as quais várias foram traduzidas para outras línguas, inclusive para o esperanto; algumas existem em braile, para institutos de cegos.

Rohden não está filiado a nenhuma igreja, seita ou partido político. Fundou e dirigiu o movimento filosófico e espiritual Alvorada.

De 1945 a 1946 teve uma bolsa de estudos para pesquisas científicas, na Universidade de Princeton, New Jersey (Estados Unidos), onde conviveu com Albert Einstein e lançou os alicerces para o movimento de âmbito mundial da Filosofia Univérsica, tomando por base do pensamento e da vida humana a

constituição do próprio Universo, evidenciando a afinidade entre Matemática, Metafísica e Mística.

Em 1946, Huberto Rohden foi convidado pela American University, de Washington, D.C., para reger as cátedras de Filosofia Universal e de Religiões Comparadas, cargo este que exerceu durante cinco anos.

Durante a última Guerra Mundial foi convidado pelo Bureau of Inter-American Affairs, de Washington, para fazer parte do corpo de tradutores das notícias de guerra, do inglês para o português. Ainda na American University, de Washington, fundou o Brazilian Center, centro cultural brasileiro, com o fim de manter intercâmbio cultural entre o Brasil e os Estados Unidos.

Na capital dos Estados Unidos, Rohden frequentou, durante três anos, o Golden Lotus Temple, onde foi iniciado em *Kriya-yoga* por Swami Premananda, diretor hindu desse *ashram*.

Ao fim de sua permanência nos Estados Unidos, Huberto Rohden foi convidado para fazer parte do corpo docente da nova International Christian University (ICU), de Metaka, Japão, a fim de reger as cátedras de Filosofia Universal e Religiões Comparadas; mas, por causa da guerra na Coréia, a universidade japonesa não foi inaugurada, e Rohden regressou ao Brasil. Em São Paulo foi nomeado professor de Filosofia na Universidade Mackenzie, cargo do qual não tomou posse.

Em 1952, fundou em São Paulo a Instituição Cultural e Beneficente Alvorada, onde mantinha cursos permanentes em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia, sobre Filosofia Univérsica e Filosofia do Evangelho, e dirigia Casas de Retiro Espiritual (*ashrams*) em diversos estados do Brasil.

Em 1969, Huberto Rohden empreendeu viagens de estudo e experiência espiritual pela Palestina, Egito, Índia e Nepal, realizando diversas conferências com grupos de iogues na Índia.

Em 1976, Rohden foi chamado a Portugal para fazer conferências sobre autoconhecimento e autorrealização. Em Lisboa fundou um setor do Centro de Autorrealização Alvorada.

Nos últimos anos, Rohden residia na capital de São Paulo, onde permanecia alguns dias da semana escrevendo e reescrevendo seus livros, nos textos definitivos. Costumava passar três dias da semana no *ashram*, em contato com a natureza, plantando árvores, flores ou trabalhando no seu apiário-modelo.

Quando estava na capital, Rohden frequentava periodicamente a editora responsável pela publicação de seus livros, dando-lhe orientação cultural e inspiração.

À zero hora do dia 8 de outubro de 1981, após longa internação em uma clínica naturista de São Paulo, aos 87 anos, o professor Huberto Rohden partiu deste mundo e do convívio de seus amigos e discípulos. Suas últimas palavras em estado consciente foram: “Eu vim para servir à Humanidade”.

Rohden deixa, para as gerações futuras, um legado cultural e um exemplo de fé e trabalho, somente comparados aos dos grandes homens do século XX.

Huberto Rohden é o principal editando da Editora Martin Claret.

Relação de obras do Prof. Huberto Rohden

Coleção Filosofia Universal

O pensamento filosófico da Antiguidade
A filosofia contemporânea
O espírito da filosofia oriental

Coleção Filosofia do Evangelho

Filosofia cósmica do Evangelho
O Sermão da Montanha
Assim dizia o Mestre
O triunfo da vida sobre a morte
O nosso Mestre

Coleção Filosofia da Vida

De alma para alma
Ídolos ou ideal?
Escalando o Himalaia
O caminho da felicidade
Deus
Em espírito e verdade
Em comunhão com deus
Cosmorama
Por que sofremos
Lúcifer e Lógos
A grande libertação
Bhagavad Gita (tradução)
Setas para o infinito
Entre dois mundos
Minhas vivências na Palestina, Egito e Índia
Filosofia da arte
A arte de curar pelo espírito. Autor: Joel Goldsmith (tradução)
Orientando
“Que vos parece do Cristo?”
Educação do homem integral
Dias de grande paz (tradução)

O drama milenar do Cristo e do Anticristo
Luzes e sombras da alvorada
Roteiro cósmico
A metafísica do cristianismo
A voz do silêncio
Tao Te Ching de Lao-tse (tradução)
Sabedoria das parábolas
O Quinto Evangelho segundo Tomé (tradução)
A nova humanidade
A mensagem viva do Cristo (Os quatro Evangelhos – tradução)
Rumo à consciência cósmica
O homem
Estratégias de Lúcifer
O homem e o Universo
Imperativos da vida
Profanos e iniciados
Novo Testamento
Lampejos evangélicos
O Cristo cósmico e os essênios
A experiência cósmica
Panorama do cristianismo
Problemas do espírito
Novos rumos para a educação
Cosmoterapia

Coleção Mistérios da Natureza

Maravilhas do Universo
Alegorias
Ísis
Por mundos ignotos

Coleção Biografias

Paulo de Tarso
Agostinho
Por um ideal – 2 vols. autobiografia
Mahatma Gandhi
Jesus Nazareno
Einstein – o enigma do Universo
Pascal
Myriam

Coleção Opúsculos

Catecismo da filosofia

Saúde e felicidade pela cosmo-meditação

Assim dizia Mahatma Gandhi (100 pensamentos)

Aconteceu entre 2000 e 3000

Ciência, milagre e oração são compatíveis?

Autoiniciação e cosmo-meditação

Filosofia univérsica – sua origem sua natureza e sua finalidade